

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E CIDADE

ESPAÇOS DE NEGÓCIOS: HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÕES

YASMIM BOLZAN MARINHO

VILA VELHA
AGOSTO / 2019

UNIVERSIDADE VILA VELHA - ES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E CIDADE

ESPAÇOS DE NEGÓCIOS: HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÕES

Dissertação apresentada à
Universidade Vila Velha, como pré-
requisito do Programa de Pós-
graduação em Arquitetura e Cidade,
para a obtenção do grau de Mestra
em Arquitetura e Cidade.

YASMIM BOLZAN MARINHO

VILA VELHA
AGOSTO / 2019

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

M338e Marinho, Yasmim Bolzan
Espaços de negócios : história e transformações / Yasmim
Bolzan Marinho. – 2019.
286 f.; il.

Orientadora: Melissa Ramos da Silva Oliveira.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Cidade)
Universidade Vila Velha, 2019.
Inclui bibliografias.

1. Arquitetura. 2. Edifícios comerciais. 3. Comércio varejista. I.
Oliveira, Melissa Ramos da Silva. II. Universidade Vila Velha. III.
Título.

CDD 720

YASMIM BOLZAN MARINHO

ESPAÇOS DE NEGÓCIOS: HISTÓRIA E TRANSFORMAÇÕES

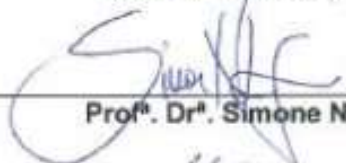
Dissertação apresentada à Universidade Vila Velha, como pré-requisito do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Cidade, para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Cidade.

Aprovada em 29 de agosto de 2019,

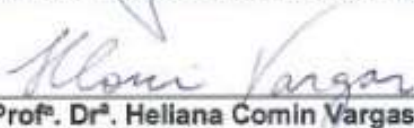
Banca Examinadora:



Prof^ª. Dr^ª Melissa Ramos da Silva Oliveira (UVV)



Prof^ª. Dr^ª. Simone Neiva Loures Gonçalves (UVV)



Prof^ª. Dr^ª. Heliana Comin Vargas (FAU-USP)

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, por apoiar e financiar parte dos meus estudos.

À UVV, por oferecer o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Cidade e seus professores integrantes, pelos conhecimentos compartilhados.

À professora Dr^a Melissa Ramos da Silva Oliveira, por abraçar o desafio de me orientar, por se dedicar ao entendimento do meu projeto, do meu sonho e das minhas ideias, por contribuir com a organização e avanço desta pesquisa, potencializar seus pontos positivos e por ser uma grande professora doutora orientadora.

À professora Dr^a Simone Neiva Loures Gonçalves, pelo acolhimento ao mestrado, pelas aulas inspiradoras, pelas conversas suaves e cheias de conteúdos enriquecedores, e pelo exemplo de generosidade.

À professora Dr^a Heliana Comim Vargas, por aceitar o convite de participar da minha banca, pelas contribuições altamente enriquecedores e pelo trajetória de pesquisas fundamentais para o aprofundamento dos estudos sobre comércio e cidade no Brasil.

À professora Dr^a Michelly Ramos de Angelo, pela empatia, carinho e proteção, e pelo exemplo de autenticidade.

À professora Priscilla Silva Loureiro e Laila Souza Santos, pelo acolhimento no Estágio Docente.

Aos amigos e familiares, pela torcida, suporte e orações. Em especial, aos amigos do mestrado, que compartilharam comigo a vivência deste processo, as experiências profissionais e acadêmicas, as descobertas, os sufocos e as alegrias.

À minha equipe de vida e saúde: Maria da Conceição Passos e Marcos Meirelles, profissionais que me inspiram a usar minha vocação e função social para transformar vidas.

À Cristina, por todo cuidado, carinho e apoio.

À Raissa e Romenique, por participarem deste processo e me presentearam com Alice. À Alice, que tantas vezes renovou minhas forças com sua vida, crescimento, alegria, pureza, curiosidade e ternura.

À Lina, companheira fiel e anjo na Terra.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo aos estudos, dedicação à minha educação, por permitirem a realização desta experiência com a qual tanto sonhei, e pelo maior ensinamento que me deram: conhecimento é a maior riqueza que se pode acumular. Conhecimento liberta.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| RESUMO | 1 |
| ABSTRACT | 2 |
| APRESENTAÇÃO | 3 |
| INTRODUÇÃO | 5 |
| CAPÍTULO 1: ERA DE SURGIMENTOS | 12 |
| 1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO | 13 |
| 1.1.1 O surgimento da cidade..... | 13 |
| 1.1.2 O surgimento do mercado..... | 17 |
| 1.2 FORMATOS | 20 |
| 1.2.1 Ágora | 20 |
| 1.2.2 Fórum | 28 |
| 1.3 DISCUSSÕES SOBRE O CAPÍTULO | 37 |
| CAPÍTULO 2: ERA DE PROTEÇÃO | 41 |
| 2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO | 42 |
| 2.1.1 Rompimento da unidade do Mediterrâneo..... | 42 |
| 2.1.2 Interiorização da Europa e feudalismo..... | 45 |
| 2.1.3 Reativação comercial da Europa | 51 |
| 2.2 FORMATOS | 55 |
| 2.2.1 Feiras periódicas..... | 55 |
| 2.2.2 Praças de mercado | 57 |
| 2.2.3 Bazares..... | 70 |
| 2.3 DISCUSSÕES SOBRE O CAPÍTULO..... | 86 |
| CAPÍTULO 3: ERA DE REVOLUÇÕES | 91 |
| 3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO | 95 |

| | |
|--|------------|
| 3.1.1 Revolução científica..... | 95 |
| 3.1.2 Revolução comercial..... | 110 |
| 3.1.3 Revolução industrial | 129 |
| 3.1.4 Revolução urbana moderna | 161 |
| 3.2 FORMATOS | 175 |
| 3.2.1 Praças e bazares a partir da modernidade..... | 175 |
| 3.2.2 Mercados cobertos na modernidade | 191 |
| 3.2.3 Feiras modernas e Grandes Exposições Universais | 209 |
| 3.2.4 Arcadas e galerias..... | 231 |
| 3.2.5 Lojas de departamentos | 248 |
| 3.3 DISCUSSÕES SOBRE O CAPÍTULO..... | 258 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 268 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 278 |

RESUMO

MARINHO, Yasmim Bolzan, M.Sc., Universidade Vila Velha – ES, agosto de 2019. **Espaços de negócios: história e transformações**. Orientadora: Melissa Ramos da Silva Oliveira.

Esta dissertação trata da temática das atividades de comércio e de serviços, com foco em seus espaços de realização ao longo da história. A presente pesquisa é de natureza básica e como metodologia realiza revisões de bibliografias, sobretudo de cunho histórico, para analisar as principais civilizações que viveram no contexto eurocêntrico e no Oriente próximo, da Antiguidade à Idade Moderna. A pesquisa discorre sobre tais civilizações, contextualiza suas características sociais, políticas, econômicas e culturais predominantes, destaca o papel das atividades de negócios em suas organizações e, assim, reconhece os principais espaços em que se realizam estas atividades. A partir desta identificação, os espaços de realização das atividades de comércio e serviços, assim como os formatos que assumem e o modo como se articulam com o território no qual estão inseridos, são descritos e avaliados. Logo, tem-se que o objetivo desta dissertação é relacionar diferentes contextos históricos e os mais relevantes espaços e formatos que as atividades de comércio e serviços ocupam e assumem nestes contextos. Com isso, pretende-se contribuir para a compreensão da lógica que norteia a composição dos espaços terciários, ao longo de diferentes períodos e processos históricos, que é reflexo da sociedade e dos contextos aos quais estão relacionados.

PALAVRAS-CHAVE: espaço comercial, espaço terciário, espaço de varejo, história da arquitetura, história da cidade.

ABSTRACT

MARINHO, Yasmim Bolzan, M.Sc., University of Vila Velha – ES, August 2019.
Trade spaces: history and transformations. Advisor: Melissa Ramos da Silva Oliveira.

This dissertation deals with the theme of trade and service activities, focusing on their spaces of achievement throughout history. This research has a basic nature and as a methodology it reviews bibliographies – especially of historical nature – to analyze the main civilizations that lived in the Eurocentric context and in the Near East, from Antiquity to the Modern Age. The research discusses about such civilizations, contextualizes their predominant social, political, economic and cultural characteristics, highlights the role of trade activities in their organizations and thus recognizes the main spaces in which these activities are performed. From these analyses, trade spaces, their formats and the way they are articulated with the territory in which they are inserted, are described and evaluated. Thus, the purpose of this dissertation is to relate different historical contexts and the most relevant spaces and formats that commerce and services activities occupy and assume in these contexts. Therewith, it intends to contribute to the understanding of the logic that guides the composition of tertiary spaces, over different historical periods and processes, which is a reflection of society and the contexts to which they are related.

KEYWORDS: retail space, commercial space, tertiary spaces, history of architecture, history of cities.

APRESENTAÇÃO

O interesse específico por espaços terciários em arquitetura e urbanismo, que trouxe ao desenvolvimento desta pesquisa, iniciou-se em meados de 2011, ano em que a autora¹ cursou parte da graduação na Itália. Ao frequentar o curso de *Architettura e Società* no Politécnico de Milão e ao visitar diferentes regiões do continente europeu, com foco na imersão e vivência dos aprendizados em arquitetura e urbanismo, chamou atenção o fato de que distintas localidades carregavam uma característica em comum, que se destacou entre as percepções da autora: a concentração de pessoas e de atividades sociais em torno de locais de realização de práticas de consumo.

As observações espontâneas desses acontecimentos nos ambientes urbanos foram o ponto inicial de atração pelos estudos dos espaços de negócios, que motivaram aproximações e aprofundamentos acadêmicos e profissionais dentro da temática, como o desenvolvimento do Projeto de Graduação de Arquitetura e Urbanismo, concluído em 2014, na Universidade Federal do Espírito Santo, intitulado: *Retail Design: Espaços para Comércio, Produtos, Experiências e Sensações*², e a especialização em Retail Design e Visual Merchandising cursada no Instituto Europeu de Design de São Paulo, finalizada em 2016.

As vivências e trajetos até então percorridos instigaram uma necessidade ainda maior de aprofundamentos sobre os conhecimentos que envolvem os espaços de negócios, uma vez que tal área de estudos possui muitas lacunas e ainda tem muito a ser investigada. Discutir sobre tal assunto é, sobretudo, de relevância social e de fundamental importância para a qualidade das cidades contemporâneas.

¹ Currículo Lattes. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/3461911732775723>>. Acesso em 30 out. 2018.

² Disponível em: <https://issuu.com/yasmimbolzan/docs/retail_design_-_espaos_para_com>. Acesso em 20 jul. 2018.

Integrar o Programa de Pós graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Cidade da Universidade Vila Velha pela obtenção da bolsa de estudos PROSUP Modalidade II³, a partir do semestre de 2017/01, foi uma oportunidade para o seguimento destes estudos, visto que o programa “pretende colaborar para a formação de profissionais e pesquisadores dotados de visão sistêmica sobre os problemas contemporâneos relativos ao projeto, à gestão e ao desempenho da arquitetura e do urbanismo”⁴.

Tendo em vista que o objetivo do mestrado em Arquitetura e Cidade da UVV é capacitar profissionais vinculados à construção de espaços mais sustentáveis, “que relacione a produção do ambiente construído com os aspectos sociais, culturais, tecnológicos, econômicos e ambientais de nossas cidades, contribuindo assim para o bem-estar humano”⁵, percebe-se a existência de alinhamento entre o programa e a ideia desta pesquisa.

A necessidade de se fomentar dedicações científicas ao espaço terciário tem sido comprovada por meio de publicações de críticos contemporâneos da arquitetura e do urbanismo, que tem abordado a temática do consumo como pauta para o entendimento do cenário contemporâneo e como fator relevante na composição das cidades em que vivemos e, portanto, da vida urbana e das interações sociais.

³ Portaria da Capes nº 181 de 18/12/2012.

⁴ Disponível em: <<https://www.uvv.br/ensino-presencial/mestrado/arquitetura-e-cidade/>> Acesso em 24 out. 2018.

⁵ Disponível em: <<https://www.uvv.br/ensino-presencial/mestrado/arquitetura-e-cidade/>> Acesso em 24 out. 2018.

INTRODUÇÃO

No contexto atual, as atividades de comércio e serviços são pautadas na prática do consumo e tem definido a cultura da sociedade contemporânea, assim como o espaço que esta ocupa. A cultura materialista irradiou-se na sociedade e o consumo colonizou seu território, tornando-se a atividade que define a vida pública em maior parte (CHUNG et al., 2001).

Os produtos de consumo se tornaram elementos fundamentais para a construção do “eu” humano e sua identidade pessoal, sexual e étnica, segundo Murialdo (2013), e para Chung et al. (2001), a economia de mercado moldou os ambientes ocupados pelas sociedades – espaços, edifícios, cidades, atividades, vidas – e, sobretudo, os próprios seres humanos. Barreneche (2008) menciona que os espaços para comércio varejista têm definido a atmosfera da cidade muito mais que escritórios, academias, parques urbanos, teatros, estações de transportes, entre outros, e atenta para o fato de que, em muitos contextos, o shopping center representa um dos espaços públicos mais significativos da contemporaneidade.

Cientes de que os espaços relacionados às atividades de comércio e serviços são relevantes ferramentas de composição das cidades e das interações sociais que elas propiciam, assim como da própria formação da identidade humana e social, críticos contemporâneos da arquitetura e do urbanismo tem se ocupado de estudar e debater tal assunto.

Nomes como Chuihua Judy Chung, Jeffrey Inaba, Rem Koolhaas, Sze Tsung Leong, por exemplo, juntamente com a Harvard Design School, desenvolveram estudos, ao longo de cerca de dez anos, que relacionam os espaços de realização de atividades comerciais e de serviços e o contexto econômico atualmente em vigor, os territórios urbanos, as tecnologias construtivas existentes, dentre outras conjugações, publicados no extenso livro *Harvard Design School Guide to Shopping* (2001), e nele, trazem constatações como a de que o varejo é a maior força individual de influência na forma da

cidade contemporânea e de que o *shopping*⁶ é a última forma remanescente de atividade pública: “O *shopping* infiltrou, colonizou, e até mesmo substituiu quase todos os aspectos de vida urbana” (CHUNG et al., 2001, contracapa, tradução nossa⁷).

Sendo assim, reconhece-se que aprofundar as discussões acerca das atividades de comércio e serviços e seus espaços de realização pode ser uma das chaves de interpretação da vida urbana em seus mais variados contextos. Estes assuntos são de relevância científica e social e de fundamental importância para se pensar na qualidade de vida das cidades, como afirma o arquiteto e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Paulo Bruna (2001), e podem influenciar de modo crítico a habitabilidade das cidades, segundo Balsas (2003). Uma das principais pesquisadoras das temáticas que envolvem comércio e cidade no país, Heliana Comin Vargas, também alerta que “o terciário está aí, dominando as nossas grandes cidades, criando e resolvendo problemas” (VARGAS, 2001, p.11).

De acordo com Vargas (2001, p.32), as atividades de comércio e serviços são classificadas como terciárias devido ao posicionamento que ocupam em relação à terra. As atividades primárias seriam as relacionadas à agricultura e as secundárias à indústria, que transforma produtos primários. O setor terciário pode ser dividido em várias categorias, como explica Vargas (2001, p.52). Em relação à função que exerce, o comércio pode ser varejista ou atacadista, e os serviços podem ser de diferentes ramos, como educação, cultura, lazer, turismo, financeiro, administrativo, de marketing, entre outros. Além disso, a atividade terciária pode ser estruturada em três diferentes níveis:

⁶ A palavra *shopping*, quando isoladamente estiver aqui escrita, significa o “ato de se fazer compras”. Para designar um espaço de compras sob uma única administração ou propriedade, utilizar-se-á o termo “shopping center”, já incorporado pela língua portuguesa. Em inglês, o termo análogo ao “shopping center” é *shopping mall*. Na língua inglesa, o termo “shopping center” significa, de forma mais ampla, “centro de compras”, o que pode se referir a um espaço planejado ou não.

⁷ “*Shopping is arguably the last remaining form of public activity. [...] shopping has infiltrated, colonized, and even replaced, almost every aspect of urban life.*” (CHUNG et al., 2001, contracapa).

o nível de comando, relacionado à direção de empresas e às decisões de negociações entre setor privado e governamental, nacional ou internacional, o nível de atendimento ao consumidor, e o nível que interage com produtores e distribuidores. Quanto ao seu domínio, a atividade terciária pode ser pública ou privada. (VARGAS, 2001)

Apesar do reconhecimento da importância das atividades terciárias na economia, na política, na sociedade, na cultura e no modo de ocupação dos territórios, estudos sobre espaços de realização de atividades comerciais e de serviços, sob o ponto de vista das análises urbanas e arquitetônicas, são ainda escassos, principalmente nos grupos de pesquisa brasileiros, com muitas lacunas de conhecimentos a serem preenchidas.

Isto posto, afirma-se que a elaboração desta dissertação foi pensada para contribuir com o desenvolvimento e fomento das discussões relativas aos espaços terciários, colaborando para que se tornem cada vez mais frequentes no âmbito da academia de Arquitetura e Urbanismo. Mais especificamente, esta pesquisa tem o intuito de abordar as atividades de comércio e serviços ressaltando seus papéis legitimadores e transformadores nas sociedades e seus territórios, como reflexos de seus processos de transformação e, ao mesmo tempo, como agentes que ocasionam muitas de suas novas mutações.

Entretanto, a análise aqui formulada se ocupa de questões históricas e teóricas. Assim como Hobsbawm (1998, p.15) destaca que suas pesquisas históricas permitem o leitor interessado “compreender como e por que o mundo veio a ser o que é hoje, e para onde se dirige”, esta dissertação visa reunir esclarecimentos sobre como e por que os espaços de negócios se estabeleceram como tais ao longo da história, culminando no cenário atual. Refletir sobre a trajetória dos espaços de negócios viabiliza não apenas melhor entendimento de sua conformação hoje, mas possibilita que seus planejamentos futuros sejam propostos com mais consciência e coerência. Segundo acentua Benevolo (1999, p.9), todos os cidadãos deveriam:

aprender a compreender – sistemática e historicamente – o ambiente físico em que vivem: a ler e escrever o mundo dos objetos materiais,

além do mundo dos discursos, de modo a poder discuti-lo, modificá-lo, e não apenas suportá-lo passivamente.

Levanta-se, então, que o objetivo principal desta dissertação é relacionar os contextos de surgimento e desenvolvimento das atividades de comércio e serviços aos espaços e formatos que estas ocuparam e assumiram em tais contextos, em diferentes períodos históricos. Esta análise histórica sobre contextos e formatos permite visualizar e compreender a lógica conformativa dos espaços terciários ao longo da história, que reflete características sociais, políticas, econômicas e culturais das sociedades que os abrigaram em diferentes conjunturas.

Vale destacar que tal objetivo foi formulado a partir dos escritos de Vargas (2001), que sustentam a existência desta lógica, que seria a fonte de compreensão dos próprios espaços terciários em si, assim como da diversidade dos modos como se constituem e se apresentam em diferentes períodos. Segundo Balsas (2003, p.187):

A grande variedade de formatos comerciais que existiu ao longo da história mostra que a mudança na atividade terciária é constante e que a necessidade de inovar, seja nas técnicas de venda, seja na localização, seja na arquitetura, ou na imagem, é um imperativo constante.

O recorte temporal e geográfico das investigações feitas se concentra nos períodos da Antiguidade, Idade Média e Idade Moderna, em contexto eurocêntrico, relacionado ao Mar Mediterrâneo, e do Oriente próximo, que, de certo modo, também se liga a este Mar ao longo das eras tratadas. Entretanto, ressalta-se que a presente autora, ao elaborar suas análises, não se limitou às demarcações exatas de início ou fim de tais períodos históricos, definidos pela disciplina tradicional da História. Nesta dissertação, preocupou-se, sobretudo, com as características principais que caracterizam as sociedades antigas, medievais e modernas e que, portanto, justificam o porquê de estas serem tidas como distintas umas das outras.

Com base nas considerações feitas, estabelece-se que os objetivos secundários desta dissertação são:

a) estudar a história das principais civilizações que existiram no contexto eurocêntrico e do Oriente próximo, em diferentes períodos históricos, da Antiguidade à Idade Moderna, analisando suas características sociais, políticas, econômicas e culturais dominantes;

b) identificar, em cada contexto histórico estudado, as principais funções e significados das atividades de negócios e os mais relevantes formatos e espaços em que estas atividades se desenvolveram;

c) discorrer sobre os relevantes espaços de realização das atividades de negócios identificados, examinando seu surgimento e desenvolvimento, localizações geográficas, formatos, articulações com os territórios onde se fixaram, suas principais características, dentre outros aspectos considerados importantes para a compreensão de tais espaços;

A partir destas pontuações, é possível clarificar que esta dissertação é de natureza básica, pois tem como intuito aumentar a base de conhecimentos e discussões sobre o tema, que poderão ser utilizados e aplicados futuramente em outras pesquisas e projetos. Do ponto de vista da abordagem do problema, esta pesquisa é de caráter qualitativo, pois expõe a interpretação de dados factuais, históricos e culturais, buscando analisar transformações nos espaços de realização de atividade de comércio e serviços ao longo do tempo. A pesquisa também é considerada como descritiva, pois visa destacar as correspondências entres contextos de surgimento e formatos dos espaços terciários, a fim de mostrar que, assim como as sociedades, estes estão em constante transformação.

Pesquisas bibliográficas em livros, artigos, periódicos, literaturas, documentários, dissertações de mestrado e teses de doutorado compõem o procedimento técnico fundamental utilizado no desenvolvimento desta dissertação, constituindo seus três capítulos.

O primeiro capítulo se destina a abordar o contexto antigo e, portanto, trata do nascimento das civilizações e das cidades, assim como do surgimento das atividades de comércio e serviços e os primeiros locais que

ocuparam para sua realização. Nesta conjuntura, chamada de “Era de Surgimentos”, são focalizadas principalmente as civilizações e cidades clássicas, cujos formatos dos espaços de negócios mais relevantes foram a ágora e o fórum.

O segundo capítulo analisa o contexto que emergiu com a decadência do Império Romano, que fora o ápice do desenvolvimento das civilizações antigas. Nesse capítulo, compreende-se as novas organizações sociais que se configuraram no chamado período medieval, caracterizado como uma “Era de Proteção”, e seus espaços significativos para realização das necessárias atividades de negócios foram as feiras, as praças e os bazares.

Já o terceiro capítulo trata do contexto de configuração das sociedades modernas, que passaram a se distanciar dos modos de organização medieval e se constituir seguindo outras lógicas e objetivos, a partir de uma “Era de Revoluções”. Com as revoluções que caracterizam as formas de vida no novo período, tem-se que os principais espaços em que se realizam as atividades terciárias derivam de contextos anteriores, como as praças e bazares, que ainda servem à sociedade no modo como foram articuladas anteriormente ou a partir de algumas adaptações. Os mercados cobertos e as feiras, apesar de já existentes em períodos anteriores, também são formatos relevantes neste período, que assumem novos significados e características correspondentes à modernidade. Já as Grandes Exposições Universais, as arcadas, as galerias e as lojas de departamentos, apesar de conterem heranças de seus predecessores, são tidas como inovações decorrentes do período moderno.

As análises existentes nos três capítulos permitem visualizar o processo de transformação dos espaços terciários ao longo da história, em consonância com as alterações vividas pelas sociedades com as quais estiveram relacionados. É possível, então, ter esclarecida ao fim desta dissertação, a lógica que compõe a estruturação dos espaços de negócios em diferentes contextos e períodos. Espera-se que este entendimento contribua com a compreensão da história das cidades, da história da arquitetura, da

história humana e, sobretudo, com a consciência sobre o cenário atual. Afinal, os estudos históricos são ferramentas para a percepção do presente e instrumentos para se pensar o futuro. De acordo com MUMFORD (1965, p.11):

Se quisermos lançar novos alicerces para a vida urbana, cumpre-nos compreender a natureza histórica da cidade e distinguir, entre as suas funções originais, aquelas que dela emergiram e aquelas que podem ser ainda invocadas. Sem uma longa carreira de saída pela História, não teremos a velocidade necessária, em nosso próprio consciente, para empreender um salto suficientemente ousado em direção ao futuro.

CAPÍTULO 1: ERA DE SURGIMENTOS

Este primeiro capítulo se ocupa de abordar as atividades de comércio e serviços desde os seus primeiros indícios de surgimento, segundo registros históricos, até o momento correspondente ao início da Idade Média.

Ao longo deste período, a atividade comercial esteve predominantemente ligada a locais urbanos privilegiados em que as necessidades sociais, econômicas e políticas eram discutidas e implementadas, sendo testemunha de um modo de vida que influenciaria a história da humanidade.

O Capítulo 1 apresenta uma discussão iniciada em tempos históricos longínquos, que se faz necessária porque durante todo o período tratado nesta dissertação é possível observar que o surgimento e o desenvolvimento dos espaços de negócios estão ligados a uma lógica conformativa que pode ser melhor compreendida quando analisada em sua totalidade.

Esta lógica de organização das atividades de comércio e serviços teve seu significado alterado, ou melhor, adaptado, diante de contextos medievais, onde as cidades tiveram de se reorganizar para se proteger.

No decorrer do capítulo, é possível constatar que os espaços de realização de atividades comerciais nas cidades mudam de nome no tempo e no espaço, ou de acordo com a sociedade ou civilização aos quais estão relacionados, mas mantém características essenciais que os tornam, de certo modo, semelhantes.

A narrativa histórica que norteia a composição do presente capítulo é baseada no surgimento e organização das grandes civilizações antigas, sobretudo as clássicas gregas e romanas, e destaca as ágoras gregas e os fóruns romanos como espaços relevantes de realização das atividades terciárias em seu tempo.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1.1 O surgimento da cidade

O homem surgiu na Terra há aproximadamente 500.000 anos⁸, de acordo com Benevolo (2015, p. 9-10). Contudo, foi há cerca de 10.000 anos⁹ que passou a viver em comunidades e de forma fixa – chamadas de “aldeias” por historiadores como Benevolo (2015) e Mumford (1998).

Antes de buscarem se organizar deste modo estável, os homens caçavam, coletavam alimentos e se abrigavam sem modificações profundas no ambiente natural. Quando começaram a se estabelecer nas chamadas aldeias – a partir do que Benevolo (2015, p.551) chama de revolução agrícola neolítica – realizando atividades de subsistência, aperfeiçoando ferramentas e meios de produção e locomoção, excedentes começaram a ser produzidos. A busca do fornecimento destes excedentes em troca de outros produtos culminou no surgimento das atividades comerciais, originadas antes mesmo do nascimento das cidades propriamente ditas (BENEVOLO, 2015; MUMFORD, 1965).

O nascimento das **idades** teria acontecido, de acordo com Mumford (1965), apenas por volta de 3000 a.C. – como uma evolução das aldeias – com o surgimento das grandes civilizações e da escrita¹⁰. Todavia, tanto Mumford (1998) quanto Benevolo (2015) ressaltam que a transformação das aldeias em cidades foi um processo lento e mais complexo do que uma mera mudança de dimensões. Para Mumford (1965, p.45), as cidades derivaram de uma evolução emergente das comunidades paleolíticas e neolíticas com introdução de fatores que não geraram apenas um aumento de suas massas iniciais existentes, mas que também foram responsáveis por

⁸ Período chamado de Paleolítico (BENEVOLO, 2015, p.10).

⁹ Período chamado de Neolítico (BENEVOLO, 2015, p.10).

¹⁰ O surgimento do registro escrito permanente coincidiu, não ocasionalmente com o do surgimento das cidades, pois, como afirma Mumford (1965, p.133): “o montante de cultura a ser transmitido oralmente achava-se fora do alcance”. Já não era suficiente que os ensinamentos e propagação de conhecimentos dependessem da transmissão oral dos anciãos das comunidades.

novas configurações que alteraram suas propriedades originárias. Isso fica mais claro quando o autor explica que a nova unidade urbana – a cidade – se apresentava de modo mais complexo e instável do que a aldeia, inclusive no que se refere à composição humana:

Além do caçador, do camponês e do pastor, outros tipos primitivos introduziram-se nas cidades e emprestaram sua contribuição à sua existência: o mineiro, o lenhador, o pescador, cada qual levando consigo os instrumentos, habilidades e hábitos de vida formados sob outras pressões. O engenheiro, o barqueiro, o marinheiro, surgem a partir desse fundo primitivo mais generalizado [...] de todos esses tipos originais desenvolveram-se ainda outros grupos ocupacionais, o soldado, o banqueiro, o mercador, o sacerdote. Partindo dessa complexidade, criou a cidade uma unidade superior. (MUMFORD, 1965, p. 45-46)

Completando a linha de raciocínio do historiador inglês, vale registrar também sua explicação de que:

As pequenas células comunais de aldeia, não diferenciadas e não complicadas, em que cada parte desempenhava igualmente todas as funções, transformaram-se em complexas estruturas organizadas, num princípio axial, dotados de tecidos diferenciados e órgãos especializados e de uma parte do sistema nervoso central, pensando em nome do todo e o dirigindo.” (MUMFORD, 1965, p. 52)

O processo que levou ao surgimento das cidades é chamado por Childe (1950) de **Revolução Urbana**¹¹. Para o autor, o termo expressa a culminação de uma mudança progressiva na estrutura econômica e na organização social das comunidades primitivas, nelas causando mudanças como aumento dos assentamentos e da densidade populacional, resultando no surgimento das cidades.

Segundo Ascher (2010, p.19), as cidades podem ser definidas como “agrupamentos de população que não produzem seus próprios meios de subsistência alimentar”. Logo, a existência da cidade está vinculada à do campo, onde estão os produtores de alimentos, persuadidos ou obrigados a produzir excedentes para manter a população de artesãos, mercadores, guerreiros e sacerdotes residentes nas cidades, como afirma Benevolo, 2015,

¹¹ Benevolo (2015, p.551) chama este processo de “revolução urbana da Idade do Bronze”.

p.10. Para este autor, os principais acontecimentos históricos sucessivos ao surgimento das cidades dependem da quantidade e da distribuição destas produções excedentes.

Sendo assim, as cidades, enquanto espaços que se separam tecnicamente, socialmente e espacialmente dos locais de produção de bens de subsistência, condicionam sua própria dinâmica. Ou seja, para sobreviverem, as cidades precisam abrigar e favorecer interações e trocas de naturezas diversas entre os produtores de bens de subsistência e os produtores de “bens manufaturados”¹² (artesãos¹³), assim como entre os que fornecem bens simbólicos (religiosos e artistas), informação, poder e proteção (guerreiros) (ASCHER, 2010, p.19)¹⁴.

Ascher (2010, p.19-20) também pontua que as características principais das cidades – e o que as diferenciam umas das outras – estão vinculadas às suas técnicas de transporte e estocagem de bens, informações e pessoas, o que chama de “sistema bip”¹⁵. A história das cidades, segundo o autor, seria, portanto, marcada também pela história dessas técnicas.

Os contextos que levaram a transformações de aldeias em cidades, abrigando as primeiras grandes civilizações antigas, são distintos. Contudo, de modo geral, estas ocupavam territórios com localizações próximas aos mares e

¹² O termo “bens manufaturados”, assim como utilizado por autores como Ascher (2010), pode se referir a mercadorias (objetos) produzidas pela atividade artesã. Entretanto, a manufatura propriamente dita, enquanto modo de produção, se trata de uma formatação moderna do trabalho produtivo, ainda não industrializado, mas distinto do modo de produção artesanal tradicional. Esta última significação, utilizada por autores como Arruda (1994), é melhor explicada no subcapítulo 3.1.3.

¹³ A atividade artesã reúne em si a posse dos meios de produção, das técnicas utilizadas no processo produtivo, o trabalho, a direção, e o produto gerado pela atividade, utilizado para subsistência ou trocas.

¹⁴ Junto da fundação da cidade, surgira o que Mumford (1965, p.139) chama de “divisão urbana de trabalho”, uma ocupação de vida fixa em um único ofício. Tal divisão, apesar de suas qualidades limitadoras da vida humana, ajudou a criar as primeiras economias de abundância na história dos poderes humanos.

¹⁵ Na denominação de Ascher (2010, p.20), as letras que compõem a palavra “bip” se referem à bens, informações e pessoas, respectivamente.

rios. Tais condições geográficas, além de favorecerem atividades de cultivo, devido aos solos mais férteis que possuíam, beneficiavam as intercambialidades essenciais para o suprimento das cidades e seus maiores agrupamentos humanos: transportes, comunicações, higienização, deposição de detritos, provisão de peixes, dentre outros fatores fundamentais. (MUMFORD, 1965, p.80)

Como exemplo dessas primeiras grandes cidades, destacam-se as da civilização Egípcia (como Mênfis), que se desenvolveram ligadas ao Rio Nilo, as da civilização Mesopotâmica (como Ur e Babilônia), cuja vida era atrelada aos seus rios principais Tigre e Eufrates e também beneficiada pela proximidade com o Mar Mediterrâneo, de um lado, e com o Golfo Pérsico, de outro, e as da civilização do Vale do Indo (como Moenjodaro), cuja importância de seu rio (Rio Indo) é expressa no próprio nome. A partir do II milênio a.C., a civilização Egéia, originada junto ao Mar Egeu, a Hitita, banhada pelo Rio Halys e com acesso ao Mar Mediterrâneo e ao Mar Negro, e a Chinesa, na bacia do Rio Huang Ho (ou Rio Amarelo), também se desenvolveram como importantes centros da humanidade, diversificando os focos de poder político e econômico e intensificando as possibilidades intercambiais de culturas, técnicas, alimentos e riquezas.

Sobre o desenvolvimento das cidades, Mumford (1965, p.75) escreve que:

À medida que crescia a população da cidade, era necessário quer estender a área de imediata produção de alimentos, quer ampliar as linhas de suprimento, e buscar apoio pela cooperação, pela troca, pelo comércio ou pelos tributos forçados, pela expropriação e pelo extermínio, em outra comunidade.

Logo, foi a partir do desenvolvimento das primeiras grandes civilizações e suas cidades que as atividades comerciais tomaram proporções cada vez maiores e relevantes, em âmbito regional local ou nas dimensões possíveis de serem acessadas e conectadas no globo, originando uma nova instituição urbana, o mercado, como um ponto de fornecimento, armazenagem, obtenção e distribuição de produtos.

1.1.2 O surgimento do mercado

O surgimento dos espaços para a realização de atividades de comércio e serviços está ligado à necessidade de encontro para a troca de produtos excedentes. Tais atividades surgiram antes mesmo das comunidades humanas se organizarem em cidades¹⁶.

A existência de atividades de troca de produtos em contextos primitivos pode ser atestada por registros como os encontrados no sítio histórico de Çatalhöyük¹⁷, localizado na região da Anatólia, na Turquia (Figura 1). Segundo o diagrama *Evolution of retail types*, sobre a evolução dos tipos de espaços de comércio, elaborado por Leong (2001a, p.30), esta aldeia neolítica, datada de aproximadamente 7000 a.C., é o exemplo mais antigo já descoberto de local com presença de atividades de negócios.

Figura 1: Sítio histórico de Çatalhöyük.



Fonte: Website Sci-News. Disponível em: <<http://www.sci-news.com/archaeology/science-catalhoyuk-map-mural-volcanic-eruption-01681.html>>. Acesso em 19 fev 2019.

Embora a palavra “mercado” tenha adquirido, com o tempo, a conotação de espaço econômico, utilizada para designar uma população com

¹⁶ Vargas (2001, p.21) destaca indícios da realização de trocas de produtos desde o paleolítico, normalmente ligados a artigos considerados de luxo na época, como conchas.

¹⁷ Çatalhöyük, um dos maiores e mais antigos assentamentos agrícolas do período neolítico, representou um dos primeiros passos em direção à civilização e muito influenciou nas mudanças culturais e econômicas da região, sendo responsável, inclusive, por transmitir o estilo de vida neolítico para a Europa, dada a sua localização estratégica. (TURKEY, 2012)

poder de compra, neste contexto da dissertação, é utilizada para indicar um espaço físico. Segundo Mumford (1965, p.101), “o mercado apareceu inicialmente para regular a troca local, muito antes que qualquer ‘economia de mercado’ baseada em transações tendo em vista um lucro monetário e acumulação de capital privado, viesse a existir”.

Mumford (1998) destaca que, nas antigas cidades, à princípio, não existia um lugar específico para a realização de atividades comerciais, pois estas aconteciam em locais abertos ou templos – fazendo com que estes não fossem ambientes puramente religiosos.

De modo geral, os mercados sempre estiveram associados a outras atividades urbanas, sendo mais que meros locais para trocas de produtos e serviços, mas também pontos de distração e divertimento, de transações de ideias, palavras, experiências e sensações, representando um papel importante como local de atividade social, além de econômica (VARGAS, 2001).

Desta forma, os locais mais propícios para o desenvolvimento dos mercados, ao longo do período histórico abordado neste capítulo, eram os que coincidiam com outras funções urbanas que atraíam fluxos de pessoas. Ou seja, os locais de mercado eram pontos onde outras diversas atividades aconteciam, pelos mais diferentes motivos: religião, política, diversão, cultura, entre outros.

A ideia do mercado como local de encontro é destacada, inclusive, por Mumford (1965, p.101), quando o autor registra que os sumerianos, na Mesopotâmia, provavelmente utilizavam um “Y” como ideograma para representar este ponto de convergência de fluxos e de rotas de comércio.

A mais remota representação gráfica existente de local do mercado é trazida no diagrama de Leong (2001a, p.30) como sendo a do mercado de Tebas¹⁸, no antigo Egito, de cerca de 1500 a.C. (Figura 2). Na figura, pode-se

¹⁸ A cidade de Tebas foi a primeira capital do Egito no Império Novo, período da história egípcia compreendido entre 1550-1070 a.C., segundo Fazio, Moffet e Wodehouse (2011, p.29).

observar as interações e trocas de produtos diversos entre os humanos retratados.

Figura 2: Mercado de Tebas, Egito.



Fonte: LEONG, 2001a, p.30.

A permanência e desenvolvimento do mercado na cidade foi, segundo Mumford (1998), resultado, e não causa do crescimento da população. De acordo com o autor:

O que dá ao mercado um local permanente na cidade é uma população suficientemente grande para oferecer um bom meio de vida a mercadores que tem ligações distantes e produtos caros, e suficiente produtividade local para permitir que os excedentes das oficinas sejam oferecidos à venda em geral. (MUMFORD, 1965, p.100)

Certamente, o crescimento populacional concentrado em áreas específicas e o aumento da disponibilidade de produtos para troca, assim como das possibilidades de interações para efetiva-las, beneficiavam uns aos outros, favorecendo seus desenvolvimentos.

1.2 FORMATOS

1.2.1 Ágora

Durante o II milênio a.C., a civilização Egéia, compreendendo a ilha de Creta, a Grécia Continental e parte ocidental da região da Anatólia, se desenvolveu a ponto de deslocar gradativamente o foco de importantes relações internacionais para o Mar Egeu e Mediterrâneo. A posição geográfica da ilha de Creta, entre o Egito, a Ásia e a Grécia Continental, a conjunção de ventos e correntes marítimas, os materiais para construção naval que possuía, assim como as técnicas de navegação marítima que desenvolveu, deram força às atividades de comércio da civilização que cresceu sob seus domínios e favoreceram o surgimento de novas cidades onde quer que fosse possível estabelecer um porto. (VARGAS, 1992)

Dentre as outras civilizações que surgiram no Mar Egeu e as várias alternâncias de liderança sobre este Mar, fortaleceram-se os gregos, por volta de 1200 a.C., uma junção de povos Jônios, Eólios e Dórios que davam a si mesmos o nome de Helenos. O sucesso que obtiveram no mar levou-lhes a novas conquistas geográficas, à prosperidade de suas cidades, ao crescimento populacional de seus centros urbanos e ao desenvolvimento de suas atividades mercantis marítimas. (VARGAS, 1992)

Segundo Vargas (1992; 2001), a civilização Helena, além de poderio militar, representava uma das maiores potências comerciais do mundo antigo¹⁹ dada sua capacidade de negociação e comercialização, favorecidas pela sua ocupação territorial geograficamente estratégica, pela expansão de seu potencial naval e pela escassez de terras férteis para desenvolvimento de atividades de cultivo²⁰.

¹⁹ Fazio, Moffet e Wodehouse (2011) sugerem que as civilizações gregas apresentam traços culturais que indicam a existência de importantes relações comerciais que estas teriam estabelecido com o Egito e as cidades da Mesopotâmia.

²⁰ As áreas férteis das comunidades gregas se restringiam a trechos relativamente estreitos ao longo da costa e nos vales (FAZIO, MOFFET e WODEHOUSE, 2011).

As cidades que se organizaram no mundo helenístico, chamadas de pólis²¹, tinham como seu centro principal a ágora, que surgia como uma evolução gradual da concentração de mercados, geralmente localizados na parte inferior da Acrópole²² (VARGAS, 2001, p.116). De acordo com Mumford (1965), a ágora tinha como função mais antiga a de ponto de encontro comunal e cívico e se desenvolveu também enquanto grande praça de mercado dada a alta concentração de pessoas no local.

Em seu estado primitivo, a ágora era acima de tudo, um lugar destinado à palavra; e, provavelmente, não existe sequer um mercado urbano em que a troca de notícias e opiniões, pelo menos no passado, não desempenhou um papel quase tão importante quanto a troca de mercadorias. (MUMFORD, 1998, p.197)

A ágora se tornou, portanto, na pólis característica grega, o local onde os cidadãos se encontravam para discussões, interações, cultos e compras, o que mostra que, neste tipo de sociedade, as relações políticas, sociais e econômicas estavam inter-relacionadas. Este era o centro dinâmico da cidade: era neste local que um grande número de cidadãos se encontrava para diversas atividades, assembleias, festivais, eleições, competições atléticas, desfiles, jogos, danças, entre outras atividades. Segundo Mumford (1965, p.198), por vezes, o centro da ágora podia ser tomado por barracas ou coberturas temporárias, indicando, um dia de feira, “quando o camponês levava o seu alho, suas verduras, ou azeitonas para a cidade e comprava um pote ou mandava consertar seus sapatos pelo remendão”.

Vargas (2001) descreve a ágora como um espaço barulhento e colorido, com comerciantes oferecendo suas mercadorias em alto tom de voz e

²¹ Cidade-Estado grega (BENEVOLO, 2015, p.76).

²² É a parte da pólis grega que representa a sua origem, localizada nas partes mais altas do relevo da região (colina), onde os habitantes se refugiavam para se defender dos inimigos (BENEVOLO, 2015, p.76). Com o passar do tempo e o aumento populacional, a Acrópole passou a ser apenas um dos componentes da pólis grega (a cidade alta), cujas funções eram diretamente ligadas à religiosidade. As atividades cívicas e comerciais passaram, então, a se concentrar na parte baixa da cidade, onde se desenvolveu a ágora.

discutindo preços, e associa estas formas de comunicação e anúncio dos produtos às utilizadas em feiras e mercados ainda existentes.

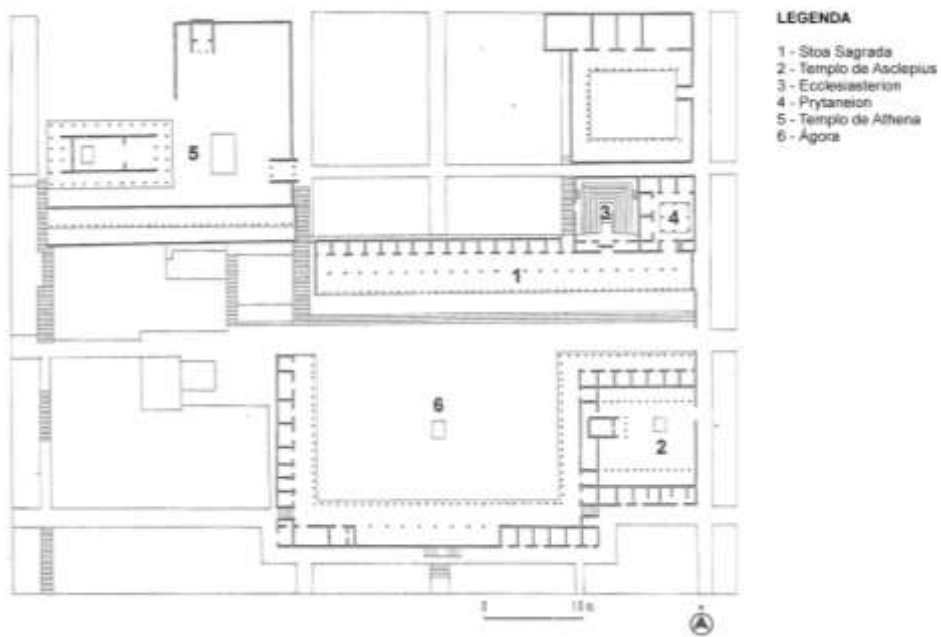
Em relação à sua formação, inicialmente, a ágora grega surge como grande praça amorfa, aberta e pública, em um espaço plano da cidade, dedicada a funções urbanas e coletivas que podiam ser ligadas ao direito, ao governo, ao comércio, à indústria, à religião e à sociabilidade. Com o tempo, algumas construções começaram a permear de forma irregular este espaço, conforme descreve Mumford (1965, p.198): “aqui um templo, ali a estátua de um herói ou uma fonte; ou, talvez, numa fileira, um grupo de oficinas de artesãos, abertas para o transeunte”. O aumento da importância dessa área da cidade, que atraía contingentes cada vez maiores de pessoas, e a introdução de moedas cunhadas a ouro e prata como um novo meio de troca, contribuíram para que as funções sociais e econômicas da ágora se expandissem. Gradualmente, o número de edificações públicas construídas nesta área, ainda que de forma irregular, foi aumentando, fazendo com que a ágora se caracterizasse por ser um espaço urbano aberto circundado por edificações públicas.

Com o desenvolvimento do planejamento urbano grego, a partir do século V a.C., a organização dos espaços e edificações da ágora passou a seguir um desenho mais ordenado, fazendo com que esta assumisse formatos retangulares mais recorrentemente (VARGAS, 2001, p. 115-116).

Segundo Vargas (2001), uma evolução deste tipo de concepção retangular da ágora é seu planejamento em formato de “U”, como é possível ser observado na planta da ágora de Priene (Figura 3). Neste caso, seu centro é rodeado por edificações com colunatas contínuas em apenas três de seus lados, permitindo a passagem de uma via de acesso e circulação paralela à Stoa²³ Sagrada e uma maior permeabilidade ao seu interior aberto, assim como maior integração deste com as áreas adjacentes na cidade.

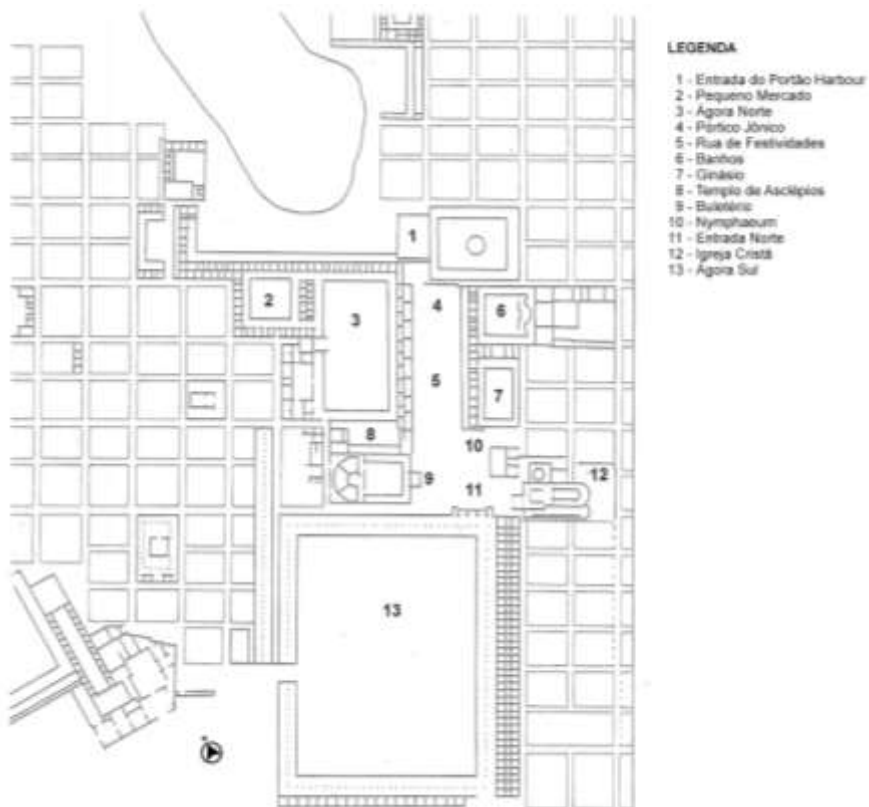
²³ Stoa são edifícios característicos da composição das ágoras gregas, marcados pela utilização de colunatas que configuram uma área externa coberta.

Figura 3: Planta da ágora de Priene.



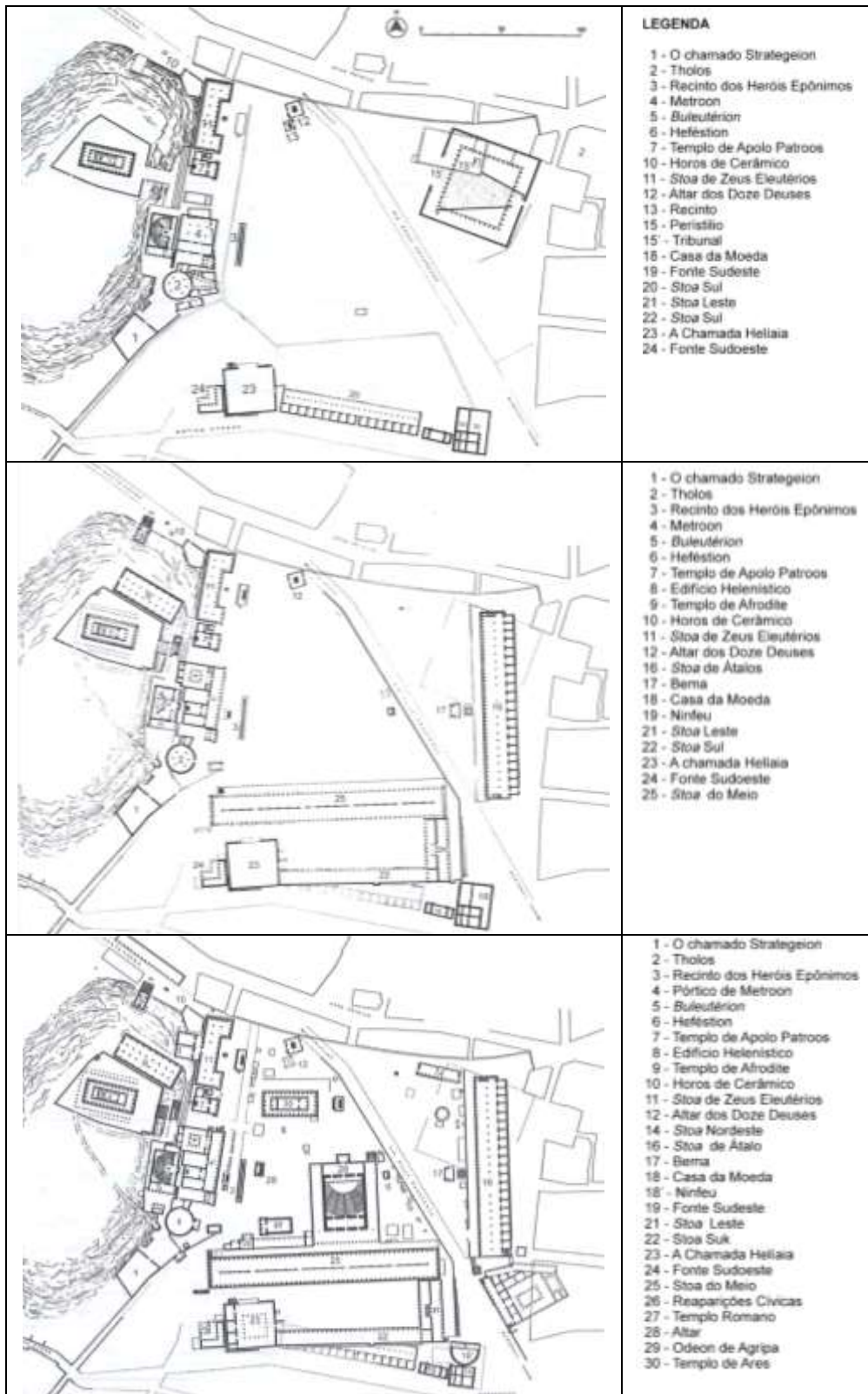
Fonte: Vargas, 2001, p.119.

Figura 4: Planta da ágora de Mileto.



Fonte: Vargas, 2001, p.119.

Figura 5: Planta da ágora de Atenas em 300 a.C., em fins da época helenística e na época romana, respectivamente.



Fonte: BENEVOLO, 1999, p. 100-103.

Em algumas cidades, a influência romana posterior transformou o espaço da ágora em um local mais densamente edificado e com menor integração do seu interior ao entorno urbano. Isso pode ser exemplificado com a planta da ágora de Mileto (modificada por volta do século II a.C.), que apresenta uma composição retangular,⁷⁷ com edificações fechando os seus quatro lados (Figura 4).

No caso da ágora da cidade de Atenas, vale destacar o processo evolutivo de sua composição, que pode ser observado nas plantas contidas na Figura 5, que mostram o seu desenvolvimento e adensamento em três momentos históricos distintos. Segundo Fazio, Moffet e Wodehouse (2011, p.78), a construção dos edifícios desta ágora começaram por volta de 600 a.C., ainda no Período Arcaico Grego.

Nas plantas agrupadas na figura anterior ficam evidentes as transformações graduais pelas quais passou a ágora de Atenas, com reformas constantes e construção de novas e mais numerosas estruturas arquitetônicas em seu complexo até o período de dominação romana na cidade.

Vale destacar que este local de agrupamento de atividades cívicas e comerciais ateniense se estabeleceu, não por acaso, ao redor da Via Panateniense²⁴, o eixo diagonal que cruzava a parte plana da cidade e conectava sua entrada norte à Acrópole²⁵, um importante santuário militar, político e religioso desde o período micênico, segundo Fazio, Moffet e Wodehouse (2011, p.67). Tal via principal, que passava pelo centro da ágora de Atenas, se manteve como eixo de convergência de pessoas vindas de outras partes da cidade e rota processional principal em direção à Acrópole –

²⁴ O nome da via refere-se às festas Panateneias, realizadas em homenagem à deusa grega Atena, instituídas oficialmente em 556 a.C. (BENEVOLO, 2015, p.87). Era por meio deste caminho que ocorriam as procissões e os visitantes da cidade ascendiam à Acrópole.

²⁵ A Acrópole de Atenas constitui-se em um platô de relevo abruptamente elevado em relação à área plana da cidade e da ágora. Sendo assim, após o cruzamento da ágora, através da Via Panateniense, o percurso até a Acrópole adquiria um caráter íngreme e tortuoso, adaptado à geografia do local.

ainda que estreitada pela construção de novas *stoas* na parte sul e leste do complexo – até meados do período medieval.

Em geral, as edificações que formavam o complexo multifuncional da ágora variavam, refletindo características particulares de cada pólis grega. As ágoras podiam ser compostas por edifícios como templos, ginásios, casas de moeda, refeitórios, *bouleuterions*²⁶, *prytaneions*²⁷, entre outras construções à serviço público nesta sociedade. Contudo, deste sortimento de edificações, as **stoas** podem ser destacadas como tipos arquitetônicos essenciais. Segundo Fazio, Moffet e Wodehouse (2011), estas eram construções tipicamente urbanas, que podiam abrigar em seus interiores salas administrativas, de reuniões formais e informais, de julgamentos com júri, oficinas, lojas fixas, etc.

Contudo, o atributo principal da arquitetura das *stoas* é seu espaço exterior, formado por uma série de colunas alinhadas nas extensões laterais destas edificações, geralmente voltadas para o centro da ágora, e conectadas a ela por meio de degraus, como pode ser visto na fotografia da Stoa de Átalo, ainda existente em Atenas (Figura 6). Tais colunas em sequência constituíam galerias que, apesar de cobertas, eram abertas e amplas, e permitiam a reunião e a circulação de pessoas sob proteção das condições climáticas adversas. Além disso, sob tais circunstâncias, estas arcadas podiam abrigar tendas temporárias de mercadores e oficiantes, assim como a realização de feiras e eventos.

²⁶ Salões de reuniões do conselho (COLE, 2011, p. 120).

²⁷ Escritórios administrativos (COLE, 2011, p. 120).

Figura 6: Stoa de Átalo, em Atenas.



Fonte: Website Expedia. Disponível em: < <https://www.expedia.com.br/Stoa-De-Atalo-Athens.d6062029.Guia-de-Viagem>>. Acesso em 11 fev 2019.

Logo, o formato arquitetônico das *stoas*, assim como o formato da *ágora* em sua totalidade, contribuía e, ao mesmo tempo, fomentava um aspecto fundamental da sociedade grega: a vida pública concentrada em uma área específica da cidade. E, conforme mencionado no primeiro item deste capítulo, a aglomeração de pessoas é uma das causas mais favoráveis para o desenvolvimento de atividades comerciais no período aqui abordado. Segundo Mumford (1965, p.107), “o mercado era o subproduto do ajuntamento de consumidores, que tinham outras razões para se reunirem, além de fazerem negócios”.

Na *pólis* grega, a *ágora* exerceu um papel fundamental de composição do espaço público, sendo precursora do fórum, característico das cidades romanas, e das praças nas futuras cidades europeias. A ideia de fechamento de espaços abertos com edifícios ao seu redor muito influenciou também o desenho das praças em cidades planejadas medievais e modernas, nos países ocidentais (VARGAS, 2011, p.117).

1.2.2 Fórum

Segundo Benevolo (2015) a sociedade romana originou-se a partir da civilização etrusca²⁸, que vivia na costa tirrena²⁹ do atual território italiano, entre os rios Arno e Tibre. Esta civilização teria atingido seu apogeu por volta de 550 a.C., e seria caracterizada por Fazio, Moffet e Wodehouse (2011) como um povo original, porém com múltiplas raízes, vinculadas aos gregos, ao vale do Indo, ao Egito, à Babilónia, à Assíria, entre outras. Isso aconteceu, de acordo com Benevolo (2015), devido ao comércio marítimo que a civilização etrusca realizava com diferentes povos, absorvendo, assim, partes de suas culturas. Para o autor, o contato com outros povos muito influenciou os etruscos, que, por sua vez, deixaram fortes legados no desenvolvimento da civilização romana.

O surgimento da civilização romana teria acontecido apenas por volta de 509 a.C. (FAZIO, MOFFET e WODEHOUSE, 2011), muito mais tardiamente que as civilizações mesopotâmicas, egípcias e gregas. Contudo, esta teve um engrandecimento que a fez perdurar até o século V d.C.

A força dos romanos deu-lhes expansão, a conquista de territórios que outrora eram gregos e, conseqüentemente, do Mar Mediterrâneo. Segundo Vargas (1992, p.31), em meados do século II a.C., tal domínio era tão hegemônico, que os romanos chamavam o Mar Mediterrâneo de “*Mare Nostrum*”.

Para atender as necessidades da vida dos cidadãos, exaltar sua cultura, e consolidar as ocupações nos territórios recém-conquistados, os romanos construíam novas estruturas urbanas nas cidades de sua dominação. Dessa forma, as construções de novos elementos de conformação urbana

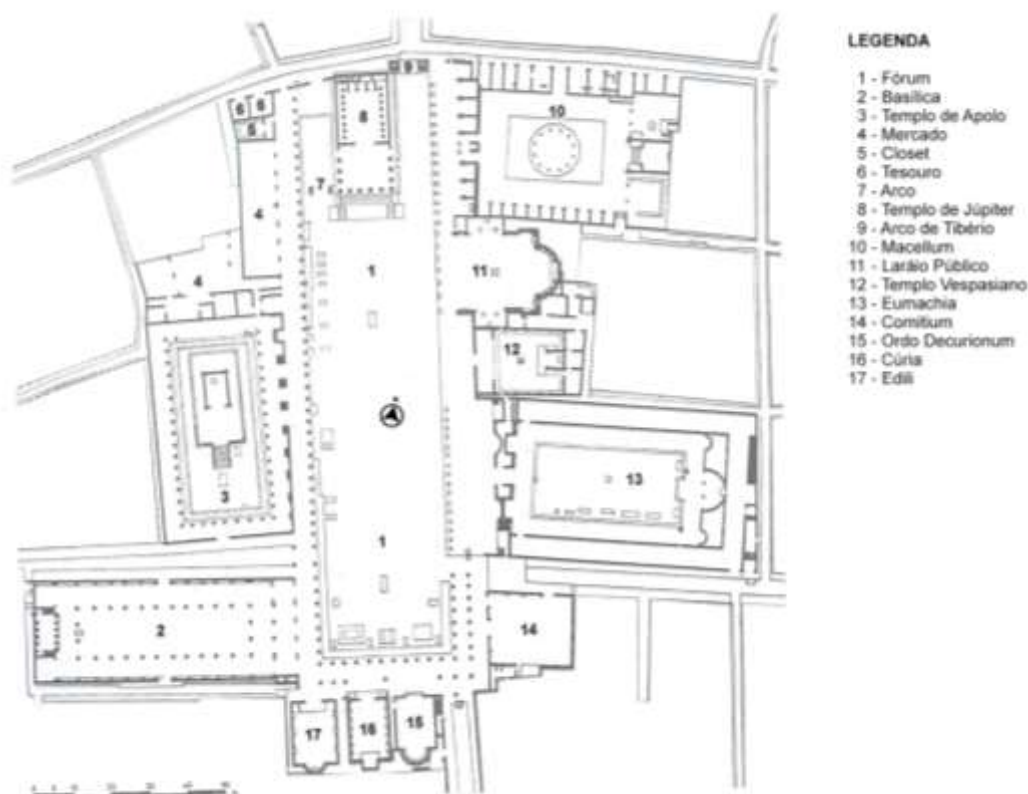
²⁸ Acredita-se que os etruscos teriam migrado para a península italiana por volta de 1200 a.C., vindos de regiões da Ásia (FAZIO, MOFFET e WODEHOUSE, 2011).

²⁹ Referente ao Mar Tirreno, parte do Mar Mediterrâneo localizada entre a Itália, Córsega, Sardenha e Sicília, assim denominado pela relação desta área do Mar com os povos tirrenos – *tyrsenoi* (τυρσηνοί) ou *tyrrhenoi* (τυρρηνοί), como eram chamados em grego, ou *tusci*, e depois *etrusci*, como eram chamados pelos romanos.

eram mais que edificações para abrigar determinadas funções, mas atividades de apropriação dos territórios e de domínio internacional, que representavam a união de várias tribos estrangeiras sob a liderança dos próprios romanos.

Dentre os renovados espaços urbanos que surgiam nas cidades romanas, os fóruns serviam a uma variedade de propósitos: segundo Vargas (2001) eram conjuntos de edificações monumentais com múltiplas funções, que combinavam atividades comerciais, religiosas e políticas, funcionando como centros urbanos. Este agrupamento de atividades variadas pode ser exemplificado com a análise da planta do Fórum de Pompéia³⁰ (Figura 7).

Figura 7: Planta do Fórum de Pompéia.



Fonte: Vargas, 2001, p.127.

³⁰ Pompéia foi, segundo Fazio, Moffet e Wodehouse (2011), fundada pelos gregos no século VI a.C. e habitada por etruscos e samnitas antes de se tornar uma cidade romana. Esta é uma das cidades romanas com a forma original mais preservada, visto que foi soterrada por cinzas, lava e lama em 79 d.C., com uma grande erupção do vulcão Vesúvio. O início das escavações que expuseram seus vestígios iniciou-se no ano de 1748.

O Fórum de Pompéia era o centro da vida pública da cidade. Seu espaço aberto central possuía formato retangular com cerca de 155 x 38 metros, configurado por uma colunata de dois pavimentos em três de suas arestas perimetrais (FAZIO, MOFFET e WODEHOUSE, 2011). As extremidades do complexo do Fórum de Pompéia são ocupadas, de um lado, por um templo cuja estrutura precede a chegada dos romanos³¹ e, de outro, por edifícios municipais de cunho político e administrativo. Do lado direito da planta e com maiores dimensões, estão o *Macellum* e a *Eumachia*, **edifícios de mercado**³² e **serviços**³³, respectivamente. Este primeiro continha também lojas que se abriam para o centro principal do fórum, assim como o mercado³⁴ localizado em frente, no lado oposto.

Ainda sobre o Fórum de Pompéia, vale destacar a presença significativa da **basílica** como elemento fundamental da sua composição. O cunho religioso representado por ela e pelos outros templos eram partes essenciais do complexo do fórum, fazendo-se presentes a fim de conservar a “paz de mercado” necessária à livre troca e tornando a própria área sagrada (MUMFORD, 1998, p.244). Além disso, as basílicas eram consideradas uma extensão coberta dos fóruns, uma vez que a concentração de multidões em torno de inúmeras atividades, como, por exemplo, as feiras de mercados, poderia se dirigir a elas diante de intempéries climáticas. Para Fazio, Moffet e Wodehouse (2011), suas funções eram similares às das *stoas* na ágora grega.

A Figura 8 ilustra o funcionamento de um mercado público inserido no complexo de edificações de um fórum romano. Nela é possível observar a existência de um pátio central, tomado por bancas de comerciantes, rodeado por colunatas que davam acesso a lojas e escritórios também destinados ao

³¹ Templo de Júpiter ou Capitoliium (FAZIO, MOFFET e WODEHOUSE, 2011).

³² Mercado de carnes e peixes (FAZIO, MOFFET e WODEHOUSE, 2011).

³³ Escritórios de corporações de ofícios e lojas de tecelões e tintureiros (FAZIO, MOFFET e WODEHOUSE, 2011).

³⁴ Mercado de vegetais (FAZIO, MOFFET e WODEHOUSE, 2011).

comércio e prestações de serviços varejistas. Nos fundos das lojas ou em seus pavimentos superiores, viviam alguns artesãos com suas famílias.

Figura 8: Mercado público no Império Romano.



Fonte: Vargas, 2001, p.129.

Mumford (1998) considera que os fóruns romanos eram uma combinação de ágora e acrópole e não apresentavam características radicalmente inovadoras que não pudessem ser identificadas em seu protótipo helenístico³⁵. Para o autor, as diferenças mais significativas do modelo romano são a concentração maior e mais variada de atividades no complexo, assim como “um grau mais elevado de ordem formal e uma expansão e magnificação dos temas já presentes noutros lugares” (MUMFORD, 1998, p.246).

A maior complexidade na sistematização dos edifícios e do tecido urbano nas cidades romanas fica evidente na quarta ramificação da pesquisa *Project on The City*, liderada por Rem Koolhaas na Harvard Design School, que busca compreender o surgimento e expansão das cidades romanas enquanto uma versão prévia do processo de urbanização moderno e do fenômeno da globalização. Nesta pesquisa³⁶, o fórum é definido como um elemento de

³⁵ Período correspondente ao Império Grego após a morte de Alexandre, o Grande, em 323 a.C. (COLE, 2011).

³⁶ Publicada no livro *Mutations*, em 2000. (BOERI, et al., 2000)

planejamento urbano localizado em áreas centrais das cidades de domínio do Império Romano. Este era local de troca de mercadorias e serviços e principal espaço social dentro das cidades, rodeado por edifícios de cunho público, estabelecendo-se como um elemento de união entre comércio e governo. (BOERI, et al., 2000)

No caso da cidade de Roma, especificamente, de acordo com Benevolo (2015), os primeiros fóruns construídos derivam do local de uma feira e um mercado etrusco: o Fórum Boário e o Fórum Holitório³⁷, localizados estrategicamente ao lado do Rio Tibre, o que facilitava a chegada e a partida das mercadorias para comercialização. Posteriormente, a construção de infraestruturas urbanas adicionais permitiu a expansão da cidade republicana e a construção de um renovado centro cívico correspondente ao novo Fórum Romanum.

Sobre esta nova área central de Roma, Mumford (1998, p. 167) escreve que:

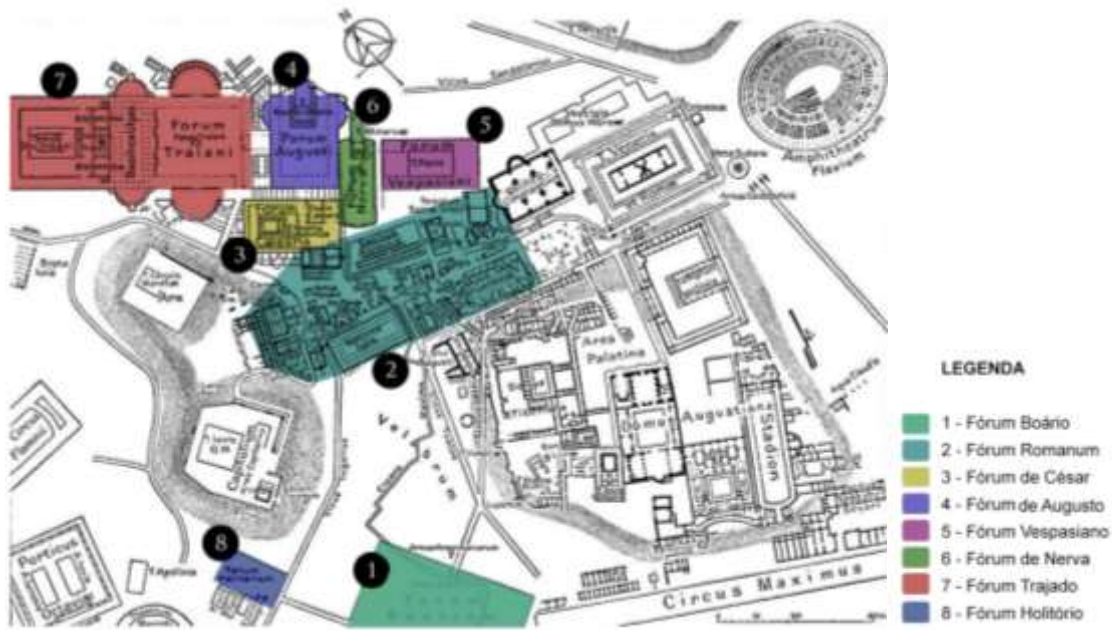
À medida que sucessivos imperadores faziam acréscimos diretos ao Fórum, ou, como Júlio César, fundavam um novo na vizinhança, multidões ainda maiores eram atraídas para o centro, a fim de comprar, de fazer o culto, de trocar boatos, de tomar parte, como espectadores ou atores, em negócios públicos ou em processos privados.

A partir do texto de Mumford (1998) é possível considerar que os fóruns são narrativas edificadas da própria história de engrandecimento e triunfos romanos. Nestes amplos espaços de visibilidade e vivência em meio ao tecido urbano, que concentravam e atraíam moradores e visitantes, os imperadores edificavam templos e monumentos que refletiam suas conquistas e crenças, ou que representavam marcos e homenagens. Além disso, o acréscimo de novas edificações buscava atender às necessidades da crescente população urbana. Na capital do Império, o adensamento do fórum principal (Fórum Romanum) parece não ter sido suficiente e novos fóruns

³⁷ O Fórum Boário e o Fórum Holitório especializaram-se principalmente no mercado de gado bovino e mercado de vegetais, ervas e óleos, respectivamente.

foram sucessivamente sendo construídos próximos a este, como pode ser observado na Figura 9.

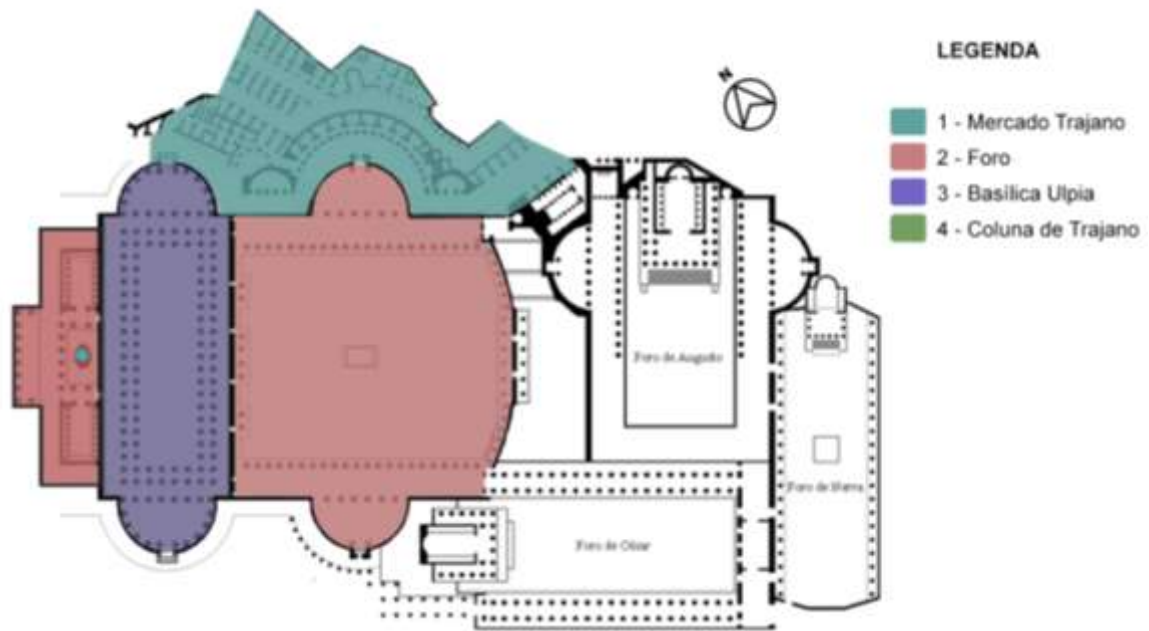
Figura 9: Mapa com fóruns romanos.



Fonte: provida pela autora a partir de Website Bene Vale. Disponível em: <<https://benevale.com/forum-romano>>. Acesso em 31 out 2018.

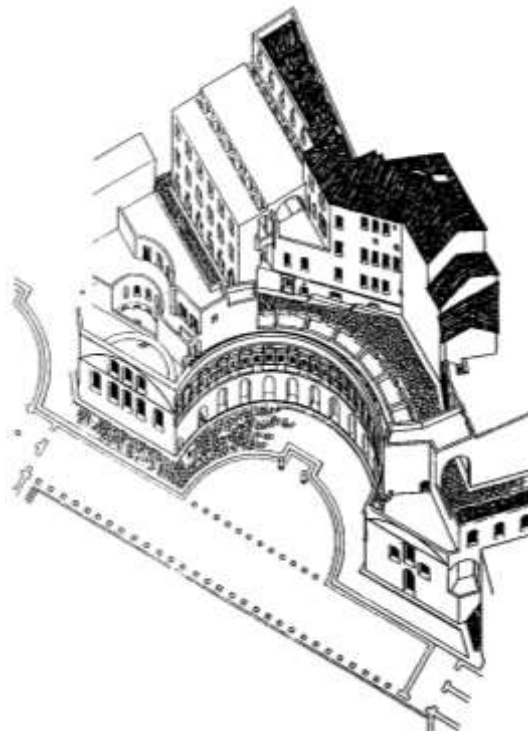
Dentre os fóruns representados na Figura 9, o último a ser construído – e o mais conservado nos dias atuais – é o Fórum de Trajano, em evidência na Figura 10, considerado por Vargas (2001) o mais espetacular dos fóruns romanos e por Fazio, Moffet e Wodehouse (2011) o ápice destes fóruns. O Fórum de Trajano aparece no diagrama de Leong (2001a, p.30) como sendo do ano de 110 a.C. e foi planejado para ter uma entrada monumental em continuidade com o Fórum de Augusto. Construído de forma simétrica ao fórum adjacente já existente, o novo fórum tinha um pátio de cerca de 100 x 114 metros, definido por colunatas duplas e elementos semicirculares (hemiciclos) (FAZIO, MOFFET e WODEHOUSE, 2011).

Figura 10: Planta do Fórum de Trajano



Fonte: provida pela autora a partir de Wikipedia. Disponível em: <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Foro_de_Trajano-planta.png>. Acesso em 29 out. 2018.

Figura 11: Mercado do Fórum de Trajano.



Fonte: Vargas, 2001, p.125.

Figura 12: Interior do Mercado de Trajano.



Fonte: Website La Repubblica - Roma. Disponível em: <https://roma.repubblica.it/cronaca/2017/09/06/news/roma_apertura_serale_dei_mercati_di_traiano_con_la_casa_del_jazz-174782369/?refresh_ce>. Acesso em 29 out. 2018.

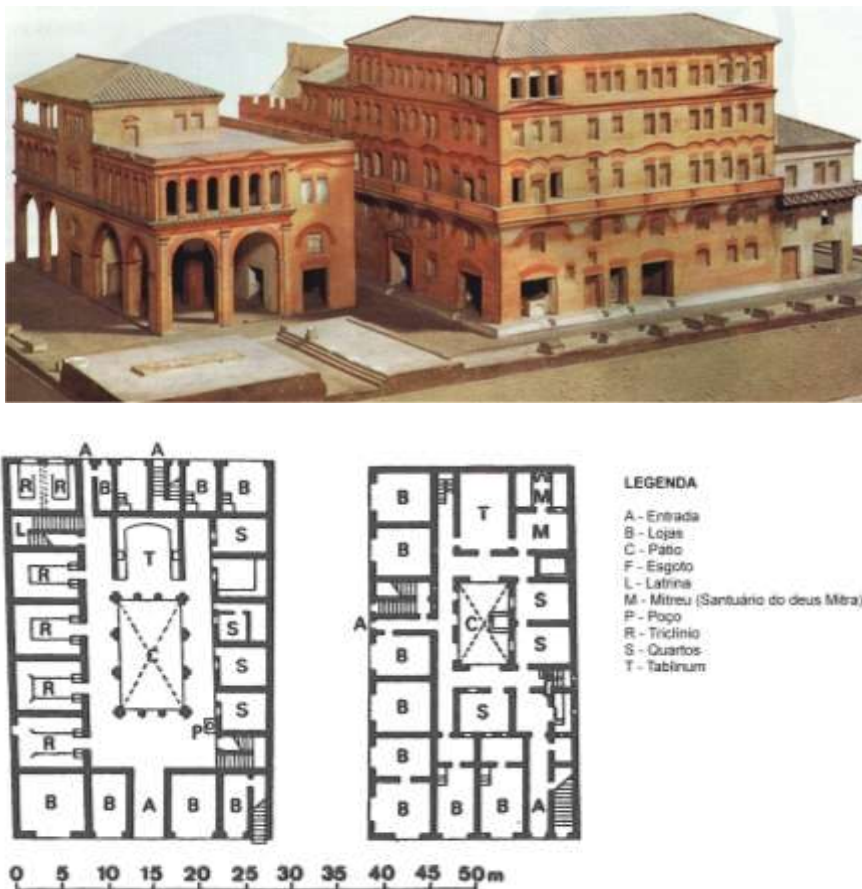
O Fórum de Trajano é destacado no texto de Vargas (2001) devido ao seu espaço dedicado a lojas, o Mercado de Trajano, construído atrás do hemicírculo nordeste do fórum, com cerca de mais de 150 lojas. O mercado, demonstrado em forma de perspectiva na Figura 11, foi edificado contra uma colina (o Monte Quirinal), funcionando com um muro de arrimo para sustentar o talude em que foi escavado, utilizado para abrigar suas lojas. Seus pavimentos inferiores, construídos em semicírculo, tinham um terraço que se incorporava à encosta do terreno, de onde se originava um sistema de ruas e outras edificações, com mais lojas e escritórios e um mercado público coberto por um sistema de abóbadas de arestas. Este mercado público pode ser observado na Figura 11, no topo, à esquerda, e tem seu interior representado na Figura 12.

Em geral, o aspecto monumental característico das cidades romanas é marcado pelas edificações públicas do Império, que conformavam cenas fechadas e independentes, mas que compuseram a imagem principal dessas cidades (BENEVOLO, 2015). Contudo, a extensão majoritária de tais cidades era composta por uma multidão de casas em um tecido amontoado e de caráter diverso dos grandes centros públicos. Segundo Benevolo (2015), estes edifícios residenciais tinham o nome de *domus*, no caso de residências individuais reservadas para famílias mais ricas, e *insulae*, construções coletivas

de dois a sete pavimentos. Estas últimas são mencionadas neste texto, pois, em alguns casos, tinham seus pavimentos térreos destinados a lojas (*tabernae*). Sendo assim, as *tabernae* configuravam a cena secundária de espaços de comércio dentro do tecido urbano residencial romano, fora dos fóruns ou basílicas.

Na Figura 13, pode-se observar a reconstrução gráfica de algumas *insulae* com *tabernae* da cidade de Ostia, do século II d.C. e, a partir dela, suscitar uma relação entre este formato de construção romana e os edifícios que se desenvolveram posteriormente em torno das praças medievais e modernas, ou até mesmo os edifícios mistos atuais, com lojas no pavimento térreo e habitação nos superiores.

Figura 13: Plantas e reconstruções de algumas *insulae* de Ostia.



Fonte: Benevolo, 2015, p.180.

1.3 DISCUSSÕES SOBRE O CAPÍTULO

As revisões bibliográficas e análises feitas no decorrer do Capítulo 1 possibilitam constatar que os locais mais relevantes de realização das atividades comerciais e de serviço nas primeiras grandes civilizações mudaram de nome e forma no tempo e no espaço, com influência de fatores socioeconômicos, políticos e culturais, mas mantiveram características essenciais, como seu cunho público, heterogêneo, multifuncional, aberto e, sobretudo, sua importância na vida social da época.

Talvez, esta última característica mencionada seja a de maior relevância a respeito desses espaços na antiguidade, assim como suas funções relacionadas ao abastecimento da população urbana do período.

Para sintetizar as análises desenvolvidas ao longo do Capítulo 1, foi elaborado um quadro que relaciona as duas principais civilizações que se desenvolveram no Mar Mediterrâneo, centro dinâmico comercial da antiguidade, e os formatos dos espaços de negócios tidos como relevantes na estruturação de suas cidades (Figura 14).

Figura 14: Síntese das análises feitas no Capítulo 1.

| LOCALIZAÇÃO | TERRITÓRIO GREGO | TERRITÓRIO ROMANO | |
|-----------------------|-------------------|-------------------|-----------|
| COMPLEXO ESTRUTURADOR | ÁGORA | FÓRUM | |
| ELEMENTO | STOAS | MERCADOS | BASÍLICAS |
| MÓDULO MÍNIMO | FIXO / TEMPORÁRIO | | |

Fonte: da autora, 2019.

A partir da interpretação dos formatos identificados e analisados no capítulo, é possível distinguir que eles se articulam em três diferentes escalas principais, definidas como “complexo estruturador”, “elemento” e “módulo mínimo”.

As **ágoras** e **fóruns** são considerados “complexos estruturadores” dos espaços de realização das atividades comerciais e de serviços no contexto das civilizações aos quais se relacionam, a grega e a romana, respectivamente, em escala urbana, dialogando com as conjunturas geográficas, socioeconômicas, militares e culturais de onde surgiram. A própria conformação desses complexos, com um grande espaço aberto central principal, favorecia a concentração de atividades múltiplas – incluindo as terciárias – tanto ao ar livre quanto dentro das edificações que o circundavam.

Quanto às principais edificações para realização da atividade terciária, dentro de cada “complexo estruturador” urbano ágora ou fórum, são apontadas como “elementos” – ou arquiteturas – mais relevantes as **stoas**, no caso grego, e os **mercados** e **basílicas**, no caso romano. Ou seja, nos territórios urbanos que abrigavam a civilização grega, no período histórico da antiguidade clássica, pertencentes ao “complexo estruturador” ágora, as *stoas* são destacadas enquanto edificações originais que se destinavam a atender demandas da atividade terciária. Seguindo o mesmo raciocínio de categorização, os mercados e as basílicas são tidos como os “elementos” integrantes do “complexo estruturador” fórum que de modo mais relevante respondiam às necessidades de abrigar a realização das atividades comerciais e de serviços nas cidades romanas.

Numa escala menor e mais individualizada em relação aos outros formatos apontados, encontram-se os “módulos mínimos” de realização da atividade comercial, representado por tendas ou lojas que podiam existir de forma fixa, dentro das *stoas* e mercados, ou como instalações temporárias nestes mesmos espaços, inclusive nas basílicas, e nas áreas abertas de seus respectivos “complexos estruturadores”.

Sobre os formatos apresentados no quadro, pode-se destacar que suas localizações nos contextos urbanos se davam comumente em áreas centrais, as que mais atraíam e concentravam habitantes e visitantes nas cidades. O fato de serem centrais e de fácil acesso eram características

determinantes dos “complexos estruturadores” e, relacionados a eles, edificavam-se os “elementos” do complexo e os “módulos mínimos”.

A permeabilidade de acesso, o caráter público, a impressão de coletividade e a atmosfera acolhedora de perfis heterogêneos também eram características dos espaços de negócios das civilizações gregas e romanas que muito se relacionavam com as dinâmicas urbanas, sociais e cívicas que estruturavam suas sociedades. De acordo com Mumford (1998), mesmo com toda a diversidade de atores, reconhecia-se coletivamente a importância de se assegurar que esses grandes espaços urbanos centrais fossem regidos pelo que chama de “paz de mercado”, fundamental para garantir que os benefícios das trocas – de bens, de informações, culturais e sociais – fossem possibilitados. Sendo assim, apesar das grandes escalas e do contingente humano que agrupavam, as ágoras e fóruns eram de caráter territorial neutro, considerados seguros para aglomerações de diferentes pessoas, de diversas origens, devendo superar particularismos e paroquialismos.

Além disso, os principais espaços de negócios da antiguidade apresentavam características híbridas, com múltiplas funções desempenhadas ao mesmo tempo, como econômicas, políticas, religiosas, de entretenimento e, sobretudo, sociais, atraindo ainda mais fluxo de pessoas e favorecendo a realização das trocas. Os textos de Mumford (1965, p.199) comprovam que tudo acontecia e era vendido junto, tanto na ágora como no “não muito diferente” fórum romano posterior: alimentos, testemunhas para atender convocações judiciais, denúncias, fornecedores de provas, ervas, ferramentas, utensílios, entre outros.

Ali, um templo ou santuário teria o seu lugar num amontoado de oficinas, e o camponês podia, com seu burrico, gozar a pausa de um filósofo, como Platão deve tantas vezes ter pausado, para ver um oleiro ou carpinteiro a trabalhar diante de sua loja aberta, assim como ainda se podem ver os artífices correspondentes na Atenas de hoje. (MUMFORD, 1965, p.199)

Pode-se afirmar, a partir das análises feitas, que os formatos denominados “complexos estruturadores” nas cidades da antiguidade clássica, com escala urbana, caráter aberto, público, multicultural, multifuncional e com

edificações cobertas ou semicobertas, são os espaços de maior relevância para a realização das atividades de comércio e serviços no período analisado.

CAPÍTULO 2: ERA DE PROTEÇÃO

O segundo capítulo desta dissertação aborda as atividades de comércio e serviços a partir da desestruturação das civilizações clássicas e início da chamada Idade Média, indo até o que se considera seu fim.

Seguindo a proposta de tratar de contextos históricos e formatos espaciais urbanos e/ou arquitetônicos que correspondam a tais contextos, particularmente no âmbito que envolve negociações varejistas, o Capítulo 2 é fruto de uma investigação sobre a situação da vida e da ocupação do território europeu, durante a Idade Média, e destaca alguns dos acontecimentos que determinaram as novas organizações sociais, urbanas e das atividades mercantis deste período.

Esta delimitação foi determinada pois, com o enfraquecimento do Império Romano, que dominou o Mar Mediterrâneo nos últimos séculos do período tratado anteriormente, a lógica que norteou o desenvolvimento da civilização naquele território se alterou, baseada principalmente em questões de segurança – daí o nome destinado a este capítulo.

Quando os habitantes do continente europeu adquirem condições de se protegerem e de obter mais segurança de seus grupos humanos e cidades, o que se percebe é o estabelecimento de um novo modo de vida, de uma nova sociedade, com novos sentidos para suas atividades. Estas, por sua vez, ao se desenvolverem, culminariam, porém, em outras lógicas de organização e desenvolvimento social e urbano, tratadas no capítulo seguinte.

Os espaços de negócios identificados como reflexos fundamentais dos grupos sociais que viveram ao longo da Idade Média são as feiras e as praças, com alguns de seus edifícios componentes voltados às atividades mercadoras.

Este capítulo também considerou uma nova civilização que tomou parte do Mediterrâneo no contexto de enfraquecimento do Império Romano, a civilização árabe, cujos formatos característicos que se desenvolveram ligados às atividades de negócios foram principalmente os bazares.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1.1 Rompimento da unidade do Mediterrâneo

O Império Romano atingiu dimensões tão extensas, não mais limitadas a estreitas faixas de mar ou rio, que levaram ao desenvolvimento de um vasto sistema de estradas terrestres para conectar seus territórios. Embora a atividade de comércio romana tenha lucrado com isso, as estradas abertas facilitavam o contato dos povos bárbaros, o que culminaria em um longo processo de desintegração deste império. (VARGAS, 1992, p.33)

O enfraquecimento do Império Romano levou ao que Vargas (1992, p.33) chama de “rompimento da unidade mediterrânea”. As áreas do vasto império passaram a se dividir em Império Romano Ocidental, Império Romano Oriental, Império Islâmico e territórios de domínio dos bárbaros.

Os mapas que compõem a Figura 15 ilustram o processo de desenvolvimento da República Romana, em vermelho, do Império Romano, em lilás, do Império Romano do Ocidente, em azul, e do Império Romano do Oriente (Império Bizantino), em verde³⁸. As hachuras coloridas destacadas nos mapas representam os territórios dominados em determinados anos, descritos na parte inferior esquerda de cada mapa.

Já os mapas da Figura 16 comparam a extensão do Império Romano, no século IV, e os domínios conquistados pela civilização islâmica, a partir do século VII, cortando o Mediterrâneo em duas partes.

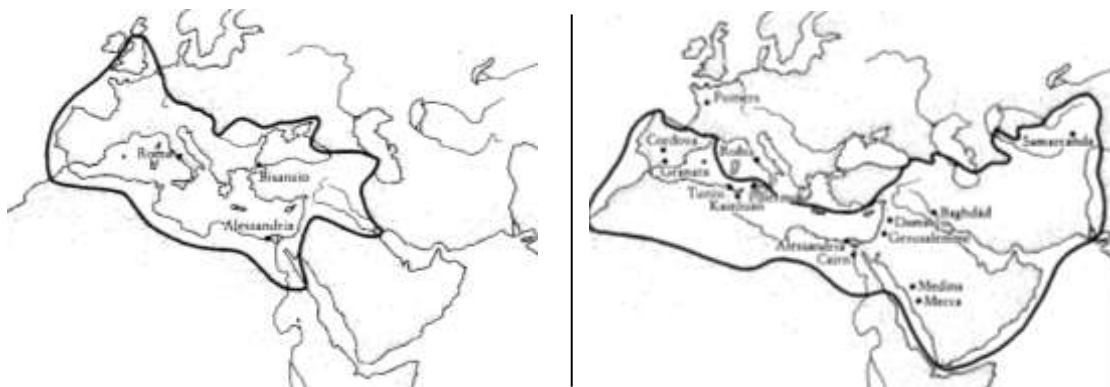
³⁸ A partir de Fazio, Moffet e Wodehouse (2011, p.78), registra-se que a República Romana durou de 509 a.C. a 27 a.C. e o Império Romano de 27 a.C. a 476 d.C. Esta última data marca a deposição do Imperador Romulo Augusto e simboliza o fim do Império Romano Ocidental. Contudo, tais acontecimentos foram parte de um processo que já se desenrolava com a divisão e enfraquecimento do império, nos séculos anteriores, e não um acontecimento repentino e drástico, como fora a tomada da Bastilha na Revolução Francesa, em 1789. Já o Império Romano Oriental (Império Bizantino) resistiu até o ano de 1453, quando foi dominado pelos turcos otomanos. O acontecimento marca o fim da chamada Idade Média.

Figura 15: Evolução do domínio romano sobre o Mar Mediterrâneo.



Fonte: provida pela autora a partir de Wikipedia. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Roman_Republic_Empire_map.gif>. Acesso em 29 jul 2018.

Figura 16: O domínio do Império Romano, no século IV, e da civilização árabe, a partir do século VII, respectivamente.



Fonte: BENEVOLO, 2015, p. 224.

Segundo Vargas (1992, p.37), durante o período histórico posterior à queda da grande civilização romana, os territórios que outrora compuseram seu império não apresentaram homogeneidade em suas estruturas socioeconômicas e políticas conformativas. Contudo, a autora classifica este período, chamado de Idade Média, em três fases: uma fase de interiorização da Europa (do século V ao século IX), uma de consolidação das estruturas do feudalismo e da reativação do dinamismo da atividade comercial e da vida urbano-regional (do século IX ao século XIII) e outra de consolidação da ocupação dos territórios europeus, formação de embriões das nações e da necessidade de expansão de suas fronteiras e criação de novos mercados (do século XIII ao século XV).

2.1.2 Interiorização da Europa e feudalismo

Com o enfraquecimento do Império Romano, as cidades que antes eram de seu domínio se encontravam mais vulneráveis a invasões. Já a partir do século III, as invasões bárbaras, através das próprias estradas que o Império Romano tinha construído em tempos de riqueza e glória, tornavam as cidades locais inseguros. Assim, suas populações se dispersavam para viver em áreas rurais, uma vez que, como ressalta Mumford (1965, p.269), um esconderijo no campo valia mais que um palácio na cidade. Esta nova organização levou a um processo de interiorização da Europa, num período que durou aproximadamente os quatro primeiros séculos após a considerada queda do Império Romano Ocidental, em 476 (VARGAS, 1992, p.38).

O número de habitantes nas cidades romanas foram sendo gradativamente reduzidos e a falta de mão-de-obra que mantinha suas rotinas usuais restringia suas atividades de produção e comércio (MUMFORD, 1965, p.269). Deste modo, Benevolo (2015, p. 252) afirma que:

O efeito mais evidente da crise econômica e política, nos primeiros cinco séculos depois da queda do império romano, é a ruína das cidades e a dispersão dos habitantes pelos campos, onde podem extrair da terra seus sustentos.

O campo se dividia em grandes propriedades de posse de nobres romanos, que começaram a preferir estas zonas para residir, levando junto deles muitos dos antigos habitantes das cidades. Tais senhores ricos concediam parte de seus domínios a famílias de camponeses deles dependentes. Outras partes não cultivadas dessas terras, como bosques e pântanos, eram de uso comum. A organização desta sociedade rural determinou a sociedade medieval feudal em conformação. Em tal contexto, na chamada Alta Idade Média, as cidades adquiriram importância secundária, não sendo mais os centros administrativos, culturais e comerciais de múltiplas características e efervescência, como foram durante a vida vigorante das civilizações clássicas. (BENEVOLO, 2015, p.252)

As grandes cidades romanas, entretanto, sobreviveram, mas passaram a ter de se organizar com estratégias de proteção. Em Roma, por exemplo, os mercados que aconteciam em seu rico complexo de fóruns foram transferidos para as colinas capitolinas da cidade entre os séculos VIII e XII, área próxima mais defensável, que posteriormente se tornaria a Piazza del Campidoglio. Com o mercado, transferiu-se também a localização do governo municipal. Os açougueiros, entretanto, resistiram instalados no Fórum de Nerva e sob as arcadas inferiores do Teatro de Marcelo, estrutura construída nos últimos anos de República Romana, próxima ao Fórum Holitório, e os gados continuavam a ser taxados e vendidos no antigo Fórum Boário (Figura 9). (MUMFORD, 1998, p.269)

De modo geral, as cidades romanas que sobreviveram buscavam ocupar uma área menor do que aquela onde anteriormente se espalhava, mais condensada, como forma de salvaguarda, e se transformavam em fortalezas muradas de perímetro restrito (VARGAS, 1992, p.38). De acordo com Mumford (1998, p.272), na atual região da França, Bordéus reduziu um terço de seu tamanho anterior com as muralhas edificadas no período medieval, Autun diminuiu seus duzentos hectares a dez, e Nimes se concentrou dentro de um antigo anfiteatro edificado no período romano, como também aconteceu com Arles.³⁹

Do século VIII ao século XI, as invasões árabes, vikings e húngaras⁴⁰ agravaram a situação de insegurança dos habitantes da Europa, tanto das cidades quanto dos campos, forçando uma economia de produção e troca local, sem muito se arriscar a depender de suprimentos externos. A finalidade defensiva se destacava em relação à mercante, passando as muralhas e torres a ter mais importância do que mercados e portos (VARGAS,

³⁹ Este período, entre os séculos VI e XI, é chamado na arquitetura de período românico. (MUMFORD, 1998, p.273)

⁴⁰ Segundo Vargas (2001), tais invasões impulsionaram que o “centro de gravidade” do Ocidente fosse transferido para regiões centrais da Europa, potencializando seu processo de interiorização e dando ao continente europeu novas características regionais.

1992, p.41-42). Segundo Mumford (1998, p.274), a necessidade de proteção dominava todas as outras preocupações, e o temor aos ataques fortalecia os elos de interesse que associavam o chefe feudal e seus camponeses tributários, o que contribuiria com a consolidação do sistema do feudalismo.

Já nos primeiros séculos da Idade Média, os rios voltaram a superar as estradas⁴¹ como vias de circulação econômica e por isso nota-se a manutenção da atividade mercantil em cidades romanas próximas a cursos d'água, como Bordéus, Nantes, Metz e Paris, no atual território francês. A relação com os rios possibilitou a ocupação de territórios mais interiores da Europa. Além disso, segundo Vargas (1992, p.39), permitiu colonização de outras áreas marítimas, onde se desembocavam esses rios, como o Mar do Norte, Canal da Mancha, Mar da Irlanda e Oceano Atlântico⁴². Conforme destaca a autora, foram as regiões ocupadas mais ao norte da Europa, a partir deste processo de interiorização, que tiveram uma atividade mais viva naquele tempo, bem como um futuro mais próspero.

A nova organização social que seguira também fora muito influenciada pelo cristianismo, que se tornou a religião oficial do Império Romano em 376 d.C. O laço cívico que os centros urbanos das cidades clássicas representavam, com seus espaços físicos coletivos e multifuncionais centrais, foi substituído pelos laços de comunhão que a crença do catolicismo pregava. A visão religiosa católica dava um sentido de certo modo positivo às derrotas e enfraquecimentos que os romanos estavam vivenciando na decadência do Império e à onda de insegurança que passara a cobrir seus povos. Os preceitos católicos “convertiam a doença física em saúde espiritual, a pressão da fome no ato voluntário do jejum, a perda de bens mundanos em

⁴¹ Com os poderes políticos fragmentados, as extensas estradas romanas não recebiam manutenção e se tornavam degradadas. Enquanto uma viagem marítima poderia atingir de 100 a 150 quilômetros percorridos por dia, por terra, uma caravana de mercadores percorria cerca de 30 a 40 por dia. (VARGAS, 1992, p.44)

⁴² Alguns portos mediterrâneos continuaram funcionando, porém com atividades em menor intensidade em relação à que outrora tiveram. (VARGAS, 1992, p.41)

maiores perspectivas de salvação celestial” (MUMFORD, 1998, p.267), e achavam-se mais próximos às realidades daquela civilização fragilizada e desintegrada. Assim, a cultura pagã, que valorizava as grandes multidões esplendorosas, ao ser substituída pelo catolicismo, encontrava a aceitação da dispersão e buscava conforto em uma união mais íntima e silenciosa, ou até mesmo a solidão.

Logo, as ágoras ou fóruns não mais forneciam formas urbanas apropriadas à “cidade celestial” (MUMFORD, 1998, p.267). Dentre os modelos edificados pelos romanos que mais serviram ao modo de vida cristão estavam os templos e basílicas, construídas originalmente para abrigar quantidades de pessoas em áreas interiores em atividades específicas ou condições de mau tempo.

Para Mumford (1998, p.270), uma nova cidadela, ou uma nova espécie de pólis surgia a partir dos católicos, representada pela estruturação dos mosteiros:

uma associação, ou melhor, uma íntima fraternidade de pessoas que pensavam da mesma forma, não reunidas apenas para cerimônias ocasionais, mas para permanente coabitação, [...] dirigida exclusivamente, com unicidade de espírito para o serviço de Deus.

A cidadela monástica, de alma cristã, era “um tanque de ordem e serenidade” (MUMFORD, 1998, p.271) que colocava em prática os valores de restrição, ordem, regularidade, honestidade e disciplina que seriam levados à cidade medieval, influenciariam os primeiros anos pós-medievais e que assumiriam novos significados, não mais necessariamente associados à Igreja, nas cidades da modernidade. A abadia era como seu palácio, passando também a ser um centro de abastecimento, de produção e de comércio, o que lembra os primeiros locais de troca nas cidades da antiguidade, que aconteciam em templos.

No contexto desunificado, entre povos descendentes de romanos e bárbaros⁴³, a instituição una da Igreja Católica adquiria força e influência sobre todo o território europeu, passando a assumir serviços materiais e sociais, exercer autoridade política e até mesmo lideranças militares. (MUMFORD, 1998, p.271)

A maior unidade política territorial estabelecida nesta primeira fase do período medieval foi a de Carlos Magno, no século IX, com seu Império Carolíngio. Por outro lado, a descentralização política fez emergir uma pluralidade de novas cidades em destaque. (VARGAS, 1992, p.43)

Foi neste século que se consolidou o sistema feudal, baseado em vínculos de vassalagem, em que um vassalo se submetia a um senhor (suserano), oferecendo-lhe fidelidade e seus homens como força militar, e, em troca, recebia proteção e o benefício, representado por concessões de terras (feudo). Os vassalos eram, então, nobres que ocupavam posições hierárquicas abaixo de seus suseranos, mas tinham suas posses feudais e, portanto, um lugar no sistema de produção. As operações de produção eram realizadas pelos servos, que recebiam proteção de seus senhores feudais e direito de viver e cultivar em suas terras, entregando-lhes parte do que produziam e pagando-lhes tributos pelas estruturas que utilizavam. O suserano dos suseranos era o rei.

Esta sociedade baseada em obrigações e vínculos de fidelidade, com o rei no topo, seguido pelo clero católico com forte influência política, compunha uma estrutura social praticamente fixa, cujos membros integrantes eram determinados por fatores hereditários.

Dentro de um feudo, por questões de segurança, a população buscava se agrupar. Porém, a aglomeração de pessoas de cada feudo ficava distante de outros grupos humanos, concentrados em outro feudo, o que

⁴³ A Igreja também se empenhava em converter as populações bárbaras da Europa setentrional e central ao cristianismo (MUMFORD, 1998, p.277). Muitos núcleos de habitantes se submetiam aos chefes bárbaros em troca de proteção (MUMFORD, 1998, p.274).

dificultava as comunicações e intercâmbios entre eles. Deste ponto de vista, a sociedade feudal era composta de isolamentos e particularismos. Por outro lado, as terras da Europa, se consideradas a partir de uma escala maior, encontravam-se inteiramente colonizadas, atribuindo à civilização feudal um caráter, ao mesmo tempo, universalizado. (VARGAS, 1992, p.45)

Devido ao sistema de comunicações que Vargas (1992, p.45) chama de “estranho”, cada feudo se organizava para suprir as necessidades básicas de suas famílias de servos e senhores. Entretanto, mesmo com as condições desfavoráveis de insegurança e da qualidade precária em que se encontravam as vias terrestres, existiam grupos de mercadores que viajavam permanentemente por elas, escolhendo itinerários que fossem os menos piores no momento, mantendo as atividades de trocas, nos níveis que fossem possíveis, entre diferentes partes do continente⁴⁴.

Os grupos de comerciantes que viajavam juntos compartilhavam de vínculos de solidariedade e proteção mútua que seriam a base das associações de mercadores na Idade Média, que floresceriam a partir do século XII, responsáveis pela reativação das atividades comerciais e de serviços na Europa.

⁴⁴ Estes itinerários podiam ser alterados em decorrência de acidentes nos terrenos, influenciados pela existência de mercados, santuários ou hospedagens em determinados percursos, em decorrência de impostos elevados lançados por um senhor, ou do aparecimento de salteadores. Então, a circulação característica era por uma infinidade de pequenas vias que podiam ser escolhidas em cada circunstância, e não determinada por artérias principais definidas. (VARGAS, 1992, p.45)

2.1.3 Reativação comercial da Europa

No contexto de insegurança dos primeiros séculos medievais, a “medrosa zona rural”, segundo Mumford (1998, p.275), tinha atividades de produção locais e de trocas principalmente locais. Nas palavras do autor, “somente as abadias e as propriedades reais trocavam seu vinho, seus cereais, seu óleo, em grandes distâncias. O comércio que entrava numa cidade, vindo de uma certa distância, era irregular e não merecia confiança”. Mas, o mesmo completa, que “tão logo uma cidade era cercada por uma muralha, apareciam outros atributos normais da vida urbana: o recipiente restabelecido tornava-se também um imã”.

Muitos núcleos urbanos medievais surgiram assim: com o prolongamento das muralhas do castelo ou abadia a uma aldeia vizinha, anexando-a, por meio de prerrogativas reais e, posteriormente, por iniciativa dos bispos ou dos senhores feudais donos das terras. Promover esta estrutura de proteção se mostrava vantajoso e trazia privilégios que iam além da segurança, como a possibilidade de realizar uma feira regular e dela receber tributos, ou o aumento dos arrendamentos urbanos⁴⁵. A vida isolada no campo deixava de ser interessante e transformar as possessões rurais em zonas urbanizadas, nos padrões da época, podia ser compensatório. “O trabalho na própria muralha era um preço baixo a pagar por tal segurança e regularidade no comércio e no trabalho” (MUMFORD, 1998, p.275).

Essas iniciativas começaram a fazer mais sentido a partir do final do século X, quando a Europa começou a experimentar o que Benevolo (2015, p.256) chama de “renascimento econômico”, graças à estabilização das invasões estrangeiras, às inovações nas técnicas de cultivo, que possibilitaram aumentar a quantidade do que era produzido, e à influência das cidades marinhas, como Veneza, Gênova e Pisa, que mantinham suas atividades

⁴⁵ Um rendimento mais vantajoso que os servos, ligados à terra, em sua pobreza, não ofereciam. (MUMFORD, 1998, p.281)

comerciais no Mediterrâneo e incentivavam outras cidades a seguirem seus exemplos de prosperidade.

Mumford (1998, p.277) assume que o excedente de produtos rurais e de população foram fundamentais para gerar bens para o comércio transacionar e fregueses para adquiri-los, e também Benevolo (2015, p.256) aponta que quando a produção agrícola e a população aumentam, a indústria e o comércio adquirem nova importância. Afinal, “se os próprios mercadores tivessem sido os principais ocupantes das novas cidades, teriam tido de se lavar as mãos mutuamente” (MUMFORD, 1998, p.277).

Entretanto, Mumford (1998) afirma que, para ele, alguns historiadores, como Pirenne, interpretaram de modo errôneo a revivescência do comércio no século XI. Esta não teria sido o acontecimento crítico que lançou as bases do novo tipo medieval de cidades. O crescimento das atividades comerciais seria, ao contrário, um sintoma da nova fase na qual estavam entrando os habitantes da Europa, “um sinal do novo senso de segurança que a própria cidade murada ajudara a fazer existir” (MUMFORD, 1998, p.279). Para o autor, a marca mais profunda nas cidades europeias, que nasciam ou renasciam⁴⁶, teria sido de responsabilidade dos mosteiros, onde a cultura cristã, no seio na insegurança e da necessidade de proteção e cooperação, materializou o recinto fechado de paz, ordem, tranquilidade e vida interior que viria tomar forma urbana no século XI⁴⁷.

Sendo assim, a revivescência da cidade protegida e mais segura ajudou a reativar as rodas de comércio regionais e internacionais, favorecendo o circular transeuropeu de bens excedentes, principalmente de artigos de luxo,

⁴⁶ Segundo explica Mumford (1998, p.286), “o movimento das cidades, a partir do século X, é uma história de velhas colônias urbanas a se transformarem em cidades mais ou menos autogovernadas e de novas colônias a se constituírem sob os auspícios do senhor feudal, dotada de privilégios e direitos que serviam para atrair grupos permanentes de artífices e mercadores”.

⁴⁷ As próprias ordens monásticas teriam sido responsáveis diretas em progressos urbanos pioneiros, construindo pontes, estabelecendo mercados, construindo hospitais, asilos, dentre outras estruturas. (MUMFORD, 1998, p.278)

que podiam ser vendidos com mais vantagens a príncipes e magnatas, ou artigos escassos nos contextos de suprimento local, que por isso seriam pagos a bons preços. Alguns exemplos que Mumford (1998, p.280) cita de mercadorias específicas que os comerciantes faziam circular são as lãs finas da Inglaterra, vinhos do Reno, especiarias e sedas do Oriente, armas da Lombardia, açafrão e prata da Espanha, couros da Pomerânia, tecidos acabados de Flandres, ícones religiosos de localidades específicas e objetos devocionais de variados centros de arte. Os produtos agrícolas de subsistência ou os artigos de produção manual de primeira necessidade eram mais comumente trocados em escalas locais.

Sobre a agricultura, vale mencionar que inúmeros foram os avanços técnicos⁴⁸ que possibilitaram o suprimento de alimentos mais abundante, o que tornou possível o aumento da população⁴⁹ na Europa ocidental, determinando a história da Baixa Idade Média e o ressurgimento do comércio e da indústria. Algumas dessas inovações foram a ampliação das terras aráveis em toda a Europa, aplicação de novos métodos de cultivo, uso de esterco, irrigação, melhor criação de cavalos, invenção de arados mais aperfeiçoados, emprego de ferraduras de ferro, propagação dos moinhos de água e de vento, entre outras. As novas invenções, além de possibilitar o aumento da produção, reduziam a quantidade de trabalho servil necessária, liberando mais habitantes para as cidades, ou seja, criando um maior número de consumidores.

Apesar de Mumford (1998) considerar que não foi o comércio que produziu as cidades medievais, admite que ele as fez crescer. Com o renascimento comercial europeu, as cidades, sendo os degraus por onde marchavam as mercadorias, cresceram em número de habitantes e de riqueza,

⁴⁸ Neste âmbito, Mumford (1998, p.283) também destaca que a contribuição do mosteiro foi determinante. A fim de ter mais tempo para estudos, meditação e oração, os monges buscavam evitar trabalhos desnecessários, dedicando-se ao desenvolvimento de novos artifícios e fontes de energia mecânica para poupar esforço e tempo de trabalho

⁴⁹ Além do aumento nas taxas de natalidade, mais pessoas sobreviviam e, também por mais tempo viviam. (MUMFORD, 1998, p.284)

passando a se sobressair sobre as zonas rurais. Junto delas cresceu também a quantidade de mercadores na Europa.

Foi neste contexto que as atividades de comércio e serviços adotaram novos padrões de regulamentação, com o surgimento das associações corporativas municipais, também chamadas de guildas. A guilda de mercadores servia para organizar e controlar a vida econômica das cidades como um todo, com atribuições como a regulação das condições de venda, proteção do consumidor contra extorsão e do artífice honesto contra a competição desigual, e defesa dos comerciantes da cidade contra a desorganização do mercado por influências vindas de fora. As corporações de ofícios eram associações de mestres a trabalharem seus produtos, agrupados, a fim de regularizar a produção e estabelecer padrões de habilidade e qualidade da mercadoria produzida. (MUMFORD, 1998, p. 296)

Este período medieval final seria, então, o verdadeiro embrião do capitalismo comercial, que se fortaleceria no século XVI. A cidade murada, muito antes da propagação do protestantismo no século XVI, ao qual Max Weber⁵⁰ vincula o surgimento da economia capitalista comercial, era já “um ninho onde o cuco do capitalismo podia depositar seus ovos” (MUMFORD, 1998, p.282).

⁵⁰ Max Weber (1864-1920) foi um intelectual alemão que escreveu “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, buscando demonstrar a importância das religiões protestantes, sobretudo a calvinista, na difusão da maneira de agir capitalista e, portanto, do seu desenvolvimento.

2.2 FORMATOS

2.2.1 Feiras periódicas

A Europa ocidental, no início da Idade Média, com sua população, dispersa nos campos ou concentrada em antigas cidades isoladas, retornava a uma economia de produção e troca local. O comércio exterior perdera sua força e era considerado inseguro. Mas, quando os núcleos humanos eram cercados por muralhas protetoras, tais locais ganhavam nova popularidade, possibilitando residir e trabalhar de modo mais seguro.

Com maior proteção da vida e do trabalho, a produção pode aumentar e a quantidade de habitantes em núcleos murados pode crescer. Tais fortalezas muradas e habitadas atraíam mercadores em seu exterior imediato, que podiam ali encontrar consumidores para seus produtos. Este era um privilégio econômico tanto para os mercadores quanto para os senhores feudais, proprietários monásticos, ou comunas livres, pois a possibilidade de organizar uma feira, além de movimentar o suprimento de produtos no local, rendia tributos.

Logo, os novos núcleos urbanos buscavam oferecer asilo legal ao acontecimento de feiras periódicas, tanto em escala local, reunindo pescadores, camponeses e artífices, quanto regional. As feiras internacionais eram inicialmente menos frequentes, tendo lugar, na maioria das vezes, em época de festivais religiosos, quando peregrinos de todas as partes afluíam em rebanhos a um santuário sagrado, atraindo também, de modo temporário, mercadores viajantes, que buscavam se beneficiar das grandes concentrações humanas. A invasão temporária de peregrinos rendia lucros que beneficiavam os mercadores viajantes, os governantes das cidades e a economia local de açougueiros, banqueiros, fabricantes de túnicas sagradas, dentre outros. Mumford (1998, p.280) cita que a cidade de Chartres, no noroeste da atual França, com sua famosa catedral e facilidades que oferecia a peregrinos e

comerciantes, promovia algo como uma feira internacional durante as principais festas anuais de Maria, que gerava lucros extraordinários.⁵¹

O autor analisa que o fundamental para o acontecimento das feiras era a segurança que as cidades ofereciam para seu acontecimento. “Assim como na antiga Grécia, aqueles que iam ao mercado eram protegidos, durante as horas de feira, pela Paz de Mercado, agora simbolizada pela cruz de mercado⁵²” (MUMFORD, 1998, p. 275-276).

Vargas (2001) menciona que feiras também aconteciam nas margens de vias de circulação importantes ou no encontro de rotas de mercadores. Estas começaram a ser mais frequentes e maiores a partir do século XII, assumindo caráter regional ou inter-regional, formando um mercado contínuo, com um fluxo de caravanas quase permanente. A autora afirma que os mercadores, muitas vezes, vinham de locais distantes e as feiras duravam semanas. Algumas delas se tornaram especializadas em artigos exclusivos, como as de Champagne, Genebra e Lião. Nestes eventos, tendas e barracas temporárias comercializavam mercadorias, serviços, bebidas, comidas, ou abrigavam escritórios que faziam empréstimos de dinheiro e câmbio de moedas.

⁵¹ Mumford (1998, p.280) atenta que as feiras internacionais e o mercado internacional têm pouco efeito sobre a fundação das cidades medievais. Elas foram importantes para o crescimento e enriquecimento de cidades que tinham sido fundadas para outras finalidades.

⁵² Neste trecho, Mumford (1965) atribui à cruz a conotação de paz fazendo referência ao cristianismo, que se tornou a religião oficial do Império Romano no século IV d.C. e se fortaleceu nos séculos seguintes.

2.2.2 Praças de mercado

De acordo com Benevolo (2015), no final do século X, as invasões e ocupações bárbaras na Europa começaram a se estabilizar e as técnicas de agricultura se mostraram mais avançadas, o que permitiu o aumento da produção no campo. Mumford (1965) completa que uma vez que o suprimento de alimentos era mais abundante e que a Europa se tornava um ambiente mais seguro, a população do continente voltou a crescer. Contudo, a produção agrícola mais mecanizada reduziu a necessidade de mão de obra servil e deixou muitos habitantes do campo sem trabalho. Estes foram atraídos para as cidades, fazendo com que nelas crescesse a quantidade de artesãos, mercadores e consumidores. O excedente de produtos rurais e populacional propiciaram bens para serem comercializados e mais fregueses para adquiri-los. A revivescência das cidades neste período chamado de baixa Idade Média – entre os séculos XI e XV d.C. – ajudou a reabrir as rodas de comércio locais e internacionais⁵³.

Os mercadores, que na alta Idade Média se posicionavam mais comumente em locais externos às muralhas das cidades feudais, passaram a se fixar nestes espaços permanentemente, compondo uma nova classe urbana emergente, localizada topograficamente no subúrbio recém-formado. Algumas cidades chegaram a ampliar suas muralhas ao redor de tais subúrbios, incorporando estes fragmentos territoriais ocupados, assim como os mercadores que ali tinham se estabelecido como cidadãos livres (MUMFORD, 1965). Paulatinamente, a troca de produtos que acontecia nestes locais foi adotando posições mais centrais nos assentamentos urbanos, originando as praças de mercado (VARGAS, 2001).

Segundo Vargas (2001), as praças eram espaços abertos em meio a uma alta densidade de edifícios, onde aconteciam atividades que representavam a vida cotidiana coletiva medieval, como cerimônias religiosas e

⁵³ Este período coincide com o de realização das Cruzadas, que, segundo Fazio, Moffet e Wodehouse (2011), iniciaram-se no ano de 1096.

eventos governamentais, além dos mercados. Dessa forma, a autora destaca o caráter público das praças e seu atributo enquanto elemento integrador de funções, lembrando que cidades sempre precisaram de um espaço de sociabilização.

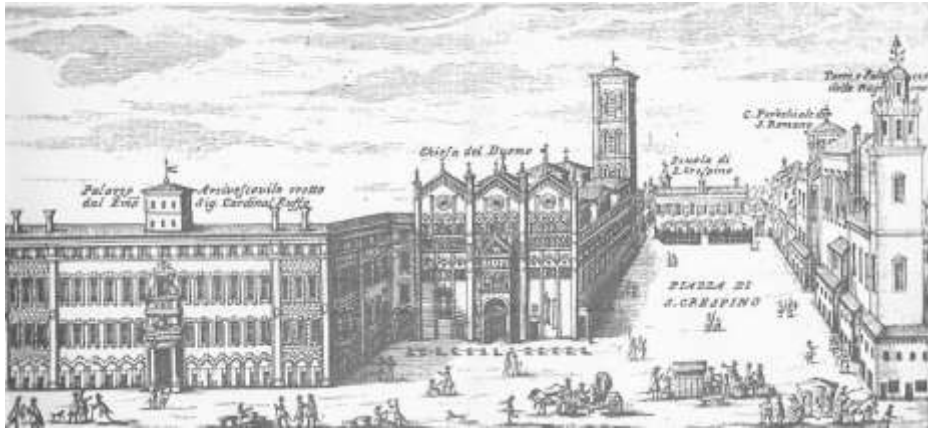
Para abordar as praças da Idade Média enquanto formatos de escala urbana para o comércio vale pontuar que as cidades medievais possuíam uma variedade de traçados diferentes, proveniente da combinação de diversos fatores e não de uma regra geral predominante. Segundo Benevolo (2015) isto era parte da cultura da época, fazendo com que a concepção das cidades medievais fosse derivada das mais variadas circunstâncias possíveis: adaptavam-se a determinantes geográficas, às condições urbanas e culturais previamente existentes, dentre outros agentes. Em muitos casos, como os de novas cidades que estavam surgindo, poderiam se apresentar até mesmo de forma mais regular, definida no momento de sua fundação.

Tendo em vista esta variedade de formas possíveis que as praças podiam assumir na cidade medieval, Mumford afirma que:

Em cidades de crescimento orgânico, o mercado seria uma figura irregular, algumas vezes em forma de triângulo, algumas vezes com muitos lados ou oval, ora denteada, ora recurvada, aparentemente de forma arbitrária, porque as necessidades das edificações próximas tinham primazia e determinavam a posição do espaço aberto. Embora, algumas vezes, o mercado possa ser somente uma rua alargada, existem outros exemplos como em Bruxelas ou em Bremen, em Perugia ou Siena, onde as proporções da praça são amplas: suficientemente grandes não apenas para conter muitas tendas, mas para reuniões e cerimônias públicas. A praça do mercado, na realidade, reinvestiu as funções do antigo fórum ou ágora. (MUMFORD, 1998, p.334)

Contudo, diferentemente da concepção da ágora ou fórum nas cidades clássicas, as praças medievais eram tidas como integrantes do traçado urbano como um todo. Segundo Benevolo (2015), estas não eram recintos independentes das ruas, mas largos que convergiam para a continuidade das vias as quais estavam ligadas, situação que pode ser observada na Piazza del Duomo da cidade de Ferrara, fundada na Idade Média, na Itália (Figura 17, Figura 18 e Figura 19).

Figura 17: Piazza del Duomo de Ferrara, representada no século XVIII.



Fonte: Wikimedia. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ferrara_cattedrale_San_Giorgio_Andrea_Bolzoni.jpg>. Acesso em 31 jul. 2018.

Figura 18: Imagem via satélite Piazza del Duomo de Ferrara, com a fachada da catedral voltada para Noroeste.



Fonte: Google Earth, 2018.

Figura 19: Piazza del Duomo de Ferrara em fotografia atual.



Fonte: Website ESN Bologna. Disponível em: <<http://www.esnbologna.org/?q=trips/ferrara>>. Acesso em 31 jul. 2018.

A localização da praça utilizada para mercado ao lado da igreja, como no caso da Piazza del Duomo de Ferrara, se dá principalmente pelo motivo deste ser o local onde frequentemente estariam os habitantes e visitantes da cidade (MUMFORD, 1965). O autor afirma que os serviços constantes e regulares prestados pela instituição religiosa eram de interesse dos mercadores, dada à quantidade de pessoas que atraíam.

No caso de centros urbanos medievais que se desenvolveram a partir da estrutura de cidades romanas previamente existentes, pode-se observar a praça principal da cidade locada onde se estruturara o fórum romano anteriormente. A Piazza delle Erbe de Verona é um exemplo desta circunstância. Contudo, as edificações que foram sendo construídas no período medieval – e que ainda compõem o espaço atualmente – substituíram as romanas previamente existentes e estreitaram o perímetro do local, conforme é possível observar na Figura 20 e na Figura 21, que representam a Verona romana e a atual, respectivamente⁵⁴. De todo modo, pode-se afirmar que a essência original deste ponto da cidade enquanto local de vivência pública e mercado, não por acaso, resiste há séculos⁵⁵ (Figura 22).

54 Vale destacar, sobre o desenho das cidades de origem romana, que o *Cardo Máximo* (via principal orientada no sentido norte-sul) e o *Decumano Máximo* (via principal orientada no sentido leste-oeste) são as principais vias da cidade que, interseccionadas perpendicularmente, orientavam seu traçado urbano. Neste ponto, geralmente encontrava-se localizado o fórum, o centro da cidade romana, como é possível identificar no exemplo de Verona (Figura 20). Na Figura 21, é possível observar que, mesmo tendo a praça medieval comprimido o espaço aberto existente no centro da cidade veronesa, as linhas correspondentes ao *Cardo Máximo* e ao *Decumano Máximo* da cidade romana ainda permanecem como eixo central e delimitação da Piazza delle Erbe.

55 O nome Piazza delle Erbe (“praça das ervas”, em português) deriva da comercialização de frutas e verduras no local, a partir do século XIV.

Figura 22: Piazza delle Erbe, em Verona, em fotografia atual.



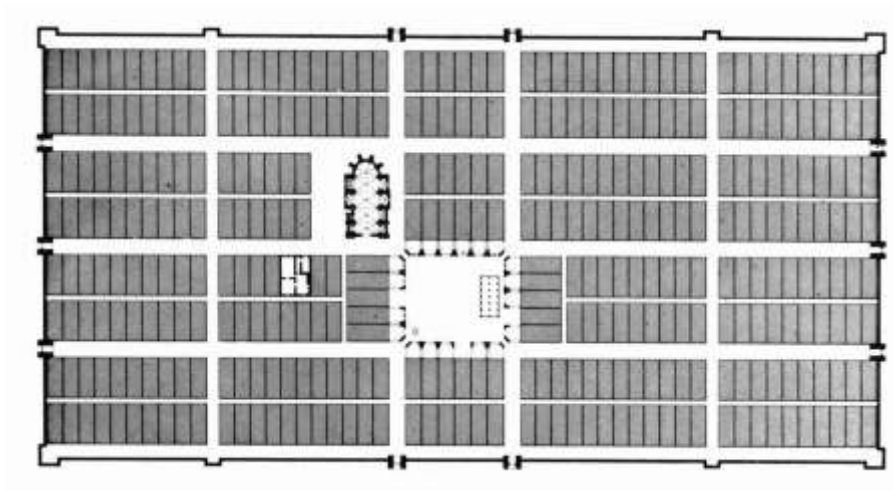
Fonte: Website Relais Empire Verona. Disponível em:
<<https://empireverona.com/en/gallery/foto-piazza-delle-erbe/>>. Acesso em 31 jul. 2018.

Na cidade de Monpazier, na França, planejada e fundada no século XIII, pode-se observar também a relação direta da praça de mercado com o restante da cidade (Figura 23). Porém, neste caso de traçado urbano regular, planejado e calculado em sua fundação, a igreja e a praça de mercado são colocadas no centro do plano, diretamente alinhadas com as vias da cidade – o que antecipa as preferências barrocas de se buscar o atributo da centralidade⁵⁶.

A Figura 24 retrata os edifícios em torno à praça do mercado de Monpazier e a Figura 25, a Figura 26 e a Figura 27 mostram a presença da atividade comercial ainda viva no local, tanto no espaço central da praça quanto nos edifícios que compõem o seu perímetro. Estes podem ser utilizados como exemplo para a abordagem do espaço de comércio medieval na escala das edificações.

⁵⁶ As praças barrocas serão abordadas no capítulo seguinte desta dissertação.

Figura 23: Planta de Monpazier, na França, fundada em 1284.



Fonte: Tumblr. Disponível em: <<http://archiveofaffinities.tumblr.com/post/13325512976/plan-of-monpazier-france-1284>>. Acesso em 31 jul. 2018.

Figura 24: Fotografia atual da cidade de Monpazier.



Fonte: Flickr. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/antonikon/14755377352/in/photostream/>>. Acesso em 31 jul. 2018.

Figura 25: Fotografia atual da cidade de Monpazier.



Fonte: Blog Lost Peoni. Disponível em: <<http://lostpeony.com/a-spontaneous-visit-to-monpazier/>>. Acesso em 31 jul. 2018.

Figura 26: Fotografia atual da cidade de Monpazier.



Fonte: Flickr. Disponível em:
<<https://www.flickr.com/photos/flissphil/2868678045/in/photostream/>>. Acesso em 31 jul. 2018.

Figura 27: Fotografia atual da cidade de Monpazier.



Fonte: Blog Montesquieu Volvestre. Disponível em:
<<http://www.montesquieuvolvestre.com/2018/05/les-plus-beaux-villages-de-france-monpazier-dordogne.html>>. Acesso em 31 jul. 2018.

Segundo Mumford (1965), as edificações das cidades medievais frequentemente possuíam galerias no andar térreo, que ladeavam as ruas e as praças e que constituíam a extremidade de uma loja ou oficina localizada no interior do edifício. Estas galerias proporcionavam proteção física aos módulos comerciais, que eram abertos e expostos, uma vez que até o século XVII o vidro não era um material barato e popular para ser utilizado como vedação.

Além disso, as galerias podiam abrigar tendas e barracas móveis em condições de mal tempo, deslocando-as do centro das praças de mercado para estas extremidades cobertas. Estas características das edificações eram complementares às do traçado estreito e/ou sinuoso das vias das cidades medievais, também pensados como forma de proteção dos ventos fortes em invernos rigorosos, das chuvas e da incidência direta de raios solares no caso de regiões quentes. De acordo com Mumford (1998), a popularização da utilização de superfícies de vidro como forma de vedação dos módulos comerciais contribuiu com concepções do urbanismo que puderam abrir as ruas estreitas e fechadas.

Para Mumford (1998), a ideia das galerias medievais enquanto corredores públicos cobertos foi herdada de edificações antigas, como as *stoas* gregas. Contudo, nos edifícios medievais, a sequência de aberturas das arcadas formada por arcos ogivais era uma inovação do período.

Pode-se relacionar também tais edificações medievais anteriormente citadas às *insulae* romanas, por serem edifícios residenciais coletivos de múltiplos pavimentos e por utilizarem o térreo para atividades comerciais. Contudo, conforme já mencionado neste texto, as *insulae* faziam parte de uma cena secundária da cidade no período romano, visto que o comércio e a vida pública característicos da época se concentravam em zonas específicas – nos fóruns.

Benevolo (2015, p.269) considera que, no período medieval:

Os espaços públicos e privados não formam, pois, zonas contíguas e separadas, como na cidade antiga: existe um espaço público comum, complexo e unitário, que se espalha por toda cidade e no qual se apresentam todos os edifícios públicos e privados.

O espaço público da cidade medieval, ao qual se refere o autor, estaria distribuído por todo o tecido urbano, composto de vias principais, secundárias e praças. Sendo assim, a compreensão da rua como espaço público e do traçado urbano como gerador destes espaços por toda a cidade fazia com que as edificações em questão tivessem um papel diferente: uma fachada que contribuía para formar o ambiente público (BENEVOLO, 2015).

Mumford (1965) destaca que o fato das edificações residenciais medievais servirem, muitas vezes, também como oficina, depósito e casa de contabilidade impedia os zoneamentos municipais que separariam estas funções⁵⁷.

Apesar da existência de praças de mercado como a de Monpazier – cercadas de edificações permanentes que utilizavam o térreo para realização de atividades de comércio e serviços – Vargas (2001) afirma que não era necessário algum edifício específico destinado ao comércio para que as praças de mercado da Idade Média se desenvolvessem: “elas eram o próprio edifício. Isto é, o comércio apenas precisava de fluxos de pessoas para acontecer” (VARGAS, 2001, p.138).

Entretanto, o estabelecimento de atividades de comércio e serviços em um espaço de escala urbana – no caso do período medieval, nas praças – impulsionava o surgimento de edificações relacionadas a tais atividades, que simultaneamente estimulavam e se beneficiavam da concentração de pessoas que ali acontecia. Além das edificações mencionadas nos parágrafos anteriores, outras construções medievais tiveram seu desenvolvimento atrelado ao das praças de mercado, como os edifícios que sediavam as associações de mercadores e de ofícios, chamadas de guildas. Mumford (1998) afirma que estas instituições encontraram sua expressão física na cidade no Paço Municipal ou Paço de Mercado, que por vezes compunham o mesmo edifício. Segundo Vargas (2001), pode-se relacionar este tipo de edifício aos mercados cobertos e implantações basilicais romanas. Mumford (1998) descreve que, a princípio, estes tinham dois pavimentos: o primeiro era composto por colunas que deixavam o térreo inteiramente aberto e sustentavam o pavimento superior, que podia ser destinado à comercialização de artigos mais delicados (que exigiam mais proteção contra o tempo) ou outras atividades municipais.

⁵⁷ Mumford (1998, p. 310-311) afirma que a produção em massa e a concentração de teares em grandes celeiros, a partir do século XIV, e atividades como moagem, fabricação de vidro e produção de ferro, exigiam um tipo mais isolado de oficina, às vezes rodeada por oficinas correlatas, como lavanderia, tinturaria, tecelagem e encolhimento de tecidos. Segundo o autor, foi nessas indústrias que se deu o primitivo rompimento tanto em espaço quanto em função entre o dever doméstico e o trabalho.

O Palazzo della Ragione (Figura 28), situado na Piazza Mercanti, em Milão, e ainda existente no local, é um exemplo desta situação. Na Figura 29 pode-se observar a implantação do edifício de térreo aberto no centro da praça⁵⁸, considerado por Mumford (1998, p.298) um “exemplo de construção em pilotis por uma razão sensata séculos antes que Le Corbusier a usasse como uma espécie de marca registrada”.

Em Bruxelas, o Paço de Mercado e o Paço Municipal⁵⁹ também se desenvolveram de forma representativa na grande praça de mercado da cidade, em um mesmo edifício, sendo a área comercial localizada no pavimento térreo (Figura 30). Utilizando-o como exemplo, afirma-se que, com o passar dos anos, as edificações das corporações foram adquirindo características cada vez mais magníficas, o que contribuía para justificar o aumento nas taxas de ingresso a tais associações, que passaram a se restringir a membros mais ricos, perdendo seu caráter democrático e transformando-se em agrupamentos de uma elite produtora que dificultava a admissão de novos associados (Mumford, 1998). Desta forma, começou-se a fortalecer uma distribuição varejista separada da produção e fora das guildas, o que impulsionou um forte processo de competição de mercado, e a própria dissolução destas corporações (Vargas, 2001).

As análises feitas até aqui possibilitam compreender que no período medieval “sem mercado não se pode falar de cidade” (PIRENNE apud VARGAS, 2001, p.135) e que “a praça é a expressão física da urbanização da Idade Média” (KATO apud VARGAS, 2001, p.135).

⁵⁸ No início do século XX, a praça retangular foi cortada pelo traçado de uma nova via e adquiriu o aspecto atual, representado na Figura 29.

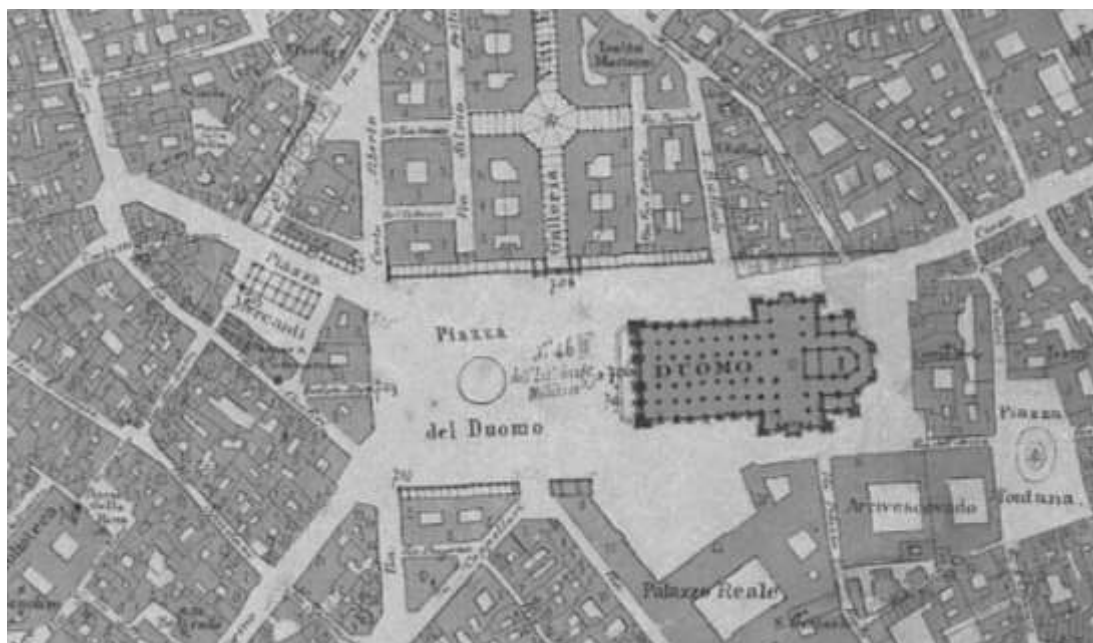
⁵⁹ No texto de Vargas (2001, p. 148), o Paço de Mercado e o Paço Municipal aparecem com os nomes *Market Hall* e *Town Hall*, respectivamente. A autora explica que a palavra francesa *halle* (em inglês, *hall*) designa espaços de mercados cobertos e é sinônimo de grandes vãos de uso coletivo. Logo, segundo Vargas (2001, p.147) o termo refere-se ao local onde se desenvolvem reuniões da comunidade ou de uma corporação, frequentemente funcionando como uma construção comercial coberta.

Figura 28: Palazzo della Ragione, na Piazza Mercanti, em Milão.



Fonte: Website La Piazza Che Non Sai. Disponível em:
<<http://lapiazzachenonsai.altervista.org/il-palazzo-della-ragione/>>. Acesso em 31 jul. 2018.

Figura 29: Localização da Piazza Mercanti em Milão, em representação do século XIX, com destaque para o Palazzo della Ragione ao centro da praça.



Fonte: Geoportale Comuni di Milano. Disponível em:
<<https://geoportale.comune.milano.it/sit/tematiche/storiografia/>>. Acesso em 31 jul. 2018.

Figura 30: Grand Place em Bruxelas, com Paço Municipal e de Mercado.



Fonte: Wikipedia. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Grand_Place>. Acesso em 31 jul. 2018.

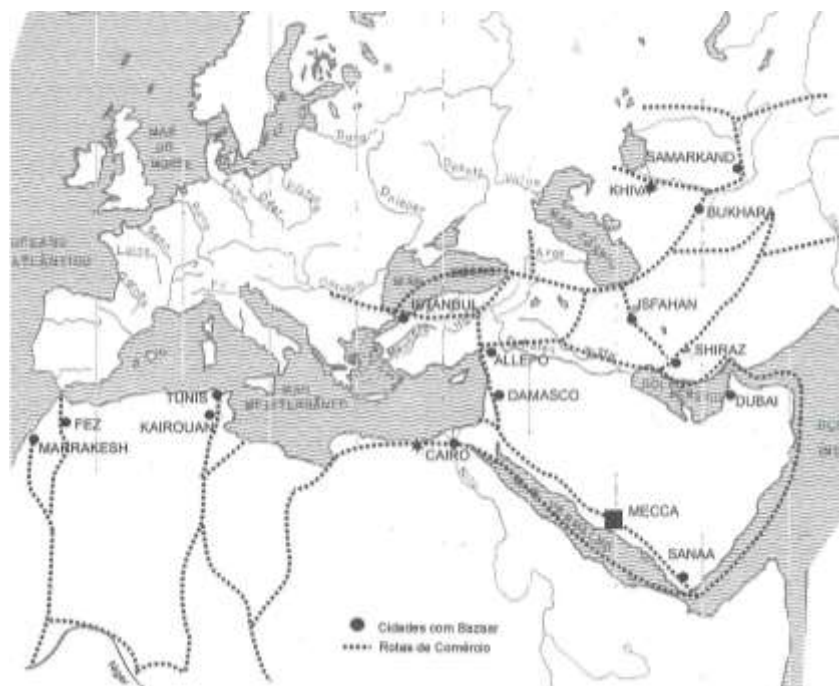
2.2.3 Bazares

A este ponto, vale retomar a abordagem deste texto ao início da Idade Média para tratar de outro formato de espaço de comércio e serviços que se destacou paralelamente, no oriente próximo, e que ainda hoje permanece vivo nas cidades islâmicas, sendo fonte de pesquisa e inspiração para o desenvolvimento do comércio planejado: o bazar.

A civilização islâmica teve origem no Oriente Médio, a partir do profeta Maomé (570-632 d.C), que unificou diferentes tribos que compunham a região sob uma mesma unidade político-religiosa. A expansão desta civilização levou à conquista de territórios na África, Europa e Ásia, de modo que no século VII, o Mar Mediterrâneo, anteriormente unificado sob o domínio romano, se encontrava dividido em duas partes, conforme a Figura 16. (BENEVOLO, 2015).

A localização geográfica da civilização islâmica, que incorporava o Oriente Médio, se beneficiava de rotas de comércio que foram estabelecidas desde o mundo antigo, que conectavam a Europa e a África à Índia e China (Figura 31). Sendo assim, tais regiões próximas às rotas, desde os tempos pré-islâmicos, tiveram a atividade comercial como a principal, o que contribuiu com o crescimento de cidades que ali já existiam e com o surgimento de novas capitais. O movimento de numerosas caravanas comerciais ao longo destas rotas comerciais – e das cidades que nela existiam – originou aos bazares da região.

Figura 31: Cidades e rotas de comércio do mundo árabe e a localização dos bazares.



Fonte: Vargas, 2001, p.105.

De acordo com Amini et al (2014), os bazares tiveram sua origem nas civilizações antigas, com instalações de tendas provisórias para troca de produtos ao longo das vias de maior fluxo de circulação entre as cidades orientais, promovendo, em determinados pontos dessas rotas, o surgimento de agrupamentos de mercadores. Foi durante o último império persa pré-islâmico⁶⁰ que estes agrupamentos começaram a se organizar de forma setorizada, de modo que os comerciantes e artesãos passaram a se aglomerar de acordo com os tipos de produtos que ofereciam – característica que prevalece ainda atualmente como conceito fundamental dos bazares enquanto espaços para comércio. Outro atributo típico dos bazares que também advém dos tempos pré-islâmicos corresponde à disposição enfileirada e faceada de centenas de tendas ou lojas. Segundo Vargas (2001), foi apenas no fim da Idade Média que arcos e abóbadas foram construídos como proteção permanente do comércio que já tinha se instaurado nessas regiões, momento

⁶⁰ Período governado pela dinastia Sasânida, entre os séculos III e VII.

em que os bazares adquiriram suas feições que podem ser vistas ainda hoje, como exemplifica a Figura 32.

Figura 32: Grand Bazaar e Spice Bazaar, respectivamente, localizados em Istambul.



Fonte: arquivo pessoal, 2013.

No mundo islâmico, que começou a se expandir após a morte de Moamé, no século VII, os bazares passaram a desempenhar cada vez mais importância na formação da estrutura das cidades⁶¹, sendo, segundo Vargas (2001), parte essencial desta sociedade.

Segundo Khan (2014), os bazares das cidades islâmicas são um grande produto desta civilização, não existindo um modelo similar no lado oeste da Europa, ao longo da Idade Média, ou até mesmo nas civilizações clássicas gregas e romanas. Contudo, Moosavi (2005) relaciona o bazar das tradicionais cidades islâmicas às praças que surgiram na Europa pré-industrial, visto que são espaços de atividade comercial e vida urbana. Além disso, o autor conecta o bazar à agora grega e ao fórum romano por este ser o coração da cidade tradicional árabe e sua capital social, e por concentrar ao seu redor

⁶¹ Alguns estudiosos acreditam que o complexo do bazar é o principal núcleo urbano da cidade islâmica; outros consideram a grande mesquita da cidade como seu centro mais importante. Entretanto, ambos são estruturas genuínas da cidade islâmica (AMINI et al, 2014). Segundo Nejad (2005), geralmente, as principais mesquitas das cidades eram construídas juntas aos complexos dos bazares. Taghizadehvahed (2015) destaca que a localização próxima entre o local de trabalho e mesquitas facilitava a ida dos comerciantes às orações, quando estas coincidiam com o horário comercial. Sendo assim, os bazares incorporavam as mais relevantes edificações e atribuições religiosas da cidade.

edifícios de importância política e religiosa. De acordo com Vargas (2001), assim como a ágora, o fórum e as praças de mercado, o bazar é um espaço público por excelência e local neutro e seguro para encontro de diversos grupos.

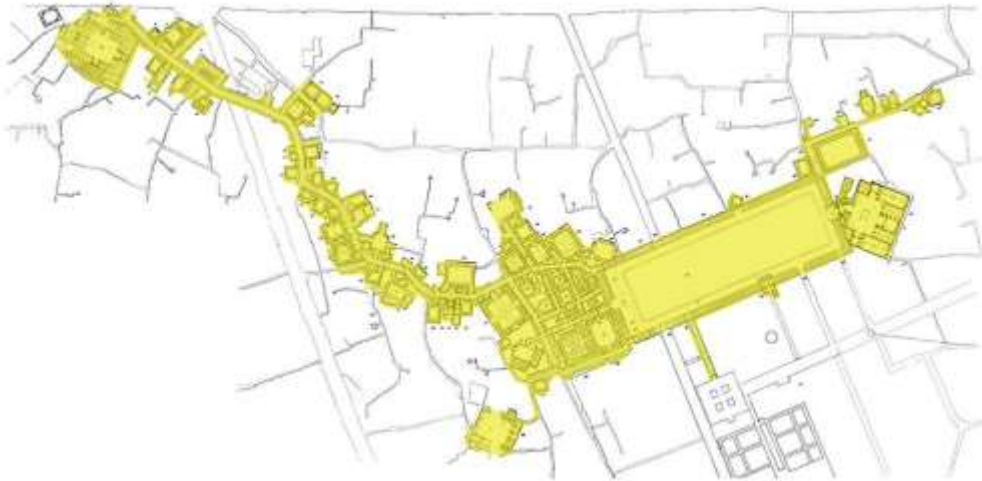
Os bazares podem ser considerados elementos urbanos integradores tanto em escala global quanto local por estarem conectados a importantes rotas de comércio internacionais e por serem elemento de junção de diferentes partes da estrutura física da cidade, de funções urbanas, de variadas culturas, e de diferentes classes sociais e econômicas, formando um espaço de coesão entre os cidadãos (AMINI et al, 2014). Khan (2014) ressalta que o bazar representava não só a possibilidade do encontro entre comerciantes, viajantes, camponeses, e moradores das cidades, mas servia como mecanismo de concentração e difusão de informações, culturas, tecnologias, artesanatos, literatura, etc. A autora acima destaca, inclusive, que os bazares também foram um importante veículo de propagação dos valores islâmicos, utilizados, por vezes, pelo próprio profeta Maomé como local para proferir discursos e ensinamentos.

Para Nejad (2005), o bazar é o núcleo espacial da cidade islâmica, com estrutura, localização e formato que influenciava de modo imperativo o desenvolvimento do tecido urbano. Considerando que as cidades cresciam continuamente em torno dos seus eixos significativos, os bazares, que se localizavam em tais eixos, nunca foram estáticos ou construídos de uma só vez, ou seja, estiveram sempre em processo de expansão. De acordo com Amini et al (2014), quanto maior esta área de expansão do bazar, maior seria a quantidade e diversidade de funções que ele passava a desempenhar.

Segundo Taghizadehvahed (2015), o tamanho dos bazares relacionava-se com a importância econômica da cidade. O autor também afirma que, em termos morfológicos, os grandes bazares se desenvolveram principalmente de forma linear, multiaxial ou em grid, conforme exemplificam as plantas dos bazares de Isfahan (Figura 33), Tabriz (Figura 34) e Istambul (Figura 35) respectivamente. Estas variações aconteciam por motivos como as

condições climáticas do local, fatores culturais, econômicos, disponibilidade de solo ou de acordo com o período em que tiveram suas estruturas edificadas.

Figura 33: Bazar de Isfahan.



Fonte: provida pela autora a partir de Website Iran Chamber Society. Disponível em: <http://www.iranchamber.com/architecture/articles/bazaar_of_isfahan2.php>. Acesso em 05 ago 2018.

Figura 34: Bazar de Tabriz.



Fonte: provida pela autora a partir de Taghizadehvahed, 2015, p. 115.

Figura 35: Bazar de Istambul.



Fonte: provida pela autora a partir de Taghizadehvahed, 2015, p. 116.

Utilizando o caso de Isfahan como exemplo, Amini et al (2014) afirma que o bazar da cidade é sua coluna vertebral⁶². De acordo com tais autores, dos principais eixos do bazar originavam-se múltiplas ramificações, que formavam um complexo com espaços de circulação primários e secundários, cobertos e não cobertos, cercados por edificações de um ou dois pavimentos em seus dois lados.

Ao longo da rota do bazar, além de estabelecimentos comerciais e de serviços, outras estruturas como casas de banho, pousadas, mesquitas, escolas, etc. eram construídas. Logo, segundo Taghizadehvahed (2015), o bazar se configurava como um conjunto de edificações com múltiplas funções, como comercial, religiosa, administrativa, de entretenimento, entre outras, que variavam de acordo com o contexto local. Embora não tivesse atribuições habitacionais, o bazar era, com seus produtos e serviços, a principal fonte de abastecimento da população e das zonas residenciais que surgiam em seu entorno. A conexão entre esses variados espaços, incluindo as áreas residenciais, criava um complexo vital para a cidade, o que leva Amini et al (2014) a afirmar que o bazar fazia parte de uma dinâmica contínua: ele nutria e era nutrido pela vida urbana.

⁶² No bazar de Isfahan, assim como em muitos outros casos, a direção do eixo principal do bazar fora determinada pelos portões principais da cidade, que era murada, passando pelo centro desta, sendo a maior rua do tecido urbano (MOOSAVI, 2005).

Sobre a já mencionada setorização funcional dos diversos tipos de mercados e prestadores de serviços nos interiores dos bazares, Vargas (2001, p.114) sugere a existência de uma lógica compositiva organizacional. Segundo a autora, nas periferias do complexo, por exemplo, encontravam-se profissionais como tintureiros, coureiros, açougueiros, ceramistas, serralheiros, vendedores de pólvora, entre outros, devido ao forte cheiro, barulho e sujeira provocados por estas atividades, assim como pelos riscos de incêndio e necessidade de espaços maiores para a realização de suas tarefas. Por questões de segurança, as atividades relacionadas ao câmbio e empréstimo de dinheiro tendiam a se localizar nas áreas centrais. Já os fornecedores de mercadorias destinadas às mulheres podiam ser estrategicamente vistos próximos aos joalheiros, enquanto os vendedores de produtos para os visitantes do campo se situavam próximos às entradas da cidade.

O fato dos bazares serem estruturados por uma grande quantidade de atividades diferentes no mesmo complexo leva Vargas (2001) a relacioná-los com os shopping centers ocidentais contemporâneos⁶³. Como nos shopping centers que emergiram séculos depois, além do característico mix de lojas e serviços oferecidos, os bazares abrigavam em seus interiores algumas atividades específicas e com localizações determinadas de forma estratégica dentro do complexo, para atrair e direcionar fluxos de visitantes. No caso dos bazares, algumas mesquitas, casas de banho, casas de chá, bancos, correios,

⁶³ Os shopping centers – centros de compra planejados – começaram a se ploriferar por volta da década de 50, nos Estados Unidos, em áreas periféricas em relação aos centros principais existentes nas cidades, principalmente devido a crescente taxa de motorização da população, capaz de se deslocar autonomamente em direção a tais novos centros, e ao alto valor do solo nas áreas centrais urbanas. Localizados nas interseções das rodovias, no limite da área urbanizada, os shopping centers buscavam concentrar lojas e serviços de finalidades diversas e possuíam grandes áreas de estacionamento no entorno. As vantagens de tais modelos, para o consumidor, eram a possibilidade de compras comparadas e associadas, áreas climatizadas e protegidas de intempéries, facilidade de estacionamento, etc. Para o fornecedor, os benefícios eram a diminuição de custos por meio da distribuição entre lojistas de gastos com promoções, publicidade, segurança, aumento de vendas por impulso, maiores áreas para implantação dos pontos de vende, etc. (VARGAS, 2001, p.253). Percebendo o aumento dos valores do solo em torno dessas novas áreas, os investidores imobiliários começaram a comprá-las para a construção de edifícios de escritórios, hotéis, apartamentos, etc., o que promoveu diversificação de usos também externamente aos *malls* (termo que designa os shopping centers, em inglês).

restaurantes e pensões podem ser exemplos dessa ideia de estabelecimentos inseridos taticamente no tecido do grande mercado (Figura 36).

Figura 36: Fotografia do interior do Grand Bazaar de Istambul, com destaque para sinalizações que indicam a localização de um posto de correios (PPT), do departamento policial (Zabita) e de instalação sanitárias de uso público, localizados no interior do complexo.



Fonte: Blog Tici Venola. Disponível em: <<https://tricivenola.wordpress.com/tag/ic-bedesten/>>. Acesso em 31 jul 2018.

Segundo Taghizadehvahed (2015), esta organização interior do bazar, de acordo com tipos de mercadorias e grupos artesanais, o subdivide em menores zonas com significados mercadológicos e sensoriais específicos.

Apesar das particularidades existentes em cada bazar, pode-se identificar que estes complexos tinham uma composição básica, formada por espaços de circulação estreitos cobertos ou semicobertos, chamados de *arastas*⁶⁴ (ou *rastas*), com lojas faceadas e enfileiradas em ambos os lados dos corredores, agrupadas de acordo com os setores de produtos que forneciam, e voltadas para os espaços internos do conjunto. Adiciona-se a esta descrição a existência de edificações específicas, que variavam de acordo com as múltiplas funções que cada bazar oferecia.

⁶⁴ De acordo com o Dicionário de Arquitetura Islâmica (PETERSEN, 1976), *arasta* é um termo turco para designar rua ou fileira de lojas cobertas ou, menos frequentemente, descobertas. Segundo esta publicação, as estruturas das *arastas* eram inicialmente construídas em madeira. Com o tempo, estas desapareceram em grande parte, restando apenas aquelas feitas de materiais mais permanentes.

Os espaços de circulação que apresentavam coberturas visavam proteger os frequentadores das fortes incidências solares, tempestades de areia e ventos quentes da região. Por este mesmo motivo, as lojas se voltavam para os interiores dos complexos, característica que os distinguiu das praças de comércio ocidentais do mesmo período (TAGHIZADEHVAHED, 2015). De acordo com Taghizadehvahed (2015) e Petersen (1976), tais aspectos do modelo oriental são influência para formatos varejistas planejados que se destacaram posteriormente na Europa ocidental, como as passagens e galerias comerciais que surgiram a partir do século XVI⁶⁵.

Geralmente, as coberturas das áreas de circulação dos bazares eram construídas com armações de madeira e vedação em palha ou tecido, como ainda pode ser observado no bazar de Marraquexe (Figura 37). Em exemplos de bazares com estrutura mais desenvolvida, estas foram cobertas por sequências abobadadas ou de cúpulas, como em casos de Istambul, representados anteriormente na Figura 32. Pequenas aberturas nestas estruturas podiam fornecer iluminação natural aos interiores do complexo.

Figura 37: Bazar de Marraquexe.



Fonte: arquivo pessoal, 2015.

⁶⁵ As abordagens sobre passagens e galerias serão feitas no capítulo seguinte.

Para a realização de atividades de comércio, produção de manufaturas e serviços, além de pequenas lojas ou tendas individuais em disposição linear, que delineavam os característicos corredores dos bazares, algumas estruturas como os *bedestans*, *hans* (também chamados de *khans*, *saras*, ou *caravanseirais*) e *meydans* podem ser destacadas como componentes arquitetônicos estruturadores do complexo.

Os *bedestan* são edificações cobertas e fechadas, com interiores divididos em células (lojas). Geralmente foram construídos na área e período de dominação otomano, podendo ter suas estruturas relacionadas às das basílicas criadas pelos romanos nos séculos anteriores.

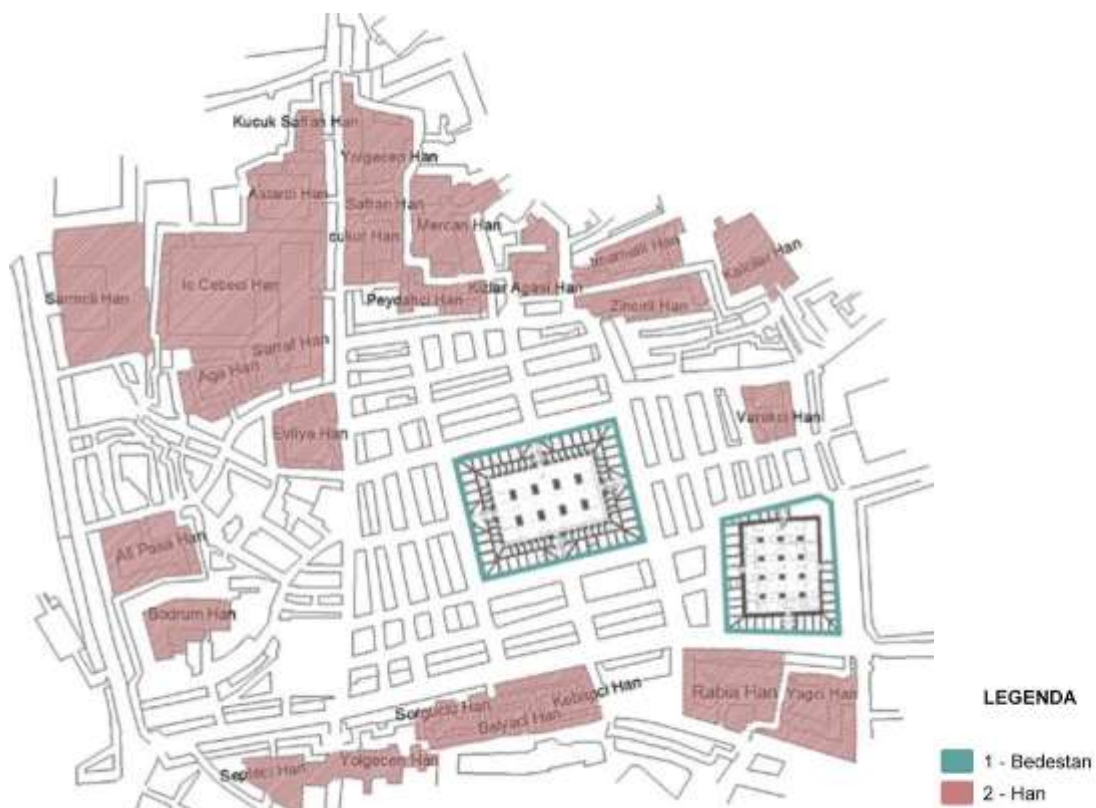
O Grand Bazaar de Istambul, por exemplo, possui dois *bedestans* dentre os seus pontos principais, o İç Bedesten⁶⁶ e o Sandal Bedesten⁶⁷, (Figura 38, Figura 39 e Figura 40). Estas construções são conectadas uma a outra e à estrutura geral do bazar por meio de *arastas*. É a articulação compacta entre *bedestans* e *aratas*, em grid, que conforma o arranjo básico deste Grand Bazaar, de modo a criar uma ligação contínua entre as áreas de circulação cobertas e os diferentes setores do bazar, que se tornam interdependentes entre si.

Ao todo, o Kapalçarsi possui mais de sessenta ruas cobertas que conectam edificações internas e que se entrelaçam ao tecido urbano de Istambul, fazendo com que a área do Grand Bazaar seja marcada pela maior densidade de espaços cobertos (TAGHIZADEHVAHED, 2015).

⁶⁶ Também chamado de Old Bedestan, Cevahir Bedesten, Inner Bedesten ou Great Bedestan, possui cobertura formada por quinze cúpulas apoiadas sobre oito pilares, com quatro portões de acesso centralizados em cada um de seus quatro lados.

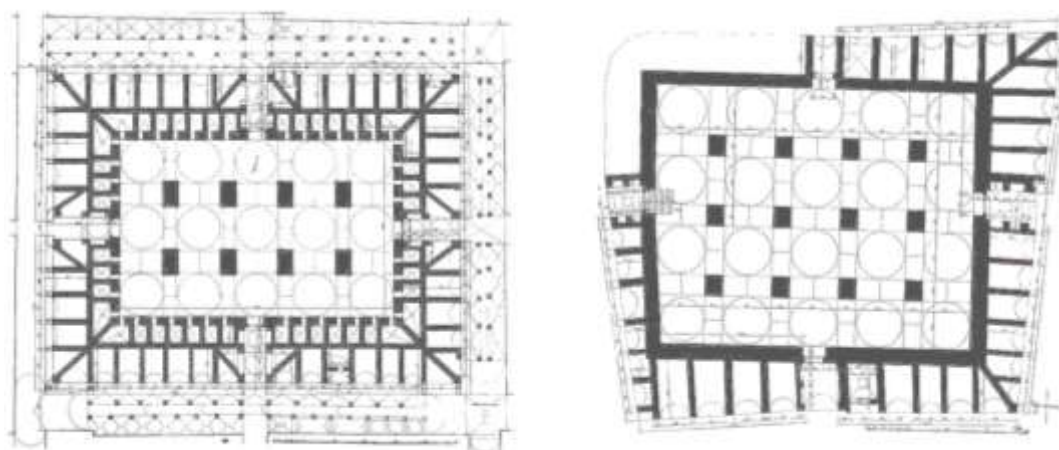
⁶⁷ Localizado ao sudeste do İç Bedestan e ao lado da Mesquita Nurusmaniye, possui 20 cúpulas sobre 12 pilares e quatro portões de acesso ao seu interior.

Figura 38: Planta do Grand Bazaar de Istambul (Kapalçarsi), com as edificações dos *bedestans* e *hans* destacadas.



Fonte: provida pela autora a partir de Taghizadehvahed, 2015, p.46.

Figura 39: Plantas do İç Bedesten e Sandal Bedesten, respectivamente, localizados no Grand Bazaar (Kapalçarsi), de Istambul.



Fonte: Website Archnet. Disponível em: <https://archnet.org/sites/3472/media_contents/8563>. Acesso em 05 ago 2018.

Figura 40: Fotografia com vista sobre o Kapalıçarşı, de 1976, com o İc Bedesten em primeiro plano, o Sandal Bedesten acima, e a mesquita de Nuruosmaniye ao fundo à esquerda.



Fonte: Blog Tici Venola. Disponível em: <<https://tricivenola.wordpress.com/tag/ic-bedesten/>>. Acesso em 05 ago 2018.

Figura 41: Vista aérea do Kapalıçarşı, atualmente, com destaque para as vias de pedestres cobertas (em azul), vias descobertas estreitas de circulação local para pedestres e veículos (em branco) e vias descobertas largas com predomínio de circulação de automóveis (em amarelo).



Fonte: Taghizadehvahed, 2015, p.41.

A questão da conectividade também marca a relação do bazar com o restante da cidade no que se refere à direção dos traçados das vias e à experiência do pedestre, que das ruas cobertas acede às vias locais, com circulação de automóveis e pessoas, para só então ter contato com as vias

com predominância de circulação de automóveis (Figura 41). Logo, segundo Taghizadehvahed (2015), pode-se afirmar que o interior do bazar tem continuidade em seu exterior e que a experiência do usuário – ou seja, o caminhar dos pedestres – é tida como causa dominante do formato do bazar. Os caminhos cobertos interligam a estrutura interna do bazar que, ao mesmo tempo, se integra à estrutura da cidade.

Os *hans*, que aparecem nas literaturas revisadas também com as denominações *caravanseirais*⁶⁸, *khans*⁶⁹, ou *saras*, são outros elementos de relevância na composição do formato e da dinâmica dos bazares, conforme se pode observar na Figura 38. Estas edificações foram utilizadas por diversas civilizações como estruturas multiuso de suporte ao comércio, construídas ao longo de suas tradicionais rotas. Podiam ser encontradas em trajetos comerciais tanto fora das cidades, sendo utilizadas como locais para descanso e alojamento de curto prazo de mercadores viajantes, seus bens e animais, quanto dentro das cidades, com funções adicionais de estocagem e distribuição de mercadorias, locais de negociação, escritório de cambistas, hospedagem, etc. (UNESCO, 2004).

As edificações dos *hans* possuem cerca de dois ou três pavimentos voltados para um pátio interno descoberto e, além de terem sido construídas principalmente para serem utilizadas como locais de negociações e hospedagem com fins comerciais, podiam ter oficinas e lojas no térreo. Por meio da apresentação da Figura 42, relaciona-se tais estruturas às de pequenas praças medievais europeias, cercadas por pórticos contínuos no pavimento térreo, dirigidos a um espaço central.

⁶⁸ O termo turco *caravanserai* deriva das palavras *caravan* e *serai*, que significam grupos de viajantes e palácio, respectivamente (PETERSEN, 1976).

⁶⁹ Segundo o Dicionário de Arquitetura Islâmica (PETERSEN, 1976), os *caravanserai* são similares aos *khans*, *hans* e *saras*, diferindo-se destes por serem considerados mais específicos para viajantes em caravanas, conforme fica evidente no próprio termo.

Figura 42: Zincirli Han e İç Cebeci Han, respectivamente, no Grand Bazaar de Istambul.



Fonte: Blog Istanbul For 91 Days. Disponível em:
<<http://istanbul.for91days.com/2013/06/10/the-hans-of-the-grand-bazaar/>>. Acesso em 08 ago 2018.

Vargas (2001) chama os *caravanseirais* de casas atacadistas e destaca o papel destas edificações como ponto por onde, em muitos casos, se iniciava o desenvolvimento dos bazares. A autora os descreve como edifícios com mais de um pavimento e com um pátio interno geralmente conectado ao exterior por uma única entrada.

Já os *meydans* (ou *maidans*) são definidos por Petersen (1976) como grandes espaços abertos, podendo ser comparados às praças de maiores dimensões da Europa medieval. Estes possuem um átrio central descoberto, que se diferencia no complexo do bazar de caráter majoritariamente coberto e fechado e, assim como os *hans* e *bedestans*, podem ser utilizados com marcos de localização e referência de orientação para seus usuários.

Tais grandes praças contornadas por camadas de estabelecimentos de comércio e serviços, mesquitas ou outros edifícios públicos, que fazem parte do complexo do bazar, podem ser encontradas em casos iranianos, como

no Bazar de Isfahan, que possui dois *meydans*. O Old Meydan (Imam Ali Square) se situa no local de surgimento deste bazar, que remonta aos períodos pré-islâmicos, ponto por onde passava a Rota da Seda. O New Maydan (Naqsh-e Jahan Square) (Figura 43) foi concebido no século XVI, quando o rei⁷⁰ decidiu expandir a cidade para uma nova área a sudoeste. A conexão entre o antigo e novo centro planejado de Isfahan⁷¹ se deu pelo eixo do bazar, que se expandiu, conectou os dois *meydans* da cidade e fez vigorar a vida social e urbana ao longo desta área (Figura 44).

Figura 43: New Maydan de Isfahan e uma das *arastas* que dão acesso à praça.



Fonte: Google Earth. Acesso em 08 ago 2018.

⁷⁰ Este período corresponde ao da dinastia Safavida, que reinou entre 1501 e 1736 no território que corresponde ao Irã.

⁷¹ A parte mais antiga do Bazar de Isfahan é caracterizada pelo seu crescimento de forma orgânica. Já a área que se desenvolveu mais recentemente, no período Safavida, foi planejada e possui traços que contrastam com suas seções mais antigas. Este tipo de desenho urbano planejado, que passou a vigorar a partir do século XV e XVI, e que também caracteriza as praças renascentistas e barrocas ocidentais, será abordado mais especificamente no capítulo seguinte.

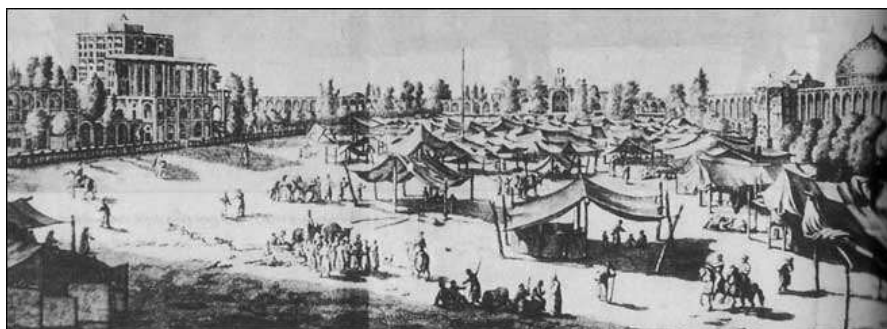
Figura 44: Mapa que destaca a conexão entre o Old Maydan e o New Maydan em Isfahan.



Fonte: Pourjafar, Amini, Varzaneh e Mahdavinejad, 2014, p. 16.

Vale mencionar, segundo Gharipour (2013), que estas grandes praças que faziam parte do complexo do bazar, rodeadas por estabelecimentos fixos, podiam sediar também, em seu espaço central, mercados temporários, que atraíam comerciantes de outras localidades, como representado na Figura 45.

Figura 45: Mercados periódicos na Naqsh-e Jahan Square, em Isfahan.



Fonte: Website Iran Chamber Society. Disponível em: <http://www.iranchamber.com/architecture/articles/bazaar_of_isfahan2.php>. Acesso em 08 ago 2018.

2.3 DISCUSSÕES SOBRE O CAPÍTULO

Seguindo a proposta de analisar um dado período histórico, entendendo seu contexto social, econômico, cultural e político, e de, a partir disso, identificar formatos de negócios que se destacaram abrigoando as atividades de comércio e serviços em tal período, o Capítulo 2 se ocupou de estudos sobre a Idade Média.

Tais análises permitiram compreender que o clima de insegurança, diante da desfragmentação do Império Romano, foi um dos principais fatores que nortearam a reorganização dos grupos humanos vivendo no continente europeu. A necessidade de proteção fez diminuir a população das antigas cidades e atraiu à vida no campo, mais isolada. Este processo levou à ocupação dos interiores do continente europeu, dando-lhe uma nova sistematização.

Entre descendentes romanos e povos de origem bárbaras, novos núcleos humanos se formaram, com vínculos de submissão e lealdade, reorganizando o domínio das terras europeias e os exércitos de combatentes para protegê-las. O feudalismo, gerado desde a Alta Idade Média, se tornou o sistema dominante de organização social, política e econômica na Baixa Idade Média, quando novos modos de vida se estabeleceram: renascia a importância e a possibilidade da vida urbana e suas atividades.

Diante desta história de retração das comunidades, dispersão no território europeu e reorganização de novas comunidades, as atividades de troca também se adaptaram, não mais acontecendo nos grandes complexos compostos de extensos espaços abertos e multiplicidades de edificações circundantes, como foram a ágora e o fórum nas cidades das civilizações grega e romana, respectivamente.

Para melhor explicar os novos formatos de estruturação das atividades terciárias no período da Idade Média, organizou-se, assim como foi feito ao fim do Capítulo 1, um quadro que relaciona, a partir de revisões bibliográficas e análises feitas, os considerados mais relevantes espaços de

realização das atividades de negócio no período histórico medieval com suas localizações e escalas (Figura 46).

Figura 46: Síntese das análises feitas no Capítulo 2.

| | | | | |
|-----------------------|--|----------------------------|-----------------|-----|
| LOCALIZAÇÃO | EUROPA | | ORIENTE PRÓXIMO | |
| COMPLEXO ESTRUTURADOR | PRAÇAS | | BAZARES | |
| ELEMENTO | EDIFICAÇÕES COM PÓRTICOS NO TÉRREO | SEDE DAS CORPORAÇÕES | ARASTAS | HAN |
| MÓDULO MÍNIMO | FIXO / TEMPORÁRIO | | | |

Fonte: da autora, 2019.

No quadro, as **praças** são destacadas como os principais locais de realização das atividades terciárias nos tempos medievais, no contexto do território europeu. As feiras, também mencionadas no capítulo, são consideradas de muita relevância na caracterização da atividade mercantil do período, mas acredita-se que a principal contribuição delas nas novas formas urbanas tenha sido atrair populações de mercadores para zonas com concentração humana estabelecidas, originando áreas de mercado nos exteriores dos muros que protegiam os centros habitados. Com o tempo, estas áreas de mercado foram sendo incorporadas pelas fortalezas urbanas, levando-as a integrarem-se aos núcleos urbanos das cidades medievais.

Nos núcleos urbanos, os espaços de acontecimento dos mercados foram ocupando posições mais centrais, muitas vezes próximas às igrejas principais das cidades, repetindo a lógica antiga de buscar se estabelecer em zonas de fluxo e atração de pessoas. Estar próximo a concentrações humanas, ainda que estas fossem ocasionadas por outras finalidades, como a religiosa, rendia mais contato com possíveis compradores e favorecia a realização de negócios.

Logo, na Idade Média, as praças de mercado são centros importantes que reativaram a ideia da ágora ou do fórum nos interiores

urbanos. Contudo, de modo geral, ocupavam menores dimensões do que estes, uma vez que as próprias cidades medievais tinham se originado assumindo condições espacialmente mais contidas e limitadas e, dessa forma, seus espaços interiores se relacionam a esta nova proporção urbana.

Sendo assim, as praças são consideradas, para a Idade Média, assim como as ágoras e fóruns foram para as cidades antigas clássicas, “complexos estruturadores” urbanos, sendo os principais locais de realização da atividade terciária no período. Estas, quando analisados os interiores dos núcleos urbanos medievais, também se destacam pelas seguintes características: localização central ou privilegiada no contexto urbano e fácil acesso dentro do núcleo urbano ao qual fazia parte. De caráter público e coletivo proporcional à dimensão, ao nível de proteção, e ao isolamento da cidade onde se localizava, as praças medievais tinham uma atmosfera mais íntima do que as ágoras e fóruns, com nível de acolhimento relacionado às suas definições de proteção. Ainda que de menores dimensões e mais fechadas em relação aos “complexos estruturadores” do período antecessor, as praças também tinham características híbridas e concentravam múltiplas funções.

Relacionadas às praças, valendo-se de sua importância e capacidade de concentração humana, algumas das edificações de seus entornos também se dedicavam à atividade terciária. Um dos formatos característicos que estas edificações assumiram foi de uma **estrutura porticada no térreo**, que criava áreas cobertas ao redor da praça e abrigava oficinas e lojas enfileiradas, voltadas para seu centro. Os andares superiores destas estruturas edificadas podiam abrigar residências, fazendo com que tais edifícios fossem algo como as *insulae* que os romanos já tinham construído em seus tempos de república e império. A diferença, entretanto, é a posição ocupada por tais edificações nas cidades: enquanto nas romanas eram edificações secundárias, não pertencentes ao complexo urbano principal do fórum, nas cidades medievais, desenharam contornos das praças, embora também estivessem presentes em outras áreas do tecido urbano medieval.

Quando as atividades de comércio, serviços e de produção de bens passaram a ser reguladas por corporações municipais, na Baixa Idade Média, e estas se transformaram em importantes instituições medievais, suas sedes se tornaram relevantes edifícios construídos nas principais praças de mercado ou arredores. As edificações **sede das corporações** abrigavam atividades administrativas que surgiram para regular as atividades mercantis e artesanais, eventos para seus membros, assim como mercados cobertos em seus interiores ou em seus terraços abertos. Logo, estes edifícios também são considerados característicos da história das atividades mercantis e dos diferentes espaços que já ocuparam.

Logo, na Europa medieval, as praças são os principais “complexos estruturadores” das atividades de negócios nas cidades e, relacionadas a elas, edificações com pórticos no térreo e sede das corporações reguladoras também serviam a tais atividades, sendo, por isso, classificadas como “elementos” do complexo da praça, assim como foram considerados as *stoas* no complexo da ágora grega e os mercados e basílicas no complexo do fórum romano.

Incluiu-se também neste quadro a análise feita sobre os locais de realização das atividades de negócios desenvolvidos pela civilização árabe, que a partir do século VII vigorou e dominou parte do Mediterrâneo e territórios do Oriente próximo. Neste contexto, os **bazares** são considerados “complexos estruturadores” de suas cidades, abrigando uma infinidade de atividades relacionadas ao comércio, aos serviços, assim como oficinas, hospedagens, templos, banhos, entre outros. É interessante destacar que os bazares tem uma multiplicidade de funções, uma efervescência, um nível complexo de estruturação, e uma escala maior de ocupação do tecido urbano, que os aproximam mais das ágoras e fóruns do que as praças europeias medievais propriamente. Mas, devido à cultura da civilização árabe e à localização geográfica de suas cidades, os bazares se organizaram de modo original, sem correspondência na história: são um emaranhado denso de elementos edificados e funcionalidades, por vezes abertos, por vezes cobertos, que

ocupam as áreas centrais das cidades e se fundem com o restante do seu tecido urbano. Os bazares são como o coração pulsante da vida de cada cidade árabe onde se desenvolvem e, com suas artérias e veias, reúnem e distribuem pessoas e atividades.

Dentro dos bazares, compostos por diferentes tipos de edificações, que assumem uma diversidade de funções, sintetiza-se que as **arastas** e **hans** são alguns dos “elementos” essenciais que compõem o seu complexo. As *arastas*, vias de pedestres com lojas e oficinas em ambos de seus lados, cobertas, descobertas, ou semicobertas, por vezes bastante estreitas, dão uma nova relevância ao “módulo mínimo” comercial no contexto árabe. Os *hans*, por sua vez, são como pequenas praças medievais incluídas no complexo do bazar, denotando a grandiosidade da totalidade deste.

Em todos os casos, em contexto europeu ou em contexto árabe, os “módulos mínimos” se integram aos “elementos” que constituem o “complexo estruturador” principal das atividades de negócios. Eles também coexistem em formas fixas ou temporárias. Contudo, vale ressaltar, que nos tecidos urbanos medievais, estes também se espalhavam, mesmo que menos densamente, em outros trechos das cidades.

CAPÍTULO 3: ERA DE REVOLUÇÕES

A proposta deste capítulo é tratar de espaços de realização de atividades comerciais em um contexto histórico denominado, nesta dissertação, “Era de Revoluções”⁷².

Aqui, será abordado o cenário compreendido entre o século XV e o fim da primeira metade do século XIX. Este conteúdo corresponde, segundo a periodização clássica da história, à Idade Moderna e aos primeiros decênios da Idade Contemporânea.

De acordo com esta periodização clássica, o que assinala o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna é o acontecimento da queda de Constantinopla, em 1453. Contudo, não é este marco ou ano que delimita o término do segundo capítulo desta dissertação e início do terceiro. Este último se distingue dos seus predecessores porque trata de um contexto social, político, econômico, científico e cultural de características distintas às referidas aos períodos abordados anteriormente. Seguindo a mesma lógica de pensamento, este capítulo não se restringe ao fim da chamada Idade Moderna segundo costuma determinar a história, marcado pelo evento da tomada da Bastilha parisiense, em 14 de julho de 1789, que simboliza o início da Idade Contemporânea. A discussão, aqui, supera tal marco histórico e inclui a primeira metade do século seguinte, uma vez que estes anos são de intensa conexão com os seus precedentes ao se considerar a temática desta pesquisa.

De todo modo, pode-se dizer que é a sociedade moderna a que protagoniza este capítulo. Segundo Ascher (2010, p.22), o que a originou foi a interação entre dinâmicas socioantropológicas – a individualização, a racionalização e a diferenciação social – que já existiam em diversas

⁷² Este termo foi inspirado nas bibliografias de Eric Hobsbawm (1917-2012), um dos historiadores mais importantes do século XX. Entretanto, o que se considera como “Era de Revoluções”, nesta dissertação, extrapola o conteúdo explícito por Hobsbawm (1998), que se restringe à revolução industrial inglesa e à Revolução Francesa, no período que define entre 1789 e 1848. Nesta dissertação, inclui-se a abordagem da “Revolução Científica”, conceito de Alexandre Koyré, da “Revolução Comercial”, que desenvolveu o capitalismo mercantil, segundo Vargas (1992), e das “Revoluções Urbanas Modernas”, termo baseado na produção bibliográfica de François Ascher.

sociedades, mas que, durante a Idade Média, entraram em ressonância na Europa. De acordo com o autor:

muitas outras sociedades passaram e passam por transformações, tem história: mas não se organizam necessariamente tendo como núcleo central da sua dinâmica de funcionamento a mudança, o progresso, o projeto. Pelo contrário, é a tradição que constitui seu princípio essencial, e a referência ao passado que fundamenta, de forma geral, suas representações de futuro. (ASCHER, 2010, p.21)

Logo, para Ascher (2010), o fim da Idade Média e da hegemonia de suas instituições tradicionais teria possibilitado a ascensão de uma sociedade que, pela primeira vez na história, teria a aceitação e busca da mudança como princípio e essência.

A espiral de desenvolvimento pela qual entrara a sociedade moderna nascente engendrou uma era de transformações que, de tão profundas, são chamadas de “revoluções”. Essas revoluções se deram em diferentes áreas: sociais, políticas, econômicas, científicas, tecnológicas, urbanas, etc., e ocasionaram consequências na atividade comercial e nos seus espaços de acontecimento – que são os objetos de investigação principal desta pesquisa.

Sendo assim, o período tratado neste capítulo é marcado por constantes transfigurações de caráter profundo e multidisciplinar, consideradas revoluções, e, devido a isso, o cenário aqui abordado apresenta um nível de complexidade distinto dos anteriores. Logo, para que este possa ser melhor compreendido, o subcapítulo 3.1, destinado à sua contextualização, foi dividido em quatro partes. A primeira discorre sobre uma revolução que caracteriza o âmbito científico, tendo acontecido por volta do século XVII, segundo estudiosos como Alexandre Koyré, representando alterações na estrutura de pensamento da sociedade moderna e originando a chamada Ciência Moderna. A segunda trata de uma revolução comercial, observada no texto de historiadores que abordam o período e mencionada também por Heliana Comin Vargas (1992), que transformou os rumos da economia na modernidade e fez ascender o sistema capitalista. A terceira ocupa-se de uma revolução no sistema de produção, protagonizada pela Inglaterra, abordada por historiadores

como a primeira revolução industrial ou primeira fase da revolução industrial, que deu força ao capitalismo industrial. Já a quarta parte discorre sobre uma revolução de caráter urbano, chamada por Ascher (2010) de revolução urbana moderna, composta por fases distintas.

Vale deixar claro que o que aqui está sendo chamado de “revolução” não é caracterizado por eventos pontuais, ou acontecimentos súbitos. Este termo está sendo utilizado para representar conjuntos de acontecimentos complexos, não isolados, interdisciplinares, que alteraram profundamente o curso da história e da sociedade, e que podem ser assim descritos atualmente devido a análises de historiadores que embasam a construção deste texto. Como registra Koyré (2006, p.2): “também as revoluções precisam de tempo para se acostumar; também as revoluções tem uma história”.

Sobre o próprio termo “revolução”, atenta-se que este, antes do século XVIII, era utilizado para significar uma trajetória que se repete ou movimento cíclico. Foi apenas a partir de escritos iluministas franceses que a palavra passou a ser também utilizada com a ideia de ruptura, para referir-se a uma radical e irreversível reorganização de desenvolvimento, que gera um novo estado das coisas, nunca visto ou testemunhado de tal forma. (SHAPIN, 1996, p.3)

Logo, as revoluções tratadas em 3.1 são meios para se entender as transformações da sociedade, da economia, da política, da ciência, das técnicas, etc. ocorridas neste período e auxiliarão na compreensão do papel e da relevância dos formatos de negócio destacados em 3.2. Primeiramente, a abordagem das praças e bazares advindos do período medieval, porém em um contexto moderno, evidenciarão as primeiras distinções deste período em relação aos anteriores. A seguir, os mercados cobertos e as feiras modernas, que também se distinguem dos seus predecessores, serão discutidos. Por fim, serão apresentados formatos de negócios considerados inovações desta era de revoluções: as Grandes Exposições Internacionais, as arcadas, as galerias e as lojas de departamentos, que revolucionaram a forma de comercializar e de consumir neste período, influenciando fortemente o mundo contemporâneo.

Vale destacar que os formatos de espaços de comércio tratados neste capítulo são produtos do contexto de revoluções e, ao mesmo tempo, influenciaram tal contexto em curso, dado que, conforme já explicitado, a história não se desenvolve como uma linha de acontecimentos lineares e sucessivos.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1.1 Revolução científica

O termo “Revolução Científica” refere-se a um processo histórico que tem como causa e efeito a chamada Ciência Moderna na Europa. De acordo com Silva (2010), este termo representa um conceito, e não um fenômeno em específico, e é utilizado desde o século XVIII. Entretanto, foi o filósofo e historiador francês de origem russa, Alexandre Koyré (1892-1964)⁷³, que tornou a expressão mais precisa e difundida, a partir de suas publicações do início do século XX (SILVA, 2010).

Para Koyré, a revolução científica teve seu ápice no século XVII, a partir do desenvolvimento do que chama de pensamento moderno, e inaugurou o campo de conhecimento das ciências tal como o conhecemos hoje. Na apresentação do livro de Koyré, *Do Mundo Fechado ao Universo Infinito* (2006), o filósofo Manoel Barros da Motta escreve que “essa revolução tem como consequência refundir os princípios mesmos da racionalidade filosófica e científica, assim como os das noções de movimento, espaço, e mesmo do saber e do ser” (KOYRÉ, 2006, p.X).

Ao estudar a história do pensamento científico e filosófico dos séculos XVI e XVII, Koyré (2006) assume o seguinte trecho:

vi-me forçado a reconhecer, como muitos outros antes de mim, que durante esse período o espírito humano, ou pelo menos o europeu, sofreu uma revolução profunda, que alterou o próprio quadro e padrões de nosso pensamento, e da qual a ciência e a filosofia modernas são, a um só tempo, raiz e fruto. (KOYRÉ, 2006, p.1)

Logo, a revolução científica descrita por Koyré é tida como resultado e fonte de uma nova estrutura de pensamento humano reformulado, principalmente a partir da substituição da ideia do cosmos aristotélico antigo, fechado, ordenado e finito, por outras noções como a do universo indefinido de

⁷³ Alexandre Koyré foi um dos autores que se ocupou do estudo da história do pensamento científico sob um novo modelo historiográfico no início do século XX, que ia de encontro ao modelo positivista utilizado nas narrativas até então (LIMA, 2017).

Nicolau de Cusa (1401-1464) ou a de universo infinito de Giordano Bruno (1548-1600) (LIMA, 2017). Conforme menciona Shapin (1996), esta revolução era tida por Koyré como a mais profunda alcançada ou sofrida pelo pensamento humano desde a civilização grega clássica. Para Koyré, as personalidades que marcaram o desenvolvimento dessas novas formas de entender o mundo, como Nicolau Copérnico (1473-1543), Johannes Kepler (1571-1630), Galileu Galilei (1564-1642) e René Descartes (1596-1650), além dos já citados Nicolau de Cusa e Giordano Bruno, não lidavam com a filosofia, a ciência ou a teologia como se fossem compartimentos separados, mas com entrecruzamentos de concepções metafísicas e religiosas (MACHADO, 2017).

Esta revolução científica, entretanto, é definida por historiadores de diferentes maneiras. Alguns destacam a revolução científica como o surgimento de uma nova cosmologia, que substituiu o mundo geocêntrico ou antropocêntrico da astronomia grega e medieval pelo universo heliocêntrico, ou posteriormente acêntrico, da astronomia moderna. Outros realçam-na como um período de conversão do espírito humano, com a transição de um homem espectador, que lida com a ciência de forma contemplativa, para um homem ativo, “proprietário e senhor da natureza” (KOYRÉ, 2006, p.1). Diferentes literaturas, segundo Koyré (2006), também expõem esta revolução como um “crise de consciência europeia” ou como um período de substituição de um modelo teológico e organicista do pensamento por um modelo mecânico e causal, que teria contribuído com a “mecanização da concepção do mundo” a partir do século XVIII (KOYRÉ, 2006, p.1). Koyré (2006) reconhece tais aspectos como importantes, mas faz a seguinte afirmação:

Em minha opinião, no entanto, esses aspectos são concomitantes e expressões de um processo mais profundo e mais fundamental, em resultado do qual o homem, como às vezes se diz, perdeu seu lugar no mundo, ou, dito talvez mais corretamente, perdeu o próprio mundo em que vivia e sobre o qual pensava, e teve de transformar e substituir não só seus conceitos e atributos fundamentais, mas até mesmo o quadro de referência de seu pensamento.” (KOYRÉ, 2006, p.5-6)

Ainda assim, Koyré (2006) deixa claro que, para ele, duas mudanças principais acarretadas pela revolução científica do século XVII podem ser

identificadas: a destruição do cosmos⁷⁴ e a geometrização do espaço⁷⁵. E são elas que conduzem a narrativa do autor em sua publicação que busca analisar o caminho que levou o mundo fechado dos antigos para o aberto dos modernos, sendo isto fruto de novas atitudes mentais e novas estruturas de pensamento tanto científico quanto filosófico, não descritas apenas por teorias, fórmulas matemáticas ou novidades científicas, mas por novas concepções sobre o mundo, sobre a forma de entender a natureza, o universo, a existência de deus, de um criador e todo um conjunto de questões filosóficas (SILVA, 2010).

As origens da chamada revolução científica também são um ponto de divergência entre os historiadores. Para Koyré, esta teria se iniciado no século XV e XVI, pois autor defende uma ideia de ruptura, concentrada neste período, entre os pensadores modernos e os medievais⁷⁶. Segundo o autor, a ruptura das estruturas teóricas existentes teria levado à uma descontinuidade que fez a ciência se desenvolver de modo revolucionário (SILVA, 2010). Um

⁷⁴ “A substituição da concepção de mundo como um todo finito e bem ordenado, no qual a estrutura espacial materializava uma hierarquia de perfeição e valor, por um universo indefinido ou mesmo infinito, não mais unido por subordinação natural, mas unificado apenas pela identidade de seus componentes supremos e básicos.” (KOYRÉ, 2006, p.2)

⁷⁵ “A substituição da concepção aristotélica do espaço, um conjunto diferenciado de lugares intramundanos, pela concepção da geometria euclidiana – uma extensão essencialmente infinita e homogênea – a partir de então considerada como idêntica ao espaço do mundo real.” (KOYRÉ, 2006, p.2)

⁷⁶ Para atestar sua visão da história da ciência, Koyré buscou retomar a documentações originais públicas ou inéditas, e se atentar principalmente aos percalços científicos das épocas estudadas pois, diferentemente dos historiadores de visão positivista do início do século XX, defendia que as dificuldades, equívocos, empecilhos e descobertas acidentais podiam ensinar mais sobre o desenvolvimento da ciência do que as grandes descobertas. Para Koyré, o erro permite visualizar a trama, ou a estrutura de pensamento, dentro da qual as teorias estão inseridas. Deste modo, se ocupar da história da ciência não se tratava de narrar apenas novas teorias e descobertas em uma marcha linear rumo ao progresso, mas estas alterações profundas na estrutura de conhecimento e atitudes mentais de personagens conhecidos, como Galilei e Descartes, e também desconhecidos, de modo que “o desenvolvimento da ciência seria fruto de alterações nas estruturas de pensamento não de um, mas de vários cientistas” (SILVA, 2010, p.24). Ainda que Koyré defenda uma ideia de descontinuidade em relação à Idade Média, sua visão deve ser analisada como uma das vertentes de estudo da história da ciência, diferente da vertente continuísta positivista – o que não exclui a importância de acontecimentos medievais que contribuíram com o desenvolvimento da ciência. Como afirma Mumford (1998, p.375), “as culturas humanas não morrem num dado momento, como organismos biológicos”.

argumento contrário seria o de Pierre Duhem (1861-1916), que considera que os princípios que serviriam à origem da ciência moderna já estavam presentes desde a Idade Média⁷⁷ (LIMA, 2017).

Na realidade, desde que Koyré deu visibilidade ao conceito de revolução científica, muitos autores têm debatido se este processo histórico aconteceu, de fato, na Idade Moderna ou se, na realidade, a ciência já estaria sendo gestada desde a Baixa Idade Média (BELTRÁN, 1995). Entretanto, sob a perspectiva do sociólogo contemporâneo Robert Merton, a teologia da Idade Média, em que o conhecimento era dominado pela Igreja Católica, não teria permitido espaço necessário para a construção de um pensamento científico baseado no experimentalismo empirista, uma das metodologias desenvolvidas e utilizadas na ciência do século XVII, que teria sido fundamental para dar credibilidade à Ciência (SILVA, 2017).

De todo modo, para Shapin (1996), historiadores, contrários ou não aos conceitos de Koyré, tem chegado mais recentemente ao consenso de que as alterações que aconteceram no âmbito da ciência e dos “fatores intelectuais” que englobam ideias, conceitos, metodologias e evidências, no século XVII, se relacionam a mudanças de “fatores sociais” que estavam acontecendo ao mesmo tempo – no plano religioso, artístico, técnico, político e econômico (SHAPIN, 1996, p.9). E é por isso que a revolução científica foi escolhida para abrir as contextualizações deste capítulo: a ela pode-se relacionar outros acontecimentos que marcaram o início do período aqui tratado, como as expansões marítimas que se instauraram no século XV, as Reformas Protestantes, o Renascimento, o Barroco, a ascensão do absolutismo, e o Iluminismo. Este contexto de grandes alterações do início da Idade Moderna interferiu nos rumos da história que marca seu curso e sua decadência, assim

⁷⁷ A visão historiográfica de Duhem se aproxima de uma tradição positivista, que descreve a ciência como uma fonte de progresso linear. Ou seja, a ciência era referida como sendo um a evolução dos métodos e conceitos científicos, do antigo ao atual, configurando-se como uma marcha quase mecânica do intelecto, e a sua história, uma glorificação do presente como um estágio evoluído. Essa visão se difere da de Koyré, que acreditava no desenvolvimento científico como um processo de ruptura, não cumulativo, ou seja, um momento de descontinuidade em relação ao conhecimento já existente (SILVA, 2010).

como de outras revoluções, de outras espécies, tratadas nos próximos subcapítulos.

Segundo Robert Merton, é fundamental considerar que os **movimentos reformistas cristãos**⁷⁸ que emergiram no século XVI, provocando divisões dentro do cristianismo e o rompimento da hegemonia ideológica do catolicismo romano, muito influenciaram a revolução científica do século XVII e o nascimento da ciência moderna (SILVA, 2017). Isso aconteceu principalmente porque o protestantismo, em especial a sua vertente calvinista, promoveu uma mudança na forma do homem lidar com as leis da natureza, consideradas por eles como edificadas por Deus, de modo que “o verdadeiro cristão deveria buscar o conhecimento dessas leis como forma de chegar mais próximo de Deus” (SILVA, 2017, p.577). Tais buscas de conhecimento incentivavam a autonomia do pensamento⁷⁹ e criaram abertura para uma consciência de separação entre fé e razão e para um cenário de emancipação da investigação e de caminho para a prosperidade da Ciência.

Este momento de reformas religiosas e de desenvolvimento científico fazia parte de um cenário em que novos conhecimentos e possibilidades dogmáticas pairavam sobre o imaginário europeu, fortalecidos, inclusive, pelo **desenvolvimento da imprensa** de tipos móveis de metal⁸⁰, que

⁷⁸ De acordo com Fazio, Moffet e Wodehouse (2011, p.359), os pedidos de reforma religiosa contra as corrupções, práticas abusivas e venda de indulgências da Igreja Católica surgiram no século XIII. Entretanto, o que marcou a abertura dos movimentos reformistas cristãos foram as 95 teses propostas pelo monge germânico Martinho Lutero (1483-1546), em 1517. Para os reformadores, era necessária uma volta às Escrituras Sagradas, “a fim de reformar a Igreja que havia caído ao longo dos séculos, numa decadência teológica, moral e espiritual” (COSTA, 2008, p.131).

⁷⁹ Um dos princípios defendidos pelos reformistas cristãos era o de “livre exame”, devendo o homem pensar sobre si próprio e sobre o mundo por meio de uma interpretação pessoal da Palavra de Deus. Sendo assim, as verdades teológicas, assim como as científicas, não deveriam depender da autenticação da Igreja Católica, segundo sua interpretação historicamente restrita e monopolizada. Este quadro defendido contribuiu com a mudança de significado do conceito de verdade a partir da modernidade. (COSTA, 2008)

⁸⁰ Embora outras formas de impressão de textos já existissem, os tipos móveis de metal de Gutenberg, que podiam se juntar a outros e formar palavras e frase alinhadas, compuseram o modelo mais eficiente e econômico até então inventado, sendo amplamente adotado por quase toda a Europa ainda no século XV. (FLORENTINO e SILVA, 2018)

se deu por volta de 1440, pelo alemão Johannes Gutenberg (1397-1468). Com esta inovação, textos escritos puderam passar a serem produzidos em série e de forma mecanizada, deixando de depender das cópias manuscritas, mais demoradas e monopolizadas pelo clero católico⁸¹. Sendo assim, ideias, manifestos, críticas, textos bíblicos⁸², obras literárias, conhecimentos tradicionais e novas descobertas puderam ser gradativamente publicadas em maior quantidade e disseminadas com maior facilidade, tornando-se diretamente mais acessíveis ao contingente humano letrado, e, mesmo que de modo indireto, ao povo analfabeto, que ainda representava a maioria da população.

Concomitantemente, essas “novidades” conceituais e mecânicas do início da modernidade foram fortalecidas pela coexistência do Humanismo e o vigor do Renascimento, por exemplo – que, em via de mão dupla, também contribuíram com a fortificação de ambos.

No século XV, o pensamento humanista emergiu como uma força crítica contrária aos excessos morais do cristianismo medieval, colocando em ênfase a importância do prazer humano em vida. A partir do resgate do estudo da cultura clássica greco-romana, o **Humanismo** impulsionou as engrenagens da caminhada europeia rumo à secularização e ao afastamento da Igreja dos

⁸¹ Na Idade Média, no ocidente europeu, o corpo eclesiástico tinha o domínio da educação e o monopólio da palavra escrita, ditando suas regras de produção, reprodução e acesso, utilizando-as como forma de disseminação dos ensinamentos cristãos segundo seus preceitos dogmáticos, controle de informações e luta contra heresias. A posse dos textos bíblicos, restritos aos laicos, também conferia ao clero o privilégio de interpretação das escrituras, o que buscou ser contraposto pelas reformas religiosas. (FLORENTINO e SILVA, 2018)

⁸² A invenção da imprensa de Gutenberg influenciou na propagação das ideias que compuseram os movimentos reformistas cristãos, que emergiram no século XVI. Inicialmente, a imprensa permitiu maior velocidade à disseminação dos ideais reformistas e críticos ao clero católico por meio de panfletos produzidos em largas escalas. É interessante ressaltar que esses panfletos também eram por vezes ilustrados por imagens satíricas, que facilitavam a compreensão das denúncias contra as posturas imorais do clero, permitindo que essas mensagens atingissem uma maior quantidade de pessoas, letradas ou não (FLORENTINO e SILVA, 2018). Posteriormente, a impressão da Bíblia, na língua do povo, em cada nação, e não exclusivamente em latim, passou também a ser uma das ocupações dos reformistas, para que um maior contingente humano tivesse acesso livre à Palavra de Deus. Segundo Costa (2008), a primeira Bíblia impressa foi também, provavelmente, o primeiro livro impresso por Gutenberg, por volta de 1454.

caminhos do poder⁸³. Esta nova perspectiva ética antropocêntrica, racional, e que celebrava a individualidade e a capacidade humana de fazer observações empíricas do mundo físico, assim como agir com bases nelas, influenciou diversas áreas, como a das ciências, da medicina⁸⁴, da teologia, da literatura, e também “revolucionou”, segundo Fazio, Moffet e Wodehouse, (2011, p.305) o campo das artes, principalmente a pintura, a escultura e arquitetura, caracterizando o período chamado de Renascimento⁸⁵, que surgiu na Itália, no século XV.

Na conjuntura do **Renascimento**, a pintura e a escultura passaram a buscar reproduzir objetos do mundo natural quase que como “uma operação exata e científica” (BENEVOLO, 2015, p.416), possibilitada pelos estudos sobre a natureza e o corpo humano que estavam sendo realizados e resgatados. Neste contexto, as esculturas e pinturas, assim como as representações de arquitetura, adotavam caracteres proporcionais, métricos ou físicos. Logo, este foi o momento de aprimoramento das representações em perspectiva, quando suas regras foram definidas, criando o que Benevolo (2015, p.416) considera um “método geométrico mais complicado, porém mais familiar para o observador, porque dá uma imagem semelhante à que se forma no olho

⁸³ Entretanto, para o antropólogo brasileiro Klass Woortmann, vale ressaltar que, embora o cenário desse momento inicial da Idade Moderna fosse, de fato, mais favorável ao desenvolvimento de novos pensamentos e criações, em relação ao ambiente da Idade Média, este ainda impunha limitações a alguns estudiosos, cujas ideias foram tolhidas pela instituição religiosa. O autor destaca que Leonardo Da Vinci, Fernel e Copérnico tiveram de mascarar algumas de suas conclusões na tentativa de se adequar às limitações que a Igreja impunha aos pensadores (SILVA, 2017). Vale mencionar também que no século XVII, assinalado pelo aparecimento de métodos exatos nas ciências, a perseguição de feiticeiros ganhou popularidade. Alguns dos novos cientistas e filósofos foram considerados criminosos neste período de valorização de ideias consideradas racionais (MUMFORD, 1998, p.377).

⁸⁴ Neste período, o corpo, que durante a Idade Média era considerado inviolável, por conta de sua sacralidade, poderia agora voltar a ser estudado, por meio da dissecação de corpos, o que levou à sofisticação da medicina e do entendimento do corpo humano. (SILVA, 2017)

⁸⁵ Segundo Costa (2008), o desenvolvimento do humanismo renascentista muito deve à possibilidade de impressão de livros, que se deu a partir de meados do século XV, com a inovação de Gutemberg. O autor arrisca, por outro lado, que o sucesso da imprensa inventada pelo alemão também muito deve ao público “carente do seu produto e disposto a adquiri-lo”, existente neste momento de transformações intelectuais, religiosas e sociais (COSTA, 2008, p.127).

humano”. Ainda segundo Benevolo (2015), estas construções geométricas realistas eram um meio de encarar e representar com novos olhos os espetáculos de uma nova visão de mundo.

Neste período, buscando atingir um rigor intelectual e uma dignidade cultural, a arquitetura também apresentava mudanças de significados, fazendo com que esta se distanciasse do que seria um mero trabalho mecânico e tornando-a uma disciplina semelhante às liberais, como a ciência e a literatura. Logo, originou-se a tarefa do arquiteto tal como conhecida hoje, um método estabelecido por Felippo Brunelleschi (1377-1446), em que o trabalho de arquitetura passou a ser dividido em duas fases: a de projeto, momento de tomadas de decisões, antes de se iniciarem as construções, e a de execução, ocupada por operários e suas organizações. Isso foi possibilitado pelo desenvolvimento de uma linguagem de representação que pudesse ser universal e compreendida por diferentes profissionais projetistas e executores. (BENEVOLO, 2015)

Sendo assim, os atributos profissionais dos arquitetos, e também dos artistas, se modificara nesta sociedade. Estes estavam se desligando das corporações, passando a se relacionar profissionalmente por meio de uma confiança pessoal, que os tornava autônomos e aptos a trabalharem onde quer que fossem chamados. Esta se tornou uma prática mais frequente também devido aos estreitamentos entre a pesquisa artística e a literatura. Neste momento, artistas e arquitetos se incumbiam de escrever tratados e livros para explicar as concepções de seus trabalhos⁸⁶ e isso foi determinante para a difusão das ideias do período por toda a Europa e também fez com que estes profissionais escritores fossem convidados a atuar em diferentes partes do continente.

⁸⁶ Leon Batista Alberti (1404-1472) escreve uma série de tratados sobre pintura, escultura e posteriormente arquitetura, publicados após 1430, que oferecem a primeira sistematização teórica da nova experiência artística. No século seguinte, muitos outros artistas escreveram livros para explicar seus trabalhos, como por exemplo, Leonardo Da Vinci. (BENEVOLO, 2015)

Dentro desta nova síntese de autonomia intelectual do Renascimento, os artistas se tornavam celebridades, pois a busca da fama não era apenas tolerada, mas desejada, diferentemente do que acontecia na Idade Média. Em seus trabalhos, artistas e arquitetos podiam – e deviam – expressar sua personalidade. (FAZIO, MOFFET E WODEHOUSE, 2011)

Entre o final do século XV e o início do século XVI, relata Benevolo (2015), surgiu a necessidade de sintetizar estas experiências técnicas da nascente modernidade e se chegar a um estilo universal. Dentre os nomes que protagonizaram esta fase, estão Leonardo da Vinci (1452-1519), Michelangelo (1475-1564), e Rafael (1483-1520), considerados gênios, que, com suas obras em múltiplas disciplinas, evidenciavam as belezas e a verdade das coisas e anteciparam o mundo ilimitado e mensurável que seria percorrido pelos exploradores marítimos e cientistas neste século e nos seguintes.

A arquitetura que caracterizou o Renascimento era fundamentada pela razão e pelo prestígio de modelos Antigos, considerados, segundo os arquitetos da época, capazes de organizar e controlar os espaços necessários à vida do homem. De acordo com Cole (2011), a linguagem clássica carrega consigo a conotação de civilização, ordem e autoridade, e passou, então, a ser desejada por governantes e famílias importantes. Baseada na composição de caracteres simples e repetidos, arranjados racionalmente, facilmente discerníveis, mas subordinados ao todo, a arquitetura renascentista foi adotada pela sociedade europeia do século XV e XVI como instrumento de cálculo racional⁸⁷ e de decoro civil, sendo considerada “a única arquitetura possível” (BENEVOLO, 2015, p.403).

O interesse renascentista pela tradição clássica também foi manifestado pelo seu ímpeto preservacionista. Fazio, Moffet e Wodehouse (2011) evidenciam a atração dos renascentistas pelas ruínas clássicas, além

⁸⁷ Segundo Fazio, Moffet e Wodehouse (2011, p.305), os arquitetos renascentistas se empenhavam em criar uma “arquitetura perfeita” através de relações entre números inteiros, da harmonia das consonâncias musicais descobertas pelo matemático grego Aristóteles, e das proporções humanas que, segundo eles, refletiam à ordem cósmica e a razões divinas.

do desejo de registra-las e preservá-las enquanto monumentos⁸⁸. O espírito do Renascimento era integrador em relação ao período clássico e buscava adaptar o vocabulário da arte e da arquitetura antigas às novas circunstâncias pós-medievais. De acordo com Silva (2017, p.575), este momento de “redescoberta” do passado clássico trouxe uma redefinição temporal, ou seja, uma nova forma do homem lidar com o tempo, levando-o também a vislumbrar o futuro.

Vale ressaltar que o Renascimento se desenvolveu e se manifestou de modo diverso em diferentes contextos europeus. Tendo surgido na Itália, mais especificamente em Florença, a arte e a arquitetura do Renascimento foram levadas para a França, em parte pelas incursões militares francesas na península italiana, em parte através dos artistas e arquitetos que convidavam para realizar trabalhos em seu país, e também pelos artistas franceses que enviavam para serem treinados em ateliês renascentistas na Itália. Contudo, o que se observa é que fora do seu país de origem, as formas do Renascimento eram aplicadas mais superficialmente e menos submetidas aos seus princípios essenciais. Na França, buscavam maneiras de se apropriar do classicismo renascentista recém-importado sem abandonar o espírito da sua arquitetura gótica. Para Fazio, Moffet e Wodehouse (2011, p.357), “embora impuros, os resultados são, de certa maneira, inovadores e exuberantes, exibindo o otimismo de uma nação – há muito tempo em estado de incerteza quase constante”.

Híbridos medievais-renascentistas também foram característicos na Inglaterra. Ali, continuou-se privilegiando o estilo gótico principalmente devido ao rompimento inglês com a Igreja Apostólica Romana no século XVI, o que fez com que vários artistas italianos católicos-romanos deixassem o local. Mas, segundo Fazio, Moffet e Wodehouse (2011, p.351), os ideais renascentistas

⁸⁸ O primeiro documento oficial na história do movimento de preservação histórica foi emitido pelo papa Pio II, cujo pontificado foi entre 1458 e 1464, proibindo a destruição de antiguidades na área de Roma. A busca da fusão dos resquícios da antiguidade pagã no tecido da Roma cristã foi uma característica representativa desta época. (FAZIO, MOFFET e WODEHOUSE, 2011, p.316).

ainda chegavam à Inglaterra por meio dos países do norte da Europa e, posteriormente, fora aplicada no país de modo relevante pelo arquiteto Inigo Jones, discípulo de Palladio⁸⁹.

Os métodos de concepção artística e arquitetônica desenvolvidos no início do século XV podiam ser aplicados a todo tipo de construção visual, de artefatos menores a edificações e cidades. No entanto, na prática, neste estágio da história, muitas ou profundas transformações nos organismos urbanos e territoriais não foram realizadas na Europa, tanto pela falta de estabilidade política dos governos renascentistas, o que não os permitia realizar empreendimentos em grandes escalas e de longos períodos de execução, quanto devido ao início da era de expansões marítimas, que levou os países europeus à focar na colonização de novos territórios, para eles recém-descobertos.

Deste modo as intervenções realizadas nas cidades da Europa, neste período, eram geralmente de escalas modestas, com modificações pontuais ou parciais, ou em edifícios isolados, onde eram empregadas as ideias de proporção e regularidade da renascença. Neste contexto, segundo Benevolo (2015), os feitos em maiores escalas, nos territórios além-mar eram, em seu conjunto, muito mais importantes, uma vez que as cidades europeias já tinham suas estruturas edificadas. No “novo mundo”, ao contrário, os conquistadores e os mercadores europeus encontravam enormes espaços vazios, onde podiam realizar novos e grandes programas de colonização e urbanização⁹⁰.

⁸⁹ Inigo Jones (1537-1652) se familiarizou com a arquitetura italiana pessoalmente. Em viagem pela Itália, se aprofundou na investigação das arquiteturas de Andrea Palladio, bem como de sua publicação “Quatro Livros de Arquitetura”, de 1570. O arquiteto introduziu as ideias de Palladio na Inglaterra, favorecendo o revivescimento clássico na arquitetura inglesa, ainda que tardiamente, em um período em que Itália já caminhava para o Barroco. (COLE, 2011)

⁹⁰ Segundo Benevolo (2015), a fundação dos novos territórios fora da Europa seguia um modelo uniforme, imposto pelas autoridades europeias, derivado da tradição medieval de fundação de cidades na baixa Idade Média e do espírito de regularidade geométrica que agora se tornara um hábito comum e de exigência primária na técnica produtiva. A isto, se adaptavam às condições locais os materiais e a mão-de-obra de escassos especialistas de qualidade, fazendo com que o resultado construído fosse completamente diferente do visto em cenário

Sendo assim, na realidade, no Renascimento em solo europeu, não se exige que os arquitetos inventem novos organismos urbanísticos ou de construção, mas que sejam aplicados novos acabamentos e o aperfeiçoamentos qualitativos aos espaços já existentes, de modo alternativo e até mesmo complementar à tradição medieval. (BENEVOLO, 2015)

Mais significativas que as transformações do Renascimento nas cidades, foram as alterações realizadas no período sucessivo, o **Barroco**.

Nesta época, a Igreja Católica, uma das principais patronas das artes, estava com suas bases morais abaladas pela corrupção e práticas que levaram ao já mencionado movimento da Reforma Protestante. A resposta da Igreja a este descontentamento generalizado foi a **Contrarreforma Católica**, campanha para trazer de volta as pessoas às crenças do catolicismo, cujo início foi marcado em 1545, com o Concílio de Trento. Este retificou que as artes eram formas de aumentar o prestígio, alcance e ensinamentos da Igreja. Sendo assim, a Igreja passou a patrocinar um estilo artístico de maiores apelos visuais persuasivos, propagandistas, teatrais, de cunho emocional, sensitivo e simbólico, que ficou conhecido como Barroco. (FAZIO, MOFFET e WODEHOUSE, 2011, p.359).

O estilo do Barroco buscava romper com as fórmulas mais contidas do Renascimento, baseando-se na repetição, quebra e distorção dos motivos clássicos, e adotando um dinamismo exuberante que visava envolver as pessoas e os ideais religiosos. A arquitetura deste período é caracterizada pela complexidade compositiva e pelo drama, obtido por jogos de formas côncavas e convexas, de luz e sombra, elementos elípticos, decorativos, e efeitos ilusionistas obtidos através da integração com a pintura e escultura. (FAZIO, MOFFET e WODEHOUSE, 2011, p.359)

europeu. É interessante registrar também que o modelo de traçado de novas colônias, como desenvolvido pelos espanhóis no século XVI, em tabuleiro, era considerado um instrumento geral, aplicável em diferentes locais e escalas. Essa ideia de modelo aplicável e escalável em diferentes situações traduz muito dos anseios científicos nascentes na Idade Moderna e presentes até hoje.

Assim como no Renascimento, que adquiriu conotações específicas no contexto de outros países, a exuberância do Barroco também se manifestou de modo diverso em localidades fora da Itália, correspondendo a objetivos diferentes daqueles da Contrarreforma Católica.

Nas primeiras décadas do século XVII, crises nas classes dirigentes renascentistas e reviravoltas no cenário econômico da Europa (que serão abordadas no subcapítulo 3.1.2), concomitantes ao momento de revolução científica aqui tratado, propulsionaram o surgimento de novos métodos de gestão política e urbana. Ascendeu o chamado **Absolutismo**, uma vertente política em que os poderes se encontravam concentrados nas mãos de um dirigente soberano e déspota.

No contexto das nações absolutistas, a utilização da linguagem clássica com maior ênfase, liberdade e dramaticidade, como a do barroco, servia para glorificar o monarca e representar seu poder real, sendo adotada como estilo da corte nas capitais europeias.

Segundo Mumford (1998), o Renascimento teria sido um período que levou⁹¹ a uma “nova ordem”, que veio a se tornar inteiramente visível apenas no século XVII, na qual “todos os aspectos da vida afastaram-se do polo medieval e se reuniram sob um novo signo, o signo do príncipe” (MUMFORD, 1998, p.378). Como descreve o mesmo autor, esta fase teria características opostas às da Idade Média e apresentaria uma tremenda concentração de energias

⁹¹ Para Silva (2017, p.575), o Renascimento é tido como o palco de transformações e permanências na sociedade da Europa Ocidental, o que torna difícil caracterizá-lo como um período de ruptura ou continuidade. Silva (2017, p.575) cita que, segundo o antropólogo brasileiro Klass Woortman, se o Renascimento foi uma ruptura, ele tudo ousou e nada resolveu e que, se foi uma mudança, esta nunca teria sido efetivada em seu próprio tempo. Vale ressaltar que o chamado período do Renascimento corresponde aos primeiros momentos da Idade Moderna, no século XV, e que o século anterior fora marcado pela ocorrência de uma grande peste, que, segundo Mumford (1998, p.376), teria dizimado entre um terço e metade da população europeia. Sendo assim, de acordo com o mesmo autor, a Europa se encontrava em uma situação de desgaste após a peste, que teria sido superada apenas no século XVI. Deste modo, Mumford (1998) sugere que a Peste Negra teria interferido na vitalidade efetiva do momento renascentista, no século XV.

não na morte, na eternidade, na segurança, na estabilidade, mas em tudo aquilo que a audácia humana podia tomar e dominar, dentro dos limites de uma existência apenas. Da noite para o dia, seis dos sete pecados mortais transformaram-se em virtudes cardiais; e o pior de todos os pecados, o pecado do orgulho, tornou-se símbolo dos novos líderes da sociedade, tanto no escritório de contabilidade quanto no campo de batalha. Produzir e exibir riqueza, tomar e aumentar o poder, transformaram-se em imperativos universais; tinham sido desde muito tempo praticados, mas agora eram abertamente admitidos, como principais orientadores de uma sociedade inteira. (MUMFORD, 1998, p.377)

As classes dirigentes do século XVII, de acordo com Benevolo (2015), não mais tinham as mesmas ambições renascentistas nos campos artísticos. Neste momento, a beleza das coisas não mais coincidia, necessariamente, com a verdade. Aquela poderia ser de caráter apenas decorativo, e esta deveria ser afirmada com os métodos objetivos da pesquisa científica que estavam sendo desenvolvidos. Logo, segundo declara o autor:

A arte torna-se, assim, os estudos das qualidades não objetivas, mas subjetivas e sentimentais; serve para controlar os sentimentos coletivos, ou para exprimir os sentimentos individuais, e oscila entre o conformismo e a evasão ou protesto. (BENEVOLO, 2015, p.503)

Na arquitetura, este contexto de supremacia visual levou à realização de empreendimentos maiores, em escala urbana, que serão abordados em 3.2.1 e 3.2.2.

Ainda à revolução científica e aos acontecimentos a esta ligados, relaciona-se aqui o **Iluminismo**, uma nova etapa do Humanismo, que permeou o mundo intelectual e filosófico no século XVIII, diante do contexto mundial de dominação de novos territórios, do crescimento do comércio internacional e regional, do aumento na capacidade de produção, e de maior racionalidade econômica e científica.

Hobsbawm (2018, p.47) caracteriza o iluminismo como uma ideologia de “convicção no progresso do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza e no controle sobre a natureza” e ressalta que seus maiores expoentes representantes eram ligados a atividades economicamente progressistas tangíveis da época, como as mercantis, financistas, administrativas de espírito científico, fabricantes e empresariais. Deste modo,

os iluministas compunham um grupo que se organizava e se identificava a partir de suas convicções, e não a partir de distinções de classes, e que vislumbrava o homem ideal como aquele racional, ativo e independente, com liberdade para crescer por si próprio, sem limites e restrições dogmáticas.

O pensamento iluminista contribuiu para que a história se distanciasse cada vez mais do tradicionalismo da Idade Média, das superstições das Igrejas, e da irracionalidade que dividia os humanos em hierarquias a partir de seu nascimento, chegando a adotar como ideal o que mais tarde se tornaria o discurso emblemático da Revolução Francesa: a liberdade, a igualdade e a fraternidade para todos os homens. (HOBSEBAWM, 2018, p.48)

Entretanto, Mumford (1998, p.492) quebra esta visão positiva sobre os iluministas ao lembrar que, ao mesmo tempo que estes se lançavam às ideias de avanços da humanidade ou filosofavam a respeito do conceito de Estado ou nação, se distanciaram das noções de comunidade da sociedade medieval e o mundo entrou em um circuito de exploração massiva de seu próprio povo em busca do dito progresso almejado. A crítica do autor torna já evidente o caráter contraditório das transformações revolucionárias que o período da modernidade trouxe para os rumos da sociedade, da economia, da política e da história mundial.

3.1.2 Revolução comercial

No período tratado neste Capítulo 3, considera-se que profundas transformações também de caráter econômico foram marcantes na Europa, ligadas ao contexto do fim da Idade Média. Reconhecer essas alterações do período permitem melhor compreender as mudanças de valores das atividades de negócios na modernidade e, por conseguinte, dos formatos de seus espaços de realização.

Tanto na Antiguidade quanto na Idade Média, o comércio para obtenção de lucro não era considerado uma atividade nobre, de acordo com Vargas (2001). Conforme descreve a autora, sob o olhar de Aristóteles (384-322 a.C.), as atividades comerciais deveriam acontecer até o limite das necessidades humanas, e não como meio de acumulação de moedas. No início da Idade Média, a doutrina cristã também condenava a prática do “ganho pelo ganho” e a usura, sendo a ânsia por dinheiro e bens materiais considerada um dos pecados mortais para Santo Agostinho (354-430) (VARGAS, 2001, p.25). Séculos mais tarde, o comércio ainda era visto como um mal para São Tomás de Aquino (1225-1274), porém inevitável, podendo ser justificado para o sustento da família do comerciante e para o benefício do “país”, contanto que adotasse a convenção do justo preço, definido, por exemplo, pelo tempo de fabricação do produto ou com base nos investimentos realizados para que este fosse produzido (VARGAS, 2001, p.26).

Contudo, Vargas (2001, p.26) pontua que, na Idade Média, as questões acerca da prática do justo preço só eram possíveis porque a atividade comercial ainda esbarrava em certas condições que dificultavam o desenvolvimento da “lei de oferta e da procura”, como as deficiências nos sistemas de transporte, as restrições ao livre trânsito de mercadorias, e as atuações de controle de produção pelas corporações de ofício⁹².

⁹² Segundo Vargas (1992), as corporações de ofício sobreviveram até o século XVIII, exceto na Grã-Bretanha, onde se dissolveram mais cedo. Neste sistema medieval, os artesãos podiam trabalhar legalmente apenas sob controle das corporações e tinham de produzir somente o que fosse relacionado à liga a qual estavam vinculados. A princípio, as corporações se destinavam

Porém, o mundo medieval feudal, passando a ser confrontado e substituído pelo fortalecimento de comunidades nacionais⁹³, viu ascender a prática do comércio, as atividades bancárias e outros empreendimentos rentáveis como atividades dignas. Essa inversão de valores também foi favorecida pelo contexto das reformas religiosas, de ascensão da classe burguesa, das descobertas marítimas, das políticas mercantilistas e protecionistas adotadas pelas novas formas de governo, assim como pelo próprio fortalecimento destas.

No contexto das reformas religiosas, mencionadas também no subcapítulo anterior, a primazia da Igreja Católica enquanto determinadora dos preceitos espirituais e morais fora quebrada. As novas religiões protestantes, como a de Calvino (1509-1564), aceitavam e justificavam o enriquecimento individual como predestinação divina e, inclusive, valorizavam a necessidade do trabalho, independente da classe social do indivíduo, como fonte de glorificação celestial⁹⁴. Segundo Vargas (1992), as perspectivas oferecidas

a regular as produções protegendo os interesses dos consumidores e garantindo que os produtores artesãos fossem recompensados pelos seus trabalhos. Contudo, as ligas de artesãos se transformaram em órgãos oligárquicos fechados, com regulamentos antiquados, que obstruíam o progresso da indústria.

⁹³ Segundo registra Mumford (1998), dois poderes disputavam a liderança na Europa Ocidental, desde o início da Idade Média: o real e o municipal. Considerava-se já que a união e definição de territórios contínuos sob mesma administração política, ao invés da fragmentação e isolamento dos feudos, favoreciam o bem-estar das comunidades em causa, como escreve o autor. Essa associação podia ser buscada de modo a beneficiar uma classe privilegiada restrita ou ser conseguida pela união livre das cidades e regiões. Teria sido, então, este processo de agrupamento e consolidação dos Estados feudais que levaria, mais tarde, ao surgimento dos Estados nacionais. De acordo com Vargas (1992, p.56), os processos de unificação aconteceram de diversas formas pelo continente europeu. Na França, uma infinidade de feudos passou a ser controlada por um senhor mais poderoso (soberano), na Alemanha, os novos extensos territórios unificados passaram a ser assumidos por grupos de príncipes e, na Itália, as cidades que se aglomeravam formavam uma espécie de condado.

⁹⁴ Isso era diferente dos conceitos utilizados na Antiguidade grega, quando se considerava que o trabalho excluía a possibilidade do ócio, necessário para o desenvolvimento intelectual e espiritual. De acordo com o livro de Vargas (2001), neste contexto, o ócio era desfrutado pelas classes privilegiadas, já nascidas ricas e sem as degradantes ambições de acumulação de riquezas, o que as tornava aptas a agirem por princípios racionais e, sendo assim, a governar. De modo contrário, as classes menos favorecidas deveriam trabalhar para sua sobrevivência e não tinham tempo para usufruírem do ócio e, conseqüentemente, de desenvolver nobres funções intelectuais. Logo, essas classes indignas de trabalhadores e escravos, que viviam da “negação do ócio”, eram as que deviam ser governadas. Ainda nesta publicação, Vargas (2001) escreve que a origem etimológica da palavra “negócio” (que incluía trabalhos manuais e

pelas doutrinas protestantes contribuíram com o desenvolvimento econômico da Europa, uma vez que não restringiam a ideia da atividade comercial à subsistência, mas reconheciam-na como negócio a se basear no mercado.

A perda da hegemonia dos princípios tradicionais dogmáticos e a valorização dos impulsos aquisitivos e, por consequência, das atividades comerciais, bancárias e industriais, favoreceu a ascensão da classe social dos **burgueses**. Esta classe firmou uma forte aliança com os **Estados nacionais** em formação, pois, enquanto o Estado finalmente incentivava suas atividades mercantis, tanto internas quanto externas, aquela era fonte de enriquecimento também para o Estado, que precisava romper com os moldes econômicos limitados medievais para crescer. Vargas (1992) também afirma que o entrelaçamento dessas duas classes foi importante para o fortalecimento de ambas ao escrever que:

Não é fácil saber se foi a aceleração de circulação de bens que procedeu o desenvolvimento de novos poderes políticos ou se deu o seu inverso. Sabe-se, no entanto, que estes dois fatores de ordem relativa, se favoreceram e se reforçaram, continuamente, um ao outro. Os grandes barões e soberanos lutando contra o banditismo dos pequenos garantiram a segurança dos mercadores, que por sua vez em decorrência do aumento da circulação de mercadorias garantiam àqueles uma maior arrecadação proveniente de todos os tipos de taxas. (VARGAS, 1992, p.56)

Ao mesmo tempo em que se beneficiavam da burguesia, os representantes dos Estados também buscavam corroboração da nobreza oriunda da tradição medieval, atraindo estes nobres à corte por meio de novos laços de fidelidade e da possibilidade de acesso a importantes cargos no Estado.

O interesse convergente dos nobres e o apoio dos burgueses favorecia a existência de uma unidade governamental maior e possibilitava que esta se tornasse cada vez mais forte. Sendo assim, abriu-se caminho para a consolidação dos Estados nacionais e a existência de governantes

comerciais) decorre, então, da concepção grega de “negação do ócio” (*neg-otium*). (VARGAS, 2001, p.25)

absolutistas, que buscavam centralizar o poder e estabilizá-lo em torno de si. Isso, segundo Mumford (1998), levou ao surgimento de estruturas burocráticas e permanentes⁹⁵, assim como de **idades capitais** e, “ao mesmo tempo, tais capitais, cidades que concentravam aparelhamentos governamentais, as principais rotas de comércio e de movimento militar, também contribuíram à unificação do Estado” (MUMFORD, 1998, p.385).

Enquanto as capitais cresciam em afluência de poder, pessoas e atividades, os centros menores se tornavam menos importantes. A presença da corte real significava concentração crescente de poder político e econômico, ainda que as capitais dependessem das cidades provinciais para custeá-las e para que o próprio Estado que sediava existisse. Além disso, eram as capitais que ditavam também os comportamentos sociais – como costumes, dialetos e moda⁹⁶ – a serem difundidos como uma imagem nacional, espelhada à imagem real.

Entretanto, para Mumford (1998, p.386) “o prestígio nacional significava a morte da liberdade municipal local” e isso refletia na reprovação demonstrada pelos governos autoritários em relação à existência de grupos menores. Para eles, o território nacional deveria ser o elo de ligação entre todos e a família passou a ser o único grupo, fora do Estado, cuja existência

⁹⁵ Como descreve Mumford (1998, p.384), na Idade Média, a vigilância e o movimento eram o “preço do poder”. Os grandes senhores feudais tinham de se locomover de um feudo a outro a fim de garantirem, pessoalmente, seus domínios em situação de paz e ordem. E, para isso, seus aparelhamentos governamentais (compostos por ministros, juízes, cobradores de impostos, entre outros funcionários) também atuavam de forma móvel. Com o crescimento da população europeia e aumento da extensão dos domínios de cada governante, tal modalidade de supervisão pessoal fora dificultada, levando ao processo de fixação dos governos. Além disso, o aumento da quantidade de documentos, listas, livros, arquivos, correspondências e funcionários de posse dos governos também requeria que estes se estabelecessem de forma fixa.

⁹⁶ Conforme descreve Mumford (1998), o costume social da época barroca é a moda, que muda de tempos em tempos. O próprio conceito de moda, segundo o estilista Elio Fiorucci (1935-2015), quer dizer “modo novo” (MORES, 2006, p. 68). Não estar em dia com este costume era um “novo pecado” (MUMFORD, 1998, p.397). Esta visão de tempo contínuo, que ia de momento a momento, era reforçada pelo instrumento do jornal, que trazia os acontecimentos do dia-a-dia em assuntos dispersos e desconexos, porém conectados com a contemporaneidade.

era considerada válida em si mesma, sem necessidade de aprovação do soberano para exercer suas funções naturais.

A tais considerações, relaciona-se a emergência de uma sociedade cada vez mais individualista, característica que interfere também no ambiente econômico. Mumford escreve que, nesta contextura, “apenas a vida privada florescia”, e que nela, “restou apenas um indivíduo atômico, a procurar, por seu esforço individual, a salvação ou o lucro, se possível um pouco de ambos, à custa, se necessário, de seus concidadãos” (MUMFORD, 1998, p.372). Este cenário contribuiu para desmoronamento das formas vizinhas de associação e dos ideais de comunidade, resquícios medievais de uma economia municipal engessada pelas corporações e pela moral desafiada da Igreja.

A intensificação das atividades de comércio, dada à sua valorização, à ascensão da classe burguesa e aos interesses dos Estados, fez com que existisse a necessidade contínua de expansão dos mercados. Tal necessidade podia ser suprida pela descoberta de novas terras, uma vez que, neste momento, ainda não se conhecia os limites físicos do planeta em sua totalidade. Sendo assim, **expedições exploratórias** eram incentivadas a fim de encontrarem-se novos territórios para dominação, que serviriam tanto para a obtenção de novos produtos para serem comercializados, como para o estabelecimento de novos mercados consumidores. A expansão física, naquele momento, significava a possibilidade da expansão econômica dos Estados. (VARGAS, 1992).

Vale lembrar que tais campanhas exploratórias foram também favorecidas pelo contexto da revolução científica, abordado no subcapítulo anterior, que trouxe aprimoramentos aos métodos de navegações e de conhecimento do mundo.

Foi, enfim, a busca do crescimento da economia através da conquista de novos territórios que levou ao “descobrimento” da América pelos europeus e ao estabelecimento de novas rotas comerciais, assim como a fundação dos impérios coloniais.

Inicialmente, Portugal e Espanha, que se localizavam na “fachada do Atlântico”, foram os líderes das expansões ultramarinas (VARGAS, 1992, p.72). As novas rotas de navegação para o Oriente e as terras recém-descobertas da América fizeram com que os países da Península Ibérica assumissem a supremacia europeia no século XVI, submetendo as demais partes da Europa aos seus dinamismos econômicos. Por volta do século XVII, a Holanda e a Inglaterra quebraram os monopólios comerciais dos Estados ibéricos, superando-os economicamente.

Neste cenário europeu, composto de territórios unificados com representantes soberanos e em busca de expansão e manutenção das economias nacionais, os governos adotavam políticas mercantilistas, com medidas protecionistas, monopolísticas e intervencionistas. Em sua tese, Vargas (1992) descreve o **mercantilismo**⁹⁷ como:

um sistema complexo que tende a reter os metais preciosos num dado Estado, a fazer coincidir espaço político e espaço econômico⁹⁸ (engradecendo um e outro), a tornar favorável a balança comercial (para reter o ouro e a prata), desenvolvendo por todos os meios a indústria nacional, inclusive através de medidas de controle a importação. (VARGAS, 1992, p.63).

A expansão do suprimento de metais preciosos nos países colonizadores foi a engrenagem decisiva das transformações na economia europeia, sendo considerada por Vargas (1992) o grande resultado das viagens exploratórias, inicialmente. O acúmulo de metais preciosos possibilitou o armazenamento de riquezas para uso subsequente e a criação de um tesouro nacional. O ouro e a prata passaram a ser usados como moedas, ou

⁹⁷ Segundo Vargas (1992, p.63), esta concepção mercantilista nasceu na Inglaterra que, já no século XIV, demonstrava a intenção de restringir as navegações em águas inglesas somente a navios nacionais, privando-as das fortes atuações italianas e hanseáticas.

⁹⁸ A autora considera a busca de se fazer coincidir o espaço político com o econômico como importante prática moderna porque, no fim da Idade Média, quando as cidades voltaram a crescer e a serem repovoadas, o comércio também começou a reviver, porém, as principais regiões econômicas que se constituíram não coincidiam com os limites territoriais dos grandes feudos ou reinos. No contexto de gestação das economias nacionais, os núcleos econômicos independentes, como as companhias de comércio italianas e as ligas hanseáticas, tinham de ser dissolvidos e redefinidos, passando as regiões econômicas à submissão política nacional.

seja, símbolos de utilidades, mais que suas próprias funcionalidades metálicas em si. Contudo, o rápido afluxo de metais preciosos fazia crescer as atividades de especulação quando eram descobertas novas jazidas, consideradas “emissoras de moedas”⁹⁹, o que levava a flutuações nos preços das mercadorias. Este era o início de um rompimento em relação à prática comercial medieval, baseada na troca de produtos equivalentes¹⁰⁰. (VARGAS, 1992)

Logo, as intervenções do Estado na economia se faziam necessárias para controle dos preços e manutenção de uma balança comercial favorável, justificando sua existência soberana e seu papel intervencionista. As ditas medidas protecionistas favoreciam o comércio e indústrias nacionais e fortaleciam ainda mais o poder real e seus exércitos, de modo que se considera que o mercantilismo e o absolutismo se reforçavam¹⁰¹. (VARGAS, 1992)

O comércio que se desenvolveu ligado às expansões marítimas pautava-se nas explorações coloniais e criou um sistema de rotas marítimas que crescia em volume e quantidade. Os Estados tomavam parte do comércio

⁹⁹ Segundo a tese de Vargas (1992), o criador do papel-moeda foi Banco da Suécia, por volta de 1658. Mas, foi o Bank of England, em 1694, que originou o sistema bancário moderno, tornando-se responsável pelo controle da emissão da moeda nacional e das flutuações comerciais. Hobsbawm (1998, p.112) afirma que qualquer tipo de papel-moeda era incomum antes do século XVIII, e Vargas (1992, p.169) completa que a libra esterlina teria se tornado a moeda dominante do planeta nos primeiros vinte anos do século XVIII.

¹⁰⁰ Na concepção de Marx (2013), a atividade comercial que gestara o capitalismo, que será explicado mais adiante, era apenas uma forma de circulação de mercadorias por meio de trocas de **equivalentes**. A partir de Catani (1999), entende-se que Marx considera que toda mercadoria isolada possui simultaneamente “valor de uso” e “valor de troca”. O que determina seu valor de uso é a sua utilidade, sua função para o consumidor final. Já o seu valor de troca se refere à sua característica diante do mercado, ou seja, o quanto é necessário que se ofereça de tal mercadoria para se obter outra de diferente valor de uso, em troca. É este último valor mencionado que define como um valor de uso é transacionado no mercado – o que tende a ter variações. Quando uma certa quantidade de valores de uso pode ser trocada por outra, de outro valor de uso, diz-se que existe uma proporção equivalente aos seus valores de troca. Quando uma mercadoria é reconhecida como equivalente geral de todas as outras mercadorias, esta assume o papel de ser uma “mercadoria-dinheiro” (CATANI, 1999, p.24). Na sociedade burguesa, o ouro se tornou essa mercadoria-dinheiro. Posteriormente, o papel moeda passou a assumir o intermédio das transações entre os diferentes valores de troca.

¹⁰¹ O apogeu desta relação teria sido no século XVII, segundo Vargas (1992).

ultramarino através de novas **companhias de comércio** reais, privadas, ou de caráter misto, organizadas por meio das **sociedades por ações**¹⁰² que surgiam. De acordo com Vargas (1992), essas companhias agrupavam comerciantes interessados em uma dada rota comercial, unidos em prol de monopolizá-la, sob apoio do Estado inspirado por desígnios mercantilistas, e tinham de seguir rígidos regulamentos de comercialização, com delimitações de seus setores geográficos de atuação, assim como de seus itinerários. As Companhias por ações se tornaram muito fortes principalmente na **Inglaterra**, contribuindo para que esta se tornasse um nome de peso no comércio internacional¹⁰³.

O progresso do comércio marítimo potencializou também o crescimento do comércio continental na Europa. O governo contribuiu com o desenvolvimento da atividade com a construção de estruturas como estradas e canais e a diminuição de pedágios e taxas aduaneiras. Isso facilitava o transporte de mercadorias e o trânsito de mercadores, que continuavam a ser o elemento de ligação entre o mercado mundial e as regiões mais interioranas. (VARGAS, 1992)

Segundo a tese de Vargas (1992), os ideais expansionistas que levaram ao “descobrimento” da América possibilitaram o conhecimento do formato da Terra e a concretização do que a autora chama de “Unidade Física do Planeta”. Tal unidade física alcançada no século XV – ainda que, naquele

¹⁰² A sociedade de investidores por ações surgiu no século XVI, de acordo com Vargas (1992), como uma forma vantajosa de associação, que permitia operações de negócios maiores e mais arriscadas. Os investidores lucravam de forma proporcional ao valor que tinham investido, tendo, então, responsabilidades limitadas nos negócios, inclusive em termos de prejuízos. Isso permitia que um maior número de pessoas tivesse acesso a tais sociedades de investimentos e, assim, aumentava-se seus acúmulos de capitais.

¹⁰³ Alguns exemplos de Companhias inglesas são a Companhia do Levante, criada em 1551, que buscava transacionar tecidos ingleses e produtos do Oriente; a Moscovy Company, criada no mesmo ano, que se dedicava a relações comerciais com a Rússia; a Africa Company, fundada em 1562, por iniciativas particulares, a fim de operar na costa atlântica do continente africano, até então monopolizada por portugueses, dedicando-se inicialmente ao comércio de escravos negros; a Eastland Company, de 1579, que operava no Mar Báltico e ali pôs fim sobre o que restava de operações hanseáticas; e a Companhia das Índias Orientais, fundada no início do século XVII para operar no Oceano Índico. (VARGAS, 1992)

momento, os homens europeus não tivessem consciência de que territórios de importância semelhante à da América não seriam mais encontrados – intensificou atividades comerciais internacionais e regionais, levando à formação de uma “Unidade Comercial do Planeta”.

Esta “Unidade Comercial do Planeta”, como denomina Vargas (1992), é significada pelo mercado de proporções mundiais que surge a partir de então, composto por territórios político-econômicos nacionais ávidos a transacionar e a garantir suas supremacias através de disputas pelo domínio das rotas comerciais e dos territórios colonizados.

Nos escritos de Joseph Addison (1672-1719), um dos fundadores do periódico diário inglês *The Spectator*, é possível compreender a relevância do atividade comercial para o mundo moderno e o que os novos intercâmbios entre as nações, aos olhos dos homens desse tempo, podiam representar. Em maio de 1711, o autor publica em seu jornal que “não há membros mais úteis em uma comunidade do que comerciantes” e completa que “eles unem a humanidade em um intercuro mútuo de bons ofícios, distribuem os dons da natureza, encontram trabalho para os pobres, acrescentam riqueza aos ricos e magnificência aos grandes” (ADDISON, 1711, tradução nossa¹⁰⁴).

No que se refere à localização geográfica dos centros de atividades comerciais mais dinâmicos, tanto nas cidades já existentes como nas novas aglomerações na Europa e colônias, a facilidade de acesso continuava a ser um fator determinante, fazendo com que estes fossem preferencialmente de caráter costeiro ou fluvial, ainda como no período anterior, pois “estar junto a um porto significava estar perto do mundo”¹⁰⁵ (VARGAS, 1992, p.127). As vantagens locais das cidades interioranas só passaram a se sobressair no século XIX, com a difusão das estradas de ferro.

¹⁰⁴ “*there are no more useful members in a commonwealth than merchants. They knit mankind together in a mutual intercourse of good offices, distribute the gifts of nature, find work for the poor, add wealth to the rich, and magnificence to the great.*” (ADDISON, 1711)

¹⁰⁵ Hobsbawm (2018, p.31) também faz esta afirmação ao abordar o panorama mundial antes de 1780, década que considera como a decolagem da revolução industrial.

Entretanto, a importância que tomou a atividade comercial neste contexto de rivalidades fez com que esta tivesse um desenvolvimento com características consideradas revolucionárias. Os grandes líderes das companhias comerciais gozavam de forte valor político, o outrora difamado comerciante vira seu prestígio florescer, e os produtos em transação tiveram sua quantidade e diversidade aumentadas. Em sua tese, Vargas (1992, p.68) considera que este foi momento de uma “verdadeira **revolução comercial**” – e é valendo-se desta afirmação que se definiu o título do presente subcapítulo –, cuja principal marca foi a ascensão do **capitalismo**¹⁰⁶.

Segundo descreve Mumford (1998, p.376):

Entre os séculos XV e XVIII, tomou forma na Europa um novo complexo de traços culturais. Tanto a forma quanto o conteúdo da vida urbana, em consequência, foram radicalmente alterados. O novo padrão de existência brotava de uma nova economia, a do capitalismo mercantilista; de uma nova estrutura política, principalmente a do despotismo ou da oligarquia centralizada, habitualmente personificada num Estado Nacional; de uma nova forma ideológica, que se derivava da física mecanicista.

É necessário precisar que o capitalismo mercantilista, ao qual Mumford (1998) se refere no trecho escrito anteriormente, que também pode ser chamado de capitalismo comercial, se difere do capitalismo industrial, cuja força se destacou no século XIX, ainda que traços de um capitalismo industrial primitivo pudesse já ser visto desde a Idade Média.

O capitalismo comercial ou mercantil também teve suas raízes, segundo Mumford (1998), ainda no século XIII, quando a prática do comércio de longa distância começou a aumentar fora das regulamentações das guildas. Os mercadores que realizavam esta atividade agiam como intermediários das transações, por meio de dinheiro ou crédito, buscando lucros especulativos. Entretanto, por estarem ainda vinculados aos costumes do período medieval,

¹⁰⁶ Segundo Catani (1999, p.11-12), a atividade capitalista sempre existiu, em toda parte. No entanto, foi na modernidade da Europa ocidental que alguns atributos combinados acentuaram a prática capitalista em um nível ainda não conhecido. Estes teriam sido a formação de um mercado de trabalho formalmente livre e o uso da contabilidade racional, associados às premissas teológicas e éticas apresentadas pelo protestantismo.

com preceitos morais contra a avareza, usura e lucros excessivos, aceitavam princípios de justo preço e buscavam minimizar os considerados indevidos lucros obtidos com atos de ajudas fraternais aos necessitados e obras de caridade, assim como também fazia a própria instituição da Igreja Católica. (MUMFORD, 1998)

Porém, já após o século XIV, com o fim da peste negra¹⁰⁷, com a gradual valorização da atividade comercial e com o aparecimento das ideias protestantes, a busca pelo lucro excessivo passa a sobrepor a ideia do capitalismo “mais justo” como surgiu, de modo que os novos empreendedores comerciais e seus servidores buscavam desenvolver a atividade além de limites objetivados, visando crescimento e ganhos ilimitados¹⁰⁸. Mumford (1998) relata que, neste momento, tudo caminhava para um sentido mais mundano, que “a religião cedeu lugar ao comércio; a fé, ao crédito” (MUMFORD, 1998, p.343) e que “o triunfo da empresa capitalista engendrou confiança nos poderes humanos” (MUMFORD, 1998, p.449). Neste contexto, o autor aborda que os homens ligados ao comércio, entre os séculos XIII e XVIII, foram responsáveis por inúmeras inovações como o navio a vela com três mastros, os faróis, as docas, os canais, e, principalmente, novidades ligadas a técnicas de gestão e contabilidade, por verem, nelas, possibilidades de favorecimento das suas atividades. Segundo o autor, a nova contabilidade capitalista carecia de pessoas para desempenhar as novas funções envolvidas nas atividades comerciais e fez desenvolver também uma burocracia secular, composta de escreventes e funcionários pagos para lidar com o controle dos

¹⁰⁷ Mumford (1998, p.376) destaca que, no século XIV, a Peste Negra, dizimou, provavelmente, entre um terço e metade da população europeia. A superação deste desastre permitiu que a população voltasse a crescer e, junto dela, a esforçada empresa capitalista. Por volta do século XVI, as perdas causadas pela Peste tinham sido reparadas, de acordo com o autor. Entretanto, o mesmo destaca que a exaustão que trouxe este acontecimento refletiu em uma reconstrução social desorganizada – ou reorganizada, como prefere chamar a presente autora –, de modo que “o poder foi ter às mãos daqueles que controlavam os exércitos, as rotas de comércio e as grandes acumulações de capital” (MUMFORD, 1998, p.377).

¹⁰⁸ “O capitalismo, negando a santidade da pobreza ou o sustento imaginativo da arte, procurava exclusivamente aumentar a quantidade de produtos de consumo e os ganhos mensuráveis.” (MUMFORD, 1998, p.449)

“papéis”, das contas, das ações das empresas, e de informações necessárias sobre mudanças nas condições do mercado, das quais poderiam tirar proveito.

As cidades comerciais passaram, então, a demandar estruturas físicas para alojar suas atividades, além dos espaços para a realização de troca de produtos e serviços ou dos edifícios comunais que sediavam as guildas em dissolução. A nova burocracia comercial exigia edificações de escolas primárias¹⁰⁹, de escritórios de contabilidade, e para a instituição que, segundo Mumford (1998), marcou decisivamente o desenvolvimento das cidades comerciais modernas: a **Bolsa**, local que sediava negócios de troca, compra e venda especulativa e corretagem – inclusive de ações das Companhias de comércio. Assim como estar nas rotas comerciais da Idade Média era importante para o desenvolvimento das cidades de relevância comercial, a presença dessas novas estruturas edificadas redefinia os novos centros urbanos de negócios e constituía os mais importantes centros financeiros internacionais.

Para Mumford (1998, p.447) “a Bolsa, o banco nacional e o centro de câmbio dos mercadores eram as catedrais da nova ordem capitalista”. O capital líquido ganhara importância, fazendo prosperar o mercado abstrato, pautado em transações financeiras, paralelamente ao mercado de troca de produtos físicos. Ambos interessavam tanto ao governo quanto aos investidores privados.

Logo, neste período, os cofres do Estado abarrotavam-se de riquezas, advindas de todos os lados: do monopólio de aluguéis, da sua participação nos resultados da pirataria e do banditismo, do monopólio de privilégios especiais nos sistemas de produção e venda de produtos, e até das

¹⁰⁹ De acordo com Mumford (1998), a escola primária teria sido o primeiro aparecimento visível do capitalismo nas cidades, ainda na Idade Média. Seus objetivos eram os ensinamentos de leitura, escrita e aritmética, o que possibilitaria que mais pessoas pudessem servir às atividades comerciais tais como estavam se desenvolvendo. De acordo com o autor: “a importância dada pelo mercador à matemática e à erudição – ambas tão necessárias ao comércio de longa distância, por meio de agentes pagos, a agir segundo instruções restritas –, tornou-se o ingrediente fundamental da nova educação nas escolas primárias” (MUMFORD, 1998, p.396).

invenções técnicas, cujas patentes eram concedidas pelo Estado. Como afirma Mumford (1998, p.395), “aumentar as fronteiras do Estado era aumentar a população sujeita à tributação”¹¹⁰, e isso, a priori, coincidia com os desejos dos capitalistas, ávidos por mercados maiores e com mais concentração de consumidores.

O ímpeto expansionista fez desaparecer as noções de limites – em números, em riqueza, em crescimento de população e em expansão urbana. As cidades cresciam, os aluguéis subiam, os consumidores multiplicavam-se, e os impostos aumentavam, de modo que Mumford (1998) considera que “a demanda de fundos ilimitados contagiou todas as camadas da sociedade e foi chave da política econômica do Estado absolutista” (MUMFORD, 1998, p.405).

O Estado absolutista capitalista, também apoiado no militarismo¹¹¹, passou a buscar a representação deste momento por meio de uma nova forma de se conceber espaços, que visava exaltar seu poder, riquezas, caráter dominador, e impor ordem. Amparado na **mentalidade barroca**, objetivava-se ordenar o espaço de forma contínua, com limites de grandeza estendidos, associando estas concepções aos novos conceitos de movimento e tempo mecânicos. O espaço barroco convidava ao deslocamento, à viagem e à conquista pela velocidade, uma vez que a perspectiva longa, aprimorada a partir das técnicas renascentistas, tornavam o ato da passagem mais importante que o objeto alcançado. “A aceleração do movimento e a conquista do espaço, o desejo febril de ‘chegar a alguma parte’ eram manifestações da contagiosa ambição de poder” (MUMFORD, 1998, p.400).

¹¹⁰ Poder passava a ser sinônimo de número: a multidão e o número de habitantes sob o domínio do Estado, e não necessariamente o tamanho dos sítios ou circuitos de muralhas. (MUMFORD, 1999, p.395)

¹¹¹ O capitalismo mercantilista era militarista: apoiava-se nas armas do Estado quando não mais poderia obter vantagens sem elas. Para Mumford (1998, p.395), são esses os fundamentos da exploração e do imperialismo colonialista. Além disso, o autor afirma que os tiros simplificavam a arte de governar: “eram um meio mais rápido de pôr fim a uma discussão embaraçosa” (MUMFORD, 1998, p.393)

A cidade barroca conseguiu efetivar mais transformações do que a renascentista, o que pode se considerar um reforço nos argumentos à respeito do caráter intervencionista dos governos então vigentes. Ainda que nem sempre fosse possível construir ou reconstruir cidades por inteiro seguindo o recente estilo, novas avenidas retilíneas ou bairros de traçado geométrico esclarecido e orientativo caracterizavam um novo cenário. Ao mesmo tempo em que estas intervenções significavam uma nova ordem e riqueza aparente, demonstram também os ideais que pairavam sobre esta sociedade: de polimento e aformoseamento do que estivesse visível – a cidade, seus hábitos, movimentos, modas e ritos – mesmo que isso fosse, muitas vezes, apenas superficialmente possível. Complementa-se tal constatação com a visão de Mumford (1998), quando compara as intervenções barrocas na cidade a um “purgativo drástico” que não considerava a natureza dos problemas e “prometia resultados definitivos, rápidos, visíveis, até mesmo espantosos” (MUMFORD, 1998, p.435). O autor ainda completa que “há momentos em que a audácia da estética barroca, com seu impiedoso desprezo pelas realidades históricas, proporciona uma resposta ao que seriam dificuldades insuperáveis, se fosse procurada uma solução por pequenas partes” (MUMFORD, 1998, p.435).

O estilo de vida da corte influenciava no formato das cidades, nos seus costumes e seus novos usos, levando também a edificações de hotéis de estilo palaciano com fins comerciais, teatros cobertos, jardins para lazer e prazer, jardins zoológicos, parques urbanos, museus, entre outras instituições reais ou privadas.

Como produto de uma economia sem limites, vale destacar que os museus, que se originaram pela curiosidade científica de estudiosos colecionadores ou pela influência cristã de valorização teológica de relíquias religiosas, tiveram, neste período, suas coleções e escalas ampliadas pela valorização da arte e da ciência, mas, sobretudo, por anseios ambiciosos. O mesmo pode ser dito sobre os zoológicos, que acomodavam e exibiam animais vivos, exaltando as descobertas do homem explorador e seus “troféus” de caça. Vale destacar o que Mumford (1998, p.413) alerta ao mencionar tais

zoológicos em seu texto, que foi originalmente escrito em 1961: “tinha-se aí uma nova contribuição à cidade: um lembrete daquele estado indômito que o homem urbano muito facilmente esquece, na ilusão de que conquistou com êxito a natureza”. O autor também considera que o parque real foi, de todos os “egos urbanos”, provavelmente a mais feliz contribuição da vida palaciana à vida urbana, e registra que:

Embora o espaço ocupado por tais parques pudesse, talvez, ter sido melhor distribuído pela cidade se tivessem sido planejados não para a conveniência do rei, mas para a dos comuns, pelo menos tiveram constantemente em vista a concepção aristocrática de espaço e verdura, como partes essenciais da vida urbana; que não deveria ser coberta de imperfeições biológicas nem de esterilidade e depressão estética. (MUMFORD, 1998, p.414)

Ainda assim, afirma-se que, por trás da construção dos parques urbanos, existiam também, muitas vezes, as intenções capitalistas do período, uma vez que tais áreas verdes podiam transformar os terrenos de propriedade real vizinhos em localizações privilegiadas, o que levava ao aumento em seus preços. (MUMFORD, 1998, p.414)

Vale ressaltar também a influência dos costumes da corte aos hábitos domésticos da população nas cidades, principalmente a de classe média. O “ego individual” e a necessidade de intimidades levaram à adoção da habitação privada em relação aos locais de trabalho e também à setorização interna das residências em cômodos íntimos, sociais, de serviços e áreas de circulação comum.

Por ora, resume-se as estruturas da vida barroca em duas tríades extraídas do texto de Mumford (1998): “abstração de dinheiro, perspectiva espacial e tempo mecânico” (MUMFORD, 1998, p.397) e “lei, ordem, uniformidade” (MUMFORD, 1998, p.399). Sobre esta última, o autor escreve o seguinte trecho:

tudo isso são, pois, produtos especiais da capital barroca; mas a lei¹¹² existe para confirmar a situação e assegurar a posição das classes

¹¹² Em uma situação de contrastes e de crescimento populacional e econômico, quanto mais cidades cresciam e se tornavam importantes, além das capitais, mais se faziam necessários aprimoramentos de legislações nacionais, para garantir que tudo fosse feito – não apenas nas

privilegiadas; a ordem é uma ordem mecânica, baseada não no sangue, na vizinhança ou nas finalidades de parentesco e nas afeições, mas na sujeição ao príncipe reinante¹¹³; e quanto à uniformidade – é a uniformidade do burocrata, com seus escaninhos, seus processos, sua papelada, seus numerosos métodos de regularizar e sistematizar a coleta de impostos. Os meios externos de impor este padrão de vida acham-se no exército¹¹⁴; seu braço econômico é a política capitalista mercantil; e suas instituições mais típicas são o exército permanente, a bolsa, a burocracia da corte. (MUMFORD, 1998, p.399)

Vargas (1992, p.175), sobre este período, também sintetiza que:

A revolução comercial deslocou as bases do comércio do plano local e regional da Idade Média para a escala mundial, atingindo o limite de sua expansão. Exaltou o comércio como finalidade lucrativa, santificou a acumulação de riqueza e estabeleceu a concorrência como base da produção e do comércio. E, à revolução comercial que se devem quase todos os elementos que vieram a constituir o regime capitalista. Entre outros resultados da revolução comercial podem-se citar a ascensão da burguesia ao poder econômico, o início da europeização do mundo e o reestabelecimento da escravidão.

Contudo, o apreço pelo enriquecimento e o desenvolvimento das formas físicas e abstratas de transacionar que fortaleceram o capitalismo, ao mesmo tempo, levaram a uma crescente insatisfação por parte dos mercadores, financistas e senhores de terras em relação às condições dos regimentos despóticos, intervencionistas, reguladores e monopolistas. Os lucros obtidos pelos capitalistas beneficiavam desproporcionalmente o Estado, usurpando grande parte do que deveria pertencer a eles próprios, segundo acreditavam. Logo, os atuantes capitalistas, inicialmente associados aos Estados, passaram a se opor às formas de governo absolutistas, objetivando

capitais – segundo a autoridade do poder real. E, evidentemente, mais se dependia da força do exército nacional para garantir que as leis soberanas fossem respeitadas e cumpridas em todo o território pertencente ao Estado.

¹¹³ Segundo escreve Mumford (1998, p.378): “Os homens vivos estavam sendo transformados em autômatos, obedecendo apenas ao comando exterior”.

¹¹⁴ A presença do exército nas cidades oferecia um modelo de disciplina aos cidadãos. A condição da obediência estava para atingir todos os demais aspectos da vida e assim, segundo a crítica de Mumford (1998, p.394), “o povo adquiriu o hábito de aceitar o latido agressivo do sargento instrutor e as maneiras brutais e arrogantes das classes superiores”. A tendência à opressão exercida pelas classes superiores e à submissão por parte das classes inferiores foi repetida, segundo o autor, na sociedade industrial, onde os industrialistas governavam suas fábricas como déspotas absolutos (MUMFORD, 1998, p.394).

que estas fossem dissolvidas, assim como as práticas mercantilistas nas quais se apoiavam.

A partir do século XVII, alterações nas balanças de poder começaram a se tornar visíveis dentro das nações e entre elas. Contra o esquema de poder centralizado, a Revolução Gloriosa, ocorrida entre 1688 e 1689, na Inglaterra, pode ser considerada um primeiro marco histórico de vitória em oposição às concepções absolutistas. Esta depõe o rei católico Jaime II (1633-1701) e reconfigura a monarquia inglesa por meio da Declaração de Direitos de 1689, estabelecendo limites aos poderes do monarca e regulamentando os direitos do Parlamento, incluindo a participação popular no governo por meio de representantes parlamentares e nas definições sobre criação e cobranças de tributos. Isso levou à diminuição da cobrança de impostos excessivos e não apenas agradou, como também favoreceu os capitalistas.

A Revolução Gloriosa coincidiu com as ideias defendidas pelo filósofo e empirista inglês John Locke (1632-1704), que refutava a doutrina patriarcalista e de direito divino dos reis de Robert Filmer (1588-1653) e também se opunha ao absolutismo justificado por Thomas Hobbes (1588-1679), alegando que o poder político não deveria se concentrar despoticamente nas mãos de um soberano, mas ser uma concessão do povo, existindo através das leis. Locke, considerado o “pai” do **liberalismo político** e um dos precursores do iluminismo, propunha que o ser humano é detento do direito natural à vida, à liberdade e à propriedade, e que os governos deveriam existir para garantir tais direitos, podendo ser depostos caso o povo os considerasse injustos e ameaçadores em relação às suas liberdades naturais.

As ideias de Locke e o acontecimento da Revolução Gloriosa fizeram encontrarem-se a teoria e a prática do liberalismo político, que passa a ser a doutrina política adotada na Inglaterra. Esta, que também defende o

individualismo possessivo, em que o indivíduo pode e deve possuir e acumular bens, influencia no desenvolvimento do **liberalismo econômico**¹¹⁵.

A Revolução Gloriosa e seus desdobramentos influenciaram outros acontecimentos históricos que buscavam inversões nos sistemas de poder e, conseqüentemente, nos sistemas econômicos, como a Revolução Americana, em 1776. Esta levou à independência as treze colônias norte americanas da Inglaterra, representando que os anseios por liberdade política e econômica estavam se tornando ideais dominantes. O ápice do percurso de fracasso do absolutismo foi a Revolução Francesa, iniciada em 1789.

Segundo Benevolo (2015), foi apenas a partir das dissoluções do absolutismo que os hábitos e as formas de vida medieval começaram a, de fato, se desativar massivamente, de modo que a religião, o comércio e a política estrearam caminhos separados e passaram a encontrar, enfim, a modernidade. De acordo com Mumford (1998, p.436):

Com a queda do absolutismo, dera-se a derrubada dos Estados feudais, a secularização do Estado, a remoção dos regulamentos restritivos impostos pelas guildas e municipalidades; e ao lado daquilo, a abolição das próprias guildas e a transformação da cidade numa dependência cujos poderes tinham sido concedidos pelo Estado e podiam ser tomados de novo.

Sendo assim, em termos econômicos, o período de ascensão e queda do absolutismo – e do mercantilismo – é considerado por Mumford (1998) uma fase de transição do capitalismo, que buscou seguir seu curso de desenvolvimento e fortalecimento pautado em ideais de liberdade e com ausência de limitações impostas do Estado. Durante este percurso, o capitalismo acabou encontrando nas atividades de produção possibilidades de

¹¹⁵ John Locke defendia que todo homem tinha direito ao seu corpo e às extensões desse corpo, como, por exemplo, as terras que cultivava. Sendo assim, Locke afirmava que a posse das terras que cultivava, ou seja, das propriedades, também era um direito fundamental do homem, a ser assegurado. Logo, apesar de Locke, de certa forma, se apresentar resistente à acumulação de capital em seus textos, o fato de que defendia as ideias de posse individual do que homem podia explorar – como as terras – acabava também por influenciar o desenvolvimento do liberalismo econômico, ainda que indiretamente. Estas eram ideias radicais para o período, por confrontarem as concepções feudais de direito à terra e as formulações absolutistas do soberano. Deste modo, Locke buscava não assinar suas publicações.

investimentos mais lucrativos que os proporcionados pela atividade mercantil. Isso culminou no deslocamento da força principal da economia capitalista, da esfera comercial para a do desenvolvimento dos sistemas produtivos, pautados, a partir do século XVIII, no modo de produção industrial.

Vale abordar que as transformações no sistema capitalista foram acompanhadas por divergentes debates conceituais sobre a natureza das atividades terciárias e seu caráter produtivo, por diferentes correntes de pensamentos. A primeira escola moderna de pensamento econômico, que inaugurou a chamada economia clássica, surgiu apenas no final do século XVIII¹¹⁶ e, em termos teóricos, as atividades do setor terciário foram admitidas como produtivas e importantes para o desenvolvimento econômico apenas no século XX. Destaca-se ainda que, no que se refere a seu reconhecimento enquanto fator relevante a ser considerado na estruturação do espaço urbano, a atividade terciária passou a ser objeto de estudos urbanos mais sistemáticos meramente na segunda metade do século XX. Isso, segundo Vargas (2001) denota o “pré-conceito” em relação às atividades terciárias e o quanto seu estudo começou a se desenvolver tardiamente em relação à sua prática, tendo, por isso, muitas lacunas a serem ainda investigadas.

¹¹⁶ Segundo Vargas (2001), Adam Smith (1723-1790) e David Ricardo (1772-1823) são considerados alguns dos maiores expoentes da teoria econômica clássica que surgiu no fim do século XVIII. Esta teria tido seu marco inaugural em 1776, com a publicação de Smith intitulada “A Riqueza das Nações”.

3.1.3 Revolução industrial

As modificações revolucionárias abordadas anteriormente abasteceram o mundo moderno de combustíveis que possibilitaram o funcionamento de suas engrenagens progressistas de um modo que se mostraria ininterrupto e com velocidades crescentes. O giro destas engrenagens permitiu que o homem moderno caminhasse rumo a outras transformações que seus ideais de progresso vislumbavam.

Neste quadro de transfigurações, destaca-se no presente subcapítulo as que aconteceram no setor de produção de bens, que levaram tal ramo de atividades a um triunfo jamais visto antes, considerado revolucionário, demarcando o processo histórico conhecido como revolução industrial. Para Arruda (1994, p.8) e para Hobsbawm (2018, p.60), esta foi uma das revoluções mais importantes entre todas as verificadas na história das sociedades, desde o surgimento da escrita, das civilizações e da agricultura.

Embora as revoluções que subdividem o Capítulo 3 sejam parte de um contexto em comum, segmentado para ser tratado a partir de eixos temáticos, ao invés de cronológicos, ressalta-se que o período de decolagem da revolução industrial foi apenas a partir do século XVIII, impulsionado principalmente pelos fatores envolvidos nas revoluções comercial e científica já abordadas, combinadas à expansão demográfica mundial e à necessidade de aumento da produção agrícola e de bens manufaturados no globo.

Segundo Hobsbawm (2018), a maioria dos estudiosos especializados tem como consenso a década de 1780 como ponto de partida de um crescimento acelerado no setor de produção de bens e, portanto, de partida da revolução industrial. Isto porque, como completa Canêdo (1985, p.9), foi nesta década que “todos os índices estatísticos relevantes ligados aos cuidados com o vapor, a tecelagem, a cerâmica, a mineração, e a metalurgia deram uma guinada repentina, quase vertical”.

Entretanto, a revolução industrial não tem um episódio específico que determina seu início e passou a ser assim chamada somente por volta da

década de 1820, provavelmente por analogia à revolução sociopolítica que eclodiu em 1789, na França¹¹⁷, que representou definitivamente o fim do Antigo Regime na Europa e o início da Idade Contemporânea¹¹⁸. (HOBBSAWM, 2018)

Quanto às origens da revolução industrial, Hobsbawm (2018) considera que cada autor possui uma visão e ênfase narrativa. Segundo Arruda (1994, p.14), alguns historiadores, com base em uma perspectiva histórica de continuidade, afirmam que, desde o fim da Idade Média, a produção de bens materiais evoluiu em um processo histórico fluido, gradativo, entendido como uma “evolução industrial” natural. Outros historiadores, por outro lado, analisam tal processo histórico sob uma perspectiva historiográfica de ruptura, julgando impossível ignorar as maciças e progressivas transformações na economia e na sociedade no período, que aceleraram o seu tempo histórico, rompendo sua continuidade e revelando cenários sem precedentes¹¹⁹.

O que se adota nesta dissertação, a partir das análises das vertentes expostas por Arruda (1994), é que – mesmo que seja impossível negar que acontecimentos históricos, em geral, se conectam com seus eventos anteriores e sucessores, apresentando-se em uma certa sequência gradativa – considerar a história como um andamento contínuo e fluido aplaina o que se qualifica como processo histórico. Concorde-se, então, em designar o processo

¹¹⁷ Esta sim teve um fato que marca a sua estreia: a tomada da Bastilha parisiense, em 14 de julho de 1789.

¹¹⁸ Essas duas revoluções, a francesa e a industrial, representam as principais transformações do mundo no fim do século XVIII e início do século XIX – os últimos decênios que fazem parte do período analisado nesta dissertação –, tanto que Hobsbawm (2018) as aborda conjuntamente na publicação referenciada, reportando-se, por vezes, a elas como “dupla revolução” ou “revolução franco-britânica”. No caso deste último termo mencionado, se “franco” se refere à Revolução Francesa, “britânica” remete à Revolução Inglesa, um processo que se iniciou com a Revolução Puritana, entre 1640 e 1649, e se completou com a Revolução Gloriosa, em 1688, integrando-se ao processo de revolução industrial vivido pioneiramente por este país.

¹¹⁹ Segundo Arruda (1994, p.16), existem duas vertentes de historiadores dentro da perspectiva histórica que considera a revolução industrial como um momento de rupturas. Uma vertente embasa seus estudos em indicativos quantitativos, fundamentando a revolução industrial a partir de saltos de proporções numéricas em determinados momentos da história, chamados de *rupturas quantitativas*. A outra realça as profundas mudanças nas relações sociais ligadas a à revolução industrial, tratadas como *rupturas qualitativas*.

chamado de revolução industrial como uma “revolução” propriamente dita, pois, ao se analisar este percurso histórico mais profundamente, encontra-se uma série de mudanças disruptivas na economia, na política e na sociedade, que representam alterações na própria natureza desta, que passa a se organizar de modo diferente em relação à sua estrutura essencial dominante no período anterior. Em outras palavras, afirma-se que as manifestações da revolução industrial no processo histórico são compostas por uma cadeia de causas e efeitos que transformaram intensamente o mundo moderno, levando ao fim o absolutismo mercantilista, atribuindo um novo significado às interações internacionais, e rompendo de vez com as concepções sociais feudais, ainda presentes na modernidade em transição¹²⁰.

No caso da revolução industrial em questão, as transformações revolucionárias mais evidentes aconteceram pioneiramente na Inglaterra e foram redesenhando as relações econômicas e sociopolíticas no conjunto de todo o globo, tendo como um dos principais de seus efeitos a cristalização da economia mundial capitalista, pautada nas atividades de produção industrializadas.

O sistema de produção dominante anteriormente, ligado ao feudalismo medieval, era artesanal e corporativo. O produtor (artesão) possuía seus meios de produção, ferramentas, matérias-primas e sua oficina, tinha auxílio de aprendizes sob sua direção¹²¹, e vendia os produtos de seu trabalho localmente, em locais delimitados, seguindo as regulamentações estabelecidas pelas corporações de ofício (guildas). Nestas regulamentações estava instituído, por exemplo, o tipo de matéria-prima a ser trabalhada, a forma de trabalhá-la e até mesmo a quantidade a ser empregada na produção. Outra obrigação dos artesãos era a de não fazer propaganda de seus produtos,

¹²⁰ Segundo Hobsbawm (1998, p.108), uma vez abolido, o feudalismo não mais se reestabeleceu em parte alguma.

¹²¹ Nas oficinas, os trabalhadores se organizavam de forma hierárquica, indo de aprendizes a mestres, chegando a este nível quando tinham o trabalho considerado de alta qualidade. Todos viviam no mesmo local. (CANÉDO, 1985, p.16)

eliminando possibilidades de surgimento de concorrências entre os membros de um mesmo segmento produtor (CANÊDO, 1985, p.16-17). Os comerciantes, por sua vez, também regidos por organizações corporativas, eram responsáveis por adquirir tais produtos artesanais, assim como outros de gênero primário, e levá-los a demais localidades, a fim de negociá-los, de obter outros bens comercializáveis em troca e de abastecer a população com suprimentos diversificados. Tais medidas de controle garantiam um padrão na qualidade dos produtos existentes e comercializados, mas, por outro lado, impediam o aumento da quantidade do que era produzido, assim como possíveis inovações e variações criativas do que se fabricava (CANÊDO, 1985, p.16).

Na transição da Idade Média para a Moderna, a tendência de centralização das autoridades governantes, que mais tarde constituíram os Estados Nacionais, favoreceu que territórios fora das municipalidades se tornassem mais seguros. Neles, nas margens da estrutura feudal ainda remanescente, distantes dos governos municipais mais antiquados e das guildas reguladoras e restritivas, atividades como as mercadoras e de produção puderam se reorganizar e se desenvolver de modo mais independente e alternativo. (MUMFORD, 2008)

As atividades mercadoras foram as primeiras a se transformar de modo revolucionário na modernidade¹²², favorecidas diretamente pelas expansões marítimas europeias iniciadas no século XV, assim como pelos movimentos das reformas religiosas e de novos comportamentos na ciência, que deram ao homem novas possibilidades dogmáticas e filosóficas,

¹²² A fase de crescimento inédita, vivenciada pela atividade econômica comercial nos primeiros séculos da modernidade, é chamada nesta dissertação de revolução comercial. Pode-se analisar, então, que as atividades comerciais e atividades produtivas encontravam-se em patamares diferentes em tal período inicial. Apesar de menos desenvolvido que o setor comercial da economia, diretamente favorecido pela política mercantilista, vale considerar que o Estado inglês também incentivava o desenvolvimento do setor de produção, com baixa taxas de juros que favoreciam o acesso a capitais para investimentos, e “um certo protecionismo às indústrias nascentes”, como as de linho e seda. (ARRUDA, 1994, p.13)

legitimando seus anseios individuais de uma existência pautada no engrandecimento, no progresso e nas atividades lucrativas. Logo, foi no seio da atividade mercantil revolucionária que se fortaleceu o **capitalismo** e as atividades comerciais, a ele relacionadas, passaram a ser pautadas na obtenção das maiores quantidades de lucro que esta poderia possibilitar, significando o enriquecimento da classe burguesa emergente, que se dedicava ao comércio, e dos governos nacionais que a incentivavam.

A atividade comercial capitalista que se desenvolveu nas bordas de uma Europa ainda marcada pela estrutura e pelos costumes medievais se tornou a maior força econômica do período. Entretanto, a base da economia europeia continuava a ser a atividade camponesa e artesanal, pois a sociedade permanecia majoritariamente organizada como no período feudal, interiorizada e dispersa.

Se por um lado os comerciantes capitalistas estavam diante de um cenário de possibilidades ainda inexploradas, com oportunidades para amplificarem ainda mais suas atividades e o acúmulo de capitais, por outro, este mesmo cenário os limitava. Ao mesmo tempo em que os mercados estavam em expansão e traduziam perspectivas prósperas para os capitalistas – na conjuntura da revolução comercial e científica, com novas visões de mundo e de liberdade, com o desenvolvimento do comércio físico e abstrato, com a integração entre territórios internacionais e, sobretudo, com o aumento populacional –, requeria-se que uma maior oferta de produtos fosse disponibilizada para ser comercializada. Revelava-se, então, uma contextura com **problemas de abastecimento** que, para serem resolvidos, necessitavam não apenas da intensificação das trocas internacionais, mas também de um conjunto estímulo à agricultura e ao aumento da produção de bens materiais (VARGAS, 1992).

As frentes de atuação para lidar com as necessidades crescentes de abastecimento eram interligadas e impulsionavam umas às outras. O comércio internacional era a prática mais ativa e dinâmica, atendendo de modo mais imediato e revolucionário às demandas dos mercados. Já os caminhos

adotados para aumento de produtividade na agricultura baseavam-se, a priori, em estender as áreas cultivadas a partir das novas terras colonizadas e na intensificação dos trabalhos com auxílio de animais, arados e técnicas timidamente aperfeiçoadas em relação ao período anterior. Sendo assim, neste momento, a agricultura respondia às requisições de maior oferta de produtos principalmente através da sua expansão territorial, considerada por Hobsbawm (2018, p.44) como lenta e cheia de obstáculos.

Para tentar atender as demandas de produção de uma maior quantidade de bens materiais, o que se verifica no processo histórico é o surgimento de sistemas produtivos variados. Enquanto em parte do setor produtivo perdurava a organização medieval artesã e corporativa, outra parte começou a passar por processos de transformações relacionadas aos anseios do capitalismo. Logo, pode-se afirmar que a necessidade de abastecimento, o crescimento do capitalismo comercial, o surgimento de novos grupos sociais que visavam o progresso e a acumulação de capitais, junto à crise que o modelo socioeconômico feudalista representava e vivenciava, tiveram rebatimentos nas atividades de produção de bens.

As primeiras transformações nos sistemas produtivos da época caracterizaram-se pela presença de resquícios do sistema feudal e emergência de elementos constitutivos do modo de produção capitalista¹²³ (ARRUDA, 1999, p 10). Nesta fase, ademais dos pequenos artesãos que ainda trabalhavam segundo os costumes medievais, produzindo e vendendo seu produto final, alguns outros rearranjaram suas atividades, ampliando seu sistema produtivo doméstico por meio da contratação de artesãos assalariados, além dos que tradicionalmente compunham sua oficina. Assim, o velho mestre-artesão que se voltava a este novo modo de organizar sua produção passara a caracterizar o que Arruda (1994, p.26) denomina como **mestre-manufatureiro**, uma espécie de pequeno empresário e gerente, que detinha os meios de

¹²³ Entende-se “modo de produção” tanto como o modo pelo qual os meios necessários à produção são apropriados quanto pelas relações que se estabelecem entre os homens a partir de suas vinculações ao processo de produção (CATANI, 1999, p.8).

produção e se concentrava mais exclusivamente nas etapas produtivas de sua atividade. Apesar da produção em escala limitada e ainda pertencente a um sistema doméstico, esta evolução já apresentava alguns dos princípios do modo de produção capitalista que estavam se firmando, como a atribuição de valor à força de trabalho, negociada como uma mercadoria.

De modo coexistente, surgiram também os **comerciantes-manufatureiros** dentre os integrantes do sistema de produção do período (ARRUDA, 1994, p 26). A burguesia capitalista que ascendia com a expansão das atividades comerciais passara também a se interessar pelas atividades que produziam os bens comercializáveis, além das próprias operações transacionais em si, devido à prosperidade que os negócios apresentavam neste período e, portanto, à confiança que tinham na possibilidade de novos e mais numerosos investimentos lucrativos. Tais comerciantes-manufatureiros podiam operar da mesma forma que os artesãos-manufatureiros, contratando mão-de-obra assalariada, que fazia uso dos meios de produção que adquiriam. Ou então, alugavam as ferramentas de trabalho as quais tinham posse a artesãos independentes ou camponeses que também se envolviam com expedientes manufatureiros fora do seu tempo de trabalho agrícola ou em situações estéreis do ano. Além de fretar os equipamentos de produção, os comerciantes-manufatureiros tinham a vantagem de poderem fornecer as matérias-primas que seriam utilizadas pelos trabalhadores, adquiridas com melhores preços diretamente do que os próprios camponeses produziam em seu tempo extra, ou através de importações vindas das colônias. Ademais, comercializavam os bens produzidos (bem como os bens de primeira necessidade aos quais tinham acesso) em outras localidades ou mercados mais amplos.

Logo, os comerciantes, ao se envolverem com o setor de produção de bens, conseguiam expandir seus lucros de diversos modos, obtendo-os em diferentes etapas do processo de fabricação e comercialização, podendo se tornar, além de transacionistas, patrões ou arrendatários.

Segundo Arruda (1994, p.27), à priori, ao destinarem parte do seu capital às atividades do setor produtivo¹²⁴, os chamados comerciantes-manufatureiros geralmente se comprometiam com as etapas finais da produção de bens¹²⁵. No contexto do setor têxtil, por exemplo, isto significava o envolvimento destes com processos de tingimento ou outros tipos de acabamentos dos tecidos. Progressivamente, já que comprometer-se com a atividade produtiva se mostrou lucrativo, comerciantes-manufatureiros se puseram também a investir nas demais etapas dos processos de produção, como a preparação da matéria-prima, a fiação, a tecelagem, entre outras, e, deste modo, foram ampliando os espaços que ocupavam dentro do âmbito econômico produtivo. O autor completa que, a partir de então, alguns comerciantes-manufatureiros passaram a reunir trabalhadores sob um mesmo teto, em uma escala um pouco maior que a das oficinas tradicionais, criando o que se pode chamar de **manufábrica**.

Dentre as variadas formas produtivas que compunham o cenário pós-medieval, a **manufatura** mostrava-se como o formato produtivo mais progressista, passando a dominar as demais. Entretanto, apesar de ser a forma mais evoluída e dinâmica dentro do sistema produtivo antes do século XVIII, não era a mais praticada, sendo esta posição ainda assumida pelo modo de produção artesanal (ARRUDA, 1994, p.27). Além disso, a manufatura pouco trouxe alterações nos processos produtivos utilizados na época. Sua maior contribuição frente ao que culminaria no modo de produção capitalista foi a **organização do trabalho** que propôs: gradativamente dividiu o trabalho tradicional do artesão a partir das suas tarefas constituintes¹²⁶, ou seja, das

¹²⁴ Neste texto que aborda a revolução industrial, adota-se o termo “setor produtivo” para tratar dos setores econômicos que se ocupam de atividades diferentes da atividade terciária (as primárias e secundárias). Para entender como evoluiu a conceituação do que se considera como atividade econômica produtiva ou improdutiva, ao longo da história, recomenda-se a leitura do Capítulo 1, “Ideias sobre o comércio”, de Vargas (2001).

¹²⁵ Segundo Arruda (1999, p.26), o capital mercantil adentra no sistema de produção de bens de cima pra baixo, ou seja, iniciando sua participação através de atividades mais sofisticadas, indo, posteriormente, às mais rudimentares.

¹²⁶ Marx (2013, p.521) escreve que a manufatura decompõe a atividade artesanal e cria uma condição de cooperação entre suas partes. Segundo o autor, “cada trabalhador ou grupo de

etapas que integravam o processo produtivo já existente, levando cada uma delas a ser executada em série, por conjuntos de trabalhadores especializados, em locais diferentes e dispersos. Em outras palavras, explica-se que enquanto no sistema artesanal o produto do artesão era o bem material finalizado, podendo ser colocado diretamente em contato com o seu consumidor final, no sistema manufatureiro organizou-se a produção em partes especializadas, que se dedicavam a etapas de produção específicas, resultando uma maior quantidade de produtos trabalhados em cada conjunto produtivo isolado e uma maior quantidade de mercadorias acabadas no mesmo espaço de tempo (MARX, 2013, p.521). Assim, o bem material deixava de ser necessariamente produto de uma única oficina que executava todo o seu processo de produção e, neste esquema, os integrantes do setor produtivo passaram a ser: os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores assalariados, que vendiam a sua **força de trabalho** – e não o objeto que fora produzido – em troca da obtenção de um salário. (ARRUDA, 1994, p.29)

De todo modo, qualquer que fosse a forma produtiva praticada, o cenário de crescente demanda e produção de bens fazia com que o setor produtivo estreitasse seus elos de ligação com os capitalistas comerciantes e investidores. Fosse para obtenção de matéria-prima, de instrumentos indispensáveis à produção ou simplesmente para escoar os bens produzidos, dependia-se cada vez mais do mercado e dos investidores capitalistas. Estes, diante de um mercado alargado e em contínua expansão, necessitavam que mais quantidade de produtos fosse fabricada.

Sendo assim, resume-se que maiores demandas por bens materiais e, como resposta a tais necessidades, a diversificação dos modos de produzi-los, caracterizam o sistema produtivo da modernidade pré-industrial como **heterogêneo, disperso e fragmentado, dependente dos mercados**

trabalhadores fornece a o outro sua matéria-prima. No resultado do trabalho de um está o ponto de partida para o trabalho do outro. Assim, um trabalhador ocupa diretamente o outro.” (MARX, 2013, p.522). Marx (2013, p.522) completa que, na manufatura, “o fornecimento de uma dada quantidade de produtos em dado tempo de trabalho torna-se uma lei técnica do próprio processo de produção”.

capitalistas para conectar suas partes¹²⁷. De acordo com Arruda (1994, p.25), a ação do capital mercantil permeia e articula as formas de produção existentes, estimula a produção de mercadorias, acelera o processo de divisão social do trabalho, amplia a organização do sistema produtivo e dá origem à manufatura. Entretanto, esta, que é a modalidade mais progressista dentro do matizado sistema produtivo do período, por se organizar com resquícios da estrutura produtiva e das técnicas medievais, e por não ser capaz de entregar ao mercado a maior parte de bens produzidos necessários, ainda não se traduzia como um modo de produção original e revolucionário em sua totalidade e, portanto, não representou uma revolução propriamente dita na atividade produtiva mundial.

Logo, considera-se a produção manufatureira não como um modo de produção revolucionário, mas como uma transição entre dois modos de produção dominantes da história – o feudalista e o industrial. Assim, é possível compreender porque Arruda (1994, p.24) chama o capitalismo comercial (ou mercantilista) da época de **capitalismo de transição**¹²⁸: ele é o elemento integrador do conjunto de atividades econômicas assentadas em distintos e antagônicos modos de produção – dentre os quais a manufatura é a forma mais avançada – neste período transitório. A superação desta conjuntura híbrida é a condição para a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista.

Junto da trajetória de transformações e estabelecimento de novos modos de produção, caminhava também o homem moderno em direção à

¹²⁷ A necessidade de se estabelecer conexões eficientes entre as diferentes partes dispersas desta nova forma de organização do trabalho fez com que os **problemas de transporte** tomassem local de relevância dentro do sistema produtivo (ARRUDA, 1994, p.28). Segundo Marx (2013, p.521): “estabelecer e manter a conexão entre as funções isoladas exige o transporte constante do artigo de uma mão para outra e de um processo para outro.” Sendo assim, os sistemas de transporte modernos precisavam também evoluir para melhor atender as demandas crescentes de produtividade e de relação com o mercado mundial.

¹²⁸ Arruda (1994, p.25) também se refere ao capitalismo mercantil, ou comercial, ou de transição, como uma fase de acumulação primitiva de capitais, garantida pelo Estado, que antecede o modo de produção capitalista, engendrando o trabalho assalariado e o uso do capital-dinheiro.

consolidação do ideal que criara de si próprio: um homem visionário, investidor, com livre iniciativa; um empresário que busca acumular capital não para o próprio desfrute, mas para reinvestir e gerar mais riquezas e, através de seu trabalho e de sua profissão, cumprir sua predestinação no mundo, conquistar sua salvação individual, enriquecer a nação e proporcionar, com o progresso desta, o bem-estar geral¹²⁹. (CATANI, 1999, p.16)

O homem capitalista passava a constituir uma classe distinta e crescente na sociedade. Ser dirigido e regulado pelo Estado deixava de ser interessante e destoava dos anseios livres e expansionistas desta classe que ganhava poder econômico¹³⁰. As aspirações modernas progressistas se traduziam em liberalismo econômico e político¹³¹. E, neste âmbito – e não apenas nele –, a **Inglaterra** se encontrava muito à frente das outras nações europeias, sendo, por isso, a primeira a vivenciar as transformações decisivas de superação da transitividade moderna¹³².

¹²⁹ Catani (1999, p.10-16), quando explica as teorias de Max Weber (1864-1920) contidas na publicação “A ética protestante e o espírito do capitalismo” sugere que a conduta disseminada pelo protestantismo teria organizado uma maneira de agir religiosa com afinidade à maneira econômica racional de agir do capitalismo. Sendo assim, a teologia protestante, principalmente a calvinista, constituiu princípios éticos que estão na base do capitalismo, o seu “espírito”.

¹³⁰ Essa visão que toma a liberdade como uma necessidade para se atingir progresso, como ideal dos homens capitalistas em ascensão, é expressa de modo evidente na publicação inglesa “A Riqueza das Nações”, de 1776. (ARRUDA, 1994, p.11)

¹³¹ De acordo com a doutrina liberal nascente, o sujeito da economia não deveria ser o Estado, mas sim o indivíduo proprietário, livre, concorrendo com outros e independente para tomar iniciativas e decidir como gerir o que fosse de sua propriedade. Acreditava-se que a liberdade econômica, a concorrência e o jogo espontâneo do mercado contribuiriam com a expansão da economia e impulsionariam o setor produtivo, o que, por consequência, geraria mais capitais e enriqueceria a nação e seus membros, proporcionando bem-estar coletivo. (CATANI, 1999, p.52-53)

¹³² O fato de a revolução industrial ter sido protagonizada pioneiramente pela Inglaterra não foi acidental, segundo Hobsbawm (1998, p.45). Antes da revolução industrial, a Grã-Bretanha já estava bem à frente dos seus potenciais competidores no comércio e na produção *per capita*. No século XVII, a Inglaterra controlava oceanos e era líder da revolução comercial, tendo acumulado capitais e mercados, que favoreceram a aceleração da revolução industrial. Além disso, a nação possuía o mais sólido sistema monetário da Europa, tinha suprimento de mão-de-obra vinda dos campos para ser utilizada nas indústrias, carvão mineral de fácil acesso e disponível em quantidades, possibilidade de ascensão da classe burguesa, fazendo com que a nobreza deixasse de ser uma casta exclusiva e hereditária possuidora de riqueza.

Segundo Catani (1999), a decolagem da revolução industrial só existiu como narra o processo histórico, no século XVIII, pois a Inglaterra passara pioneiramente, ainda no século XVII, por uma fase de transformações profundas de caráter sociopolítico e econômico, representada pela chamada **Revolução Inglesa** – a primeira revolução burguesa da civilização ocidental, constituída, conforme descreve Arruda (1999, p.7), pela **Revolução Puritana**, entre 1640 e 1649, e seu complemento natural, a **Revolução Gloriosa**, em 1688.

A Revolução Inglesa levou a Inglaterra à condição primeira de se distanciar definitivamente das concepções medievais da Europa Ocidental de estruturação social, política e econômica e de conseguir transpor pioneiramente o caráter transitório da modernidade em curso, com economia híbrida (composta pela atividade mercantil capitalista e setor de produção heterogêneo porém majoritariamente de base rural feudal) e papel centralizador do Estado.

Esta revolução do século XVII marcou a redefinição do papel da burguesia¹³³ na sociedade inglesa, atribuindo-lhe poder político, derrubou o Estado absolutista na Inglaterra, pondo fim à monarquia de direito divino e absoluto, impôs uma monarquia submetida ao Parlamento e às leis criadas para limitar o poder absoluto dos reis (entre 1640 e 1666), colocando em funcionamento a experiência moderna de regime constitucional, abriu espaço para a emergência do liberalismo, promoveu a aceitação do lucro privado e o desenvolvimento econômico como supremos objetivos da política governamental, e possibilitou que os ideais capitalistas se estendessem para

¹³³ A burguesia em ascensão no início da Idade Moderna se aliou aos poderes centralizados e protecionistas dos Estados Nacionais para obter crescimento e conseguir assumir postos outrora pertencentes mais restritamente à aristocracia. Conquistadas posições importantes almejadas, porém limitadas pelos regimes despóticos, a burguesia progressista assumiu posição em busca de derrubá-los. Com a Revolução Gloriosa e a Declaração dos Direitos (*Bill of Rights*) de 1689, a burguesia conseguiu assumir o poder e consolidar o Estado burguês na Inglaterra. (ARRUDA, 1999, p.88)

além do setor comercial da economia, sendo implantados de modo dominante no sistema de produção de bens manufaturados e no sistema agrário¹³⁴.

Em relação ao sistema agrário, destaca-se que a Revolução Inglesa, ao limitar o poder dos reis, eliminou o protecionismo que o Estado garantia aos pequenos camponeses, destravando os processos de cercamentos de terras, chamados de **enclosures**, decisivos na transformação da estrutura agrária inglesa. Os *enclosures* transformaram campos abertos e comuns de cultivo e pastagem em unidades fundiárias particulares e fechadas, que podiam ser comercializadas – diferente do sistema feudal, onde a posse da terra era um direito hereditário. As terras passaram a ser arrendadas a capitalistas, até então fora dos domínios rurais, que levaram para a agricultura o capital obtido no comércio e nas atividades de produção as quais já tinham envolvimento, e que começaram a investir na produção agrícola com base nos ideais capitalistas de maior produtividade e lucro.

As mudanças no regime das propriedades de terras pressionaram os pequenos proprietários a venderem suas terras, restando como única opção de sobrevivência, a venda da sua força de trabalho para a agricultura capitalista ou para as manufaturas. Os camponeses pobres, que ocupavam as terras comuns, no processo de cercamento de terras, se viram sobre uma propriedade privada, sendo obrigados a se retirar e também compor a crescente massa dependente do trabalho assalariado.

No século XVIII “uma relativa quantidade de proprietários com espírito comercial já monopolizava a terra, cultivada por arrendatários empregando camponeses sem terra ou pequenos agricultores (CANÊDO, 1985, p.49). Tendo passado por um processo de capitalização, acelerado principalmente em áreas de maior estreitamento entre a agricultura e o

¹³⁴ Depois da Revolução Gloriosa e da restauração da monarquia inglesa em novo formato, onde o rei teve sua autoridade diminuída, Londres se torna a primeira potência econômica da Europa, centro do comércio e da finança mundial, ultrapassando Amsterdã. A cidade inglesa cresce, se torna a maior cidade da Europa na metade do século XVIII, inclusive Paris. Nos fins do mesmo século, a capital inglesa é a primeira cidade ocidental que chega a um milhão de habitantes. (BENVEOLO, 1999, p.542)

mercado mundial, ou seja, de maior interpenetração entre a economia agrícola e a economia mercantil, a agricultura inglesa, no século XVIII, já se destinava majoritariamente ao mercado¹³⁵ – o que ainda não acontecia em outros países.

Dentro do âmbito produtivo de bens manufaturados, a Revolução Inglesa possibilitou a eliminação da dependência que ainda se tinha do modo de produção artesanal e da concorrência deste com os modos de produção mais progressistas liderados pelos capitalistas. Diante da expansão do capitalismo e seu crescente envolvimento com as atividades produtivas, os artesãos não puderam resistir. Sem conseguir disputar com as fábricas, endividavam-se e perdiam seus meios de produção “até que nada lhes restasse para vender, a não ser sua força de trabalho” (CATANI, 1999, p.29). Separados dos meios de produção, os antigos artesãos se viam forçados a buscar os capitalistas (novos proprietários dos meios de produção) para vender sua força de trabalho em troca de um salário para sobrevivência, transformando-se em uma **crecente massa proletarizada**.

A massa proletarizada buscava viver nas cidades, visto que as novas fábricas surgiam em áreas urbanas ou próximas aos centros urbanos. Além do aumento populacional urbano causado pelo fluxo migratório de trabalhadores vindos do campo, acontecia também um crescimento demográfico proveniente de um aumento geral da população em seu processo natural de crescimento, da diminuição da taxa de mortalidade e do aumento da duração média da vida humana (BENEVOLO, 2015, p.551)¹³⁶.

¹³⁵ Hobsbawm (1998, p.64) chama o brusco crescimento da produção agrícola, capaz de fornecer mais alimentos à crescente populacional, de “revolução agrícola”. Segundo o autor, ela teria possibilitado o abastecimento da população nos primeiros estágios de aumento populacional, permitindo a existência de um contingente humano para operar nas indústrias e delas consumir. Vargas (1992, p.86) afirma que a revolução agrícola só atingiu efetivamente a Inglaterra depois de 1740. Hobsbawm (1998, p.64) considera que a agricultura (assim como a ciência) só teria atingido maturidade por volta de 1840.

¹³⁶ Em uma economia pré-industrial, a maioria da população vive ainda em áreas rurais. Durante um processo de industrialização, é natural o declínio da população nas áreas rurais, o crescimento da população em áreas urbanas e o aumento geral da população (CANÊDO, 1985, p.49). O aumento natural da população mundial muito estimulou o desenvolvimento da economia. Contudo, a continuação deste crescimento populacional só se manteve possível

Vargas (1992) evidencia a questão do aumento demográfico urbano no processo da revolução industrial com o seguinte trecho:

A expansão das trocas internacionais aliadas ao aumento populacional teve como consequência mais importante o progresso das cidades que atraíam a população rural para as funções ditas urbanas: comércio e indústria. Fechava-se assim o círculo que se autoalimentava: crescimento demográfico, mais produção agrícola e mais atividades de troca, mais urbanização, necessidade de maior produtividade agrícola enfim, mais mercadorias à disposição de um mercado crescente. (VARGAS, 1992, p.93)

A mão-de-obra, ou seja, a força de trabalho, passava a ser uma mercadoria abundante na Inglaterra, algo a ser vendido e trocado por dinheiro, colocada no mercado como um objeto de troca (CATANI, 1999, p.29). E foi através desta mercadoria que os capitalistas descobriram maiores possibilidade de se obter lucros.

Dentro do sistema de produção capitalista, o empregador compra a força de trabalho humana e o assalariado a vende. Entretanto, o valor da força de trabalho humana, ou seja, o valor do salário pago ao trabalhador, é menor que o valor de riqueza que ele realmente produz. Esta riqueza que o trabalhador produz mas não obtém para si, pois fica retida pelo capitalista empregador, é chamada de **mais-valia**. A mais-valia é a expansão do valor do dinheiro empregado pelo capitalista, tornando-se capital que o empregador em parte acumula e em parte reinveste para expandir ainda mais suas atividades, alimentando progressivamente o círculo vicioso em que ele enriquece e o trabalhador assalariado sobrevive¹³⁷. (CATANI, 1999)

Para ampliar a mais-valia, os empresários tendiam a buscar alargar a escala física da produção (contratando mais trabalhadores e expandindo o

como consequência dos avanços econômicos que tomaram velocidades autossustentáveis (HOBSBAWM,1998, p.189).

¹³⁷ O valor do salário é determinado pelo valor mínimo necessário para o trabalhador sobreviver e se reproduzir, perpetuando a classe operária, com acesso ao mínimo de educação necessária para executar seu trabalho (CATANI, 1999, p.30). Segundo Canêdo (1985, p.55), o valor do salário era propositalmente ínfimo para que o operário fosse obrigado a trabalhar ininterruptamente, em longas jornadas de trabalho, de segunda à sábado, para, assim, obter o mínimo para sua sobrevivência.

tamanho de suas fábricas), aumentar a jornada de trabalho dos empregados¹³⁸ e/ou reduzir a quantidade de tempo necessária para a fabricação do que se produzia. Na manufatura, a proposta organização do trabalho em etapas especializadas possibilitara já um aumento de produtividade, porém este aumento se restringia aos limites naturais da resistência física humana. Sendo assim, investir em melhores condições técnicas no processo de produção – e não apenas na organização do trabalho – para reduzir a quantidade de tempo necessária para a obtenção de uma mercadoria fabricada se mostrava como uma possibilidade, ou melhor, necessidade, para garantir o crescimento da mais-valia¹³⁹.

Logo, atentar-se às ferramentas e maquinarias utilizadas na produção se tornou foco dos capitalistas envolvidos com os setores produtivos, o que definiu o **caráter industrial** do **modo de produção capitalista** em conformação. Quando se constitui a indústria e seu sistema de produção revolucionário, a manufatura é superada e a indústria passa a representar, além de modo de produção principal, a atividade de maior força econômica, transferindo majoritariamente os interesses dos capitalistas para seu setor – ao invés do setor comercial –, originando o chamado **capitalismo industrial** enquanto principal fonte para se obter lucro. Assim, o capitalismo evoluiu de primitivo, ligado à atividade mercantil que lhe deu origem, para um capitalismo cristalizado, ou “**capitalismo pleno**”, como designa Arruda (1999, p.8; 1994, p.19), determinando a lógica de todas as esferas que compunham a economia das nações que se aproximavam do processo de industrialização. A atividade

¹³⁸ Em regime capitalista, em que a oferta de mão-de-obra tende a ser maior que a procura por ela, o trabalhador se vê forçado a aceitar os baixos salários e as altas jornadas de trabalho propostos pelos empregadores. (CATANI, 1999, p.30)

¹³⁹ No capitalismo, uma empresa capaz de fabricar determinada quantidade de mercadoria utilizando um tempo menor que o tempo médio socialmente necessário para sua produção, determinado pelo mercado, consegue obter mais lucro ao vendê-la. Este tempo médio varia em cada período e contexto: na medida em que mais empresas passam a produzir em menor quantidade de tempo, o considerado tempo médio socialmente necessário para produzir determinada quantidade de mercadoria pode cair e, conseqüentemente, o valor médio dessa mercadoria também. Isso porque o valor de troca de uma mercadoria é determinado pela quantidade de tempo necessário para sua produção (medido em tempo e expresso em dinheiro). (MARX, 2013)

comercial, então, foi adquirindo importância secundária, passando a ter de se submeter aos ditames dos setores de produção.

Como escreve Arruda (1999, p.8), a Revolução Inglesa criou condições para destravar o desenvolvimento e a proliferação do modo de produção capitalista enquanto modo de produção hegemonicamente dominante, pautado na obtenção de lucro, na divisão técnica do trabalho¹⁴⁰, na divisão social da produção¹⁴¹, e na consolidação de um novo sistema social de classes¹⁴². Além disso, com base em Arruda (1994; 1999), Catani (1999) e Canêdo (1985), sintetiza-se outras das principais características do capitalismo industrial: busca por progresso técnico contínuo; capitais mobilizados nos setores de produção para o lucro; separação clara e oposta entre uma burguesia possuidora de bens de produção e trabalhadores assalariados, emancipados dos obstáculos feudais tradicionais; fortalecimento do capital-dinheiro; descoberta da mais-valia; desenvolvimento de processos de mecanização da produção; busca por aumento de produtividade e diminuição de custos na fabricação de mercadorias; e sistema baseado na concorrência livre.

Se por um lado a Revolução Inglesa tornou possível o fortalecimento do “capitalismo pleno” – ou seja, a penetração dos ideais

¹⁴⁰ Organização da produção em setores especializados e interdependentes, como sugeriu a manufatura.

¹⁴¹ Transformação dos produtores em também consumidores, participantes e dependentes da economia de mercado. No contexto europeu pré-industrial, a estrutura da produção tendia majoritariamente à autossuficiência. Os pequenos produtores produziam os gêneros considerados de sua primeira necessidade, ou seja, sua habitação, vestuário e alimentação, não sendo, portanto, consumidores de tais bens. Esta estrutura ainda característica do período feudal rural representava um entrave para a economia comercial capitalista, uma vez que esta precisa da participação crescente de consumidores, que não produzem o que necessitam, mas adquirem tais mercadorias. A nova divisão social de classes criou um sistema em que a maioria da população é destinada a produzir não mais os bens que necessita, mas trabalhar vendendo a sua força de trabalho para a obtenção de um salário. O uso deste salário para a aquisição dos bens considerados essenciais para a sua existência transforma os trabalhadores, outrora autossuficientes em suas necessidades básicas, em consumidores. (ARRUDA, 1999, p.12-13)

¹⁴² Composto de empregadores, proprietários dos meios de produção, como utensílios, ferramentas, edifícios, terras e matérias-primas, e trabalhadores emancipados dos obstáculos feudais, que não possuem os meios de produção, apenas sua força de trabalho, utilizando-a para a obtenção de um salário. Estes últimos se transformam na classe operária.

capitalistas no sistema produtivo de bens materiais e agrários e o surgimento de um novo modo de produção dominante, capitalista, que caracteriza a revolução industrial –, este acelerou e definiu o processo revolucionário inglês em curso. Sendo assim, considera-se fundamental compreender a Revolução Inglesa e a revolução industrial, que se deu pioneiramente na Inglaterra, como partes de um mesmo processo, sendo uma condição da outra. (ARRUDA, 1999, p.8)

O setor de produção na Inglaterra, primeiro encorajada pelo mercado de exportações e depois pelo desenvolvimento do seu mercado interno, tinha demandas superiores a de todos os outros países, sendo estas maiores que a capacidade operária do país, segundo Vargas (1992, p.93), tornando necessário o desenvolvimento de novas técnicas de produção. Arruda (1999, p.19) deixa claro que a essência da transformação técnica que levou à industrialização dos modos de produção foi a substituição das ferramentas dependentes da energia humana por **máquinas movidas à energia motriz**¹⁴³, tratadas abaixo no trecho de Marx (2013):

Toda maquinaria desenvolvida consiste em três partes essencialmente distintas: a máquina motriz, o mecanismo de transmissão e, por fim, a máquina-ferramenta ou máquina de trabalho. A máquina motriz atua como força motora do mecanismo inteiro. Ela gera sua própria força motora, como a máquina a vapor, a máquina calórica, a máquina eletromagnética etc., ou recebe o impulso de uma força natural já existente e externa a ela, como a roda d'água o recebe da queda-d'água, as pás do moinho, do vento etc. O mecanismo de transmissão, composto de volantes, eixos, rodas dentadas, polias, hastes, cabos, correias, mancais e engrenagens dos mais variados tipos, regula o movimento, modifica sua forma onde é necessário – por exemplo, de perpendicular em circular – e o distribui e transmite à máquina-ferramenta. Ambas as partes do mecanismo só existem para transmitir o movimento à máquina-ferramenta, por meio do qual ela se apodera do objeto de trabalho e o modifica conforme a uma finalidade. É dessa parte da maquinaria, a **máquina-ferramenta**, que nasce a revolução industrial no século XVIII. Ela continua a constituir um ponto de partida, diariamente e em constante renovação, sempre que o artesanato ou a manufatura se convertem em indústria mecanizada. (MARX, 2013, p.549-550)

¹⁴³ Força capaz de produzir ou transmitir movimento, segundo o Dicionário Online de Português (DICIO, 2018).

Compondo a máquina-ferramenta que protagoniza a revolução industrial, encontram-se aparelhos e ferramentas frequentemente usados pelo artesão e pelo trabalhador da manufatura, organizados não como ferramentas de um indivíduo, mas como ferramentas de um mecanismo que, após ser acionado, executa as mesmas operações que antes o trabalhador executava individualmente, porém em maior quantidade. Ainda que acionadas pela força humana, essa maquinaria produzia, num mesmo dado tempo, mais que um trabalhador humano e sua ferramenta individual produziria e, portanto, aumentava a proporção da mais-valia.

Vale ressaltar, entretanto, que as maquinarias da primeira fase de revolução industrial eram simples e não tão tecnicamente transgressoras. A grande **inovação técnica** da modernidade foi conectar as ferramentas e os inventos que já existiam, como descreve Canêdo (1985, p.34):

Muitas das ideias que resultaram nestas máquinas já eram conhecidas há séculos. A aplicação das ideias na vida real esteve ligada à existência de homens práticos que se dispuseram a utilizar a técnica disponível a seu alcance, graças ao amplo mercado que se lhes abria pela frente. E mesmo a custo do sofrimento de milhares de trabalhadores. O caso é que, apesar de simples, as máquinas produziam resultados espetaculares para a época, cobrindo o capital investido, que aliás, não era tão alto frente aos lucros obtidos.

Hobsbawm (1998) também aponta que poucos refinamentos técnicos e intelectuais foram necessários para a revolução industrial¹⁴⁴.

Suas invenções técnicas foram bastante modestas, e sob hipótese alguma estavam além dos limites de artesãos que trabalhavam em suas oficinas ou das capacidades construtivas de carpinteiros, moleiros e serralheiros [...]. Nem mesmo a máquina mais sofisticada [...] necessitava de mais conhecimentos de física do que os disponíveis então há quase um século [...]. Dadas as condições adequadas, as inovações da revolução industrial praticamente se fizeram por si mesmas, exceto talvez na indústria química. Isto não significa que os primeiros industriais não estivessem constantemente interessados na

¹⁴⁴ O autor também frisa que a revolução industrial não levou imediatamente, dentro do século XVIII, à criação de um sistema fabril mecanizado, que produziria em quantidades grandes e custos rapidamente decrescentes, a ponto de não depender da demanda existente, mas de criar o próprio mercado. Isso teria acontecido apenas por volta no fim do século XIX com indústrias como as automobilísticas, que com a capacidade de produzir carros baratos, fomentou uma demanda em massa, e não ao contrário. (HOBBSAWM, 1998, p.48)

ciência e em busca de seus benefícios práticos. (HOSBAWM, 1998, p.46-47)

Sendo assim, é pertinente retomar a temática da revolução comercial e da revolução científica, destacando-as, uma vez que estas tiveram um papel fundamental na revolução industrial: deram origem à acumulação primitiva de capitais, que posteriormente foram investidos no desenvolvimento da indústria, e à mentalidade moderna da nova classe burguesa, aliada à ideologia progressista da ciência com novos métodos de observação, experimentação, e catalogação, que viabilizaram a coordenação das técnicas empregadas na atividade industrial.

Sobre o papel do comércio e da ciência na preparação do cenário da industrialização, o texto de Canêdo (1985) também faz considerações que evidenciam a relevância de ambos no processo da revolução industrial. Segundo a autora, a dilatação do horizonte geográfico conhecido, com as descobertas marítimas, levaram o mundo de estreito, centrado no mar, a um mundo mais largo, cujo centro era ocupado pelo homem e sua vontade consciente de dominá-lo. Diante deste novo mundo, a expansão dos mercados e o crescimento dos negócios deram força à ascendente camada social da burguesia, que, visando obter mais moedas, lucros, domínios e mercadorias para comercializar, passou a investir nas atividades de produção e no aumento da produtividade de tais setores¹⁴⁵. Para se aproximar de seus objetivos, a burguesia considerou a procura constante por novidades e aplicações utilitárias que poderiam reduzir os custos de fabricação das mercadorias a serem trocadas no mercado internacional – e a consequente maior obtenção de lucro em seus negócios. Logo, a burguesia e a ciência estreitaram suas alianças para além das questões ideológicas que tinham em comum, herança do iluminismo: a burguesia incentivava e auxiliava financeiramente as pesquisas científicas, e o desenvolvimento científico poderia contribuir solucionando os

¹⁴⁵ Canêdo (1985) também destaca que a burguesia, após a “descoberta” do mercado internacional, pode criar enormes fortunas e se colocar em contato com o mundo inteiro. Assim, “além de bens materiais, poder político, conhecimentos técnicos, ela acumulou também coisas na mente. Encruzilhadas de comércio são também encruzilhadas de ideias. Colocadas em prática, elas deram um novo alento à vida humana.” (CANÊDO, 1985, p.21-22)

numerosos problemas mecânicos que travavam o aumento da produção industrial e sua busca por produzir em maior escala com os menores custos possíveis¹⁴⁶. Em um cenário em que os indivíduos desejam expandir seus domínios privados, em um sistema concorrencial, uma nova técnica descoberta e aplicada podia ser decisiva para colocar uma empresa à frente de suas concorrentes.

A Inglaterra era a nação que se encontrava precocemente amadurecida para a assimilação do progresso técnico possível e necessário que levaria ao avanço dos sistemas produtivos e ao conseqüente desenvolvimento da indústria. Este processo aconteceu principalmente – mas não exclusivamente, como sinaliza Hobsbawm (1998, p.49) – no âmbito dos setores de produção ligados aos **gêneros têxteis**. Na fase de transição anterior à industrialização, o gênero têxtil foi o primeiro a vivenciar uma maior diversidade de modos de produção dentro do seu sistema¹⁴⁷. Isto porque a atividade têxtil dependia de equipamentos relativamente simples para ser realizada, de aquisição possível pelos primeiros acumuladores de capitais, podendo continuar se estruturando em escala doméstica e diminuta ou em manufábricas. Além disso, o setor têxtil foi favorecido, na pioneira Inglaterra, pelas importações de algodão vindas das colônias do país, matéria-prima que passou a representar uma alternativa aos tradicionais fios e tecidos de lã e aos onerosos de seda e linho, importados do oriente¹⁴⁸ (CANÊDO, 1985). Tendo

¹⁴⁶ Para atender às demandas do mercado e aos problemas técnicos por ele lançados, os estudos científicos começaram a se fragmentar, dando lugar a ramos de especializações técnicas na ciência e nas Academias. (CANÊDO, 1985, p.23)

¹⁴⁷ Em 1711, no periódico diário inglês *The Spectator*, Joseph Addison (1672-1719) mencionou a importância dos gêneros têxteis produzidos na Inglaterra para a economia do país: “Nosso comerciante inglês converte o estanho de seu próprio país em ouro e troca sua lã por rubis. Os maometanos são vestidos em nossa manufatura britânica, e os habitantes da zona congelada se aquecem com os velos de nossos carneiros”. (ADDISON, 1711, tradução nossa)

¹⁴⁸ Na Inglaterra, a atividade manufatureira mais praticada era já a têxtil, importante há muitas gerações, ligada à economia camponesa, com a criação de ovelhas e fabricação de tecidos a partir da lã. Por esta ser uma atividade tradicional, encontrava-se geralmente ligada às regulamentações das corporações medievais que persistiam na modernidade. Logo, a produção de tecidos a partir da lã era realizada mais frequentemente nos contextos menos progressistas e, portanto, tinha um caráter mais estagnado. Já os produtores têxteis que se

um sistema produtivo diversificado e penetrado por capitalistas investidores, a produção têxtil, principalmente a que utilizava o **algodão** como matéria-prima¹⁴⁹, passou a experimentar pioneiramente o progresso técnico e a utilização de maquinarias¹⁵⁰.

O início da fabricação de gêneros algodoeiros seguiu os mesmos princípios utilizados nas produções tradicionais com lã, linho ou seda, sendo dependente da habilidade individual do trabalhador. Em meados do século XVIII, o invento do sistema mecânico conhecido como lançadeira volante¹⁵¹, a máquina de fiar, mecanizou a tecelagem com fios de algodão, possibilitando a criação de peças de tecidos mais largas¹⁵², a aceleração das operações de tecelagem e a economia na quantidade de mão-de-obra assalariada empregada na produção. A maior rapidez que a lançadeira oferecia na produção de tecidos gerou, entretanto, um desequilíbrio entre o setor de tecelagem e o setor de fiação, que ainda produzia fios através da roca de fiar –

ocupavam da utilização da seda ou do linho, por exemplo, encontravam outros tipos de impedimentos no desenvolvimento de suas atividades: dependiam da matéria-prima e da técnica estrangeira. Sendo assim, foi o ramo têxtil que utilizava o algodão como matéria-prima que representou o progresso da atividade produtiva mecanizada, sendo um dos responsáveis pela guinada da revolução industrial. (CANÊDO, 1985, p.26-27)

¹⁴⁹ O setor têxtil que utilizava como matéria-prima o algodão, além da vantagem de obtê-lo através de importações vindas das colônias inglesas, em um cenário em que o comércio colonial se encontrava aquecido, tinha seu desenvolvimento técnico favorecido por estar distante dos centros tradicionais de manufaturas de lã. A fabricação de gêneros a partir do algodão era menos tradicional e, portanto, menos regulamentada e estática (CANÊDO, 1985, p.28).

¹⁵⁰ Na Inglaterra, a primeira indústria a se revolucionar foi a do algodão. Até a década de 1830, aproximadamente, a indústria algodoeira era a única que tinha predominância de fábricas em seu sistema de produção. As outras mercadorias de consumo (produtos de outros gêneros têxteis, alimentos, bebidas, cerâmicas, e outros produtos de uso doméstico) não devem ser desprezadas. Entretanto, estas empregavam um número menor de pessoas em sua produção e, além disso, desencadeavam menos transformações que a indústria algodoeira dentro do sistema produtivo (HOBSBAWM, 1998, p.53).

¹⁵¹ A lançadeira volante foi inventada em 1735 por John Kay, tendo seu uso disseminado por volta de 1760. (CANÊDO, 1985, p.29)

¹⁵² Quando a tecelagem era feita através de teares manuais, a largura do tecido fabricado era correspondente à distância máxima que os braços do trabalhador tecedor conseguiam alcançar. Necessitando de peças mais largas, mais operários tinham de trabalhar lado a lado, para passar a lançadeira de uma mão para outra. (CANÊDO, 1985, p.28)

instrumento que dependia mais da habilidade manual do trabalhador fiandeiro do que da ferramenta utilizada em si. Desenvolver um mecanismo de fiação mais produtivo para suprir a necessidade das tecelagens se tornou, portanto, a preocupação dos fabricantes.

Por volta de 1760, a invenção da *spinning-jenny*¹⁵³ propiciou um aumento na produção de fios, mas foi a *water-frame*¹⁵⁴, uma máquina com cilindros movidos à força hidráulica, patenteada em 1769, que fez a fabricação de fios progredir em rapidez de produção e qualidade do produto obtido. A necessidade da utilização de água como força motriz nesta máquina mais eficiente fazia com que a *water-frame* tivesse de ser empregada em uma fábrica ou moinho, o que requeria que a produção de fios fosse concentrada em um só local, não podendo estar dispersa em domicílios espalhados pelos campos (mesmo porque os operários não possuíam esta máquina, nem sabiam seu segredo de construção e funcionamento). Para os empregadores capitalistas, a condição de ter de concentrar a mão-de-obra era favorável e significava mais domínio sobre o processo produtivo e mais controle sobre os trabalhadores produtores, eliminando a possibilidade que se tinha de desvio das mercadorias produzidas a outros fins ou comerciantes, e aumentando a quantidade de horas impostas na jornada de trabalho e a velocidade do ritmo de trabalho dos operários. Além disso, os fios de algodão produzidos pela *water-frame* eram de melhor qualidade, podendo ser utilizados na fabricação

¹⁵³ A *spinning-jenny* foi inventada por um tecelão e carpinteiro chamado Hargreaves e consistia em uma roda de fiar com vários fusos, mas que ainda funcionava à mão, movida pela força humana. Apesar de possibilitar aumento na produção de fios, a *spinning-jenny* era pequena, podendo ser utilizada ainda em sistema doméstico. Além disso, o fio que produzia era pouco resistente e não podia ser utilizado em todo e qualquer processo de tecelagem. Em alguns processos, o fio de algodão produzido com a *spinning-jenny* precisava ser mesclado com o de linho. Sendo assim, esta invenção não apresentou impactos decisivos na alteração do modo de produção anterior. (CANÊDO, 1985, p.30-31)

¹⁵⁴ A *water-frame* teve seu invento atribuído a um barbeiro e fabricante de perucas chamado Richard Arkwright (1732-1792). Inteiramente em madeira, possuía cilindros em sua parte superior que esticavam os fios antes que se enrolassem no fuso, movidos pela força hidráulica, produzindo fios de melhor qualidade que a *spinning-jenny*. (CANÊDO, 1985, p.31)

de tecidos inteiramente em algodão¹⁵⁵, bem menos custosos – e vale lembrar que a redução de custo é um pilar fundamental do desenvolvimento da indústria capitalista (CANÊDO, 1985, p.31).

A *water-frame* assegurou o triunfo do sistema fabril de produção no ramo algodoeiro, sob o domínio dos investidores capitalistas. A vantagem que cada nova invenção trazia ao sistema produtivo reforçava a busca contínua por melhores tecnologias a serem aplicadas às maquinarias.

Em 1779, por exemplo, um espécie de cruzamento entre as já inventadas *spinning-jenny* e *water-frame* deu origem à *mule-jenny*¹⁵⁶, máquina que permitia a fiação automática e tinha como produto um fio de algodão (ou de outra matéria-prima, que também podia ser utilizada nesta maquinaria) mais sólido e fino, capaz de proporcionar tecidos mais leves. Aperfeiçoada, a *mule-jenny* funcionava a partir da força hidráulica e, posteriormente, por meio de máquina a vapor, representando o auge das fábricas e a decadência do sistema de produção doméstico. Com esta nova maquinaria desenvolvida em função do mercado e da necessidade de maior produtividade, a fiação se tornou uma operação industrial, ou seja, uma atividade concentrada e automatizada, dependente de uma menor quantidade de empregados¹⁵⁷. (CANÊDO, 1985, p.32-33)

Em contrapartida, é possível supor que o avanço na indústria de fiação tenha impactado o setor de tecelagem. A presença de maior quantidade de fios de algodão no mercado do que de mãos para tecê-los levou à

¹⁵⁵ Em 1773 foram produzidos os primeiros tecidos inteiramente em algodão puro, a partir dos fios produzidos pela *water-frame* de Arkwright. (CANÊDO, 1985, p.31)

¹⁵⁶ A *mule-jenny* foi uma inovação proposta por Samuel Crompton (1753-1827). (CANÊDO, 1985, p.32)

¹⁵⁷ Se comparadas separadamente, a mais-valia produzida pela mecanização da produção era mais passível de crescer continuamente, com os inventos tecnológicos ilimitados, do que a gerada pela compra de mão-de-obra humana, uma vez que esta possui limites físicos vitais. Entretanto, considerando que o processo de acumulação capitalista é constante e ininterrupto, forçado pelo sistema de concorrências, é objetivo do investidor combinar todos os fatores possíveis para que seu dinheiro valorize continuamente, gerando cada vez mais capital para acumulação e reinvestimento. Só assim é possível resistir à expansiva luta concorrencial. (CATANI, 1999)

necessária evolução dos maquinários de tecer fios¹⁵⁸. Neste movimento que impulsionava e era impulsionado pelo desenvolvimento de novas tecnologias, a produção ficava cada vez mais dependente das máquinas e de quem as possuía. O empregador, detentor dos meios de produção industrializados e à frente dos investimentos no setor produtivo, utilizava disciplinas rígidas em seus espaços de trabalho a fim de garantir que a capacidade máxima das suas máquinas seria utilizada e de assegurar o maior proveito do seu capital investido (CANÊDO, 1985, p.33). Tal rigorosidade com o trabalhador operário se tornava ainda mais crítica à medida que a industrialização reduzia a participação da força humana nos processos de produção e gerava um crescente número de desempregados, sujeitos a aceitarem salários inferiores e empregos em condições cada vez mais exploratórias para sobreviver.

Canêdo (1985, p.34) atesta que os riscos da “aventura tecnológica” valeram a pena para os primeiros investidores na indústria: de 1750 a 1769, a exportação de tecidos de algodão inglês aumentou mais de dez vezes. Estava comprovada a lucratividade do sistema industrial.

A guinada da revolução industrial é tida, então, como este momento em que a acumulação primitiva de capital consegue proporcionar a substituição da força de trabalho humana por máquinas cada vez mais aperfeiçoadas. Assim, o capitalismo assume caráter produtivo industrial, definindo a readequação entre as relações sociais de produção e a subordinação do produtor ao domínio do capital (ARRUDA, 1994, p.32). A partir de então, a acumulação de capital e a expansão econômica adquiriram aceleração própria. Em meados do século XIX, o processo de produção industrial era já o modo de produção predominante na Inglaterra (CATANI, 1999, p.46). Mais precisamente, por volta da metade do século, a Inglaterra era a única economia

¹⁵⁸ A inovação do tear mecânico foi proposta por Edmund Cartwright (1743-1823), em 1785. Nos anos seguintes, o tear passou por aperfeiçoamentos, que o permitiriam funcionar de forma eficaz e automática. (CANÊDO, 1985, p.33)

mundial efetivamente industrializada, sendo a economia mais forte do mundo (HOBSBAWM, 1998, p.187).¹⁵⁹

Convém destacar que após as revolucionárias transformações induzidas e experimentadas pela indústria têxtil na Inglaterra, outros setores de produção foram levados a se industrializar, obtendo acelerações substanciais das operações de suas indústrias na segunda metade do século XIX. Com o crescimento das sociedades anônimas de ações¹⁶⁰, tornou-se possível a concentração e a mobilização de quantidades de capitais para financiar o desenvolvimento de indústrias maiores e mais lucrativas, como as de **bens de capital** (indústria da mineração de carvão, ferro e, mais adiante, aço).

Cada um dos setores de produção de bens de capital, em seus processos de desenvolvimento, se deparava com problemas técnicos que, para serem resolvidos, necessitavam de aperfeiçoamentos em outros setores. Logo, pode-se afirmar que o desenvolvimento de um dependia da evolução de outro; assim como progresso de um permitia o deslanche de outro.

A indústria da mineração de carvão se desenvolveu principalmente devido ao aumento do consumo de carvão para lareiras urbanas¹⁶¹ (CANÊDO, 1985, p.35). A necessidade de melhores condições técnicas para a exploração do mineral impulsionou o desenvolvimento da **máquina a vapor**¹⁶². Contudo, a

¹⁵⁹ Até metade do século XIX, os ingleses foram quase os únicos beneficiados pelo desenvolvimento industrial. Posteriormente, outros países também passaram pela revolução dos seus modos produtivos, como a Bélgica, a França (em ritmo mais lento, devido aos processos de revoluções sociais e políticas pela qual passava), os países da Europa Central, a Rússia, os Estados Unidos e o Japão.

¹⁶⁰ As ações, enquanto partes dos capitais que constituíam as sociedades anônimas, eram compradas e vendidas na bolsa de valores mobiliários. Conforme escreve Canêdo (1985, p.59): “logo se descobriu que estes valores rendiam melhor que as terras e causavam menos preocupações aos seus proprietários: uma fortuna guardada num cofre forte que poderia ser vendida no mundo inteiro”. Sendo assim, os capitalistas investidores das grandes sociedades anônimas, que detinham muito dos seus valores em ações, se tornaram personagens mais poderosos que os proprietários de terras e imóveis.

¹⁶¹ Este aumento se deve, em grande parte, à escassez de florestas na Grã-Bretanha, para suprimentos de carvão vegetal. (HOBSBAWM, 1998, p.60)

¹⁶² Na indústria de extração de carvão mineral, a máquina a vapor, que utilizava a expansão do vapor como fonte de energia motriz, poderia ser usada para o bombeamento de água das

aplicação desta máquina na mineração, construída em ferro fundido, dependia de aperfeiçoamentos de outra indústria, a metalúrgica. As novas descobertas técnicas neste setor¹⁶³ possibilitaram que o ferro fundido se tornasse um material de melhor qualidade, comum, barato, de fabricação fácil e uso variado, que passou a substituir a madeira nas construções navais e civis, além de ser utilizado na fabricação de maquinarias industriais, como as máquinas a vapor, e instrumentos de guerra, como os canhões. Segundo Canêdo (1985, p.41), “a empresa metalúrgica era, pois, muito mais espetacular do que a têxtil, caracterizando melhor a indústria moderna. E foi ela que impulsionou a invenção básica que iria transformar as indústrias de bens de capital: a **ferrovia**”. Foi apenas com o advento das ferrovias que foi possível triplicar a produção do carvão e do ferro e criar a indústria do aço (CANÊDO, 1985, p.41).

Arrisca-se afirmar que a ferrovia foi o principal fruto desta primeira fase da revolução industrial. Sua origem está ligada a necessidades de maior eficiência nos sistemas de transporte, principalmente para levar o carvão explorado dos fundos das minas à superfície e, posteriormente, aos portos e mercados, com carros sobre os trilhos, acionados por meio de máquinas a vapor (locomotivas)¹⁶⁴. Logo, descobriu-se que, apesar do alto custo envolvido na construção das ferrovias, a crescente venda de carvão e ferro que ela possibilitava era largamente compensatória.

A primeira linha férrea para transporte de passageiros e mercadorias foi construída em 1830, ligando Liverpool a Manchester. Quando o homem moderno enxergou a ferrovia, o que ela representava, o que ela possibilitava, e

minas de carvão, cada vez mais profundas, e para o transporte do mineral extraído até à superfície das minas e, posteriormente, aos portos e mercados. (CANÊDO, 1985, p.35)

¹⁶³ As inovações que possibilitaram a fabricação industrial de metais em boa qualidade foram a fundição do ferro à base de coque, um combustível de queima lenta, obtido pela tostagem do carvão, as invenções da pudlagem e da laminação, e o jato de ar quente. (CANÊDO, 1985, p.38)

¹⁶⁴ A descoberta da possibilidade do acionamento de carros sobre trilhos por meio de máquinas a vapor se deu por volta de 1812 (CANÊDO, 1985, p.42). A possibilidade de utilização de energia a vapor também inspirou o desenvolvimento de barcos a vapor, que não mais necessitariam depender apenas dos ventos para navegar.

as conexões que ela permitia, acelerando o transporte de bens, pessoas e informações, viu nelas um excelente investimento. As ferrovias revelavam a qualquer pessoa o poder e a velocidade da nova era. Como descreve Canêdo (1985, p.42):

Elas arrastavam obras de engenharia, estações e pontes, formando um conjunto de construções que tonteava as imaginações. Através das ferrovias era mais fácil acreditar que o progresso havia chegado, pois afetava a vida do cidadão comum, mesmo daquele que vivia fora do local das fábricas. Elas constituíam algo de bem concreto. Um excelente investimento, passaram a acreditar, vendo as locomotivas lançarem fumaça dançante pelo ar, diminuindo o tempo gasto nos percursos, os riscos das viagens e aumentando a velocidade da vida que passava a ser regulada pelos horários dos trens.

A difusão das ferrovias alterou a estruturação interna dos territórios e, em meados do século XIX, começara a equilibrar as vantagens locacionais entre as cidades costeiras e interioranas. O conceito de distância se alterou sensivelmente. Uma indústria, por exemplo, podia estar localizada próxima às suas fontes de matéria-prima ou mais interna no continente, não necessariamente próxima às regiões portuárias. (VARGAS, 1992, p.127)

Diante de todo o encantamento gerado pelas ferrovias e das possibilidades de progresso técnico que ela representava, os detentores de capitais, que ainda eram receosos a investir nas indústrias modernas recém-geradas, foram seduzidos. A construção de ferrovias demandava mais ferro, carvão, mão-de-obra, mercadorias, mais capacidade para abertura de mercados, mais capital, obras de engenharia: as estradas de ferro eram o símbolo do triunfo humano sobre a tecnologia. Seu grande custo era sua principal vantagem (HOBBSAWM, 1998, p.61). Sendo assim, justificava-se as necessidades de investimentos nas indústrias de bens de capital, que estavam em fase de expansão com as altas demandas. Foi aí que a concentração de energia no potencial produtivo possibilitou mobilizações inéditas de capitais coletivos a ser aplicado na indústria.

A ferrovia e a máquina a vapor foram uma verdadeira revolução nos transportes, nas comunicações e no modo de vida da população ocidental (VARGAS, 1992, p.171). Para cada novo quilômetro de ferrovia construída,

exigia-se mais toneladas de ferro para os trilhos. Esta demanda impulsionou o nascimento da indústria do aço¹⁶⁵ que, mais durável que o ferro, passou a substituí-lo.

Outras indústrias que se desenvolveram junto às de bens de capital foram a cerâmica, o que permitiu a produção de porcelanas em quantidade, que passaram a se tornar objetos de uso comum e importantes artigos do comércio internacional, e a química, com as descobertas das aplicações de ácidos e álcalis em processos industriais. O desenvolvimento da **indústria química** dependia da construção de laboratórios sofisticados, financiados pelos donos dos capitais ou pelas universidades. Tais laboratórios, em contrapartida, se dedicavam às necessidades colocadas pelos mercados, significando a sujeição da técnica à produção. A indústria e os problemas com que ela se deparava ditavam os rumos das pesquisas científicas, e seu progresso tecnológico passava a depender de mão-de-obra com qualificação científica especializada.

Pela primeira vez, a técnica e a ciência passaram a caminhar juntas. E a ciência se enriqueceu pelo contato com os problemas colocados pela técnica. Progrediu. [...] Com a revolução industrial, as ciências se viram colocadas diante de novas e específicas exigências, que lhes abriram novas possibilidades ao se confrontarem com novos problemas, novas maneiras de enfocar os antigos, novos instrumentos práticos e teóricos de investigação. (CANÊDO, 1985, p.47)

Cada setor industrial apontava novas necessidades e criava novas possibilidades, dando origem a outros ramos industriais. Novas substâncias foram sintetizadas em indústrias químicas para aplicações em larga escala nas indústrias da cerâmica, de sabão e agrícola, assim como corantes sintéticos para a indústria têxtil. As buscas por aperfeiçoamentos das máquinas a vapor levaram físicos a descobrir fontes diversas de energias, que poderiam passar de uma forma a outra. As interações entre as químicas orgânica e inorgânica e o descobrimento dos microrganismos levou ao estudo das fermentações, que

¹⁶⁵ O procedimento que possibilitava a transformação de ferro fundido em aço, de forma simples, foi descoberto em 1856, por Henry Bessemer, e aperfeiçoado por Thomas e Gichrist em 1877. (CANÊDO, 1985, p.44)

transformaram radicalmente a indústria dos alimentos com as novas formas de se produzir cerveja e pão, de se manipular o leite (pasteurização), e de se conservar alimentos. Surgiram os alimentos acondicionados em latas de conserva, a carne congelada, o leite condensado. Tais descobertas também permitiram revolucionar a química dos adubos, dando impulso à agronomia. Assim, ao problema secular da alimentação, eram apresentadas novas soluções. (CANÊDO, 1985, p.45-48)

A primeira revolução industrial trouxera transformações substanciais à estrutura da economia, da política e da sociedade como um todo, diferenciando completamente a organização desta da sua anterior e desencadeando novas fases de industrialização: uma segunda e terceira revolução industrial ou segunda e terceira fase da revolução industrial.

De acordo com as definições de Arruda (1994, p.20, a primeira revolução industrial ou a primeira fase da revolução industrial é caracterizada pela utilização de máquina a vapor e do carvão como combustíveis básicos, e compreendida no período de tempo entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Seguindo a classificação do autor, feita a partir da análise baseada nas diferentes formas de energia utilizadas no processo industrial, tem-se que a segunda revolução industrial, ou segunda fase da revolução industrial, se caracteriza pelo uso motor de explosão e de energia elétrica, no final do século XIX. Já a terceira revolução industrial, ou terceira fase da revolução industrial, é marcada pela difusão da energia atômica, em curso no século XX¹⁶⁶.

Em termos de produtividade econômica, a primeira revolução industrial significou um sucesso grandioso. Em relação à mobilidade, permitiu maior conectividade por meio das estradas de ferro atravessadas pelas locomotivas, da construção de canais navegáveis percorridos por barcos a vapor, e de melhor estrutura nas estradas. Essas novas e eficientes organizações permitiam a conexão rápida até mesmo com países até então

¹⁶⁶ O autor chega a mencionar uma revolução industrial seguinte, ainda mais atual, que chama de “revolução cibernética”, resultante da difusão dos computadores e da ciência da informática.

isolados do mercado mundial (devido aos altos custos dos sistemas de transporte anteriormente), assim como o enorme aumento da velocidade e de quantidade (capacidade de carga) de circulação de homens, mercadorias e informações (HOBBSAWM, 1998, p.61). O desenvolvimento dos transportes e das comunicações permitiam, segundo Vargas (1992, p.171) “maior e mais rápida difusão de conhecimentos, aproximando os povos e influenciando suas ideias, seus hábitos e costumes”.

Entretanto, por outro lado, a revolução industrial também representaria uma tragédia humana e ambiental (HOBBSAWM, 1998, p.66). Os efeitos negativos da revolução industrial na nova sociedade foram mais evidentemente vivenciados pela classe social trabalhadora, que passou a depender, para trabalhar e sobreviver, da classe dos capitalistas. Mumford (1998, p.365) ressalta, ao resumir o processo de revolução industrial, que quando as atividades de produção passaram a acontecer distantes das corporações tradicionais oriundas do período medieval, no período de transição que culminaria no capitalismo industrial, conseguiu-se fugir dos regulamentos relativos à qualidade dos produtos e dos salários citadinos, instituindo um regime de trabalho que pagava salários de subsistência. A partir das observações do autor, evidencia-se que a consolidação do capitalismo industrial esteve relacionada, desde o seu surgimento, à exploração da mão-de-obra dos trabalhadores. No processo de fortalecimento da nova economia que aumentava a disparidade entre as classes, a situação dos trabalhadores se tornava ainda pior, com jornadas de trabalho forçadas e excessivas, e aumento do número de acidentes de trabalho, de modo que Mumford (1998, p.394) compara os industrialistas a “déspotas absolutos” e Hobsbawm (1998, p.67) chama a disciplina por eles imposta de “draconiana”. Visando menos custo e maior controle, o regime industrial introduziu mulheres e crianças na

composição da classe operária, uma alternativa considerada mais dócil, disciplinável, e mais barata de mão-de-obra (HOBBSAWM, 1998, p.67)¹⁶⁷.

Os baixos salários destinados aos trabalhadores contribuíram para a redução de seus padrões de vida¹⁶⁸ e, conseqüentemente, do padrão de vida das cidades que concentravam o vasto exército operário. As cidades que vivenciaram pioneiramente a industrialização se tornaram mais populosas, densas, congestionadas, poluídas, com ar turvo, e insalubres, com aumento de volume de esgotos descobertos e acúmulos de imundícies nos mesmos locais onde circulavam pessoas, veículos, animais e crianças. As novas edificações construídas por capitalistas envolvidos na compra de terrenos e construção de imóveis para serem alugados aos trabalhadores visavam lucrar com aluguéis considerados caros, edificadas com baixa qualidade, frágeis, suscetíveis a incêndios, e com pouca ventilação ou iluminação natural. Em consequência, as moradias se tornavam superpopulosas, sujas e úmidas. A vida degradada das classes inferiores e a proliferação de mendigos, ladrões, desocupados, famintos, doentes, com o tempo passara a ameaçar também o ambiente em que vivem as outras classes (BENEVOLO, 2015, p.552). Só assim, para tentar amenizar tais questões das cidades e seus novos problemas decorrentes do liberalismo e da industrialização, se desenvolveu a disciplina do urbanismo moderno, que apesar de assim chamado, é produto da já nascente contemporaneidade.

¹⁶⁷ Segundo apresentado por Hobsbawm (1998, p.67), de todos os trabalhadores nas indústrias algodoeiras inglesas, entre 1834 e 1847, cerca de um quarto eram homens adultos, mais da metade eram mulheres e meninas, e o restante rapazes com menos de 18 anos.

¹⁶⁸ Na Inglaterra, apesar da força dos setores comerciais e industriais, a classe proletária era mais pobre do que em outros países, entre 1830 e 1848. (HOBBSAWM, 1998, p.69)

3.1.4 Revolução urbana moderna

A partir das discussões que contextualizam a modernidade, pode-se compreender que a sociedade moderna é uma sociedade de transformações. A busca e a aceitação dessas transformações são, ao mesmo tempo, origem e fruto de tal sociedade, de modo que Ascher (2010, p.21) afirma que “o que diferencia as sociedades modernas das outras é o fato de a mudança ser o seu princípio essencial”.

Segundo sintetiza Ascher (2010, p.22), a modernização da sociedade emergiu antes dos tempos considerados modernos, resultante da combinação inédita de dinâmicas socio antropológicas que já existiam em outros contextos sociais, mas que no período medieval entraram em ressonância na Europa, alimentando-se reciprocamente: a individualização, a racionalização, e a diferenciação social. Durante o processo de gestação da modernidade, o homem teria se descoberto como o centro de sua própria existência, adotando lógicas de apropriação e domínios individuais em detrimento das lógicas coletivas, desencadeando a tendência da individualização dentro da sociedade. Além disso, teria entrado em uma jornada de “desencantamento do mundo”, passando a atribuir às ações humanas e às leis da natureza o que era antes atribuído aos deuses, substituindo progressivamente a determinação de seus atos com base na tradição pela escolha através da razão, iniciando o processo de racionalização da sociedade. Quanto ao que chama de diferenciação social, Ascher (2010) destaca que a diversificação das funções de grupos e indivíduos dentro da sociedade, reforçada pela nascente economia de mercado e pela divisão técnica e social do trabalho, excitou a diversidade e a desigualdade entre grupos e indivíduos, dando vida a uma sociedade cada vez mais heterogênea e complexa.

Com base na avaliação desses três processos, como coloca Ascher (2010), ou utilizando como fundamentação a revolução científica, a revolução comercial e a revolução industrial, como proposto pela presente autora nos subcapítulos 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.3, tem-se que as análises sobre a modernidade

conduzem a uma perspectiva de transformações intelectuais, científicas, sociais, econômicas e políticas, que levaram à organização de uma nova sociedade, completamente diferente de sua anterior, vinculada à ideia do progresso e da superação contínua das necessidades básicas do homem.

O processo de desenvolvimento da sociedade moderna, em um contexto designado nesta dissertação como uma “era de revoluções”, teve rebatimentos – não por acaso – considerados revolucionários nas questões espaciais urbanas e arquitetônicas do seu período. Se “as formas das cidades, sejam projetadas, sejam resultantes mais ou menos espontaneamente de dinâmicas diversas, cristalizam e refletem as lógicas das sociedades que as acolhem” (ASCHER, 2010, p.20), tem-se que a sociedade moderna imprimiu novas lógicas à concepção e ao funcionamento das cidades em que se desenvolveu.

Os processos revolucionários de transformações das cidades na modernidade são chamados por Ascher (2010) de “**revoluções urbanas modernas**” – uma sucessão de três revoluções urbanas que refletem três grandes fases da modernidade¹⁶⁹, de margens pouco definidas, identificadas pelo autor.

A **primeira revolução urbana moderna**, segundo Ascher (2010), teria acontecido entre o fim da Idade Média e a guinada da primeira revolução industrial na Europa. Para o autor, esta corresponde ao que chama de **primeira fase da modernidade**, ou “**alta modernidade**”, fase que testemunhou:

a transformação do pensamento e do lugar da religião na sociedade, a emancipação da política e a emergência do Estado-nação, o desenvolvimento das ciências e a expansão progressiva do capitalismo mercantil e, logo a seguir, do industrial. (ASCHER, 2010, p.23)

¹⁶⁹ Das três fases da modernidade que Ascher (2010) trata em sua publicação, apenas a primeira e parte da segunda correspondem ao período histórico ao qual objetiva-se contextualizar no presente capítulo desta dissertação, que aborda o cenário compreendido entre o século XV e a primeira metade do século XIX.

A revolução urbana da primeira modernidade substituiu a ideia da cidade medieval pela da cidade clássica – a **cidade do renascimento** e, posteriormente, a **cidade barroca**. Tais **cidades pré-industriais** refletiram ao contexto do novo regime, assistindo a instauração do Estado-nação, a consolidação e expansão dos territórios nacionais, a descoberta das colônias europeias, o fortalecimento da economia mercantilista, o surgimento do capitalismo comercial, a mobilização das novas ciências e técnicas, a nova forma ideológica derivada da física mecanicista, a perda da hegemonia da Igreja Católica na Europa, a autonomia nascente dos indivíduos, e novos princípios de racionalidade.

Contudo, segundo Mumford (1998, p.375), mesmo após três séculos depois do considerado “fim” da Idade Média, os hábitos e as formas de vida medieval ainda se apresentavam ativos. No século XVI, em uma situação de transição, algumas das instituições medievais eram ainda permanentes, outras se renovaram, adotando o estilo do novo momento. Até o século XVII, as modificações no conteúdo da vida urbana ainda se encontravam confusos, restringindo-se a uma minoria de casos. Foi a partir de tal século que a ordem medieval se mostrou finalmente em dissolução e a cidade moderna passou a se apresentar mais nitidamente, caracterizando-se como uma mistura entre o velho e o novo na Europa. (MUMFORD, 1998, p.375-376).

As primeiras transformações nas cidades na modernidade correspondem ao período do Renascimento. Estas não alteraram substancialmente o modelo da cidade medieval existente. As intervenções que seguiam a nova ordem do desenho renascentista e o seu espírito de clarificação geométrica aconteciam em pequenas partes históricas das cidades e, embora não almejando mudanças em grandes escalas, conseguiam potencializar a beleza da cidade medieval. (MUMFORD, 1998, p. 379)

As pontuais intervenções renascentistas – por meio de reformas de edificações ou espaços já existentes, ou por meio de construções de novos edifícios ou elementos no novo estilo – rompiam com o padrão medieval e estabeleciam uma relação de contraponto que conseguia ressaltar, por

contraste, qualidades que estariam desprezadas ou invisíveis nas velhas ruas estreitas e edifícios medievais. As cidades da primeira modernidade permaneciam inicialmente como as cidades medievais, mas com novos elementos ou trechos da nova ordem esclarecida acrescentados, que ganhavam destaque diante da situação contrastante que os rodeava. (MUMFORD, 1998, p. 379)¹⁷⁰

Já no período Barroco, as novas ordens modernas foram utilizadas com mais rigidez no desenho das cidades. Nesta fase, que coincide com o fortalecimento dos governos centralizados, regras de composição racionais e técnicas de perspectiva, derivadas do Renascimento, foram aprimoradas de maneira mais intensa, jocosa e rigorosa. Associadas ao desejo de manipulação e ordenamento social e espacial, traçaram intermináveis avenidas que suprimiram a ideia dos trechos de beleza realçados do Renascimento, cedendo lugar à uniformidade, à grandiosidade e à uma conseqüente vacuidade, segundo Mumford (1998, p.381).

A sociedade barroca promoveu modificações mais visíveis nas cidades, influenciando não apenas sua arquitetura ou desenho urbano, mas sua ordem social. O que deu ao Barroco sua influência e seu tom mais expressivo foi o fato de ser sustentado por profundas transformações políticas e econômicas que, mesmo que já presentes no Renascimento, tornaram-se mais estabelecidas e evidentes durante o período do Barroco.

¹⁷⁰ Tais constatações levam Mumford (1998, p.379) a considerar que a cidade de fato renascentista, se empregado tal termo precisamente, nem chegou a existir. Sob outra ótica, entretanto, aponta-se que uma cidade como Vicenza, na Itália, é um autêntico exemplar de contexto urbano cuja presença física e simbólica do Renascimento são marcantes. Esta cidade italiana de passado romano é cenário de construções de edifícios projetados por Andrea Palladio (1508-1580), no período correspondente à primeira modernidade ou, mais especificamente, ao Renascimento, no século XVI. Referindo-se aos edifícios citadinos que projetou para Vicenza (e não suas famosas *villas* projetadas para áreas mais distantes do centro urbano existente em sua época), percebe-se que estes são concentrados no atual centro histórico da cidade, correspondentes à área que era circunscrita por muralhas no período medieval. O caso de Vicenza exemplifica a questão das intervenções renascentistas em regiões centrais e de importância histórica de cidades já estabelecidas. Estas, que eram o coração das cidades, eram as áreas escolhidas para a construção de palácios que representariam a riqueza e os ideais daquele novo contexto. Segundo CAPELLO (2009), Palladio construiu uma nova Vicenza, com um novo significado, a partir das edificações que projetou, descreveu textualmente e executou – nem sempre em sua totalidade – no período.

Sobre a cidade que caracteriza a primeira modernidade na Europa Ocidental como um todo, Ascher (2010, p.24) escreve o seguinte trecho:

O novo poder do Estado aparece em cena de forma monumental e se apresenta através da perspectiva, ao olhar do indivíduo, traçando avenidas, praças e jardins urbanos, que cruzam e dividem as ruelas, aleias e hortas, recuando e transformando muralhas, redefinindo e separando o público do privado, definindo funções, inventando calçadas e vitrines. Esse movimento é crescente e as ruas se alargam e se diferenciam funcional e socialmente, as cidades se estendem, os bairros periféricos proliferam, aglomerando de maneira nova populações e atividades.

Em relação à arquitetura da primeira modernidade, o mesmo autor destaca principalmente o seu estabelecimento enquanto disciplina moderna¹⁷¹, inaugurando-se como um campo específico responsável pelo planejamento e execução de novos valores e técnicas, mas sem deixar de considerar as referências anteriores – notadamente as clássicas –, assumindo novos significados e liberdades, principalmente através do barroco. (ASCHER, 2010, p.25)

Sendo a cidade barroca a que mais consolidou as alterações correspondentes à primeira revolução urbana moderna, vale destacar também sua ênfase à engenharia militar, edificando planejamentos urbanos estratégicos e matematicamente calculados, e ampliando os curtos limites das cidades medievais – com suas distâncias que podiam ser percorridas à pé, suas perspectivas fechadas, e seu espaço interrompido – rumo ao largo mundo almejado pela sociedade moderna barroca: “com seu fogo de artilharia a longa distância, seus veículos de rodas e seu crescente desejo de ganhar o espaço e se fazer sentir do outro lado do mundo” (MUMFORD, 1998, p.392).

O que se verifica na cidade resultante da primeira modernidade é que planejamento equivale à controle e exibição e que as grandes avenidas traçadas podiam ser palco para a marcha de exércitos triunfantes, com o máximo efeito possível sob o espectador, e representar a velocidade do novo

¹⁷¹ A tarefa do profissional arquiteto tal como se conhece hoje foi estabelecida por Filippo Brunelleschi (1377-1446). (BENEVOLO, 2015)

tempo, ou então, a nova noção moderna sobre o tempo: objetivo, direto, calculado, progressivo, refletindo também à nova consciência de regularidade, racionalização, sistematização, ordenamento e cientificização – características da modernidade que influenciariam a revolução industrial e as revoluções urbanas modernas seguintes.

Com base em Ascher (2010), tem-se que antes da primeira modernidade, não se focava na ideia do crescimento e do progresso como centro da dinâmica social. Os planejamentos ou decisões tomadas nas sociedades anteriores visavam proteção, abastecimento, organização (o que se difere de ordenamento), enriquecimento dos líderes governantes, cooperação, questões religiosas ou militares, ou seja, visavam permitir a existência da sociedade. As decisões da sociedade moderna, em contrapartida, pautam-se em algo maior que sua própria existência: a capacidade de evoluir, crescer, superar e progredir continuamente.

Para Ascher (2010, p.25), é por isso que a cidade que classifica como pertencente à “primeira modernidade” é moderna: ela é projeto e “cristaliza a ambição de definir o porvir, de dominar o futuro, de ser o marco espacial de uma nova sociedade; ela é o desenho de um desígnio”. Ela corresponde racionalmente a demandas heterogêneas, simboliza anseios de grupos que almejam ser dominantes, valoriza a consciência humanística e histórica por meio de referências (escolhas racionais com diversas motivações, e não atos tradicionais repetitivos), e materializa-se como um ambiente de novas possibilidades da humanidade.

As experiências da “primeira modernidade” encontraram seus ápices com a guinada da Revolução Industrial – nas décadas finais do século XVIII, na Inglaterra, e em décadas posteriores, em outros contextos europeus –, inaugurando uma **segunda fase da modernidade**, de acordo com Ascher (2010). Também chamada de “**média modernidade**” (ASCHER, 2010, p.24), esta fase presencia a intensificação da produção de bens e serviços seguindo lógicas capitalistas, assume o pensamento técnico-científico, e é responsável

por uma **segunda revolução urbana moderna**, que teria perdurado até o de término da Segunda Guerra Mundial, segundo a concepção do autor¹⁷².

Ao tratar da segunda revolução urbana moderna, Ascher (2010, p.25) explica que esta deriva da primeira revolução industrial e seu atrelamento à revolução agrícola, que possibilitou o aumento da produção de alimentos, mas expulsou das áreas rurais um grande contingente populacional humano que teria sido fundamental na revolução do modo de produção capitalista industrial. O duplo processo de revolução, agrícola e industrial, segundo o autor, provocou o aumento demográfico nas cidades (tanto pelas migrações vindas do campo, quanto pela maior capacidade de fornecimento de alimentos que possibilitou o aumento natural da população), acarretando um crescimento espacial urbano acelerado, maior densidade populacional nas cidades e, ao mesmo tempo, empobrecimento de parte significativa da população urbana, submetida à nova ordem social do capitalismo industrial. A cidade que passa pelo processo citado ou dele resulta é chamada por Benevolo (2015, p.567) de **cidade industrial** ou **cidade liberal**.

Assim como o absolutismo influenciou na ordem das cidades e dos seus territórios de dominação, o liberalismo econômico e político, que defende menores interferências em questões privadas (como terrenos, imóveis ou empresas), foi cúmplice de transformações urbanas desordenadas nas zonas industriais. A superposição de iniciativas públicas e particulares não-reguladas e não-coordenadas – condição para o progresso da economia industrial em sua primeira fase – criou um ambiente caótico e insalubre nas cidades que primeiro experimentavam se tornar oficinas do mundo capitalista.

¹⁷² Sobre as os marcos históricos e as definições temporais como as utilizadas por Ascher (2010), vale o adendo: dificilmente é possível definir precisamente o início ou término de um processo de revolução, uma vez que ele não se inicia, completa ou se encerra sempre em momentos definitivos. Em muitos casos, ele nem se completa; se transforma. Além disso, em contextos diversos, cada processo acontece em um tempo e/ou velocidade de tempo diferenciados. Os recortes temporais de Ascher (2010) – como a transição da Idade Média para a Idade Moderna, a revolução industrial e as Grandes Guerras Mundiais – incluem datas ou acontecimentos históricos como suporte para favorecer a compreensão e diferenciação entre os processos revolucionários urbanos que aborda.

A atmosfera das cidades industriais típicas era turva e poluída. As fábricas perturbavam as casas com fumaças e ruídos, poluíam os cursos d'água, e atraíam ainda mais concentração humana para seus arredores.

Londres, por exemplo, sendo a Inglaterra a pioneira nas experiências do processo de industrialização, foi a primeira grande cidade burguesa. Após o Grande Incêndio de 1666, que destruiu parte significativa da área central da cidade, o governo, com autoridade reduzida em decorrência dos acontecimentos da Revolução Inglesa, não conseguiu executar um plano unitário para sua reconstrução. Segundo Benevolo (2015, p.542), depois do Incêndio, “quando se retiram os entulhos, os proprietários anteriores reclamam seus terrenos; o governo consegue somente alargar as ruas principais e fixar com um regulamento as alturas das novas casas”. Não mais submissa e dependente das intervenções do governo ou de uma restrita classe dominante, Londres foi reconstruída como um mosaico de pequenas iniciativas. Enquanto a nobreza tradicional inglesa se dedicava à construção de palácios e *villas* grandiosas em áreas afastadas, a soma de um grande número de pequenas intervenções particulares desenhava a capital com loteamentos promovidos por proprietários de terrenos e ruas estreitas e irregulares, já abarrotadas de enorme tráfego de pessoas e veículos, antes mesmo do surgimento dos automóveis. De acordo com Benevolo (2015, p.547), algumas dessas intervenções renderam composições arquitetônicas elegantes e equilibradas, entretanto, a repetição de casos independentes criou “um organismo novo e desconcertante: uma periferia gigantesca e inapreensível, que continua em toda direção e mistura-se gradativamente ao campo, sem chegar a um limite definido”.

Na capital inglesa dominada pela iniciativa capitalista liberal, construções de pedra eram substituídas por de madeira, que eram menos pesadas, ocupavam menos espaços, podiam ser edificadas com mais velocidade ou até mesmo demolidas com mais facilidade caso fosse necessário utilizar de seus espaços para novas finalidades. Esta nova realidade, impulsionada pelos esgotamentos de áreas urbanas disponíveis para

construção, subidas de preço dos terrenos e pela dominação do setor econômico imobiliário sobre o território, levou ao surgimento de áreas urbanas com qualidades precárias, frágeis, suscetíveis a catástrofes naturais e incêndios, assim como à proliferação de doenças e epidemias. O elevado valor das terras e imóveis gerava maus padrões de alojamento, sobrepopoamento dos espaços externos e internos, ausência de lugares para as crianças brincarem, falta de luz, de ar, de salubridade, e aluguéis caros para o padrão salarial da população. Com os altos preços dos aluguéis, os trabalhadores urbanos e operários viam-se com ainda maiores dificuldades de subsistir em condições minimamente dignas. Cortiços se tornavam a tendência das cidades inglesas crescentes desde o século XVI, alojando a população de baixa ou nenhuma renda que se multiplicava (MUMFORD, 1998, p.390-391). Os índices de criminalidade, prostituição e marginalização nestes centros aumentavam, chegando a ameaçar as outras classes menos desfavorecidas (BENEVOLO, 2015, p.552).

Este ambiente requeria correções urgentes por parte dos governos, chocando com o princípio da livre iniciativa defendido na teoria e na prática durante a primeira metade do século XIX. Denúncias sobre a vida nas cidades liberais industriais levaram a discussões acirradas e ao desenvolvimento das primeiras leis sanitárias da Inglaterra e da França, em 1848 e 1850¹⁷³, respectivamente. (BENEVOLO, 2015, p.567)

Diante dos problemas já reconhecidos da cidade liberal, originada a partir do movimento da industrialização, a administração pública foi levada a buscar estabelecer regulamentos que limitavam e norteavam as iniciativas privadas, desenvolvendo o que Benevolo (2015, p.573) chama de **cidade pós-**

¹⁷³ A Lei Sanitária de 1850 é parte de um conjunto de medidas e circunstâncias que levaram a cidade de Paris a se tornar um modelo de gestão e cidade pós-liberal, influenciando outras cidades do mundo. O barão Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), nomeado por Napoleão III (1852-1870) prefeito de Paris em 1853, foi responsável por conduzir tais transformações estéticas e políticas na cidade, com demolições de edificações, traçado de novas vias (dentre elas os *boulevards*), instalação de novos serviços primários (aqueduto, esgoto, iluminação a gás, rede de transporte público, etc.) e secundários (escolas, hospitais, quartéis, prisões, parques públicos, etc.), assim como uma nova estrutura administrativa para a capital francesa. (BENEVOLO, 2015, p.589-595)

liberal. Dentro dos limites estabelecidos, a iniciativa privada tinha liberdade de atuação garantida pela administração pública e, então, “a administração pública e a propriedade imobiliária encontram um acordo: é reconhecido o espaço de pertinência de uma e da outra” (BENEVOLO, 2015, p.573).

A cidade pós-liberal enquadra-se em uma “média modernidade” (ASCHER, 2010) mais avançada, resultante das próprias experiências iniciais de tal fase, já vivenciando uma **segunda revolução industrial** – nas décadas posteriores à metade do século XIX. Sendo assim, esta cidade é reflexo do novo mundo industrial dominante e tende a ser organizada a partir das características da sua mais recente fase de industrialização, como a tendência à especialização e à sistematização da produção, a focalização em questões de transporte, a preocupação crescente com o desenvolvimento científico e técnico, entre outras.

Apesar da presente dissertação não objetivar a abordagem e a análise de acontecimentos históricos posteriores à primeira metade do século XIX, cabe tratar resumidamente de algumas das principais características da cidade pós-liberal, indicando tendências de desenvolvimento urbano do final do período ao qual se ocupa esta pesquisa e os caminhos para os quais a história das cidades ocidentais estava sendo direcionado.

Desde os primeiros experimentos da manufatura, a organização das etapas produtivas em setores especializados decompôs e simplificou as tarefas de produção realizadas para deixá-las mais rápidas, produtivas e rentáveis. Ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista, aprimoramentos em níveis de especialização e sistematização dos setores de produção e da mão-de-obra neles empregada resultaram, na segunda revolução industrial, em sistemas como o taylorismo¹⁷⁴ e o fordismo¹⁷⁵. O urbanismo moderno, na

¹⁷⁴ Sistema de organização da produção industrial desenvolvido pelo norte-americano Frederick Taylor (1856-1915), com enfoque na administração científica das indústrias.

¹⁷⁵ Sistema de organização da produção industrial combinando produção e consumo em massa, desenvolvida pelo norte-americano Henry Ford (1863-1947).

cidade pós-liberal, interpretou tais tendências, por exemplo, em forma de zoneamento urbano¹⁷⁶.

Em relação às questões de transporte e mobilidade – de bens, informações e pessoas, o chamado “bip” de Ascher (2010, p.20) – destaca-se que se tornara primordial adaptar as cidades e o sistema de transporte urbano e interurbano às exigências da produção, do consumo e das trocas mercantis. A cidade industrial pós-liberal requeria uma malha de grandes vias de circulação entre estações, locais de mercado, de moradia, de trabalho, e outros pontos importantes, assim como redes de água, saneamento, energia¹⁷⁷ e comunicação (telégrafo, telefone, correio expresso). (ASCHER, 2010, p.26)

Para progredir com melhores soluções de mobilidade, tornando mais eficiente o movimento e o armazenamento de bens, informações e pessoas, assim como o aumento de produtividade e rentabilidade, as novas cidades exigiam dedicação aos avanços da ciência e da técnica. As descobertas relacionadas à eletricidade, por exemplo, foram decisivas para o desenvolvimento de novas formas urbanas e arquitetônicas, possibilitando crescimentos tanto horizontais, com o bonde, o telégrafo, e o motor de explosão, quanto verticais, com elevadores e escadas rolantes. (ASCHER, 2010, p.26)

Tais avanços impactavam as cidades promovendo ainda mais a diferenciação social. Verticalmente, a invenção dos elevadores segmentava os mais pobres em andares inferiores e mais ricos em andares superiores, mais ventilados e ensolarados. Horizontalmente, os transportes coletivos, como os bondes, permitiam a existência de bairros residenciais de alta renda separados de bairros residenciais de baixa renda operária ou bairros industriais, que

¹⁷⁶ Na primeira metade do século XX, a questão do zoneamento urbano foi levada ao extremo, principalmente por Le Corbusier (1887-1965) e a Carta de Atenas, de 1933.

¹⁷⁷ Segundo Arruda (1994, p.11), o combustível e a energia do desenvolvimento industrial de grande porte foram, inicialmente, o carvão e o vapor. Posteriormente, a busca por aperfeiçoamentos nos mecanismos industriais e de transporte levaram a descobertas de outras possíveis fontes de energia, que poderiam ser combinadas, como a energia a gás e a elétrica.

coincidiavam com os territórios tumultuados e desfavorecidos das fábricas. Ou ainda, posteriormente, a – não necessariamente eficiente – capilarização das vias de transporte terrestres (rodovias ou trilhos), levaram ao surgimento dos subúrbios, áreas residenciais distantes dos centros, ocupada por classes expulsas pelos altos custos territoriais das principais áreas urbanas.

O conceito de Estado do bem-estar social, que se desenvolveu no contexto final do século XIX, como resposta branda e possível aos revoltos agrupamentos de trabalhadores proletariados insatisfeitos com as condições que o capitalismo industrial impôs às suas classes, atribuiu às entidades públicas a estruturação das cidades com redes de linhas de transporte coletivo, construção de escolas, hospitais, banheiros públicos, postos de correio, equipamentos esportivos, entre outros, fazendo com que o poder público tivesse de atuar através dos novos campos do urbanismo¹⁷⁸.

Em relação ao planejamento urbano, as novas limitações encontradas, neste momento, são em grande parte relacionadas às questões da propriedade privada e do mercado imobiliário que se desenvolvera e se expandira dominando a posse do solo.

Ascher (2010, p.28) acentua, entretanto, que as formas urbanas decorrentes dos problemas da segunda modernidade variavam em termos de proposição teórica e prática, dependendo de cada contexto. Não existia um formato, ideia ou estética única que correspondesse à variedade de demandas globais. Mas, a maioria das proposições eram movidas, em suas reflexões teóricas ou ações físicas, pelos mais diferentes idealizadores urbanos, como Haussmann, Cerdà, Sitte, Howard, ou Le Corbusier, pela preocupação de adaptar as cidades à sociedade industrial.

O autor critica o que resulta de toda essa experiência:

¹⁷⁸ O objetivo de planejar intervenções urbanas é característico da política da modernidade: tanto na “média modernidade” avançada ou na época da modernidade barroca, organizar racionalmente os territórios e suas articulações, o mais cientificamente possível, e ordená-los, prevendo o futuro e predefinindo suas renovações e expansões periféricas, são questões de instrumento governamental.

Um urbanismo fordista-keynesiano-corbusiano, expressão de uma racionalidade simplificadora com seu planejamento urbano, seu zoneamento monofuncional, suas armaduras urbanas hierárquicas, adaptado à produção e ao consumo de massa em centros comerciais, suas zonas industriais e sua circulação acelerada e uma materialização também do Estado do bem-estar social com seus equipamentos coletivos, serviços públicos e habitações sociais. (ASCHER, 2010, p.28)

Para completar sua análise, Ascher (2010, p.28) afirma que apesar de casos “radicais” como os de Haussmann, na França, a segunda revolução urbana não eliminou totalmente as cidades preexistentes e que as mais eficientes respostas às novas situações da modernidade vêm da capacidade humana de permanecer, resistir e se adaptar. Em casos de áreas históricas preservadas materialmente, por exemplo, percebe-se iniciativas de transformações de uso e significado de territórios. A relevância histórica deste processo denota a capacidade das cidades de também permanecer, resistir e se adaptar, sedimentando diferentes camadas de história, mais longas que as vividas por cada ser humano, e funcionando como palimpsestos: “pergaminhos que não mudam, mas acolhem sucessivamente escritas diversas” (ASCHER, 2010, p.28).

Menciona-se ainda que a **terceira fase da modernidade** da qual trata o livro de Ascher (2010), também chamada de “**baixa modernidade**”, é a modernidade ainda corrente, esboçada após as Grandes Guerras Mundiais, com mudanças que se vislumbram nas propostas urbanísticas atuais, apontando o processo da **terceira revolução urbana moderna**. Para Someck (2010, p.14), ainda “estamos em um período de transição de uma sociedade urbano-industrial para uma sociedade da informação e do conhecimento”, com o futuro em construção. O novo espaço urbano derivado deve resultar dos velhos e novos problemas de circunstâncias ainda mais complexas da contemporaneidade.

A partir da análise da obra de Ascher (2010), destaca-se, por fim, a importância que o autor atribui aos processos históricos de urbanização para, então, tratar da cidade contemporânea e das hipóteses que traz como “novos princípios do urbanismo” – que intitulam sua publicação. Para Ascher (2010),

só é possível entender a cidade atual quando esmiuçada a lógica histórica de conformação e de transformações das cidades, suas dinâmicas, suas necessidades e as sociedades que abrigaram em diversas circunstâncias.

3.2 FORMATOS

3.2.1 Praças e bazares a partir da modernidade

Para tratar dos espaços de comércio de relevância no período de tempo abordado por este capítulo, vale lembrar que o surgimento e desenvolvimento das cidades, ao longo da história, esteve relacionado à sua capacidade de abrigar e favorecer interações e trocas, ou, de acordo com os termos utilizados por Ascher (2010), às suas técnicas de transporte e estocagem de bens, informações e pessoas. Logo, este conjunto de características constitui e diferencia cada cidade e, conseqüentemente, distingue as suas histórias, dinâmicas e transformações. Por mais diferentes que sejam tais características em cada cidade, e por mais que a combinação destas em diferentes tempos e intensidades gere resultados distintos, existe uma lógica que compõe os formatos das cidades e de seus espaços de comércio, que é reflexo das sociedades que abrigam.

De acordo com o recorte temporal definido para a construção desta dissertação, os formatos abordados neste capítulo são os espaços comerciais relevantes da Idade Moderna e início da Idade Contemporânea, ou melhor, do período da “era de revoluções” contextualizada anteriormente em âmbitos científicos, comerciais, industriais e urbanos. Sobre estas duas últimas categorias de análise contextual, compostas cada uma de fases plurais, destaca-se que o presente subcapítulo foca especificamente nos formatos de negócios relacionados ao processo de desenvolvimento da primeira revolução industrial e seus efeitos imediatos, rumo a uma segunda revolução industrial, ou, de modo correspondente, aos espaços comerciais característicos da primeira revolução urbana moderna (a cidade pré-industrial transitando para o mundo industrializado) e do alvorecer da segunda revolução urbana moderna (a cidade industrial ou liberal, transitando para os primeiros momentos e experiências da cidade pós-liberal).

Em parte, os formatos de espaços de negócios aqui destacados e analisados, como correspondentes a novas lógicas experimentadas pelas

sociedades modernas, já existiam no período anterior. Estes sobreviveram porque conseguiram servir ao novo mundo que se articulava, seja em uso prático ou em significado, ou porque passaram por transformações de diferentes intensidades que os adaptaram a seus novos contextos. Em adicional, respondendo a novas demandas e lógicas características da modernidade, surgiram também alguns formatos de negócios considerados inovadores.

Herança da sociedade e do urbanismo medieval, incorporada às regiões centrais das cidades, a **praça**, enquanto um espaço aberto dentro do tecido urbano, e essencialmente público, continuava a ser um importante centro social, com fins comerciais, religiosos e cívicos – coexistentes ou não. Ali, podia-se encontrar mercados, feiras, locais de hospedagem, cerimônias, eventos, festas, animação, e circulação de ideias, notícias, produtos, serviços e pessoas.

A partir da análise das obras literárias de François Rabelais (1494-1553), importante nome da literatura francesa e mundial, Bakhtin (1987) descreve que a praça pública do tempo de Rabelais era o local da cultura popular não oficial na Idade Média e ainda durante o Renascimento, principalmente em dias de feira, que coincidiam com dias de festa. Era um “mundo especial no interior do mundo oficial”, que “reunia um número considerável de gêneros e formas maiores e menores impregnados de uma sensação única, não oficial, do mundo” (BAKHTIN, 1987, p.133). Na praça de Rabelais, entregue à festa:

um tipo de comunicação dominava então: o comércio livre e familiar. Nos palácios, nos templos, nas instituições, nas casas particulares reinava um princípio de comunicação hierárquica, uma etiqueta, regras de polidez. Discursos especiais ressoavam na praça pública: a linguagem *familiar*, que formava quase uma língua especial, inutilizável em outro lugar, nitidamente diferenciada da usada pela Igreja, pela corte, tribunais, instituições públicas, pela literatura oficial, da língua falada pelas classes dominantes (aristocracia, nobreza, alto e médio clero, aristocracia burguesa). (BAKHTIN, 1987, p.133)

Em toda a literatura mundial, talvez Rebelais é o autor que descreve mais profundamente sobre os aspectos das festas populares em praças públicas, neste período de encontro entre o mundo medieval e o moderno.

Foram nas praças que se deram algumas das primeiras manifestações da modernidade no aspecto físico dos contextos urbanos, de modo complementar ou alternativa à tradição vinda dos tempos medievais. A nova ordem política absolutista buscou intervir nos principais centros e praças existentes visando a expressão visual de sua autoridade, atualizando suas feições estéticas segundo as regras e o estilo recém proposto pelo Renascimento: de cálculo racional, de regularidade, de rigor intelectual e cultural, inspirada pela ordem e vigor das civilizações clássicas, e com evidência das “formas perfeitas” baseadas na harmonia da música e nas proporções humanas e cósmicas. Com uma espécie de maquiagem, a praça renascentista se apresentou apenas com algumas melhorias de acabamento e aperfeiçoamento qualitativo de espaços já existentes, tentando representar a concepção de uma nova visão de mundo, tendo, entretanto, uma função similar a que tivera na Idade Média (VARGAS, 2001, p.139-140).

As intervenções urbanas realizadas durante o Renascimento são poucas em quantidade e intensidade uma vez que este corresponde a um período inicial de novas formas de governo, em suas primeiras experiências nacionais e despóticas, com uma estabilidade incerta, o que não favorecia a realização de empreendimentos em grandes escalas e de longos períodos de execução. Somado a isso, o período que coincide com o início das expansões marítimas europeias tinha como foco a colonização de novos territórios, concentrando neles seus objetivos e esforços construtivos. Segundo Benevolo (2015, p.425), “não há necessidade de fundar novas cidades ou de aumentar em larga escala as já existentes (excetuando poucos casos excepcionais)”, pois “na Europa já existem as cidades e benfeitorias territoriais criadas na Idade Média, que bastam para as necessidades da sociedade renascentista e são modificadas só em parte” (BENEVOLO, 2015, p.469).

A maior contribuição do Renascimento para as cidades em solo europeu, além do seu forte apelo estético e da ideia de embelezamento urbano que tentou trazer¹⁷⁹, foi o aperfeiçoamento das técnicas de representação e utilização da perspectiva e a mudança de significado que propôs para a disciplina da arquitetura, que passou a se distanciar da sua função de operação mecânica para constituir um trabalho composto por fases de planejamento e de execução.

Outra consideração relevante, feita por Vargas (2001, p.137), aponta que, neste período, algumas das atividades que aconteciam originalmente nos espaços abertos das praças começaram a se transferir a edifícios especializados, como os teatros, revelando a tendência de compartimentação das atividades públicas em edifícios, e levando tais atividades a adquirirem um caráter semipúblico. Tal constatação ratifica a propensão da modernidade à individualização, à privatização, e à segmentação das multidões de pessoas em grupos menores e diversos, características que influenciaram no surgimento de formatos inovadores de atividades de negócios que se distanciaram daqueles da Idade Média, que serão tratados nos próximos subcapítulos.

Vale ressaltar também que a “redescoberta” do passado clássico, proposta pelo humanismo renascentista, aproximou os homens de questões temporais, cronológicas, e da ideia de consciência histórica, levando-os a uma nova relação com o fator “tempo” e ao vislumbre da construção de um futuro desejado – a busca pelo progresso, que muito influencia nos direcionamentos das atividades de negócio a partir de tal período.

¹⁷⁹ Leon Batista Alberti (1404-1472), um dos principais arquitetos humanistas italianos, sugeria que as ruas poderiam se tornar mais nobres e belas se as portas fossem de um mesmo modelo e se as casas construídas lado a lado seguissem um alinhamento uniforme, sem que uma fosse mais alta que a outra (MUMFORD, 1998, p.379). Contudo, a uniformização instruída por Alberti só foi realizada em algumas ruas e praças à partir do século XVII, no período Barroco. Benevolo (2015) cita o caso da cidade de Turim, na Itália, que, no século XVII, adquiriu maior importância e precisou se expandir. Turim conservou seu organismo romano central, com traçados ortogonais, e acrescentou-lhe as ampliações que seguiam tal lógica. Nas novas ampliações, as ruas e praças mais importantes eram compostas por edificações com fachadas iguais (BENEVOLO, 2015, p.526).

Utilizando-se como exemplo a Piazza delle Erbe, a praça central da cidade de Verona – já citada como exemplo de praça medieval, sobreposta à localização do antigo fórum romano e com presença tradicional de atividades sociais e comerciais em seu espaço, desde o seu surgimento até os tempos presentes (Figura 20, Figura 21 e Figura 22) –, observa-se que as intervenções mais notáveis que esta recebeu durante o período do Renascimento foram afrescos pintados na fachada de edificações já existentes, como os ainda preservados nas casas Mazzanti¹⁸⁰ (Figura 47), de cerca de 1540. Tais tratamentos, apesar de serem interferências superficiais na arquitetura das edificações e no cenário que constituía a praça, exemplificam não só a intensidade das intervenções do período, mas também os temas, conceitos e técnicas renascentistas que as norteavam. No caso das casas Mazzanti, destaca-se a importância da manifestação artística da pintura no contexto do Renascimento¹⁸¹, as novas técnicas de representação figurativa e aplicação em afrescos desenvolvidas e empregadas, e o conteúdo em si retratado no afresco, com cenas referentes à mitologia romana (uma das civilizações clássicas que inspirou o renascimento, com ligação histórica direta com a cidade de Verona e, especificamente, com a origem da Piazza delle Erbe).

¹⁸⁰ O grupo de casas foi construído no período medieval, delimitando parte da praça de perímetro ovalado que se sobrepôs, com dimensões estreitadas, ao antigo fórum romano que existiu no local. A edificação passou por modificações sucessivas ao longo de sua existência, fixando seu formato no século XVI, quando recebeu os afrescos pintados por Alberto Cavalli. Vale chamar atenção para a arquitetura do edifício, cujo pavimento térreo com estrutura porticada era ocupado por oficinas, voltadas à importante praça de mercado. Atualmente, o térreo da edificação é ocupado por restaurantes, fazendo permanecer a ocupação do local com atividades de serviços.

¹⁸¹ Segundo Benevolo (2015, p.420) a pintura do Renascimento se desenvolveu sobretudo para dar consistência aos personagens humanos. “O homem é apresentado como o objeto mais importante do universo pictórico, e a imagem do homem revela o universo mental dos pensamentos”.

Figura 47: Afrescos das casas Mazzanti.



Fonte: Wikipedia. Disponível em: <https://it.wikipedia.org/wiki/Case_Mazzanti>. Acesso em 16 jul 2019.

Adjacente à Piazza delle Erbe de Verona, ou melhor, como uma extensão sua desde o período medieval, quando se reconfigurou o espaço central da cidade de origem romana, encontra-se a Piazza dei Signori, voltada para o desempenho de funções cívicas. Contornada pelas edificações de caráter político e administrativo mais importantes da cidade, construídos em diferentes períodos da história veronesa¹⁸², a Piazza dei Signori se insere de forma mais regular – seguindo os alinhamentos de um Cardo Mínimo e um Decumano Mínimo¹⁸³ da anterior cidade romana – e menos integrada ao tecido

¹⁸² A Piazza dei Signori é composta por edificações de estilo arquitetônico românico, gótico, renascentista e neoclássico.

¹⁸³ As cidades de origem romana eram traçadas com base na definição de um Cardo Máximo e um Decumano Máximo, definidas como as principais vias da cidade, perpendiculares em sua intersecção. No exemplo da cidade de Verona, como representado na Figura 20, o Cardo Máximo e o Decumano Máximo passam pelo fórum romano, local onde atualmente se encontra a Piazza delle Erbe (Figura 21). As vias do traçado da cidade romana que seguem a orientação do Cardo Máximo e do Decumano Máximo, podem ser chamadas de Cardo Mínimo e o Decumano Mínimo. A Piazza dei Signori foi implantada alinhando-se a um desses cruzamentos de vias secundárias da cidade romana.

¹⁸³ Vale destacar, sobre o desenho das cidades de origem romana, que o Cardo Máximo (via principal orientada no sentido norte-sul) e o Decumano Máximo (via principal orientada no sentido leste-oeste) são as principais vias da cidade que, interseccionadas perpendicularmente, orientavam seu traçado urbano. Neste ponto, geralmente encontrava-se localizado o fórum, o centro da cidade romana, como é possível identificar no exemplo de Verona (Figura 20). Na Figura 21, é possível observar que, mesmo tendo a praça medieval comprimido o espaço aberto existente no centro da cidade veronesa, as linhas

urbano, principalmente devido à sua função, menos dependente da aglomeração de pessoas (Figura 48). Enquanto a Piazza delle Erbe é popular e viva, dedicada ao mercado, a Piazza dei Signori, conectada a esta através de uma passagem estreita sob um arco, onde viviam e trabalham os “senhores” da cidade, é reservada e com ares aristocráticos (Figura 49). “Praça das Ervas” ou “Praça dos Senhores”, em português: ambas fazem jus ao nome que levam, em formato, atmosfera ou função.

Figura 48: Piazza dei Signore, em Verona.



Fonte: Wikipedia. Disponível em: <[http://https://it.wikipedia.org/wiki/Piazza_dei_Signori_\(Verona\)](http://https://it.wikipedia.org/wiki/Piazza_dei_Signori_(Verona))>. Acesso em 16 jul 2019.

Figura 49: Arco della Costa, que conecta a Piazza delle Erbe à Piazza dei Signori, visto a partir da Piazza delle Erbe.



Fonte: Tripadvisor. Disponível em: <https://www.tripadvisor.it/LocationPhotoDirectLink-g187871-d202660-i276189473-Piazza_delle_Erbe-Verona_Province_of_Verona_Veneto.html>. Acesso em 16 jul 2019.

correspondentes ao Cardo Máximo e ao Decumano Máximo da cidade romana ainda permanecem como eixo central e delimitação da Piazza delle Erbe.

Se comparada à sua vizinha, a Piazza dei Signori foi alvo de intervenções mais marcantes durante o período do Renascimento, recebendo a primeira edificação em estilo renascentista da região do Veneto, encomendada no ano de 1476, segundo o Website Associazione Guide Turistiche a Verona¹⁸⁴. A iniciativa da construção do edifício, chamado de Loggia del Consiglio, se deu em uma época em que Verona se encontrava sob domínio da República Serenissima de Veneza¹⁸⁵. Para demonstrar orgulho e autonomia, ainda que apenas simbolicamente, o estilo inovador do Renascimento (com resquícios das formas medievais, neste caso) foi adotado na construção do edifício sede do conselho local¹⁸⁶, fazendo referência ao passado romano, em que a cidade tinha um papel mais importante que o de Veneza. Logo, tem-se evidente a existência de uma motivação política e simbólica na busca pelas feições do Renascimento no caso desta praça, e não na sua adjacente.

A edificação da Loggia del Consiglio (Figura 50) é constituída por um pórtico de proporções harmônicas no pavimento térreo, dispostos simetricamente a partir de um eixo central, e, no pavimento superior, por janelas de arcos duplos divididos por um pilarete ao centro. Com detalhes esculpidos em mármore e cor vivaz amarela, no topo de edifício repousam cinco estátuas renascentistas que representam personagens de nomes importantes no período romano, da cidade de Verona, em mais um exemplo de

¹⁸⁴ Disponível em: <<http://veronacityguide.altervista.org/verona-loggia-consiglio.html>>. Acesso em 16 jul 2019

¹⁸⁵ A República Serenissima de Veneza era um Estado no nordeste da atual região italiana, cuja capital era Veneza, que vigorou entre os séculos IX e XVIII. Esta se proclamava como uma república clássica, uma vez que era governada por três poderes: o poder supremo na figura de um governante chamado de Doge, o poder aristocrático do senado, e o poder democrático do Grande Conselho de Veneza. A República foi dissolvida após a invasão de Napoleão, que entregou o domínio da região ao Império Austríaco em troca da obtenção da região da Bélgica para a França.

¹⁸⁶ O próprio conselho que a Loggia del Consiglio sediava, composto por nobres e membros da alta burguesia que adquiriam posições importantes nos períodos anteriores, não exercia poder de fato. Tanto o órgão quanto seu edifício inovador eram alusão a um poder do passado. Fonte: Website Associazione Guide Turistiche a Verona. Disponível em: <<http://veronacityguide.altervista.org/verona-loggia-consiglio.html>>. Acesso em 16 jul 2019.

valorização da história, arte e arquitetura clássicas, que, ao mesmo tempo, são elementos da própria identidade veronesa.

Figura 50: Fachada da Loggia del Consiglio, na Piazza dei Signori, em Verona.



Fonte: Character of Renaissance Architecture, 1905, p.163. Disponível em: <<https://archive.org/stream/characterofrenai00mooriala#page/n4/mode/1up>>. Acesso em 16 jul 2019.

Este exemplo confirma as afirmações de Benevolo (2015, p.425) sobre a aplicação da arquitetura da Renascença em alguns edifícios isolados, sem ter condição de fundar ou transformar cidades inteiras. Segundo o autor, restava aos literatos e pintores descrever ou pintar a nova cidade que não se podia construir e que permanecia como um ideal ou um objetivo teórico.

Na prática, os príncipes da Renascença e seus arquitetos intervêm no organismo de uma cidade medieval já formada, e a modificam parcialmente, completando os programas que ficaram inacabados no século XIV, ou introduzindo novos programas mais ou menos ambiciosos, que quase sempre se mostram desproporcionados e irrealizáveis. (BENEVOLO, 2015, p.426)

Ressalta-se que apesar da diferença de estilos entre os edifícios que compõem a Piazza dei Signori, a cada intervenção ali realizada, ainda que em distintos períodos históricos, preocupava-se com a manutenção de um ambiente harmônico e uniforme em sua totalidade. Buscava-se que as construções adicionadas ou reformadas respeitassem o alinhamento ao perímetro da praça, e que fossem unidas por arcos e passarelas entre si, representando simbolicamente a unidade e o poder de Verona.

Aproveita-se para registrar que, ligado ao contexto simbólico do Renascimento, dos prazeres humanistas e da busca pelo resgate do clássico, os jardins começaram a tomar destaque como extensão das obras de arquitetura. Elevados a níveis artísticos e concebidos através dos princípios renascentistas de regularidade, simetria, e equilíbrio, serviam de pano de fundo para a vida ainda aristocrática da nascente modernidade. Os jardins renascentistas, elaborados com cercas-vivas, folhagens, água, e esculturas se muniam das regras de perspectivas como recurso, anunciando o que seria o planejamento e urbanismo barroco. (FAZIO, MOFFET e WODEHOUSE, 2011, p. 344)

No Renascimento desenvolveu-se novos ideais e traços culturais, aprimorou-se novas técnicas, e experimentou-se novas visões de mundo. Em uma conjuntura temporal mais avançada, com o enfraquecimento das economias citadinas, com a instituição de uma economia nacional em expansão, com a imposição de um padrão de crescimento mais mecânico proposto pelo mercantilismo e pelo militarismo, e com uma consciência racional e científica mais estabelecida, e com o fortalecimento das capitais, o Barroco se apropria das características do Renascimento e as pratica com mais frequência e maior escala.

O Barroco apreende do Renascimento a referência ao período clássico, o espírito de regularidade visual, e o rigor técnico e científico, mas consegue realizar arranjos teóricos mais revolucionários, enfatizando as formas estéticas e a possibilidade da grandiosidade. Segundo Mumford (1998, p.378), a nova ordem da modernidade e o afastamento das feições medievais só se tornaram visíveis a partir do século XVII. Para Benevolo (2015, p.509), a partir de tal século, as cidades começaram a receber mais intervenções de grandes escalas e arranjos unitários até então desconhecidos.

A partir do momento que as cidades se enxergam além de suas muralhas – demolindo-as integralmente ou em partes – surgem novos territórios disponíveis para serem utilizados, vazios, sem obstáculos, passíveis de serem transformados segundo os novos princípios, como de simetria e regularidade. (BENEVOLO, 2015, p.514)

As intervenções do Barroco revelaram as possibilidades e os limites do poder absoluto entre os séculos XVII e XVIII. Talvez por este motivo os esforços construtivos do período tenham se voltado para o aparelhamento cívico das cidades, ou então religiosos, no caso de cidades de importância católica, como Roma, devido ao contexto da Contrarreforma. Em termos econômicos, as nações se voltavam para os mares, oceanos e territórios conquistados em outros continentes. A atenção dada ao desenvolvimento do comércio intracontinental se voltava para a construção de **vias** ou estruturas que favoreceriam a circulação e o transporte de mercadorias, como os portos.

O melhoramento e o alargamento das vias possibilitavam conexões mais rápidas e objetivas a locais de interesse comercial, religioso e cívico. O Barroco caracterizou-se por estabelecer vias axiais na estrutura da cidade ou o local de desvio dos eixos viários, organizado o sistema de vias e de entroncamentos. As ruas retas abertas poderiam minimizar os tempos percorridos e conectar locais de relevância. Segundo Benevolo (2015, p.488), o espírito de regularidade se tornara um hábito comum e uma exigência primária no desenvolvimento de uma sociedade mais ágil e produtiva.

De acordo com Mumford (1998, p.381), os novos traçados das **avenidas** levaram o comércio a todas as partes da cidade, e à medida que as ruas se alongavam e se alargavam, aumentava-se a quantidade de espaço comercial competitivo. As novas avenidas eram uma alternativa às praças, disponibilizando espaços bem localizados para a arquitetura de estabelecimentos públicos ou privados.

No interior da malha urbana densa herdada dos períodos anteriores, novas vias e praças trabalharam juntas para produzir uma cidade mais dinâmica. As transformações propostas no período Barroco para as tradicionais praças medievais existentes foram mais significativas que as do Renascimento. As praças do período barroco demonstram uma maior dedicação na proposta e execução de sua forma e estética e, por intencionalmente buscarem se integrar mais à cidade, são uma antítese aos espaços fechados da praça renascentista (VARGAS, 2001, p.139-143).

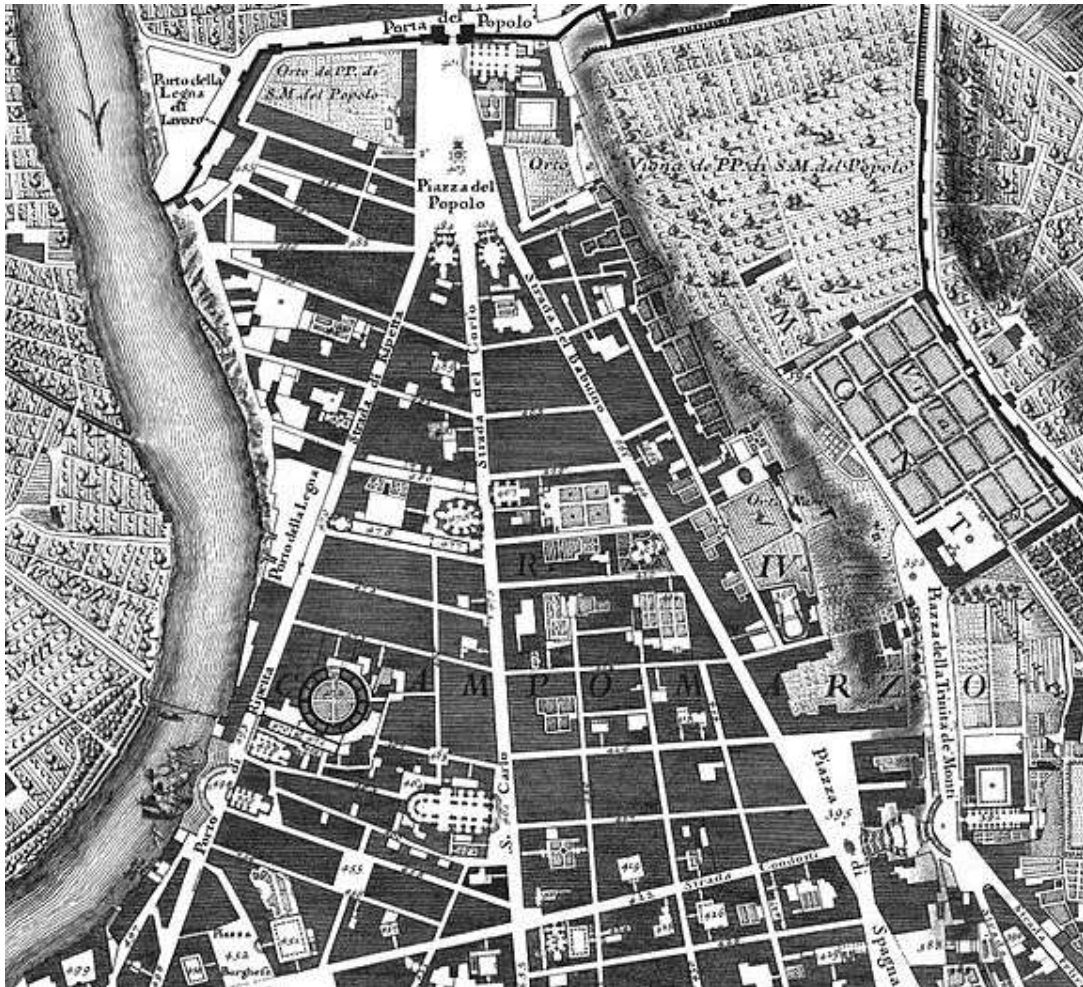
O plano do Papa Sisto V executa o conceito barroco com conexões axiais entre importantes pontos urbanos de Roma – diferente dos feitos renascentistas estáticos e independentes (FAZIO, MOFFET e WODEHOUSE, 2011, p. 362) Neste plano, destaca-se a Piazza del Popolo, conectada à Porta del Popolo¹⁸⁹, o principal ponto de entrada de Roma para os que entravam na cidade pelo seu norte (Figura 52). A praça foi reprojeta para embelezar este ponto de acesso da cidade. Depois de cruzar o portão, os visitantes se deparavam com um espaço com um obelisco central de origem egípcia, que conferiu à praça um foco monumental, de onde irradiavam três importantes vias já traçadas pelo anterior Papa Julio II (1443-1513) – a Strada Leonina, a Strada del Babuino e a Strada del Corso¹⁹⁰.

Para dar ainda mais regularidade e imponência ao local de entrada da área norte de Roma, no século XVII, foram construídas as igrejas Santa Maria dei Miracoli (1675-11679) e Santa Maria em Montesanto (1662-1675), em lado oposto ao Porta del Popolo (Figura 53). As igrejas que parecem idênticas ao visitante recém-chegado na cidade reforçam o ideal de busca de equilíbrio simétrico e valorização do espaço através do uso das técnicas de perspectiva aplicadas em escala urbana.

¹⁸⁹ A Porte del Popolo conecta a cidade de Roma à Via Flaminia, construída em tempos antigos para conectar a cidade ao Mar Adriático.

¹⁹⁰ Julio II, que foi papa entre 1503 e 1513, deu continuidade a intervenções iniciadas pelos papas anteriores e foi o responsável pela criação das três ruas retas irradiando da Porta del Popolo, que mais tarde integrariam o plano de executado por Sisto V. (FAZIO, MOFFET e WODEHOUSE, 2011, p. 361)

Figura 52: Piazza del Popolo em Roma.



Fonte: Wikipedia. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Nolli_2-12_Tridente_e_Pincio.jpg#filehistory>. Acesso em 16 jul 2019.

Figura 53: Vista da Piazza del Popolo, retratada por Giovanni Battista Piranesi, em 1750.



Fonte: Website Metropolitan Museum of Art. Disponível em: <<https://www.metmuseum.org/art/collection/search/362729>>. Acesso em 16 jul 2019.

Além das novas avenidas traçadas e/ou alargadas, outras transformações na cidade pré-industrial já ilustravam o processo de modernização rumo à cidade industrial, como a intensificação da separação entre público e privado e a invenção das **calçadas**¹⁹¹ e **vitruines**. (ASCHER, 2010, p.24)

O surgimento das vitruines, no século XVII, representou uma das mais significativas inovações tecnológicas que favoreceram a atividade comercial burguesa no início da modernidade. Segundo Vargas (2001, p.151), o desenho das lojas – os espaços unitários ou “módulos mínimos” fixos para a realização das atividades de comércio e serviços – apresentou poucas variações ao longo da história, sendo possível identificar certa similaridade entre as lojas do Fórum de Trajano, do início do século II, em Roma, e aquelas do século XVII, que abriam diretamente para a rua. O tipo básico de loja era um cômodo que se separava do espaço externo com um balcão.

Com o surgimento das vitruines, a loja aberta passa a ser fechada por painéis de vidro, que inicialmente eram feitos com uma estrutura de madeira que sustentava pequenos quadrados de vidro. Esta inovação teria acontecido no final do século XVII, na Holanda, como sugere o diagrama *Evolution of retail mechanisms* de Leong (2001a, p.42-43) (

Figura 54)¹⁹². O surgimento da vitruine faz nascer um novo mundo, um espaço de ambiguidade que mescla os universos exteriores e interiores, e cria um universo que tem um pouco de cada um (DEMETRESCO, 2016, p.52).

¹⁹¹ Segundo Leong (2001b, p.478), zonas de pedestres e espécies de calçadas já existiam na Roma imperial, favorendo a circulação segura à pé em algumas áreas movimentadas da cidade. Com a queda da civilização romana, estes artifícios urbanos entraram em desuso, voltando a ser implantados em Londres após o Grande Incêndio de 1666, nas vias que estavam sendo reconstruídas. Entretanto, Leong (2001b, p.479) afirma que as calçadas só se tornaram elementos urbanos populares, paralelos às vias de circulação e fachadas edificadas, por volta do século XIX.

¹⁹² Segundo Leong (.2001a, p.40-41), o vidro foi inventado na Mesopotâmia, em cerca de 2500 a.C. A primeira aplicação do material em construção civil, pelo que se sabe, foi na cidade romana de Pompéia. A partir da Idade Média, o chamado vidro “crown” passara a ser utilizado em janelas. O vidro fundido (*cast glass*), é uma invenção de 1688.

Figura 54: Primeira aparição de fachada de loja em vidro, no século XVII, na Holanda.



Fonte: LEONG, 2001a, p.43.

As calçadas também mencionadas por Ascher (2010) foram propostas em Londres, em 1666, depois do Grande Incêndio que destruiu parte da cidade, que teve de ser reconstruída (LEONG, 2001a, p.42-43). O elemento urbano dedicado à circulação de pedestres, alinhado às fachadas das edificações, favoreceu o caminhar pela cidade moderna e a vivência do novo universo de exteriores e interiores conectados pelas membranas transparentes de vidro.

As experiências da primeira revolução urbana moderna europeia também impactaram o mundo árabe oriental, sobretudo no desenvolvimento de seus **bazares**. O planejamento de extensão do bazar de Isfahan, concebido no século XVI, realizado pela dinastia Safavida (que reinou entre 1501 e 1736), criou uma nova área no extenso complexo urbano, com espaços mais regulares e amplos. A grande praça chamada de New Maydan (Naqsh-e Jahan Square) é um dos principais pontos da área moderna do bazar, exemplificando a influência do renascimento e barroco europeu em contexto oriental (Figura 43, Figura 44 e Figura 45).

3.2.2 Mercados cobertos na modernidade

Referindo-se à primeira modernidade de Ascher (2010) e à era da revolução comercial, destaca-se que o surgimento e avanço do capitalismo mercantil, responsável também pela decadência do sistema feudal, fez com que se iniciasse um forte processo de mudança do conceito da atividade comercial intra-urbana, que passava de uma função predominantemente social para desempenhar maior relevância econômica. Com a ascensão de uma nova classe social – a classe burguesa – desempenhando importantes papéis econômicos progressistas no contexto da modernidade, as atividades de compra e venda tiveram alterações em seus significados e, conseqüentemente, o mesmo aconteceu com seus espaços de realização.

Com o enfraquecimento da ordem feudal medieval, as cidades outrora fechadas começaram a se abrir e se expandir horizontalmente. Nos principais contextos urbanos modernos, as muralhas das cidades medievais eram demolidas, ou pelo menos parte delas, e novos traçados urbanos para sua ampliação eram executados. Também no tecido já existente das cidades, novas avenidas de ordem barroca se estendiam, assim como melhorias nos transportes começavam a ser notáveis. Mais abertas e com melhores conexões internas, com os territórios vizinhos, e com o restante do mundo, a cidade pré-industrial moderna experienciava uma nova relação com seu abastecimento.

Na modernidade em que as atividades terciárias se tornavam independentes das corporações reguladoras, destaca-se que novos edifícios de mercados se tornavam cada vez mais recorrentes e necessários. Segundo Hobsbawm (1998, p.63) “os capitalistas enriquecidos começaram a celebrar sua glória coletiva através de *town halls* imitando os estilos gótico e renascentista, cujo custo exato e napoleônico os historiadores municipais registraram com orgulho”.

O **Mercado** de Seda de Valencia¹⁹³, na Espanha, pode ser um caso primário desses aos quais Hobsbawm (1998) se refere, cuja importância e

¹⁹³ Em idioma castelhano é chamado de Lonja de la Seda de Valencia.

estética foi destacada por viajantes de toda parte que escreveram sobre a cidade espanhola. Construído entre 1482 e 1533, o mercado que se desenvolveu com o comércio de tecidos é um exemplar do estilo gótico tardio, com traços de decoração interior do Renascimento. Seu salão principal (Figura 55) ilustra o poder e vigor do comércio na região do mediterrâneo, especialmente ibérica, nos séculos XV e XVI (UNESCO, 2006). Segundo documentação provida pelo Icomos e Unesco (1995), o complexo edificado também abrigava uma importante instituição jurídico-mercantil de origem medieval mediterrânica, do século XIII, chamada de “Consulado do Mar”, um banco, um jardim, uma capela e uma torre de cárcere para mercadores endividados. Vale destacar que o mercado foi construído em uma área de expansão urbana de Valencia, que ampliou a cidade que passou por séculos sob o domínio árabe (do século VIII ao XIII). Não por acaso, em frente ao mercado, localiza-se a Igreja de San Juan del Mercado e o Mercado Central da cidade, um exemplar da *art nouveau* que substituiu um mercado não coberto do século XIX, chamado de Mercado Nuevo, que, por sua vez, correspondia à área da cidade ocupada por comerciantes ambulantes cujas atividades estiveram sempre intimamente associadas às da Lonja de la Seda.

Figura 55: Fotografia atual do salão do Mercado da Seda de Valencia.



Fonte: Website Unesco. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/782/gallery/>>. Acesso em 16 jul 2019.

Os espaços arquitetônicos destinados ao comércio não mais necessariamente se apresentavam ligados a um complexo urbano estruturador específico e principal, como ágoras, fóruns ou praças da Idade Média. Os mercados cobertos começavam a se proliferar como edifícios independentes, diretamente ligados ao complexo estruturador cidade. Sendo assim, eles se espalham por diversas localidades, influenciando o surgimento de novos centros dentro dos tecidos urbanos e favorecendo a valorização imobiliária de novas áreas das cidades (MUMFORD, 1998).

Além disso, destaca-se aqui o aparecimento de importantes edifícios com finalidades comerciais construídos a partir de iniciativas mistas do governo e de empresários, ou essencialmente privadas, apoiadas pelo governo ou não.

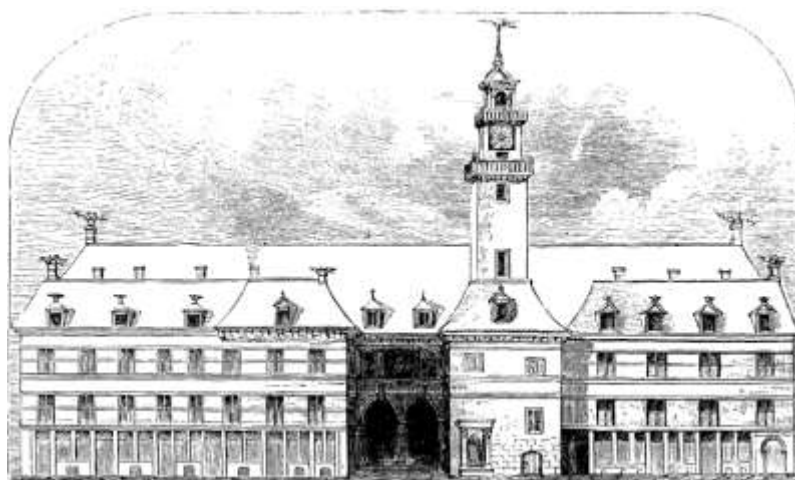
Por exemplo, em Londres, o Royal Exchange, construído entre 1566-1688 (LEONG, 2001a, p.31), foi uma iniciativa do comerciante Thomas Graham, inspirada na próspera Bolsa da Antuérpia, a mais tradicional bolsa financeira do mundo, onde já tinha atuado. Sua intenção de construí-lo era proporcionar uma **bolsa** nos mesmos moldes vigorosos para cidade de Londres, que disputava a posição de líder econômico europeu¹⁹⁴. O Royal Exchange foi então edificado a partir do capital do empresário em um terreno que lhe fora doado, disponibilizado por uma associação municipal com a demolição de oito casas em London City¹⁹⁵. Em 1571, a rainha Elizabeth I visitou e inaugurou oficialmente o local, que também recebeu lojas em sua composição e a encantou. Tal acontecimento deu origem ao título real do mercado, permitindo ali a venda de bebidas alcoólicas e de outras mercadorias, fazendo com que este se tornasse um relevante entreposto comercial da cidade e que o comércio varejista se tornasse sua principal atividade.

¹⁹⁴ Após a Revolução Gloriosa, Londres já substituiria Amsterdam como principal centro de comércio e finança mundial. (BENEVOLO, 2015, p.542)

¹⁹⁵ Na Idade Média e na Renascença, Londres era composta de duas partes: a City correspondia a pouco mais que a área da cidade romana e era a principal área comercial da Inglaterra; a Westminster, era o local da sede do governo e do parlamento. (BENEVOLO, 2015, p.542)

O Royal Exchange era uma edificação de quatro pavimentos com uma torre adjacente à sua entrada principal, demarcando sua localização, na qual se encontrava um sino que anunciava aos comerciantes o horário de meio-dia e das 18 horas (Figura 56). Em seu interior, um pátio principal era circundado por passeios cobertos adornados com estátuas de reis ingleses. Cada ala circundante levava o nome de uma nação e comercializava produtos internacionais. No interior do mercado, não se tinha permissão para usar armas, o que se pode relacionar à “paz de mercado” necessária à livre troca, priorizada desde os tempos antigos (MUMFORD, 1998, p.244). Além disso, era proibido usar cortinas nas janelas das lojas a fim de manter as relações internas transparentes, evitar que as lojas se tornassem ambientes escuros, ou que alteração das luzes interferisse na feição dos produtos comercializados. (THORNBURY, 1878a, p.494-513)

Figura 56: Primeiro Royal Exchange, em Londres.



Fonte: THORNBURY, 1878a, p.494-513. Disponível em: <<https://www.british-history.ac.uk/old-new-london/vol1/pp494-513>> Acesso em 25 jul 2019.

Segundo Linda Levy Peck, historiadora doutora britânica, em trecho de vídeo sobre o Royal Exchange¹⁹⁶, este era um local onde os comerciantes internacionais podiam se reunir, conversar, trocar notícias sobre os navios que estavam desembarcando, além de comprar e vender mercadorias. Como é

¹⁹⁶ LONDON: ROYAL EXCHANGE. Folger Shakespeare Library. (1m49s) Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Y2WL0NzTUJ8>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

possível observar na gravura de Wenceslaus Hollar (1607-1677)¹⁹⁷, artista britânico, tais comerciantes se agrupavam no pátio interno da edificação, rodeado por boutiques que, de acordo com a historiadora, eram uma inovação em um edifício de mercado, uma vez que não tinham oficinas atreladas aos espaços de venda (Figura 57).

Figura 57: The Royal Exchange, em Londres, em gravura de Wenceslaus Hollar (1607-1677).



Fonte: Website Folger Shakespeare Library. Disponível em: <<https://luna.folger.edu/luna/servlet/detail/FOLGERCM1~6~6~21208~101831:Royal-Exchange#>>. Acesso em 16 jul 2019.

Em horário de funcionamento, os arredores do Royal Exchange atraíam vendedores ambulantes e pessoas oferecendo serviços e entretenimento, com apresentações com animais, anúncios de festivais, gerando tumulto e reunindo multidões. O local era um símbolo da cidade de Londres, sendo mencionado por escritores que buscavam descrever sua atmosfera inédita. Segundo Thornbury (1878a, p.494-513, tradução nossa¹⁹⁸), em um escrito da época, um clérigo comparou o mercado a uma revista de

¹⁹⁷ O Folger Shakespeare Library, que disponibiliza a imagem digitalmente, acredita que esta é datada de 1644.

¹⁹⁸ “*What artificial thing could entertain the senses, the fantasies of men, that was not there to be had?*” (THORNBURY, 1878a, p.494-513)

curiosas novidades, com nobres galantes indo de loja em loja, como abelhas de flor em flor, e ainda afirmou: “Que coisa artificial poderia entreter os sentidos, as fantasias dos homens, que não estava lá para ser adquirido?”.

O Royal Exchange se tornou um importante centro de comércio e negócios internacionais na capital inglesa, contribuindo para o seu desenvolvimento econômico. Entretanto, o edifício foi vítima do Grande Incêndio que atingiu a capital inglesa em 1666¹⁹⁹. Entre 1667 e 1671, um segundo Royal Exchange foi construído no mesmo local, segundo Leong (2001a, p.31), em estilo barroco, e prosperou com comerciantes e corretores (Figura 58).

Figura 58: Segundo Royal Exchange, em Londres.



Fonte: THORBURY, 1878a, p.494-513. Disponível em: <<https://www.british-history.ac.uk/old-new-london/vol1/pp494-513>> Acesso em 25 jul 2019.

Voltaire (1694-1778), um dos importantes nomes franceses do Iluminismo e da revolução científica, defensor das liberdades civis, religiosas e econômicas, enquanto morou em Londres (entre 1726 e 1729), escreveu diversos ensaios sobre suas experiências no país inglês. Na carta VI, sobre os presbiterianos, o filósofo menciona o Royal Exchange e destaca a pluralidade religiosa do país permeado de protestantes e comerciantes:

¹⁹⁹ O Grande Incêndio de 1666 atingiu grande parte de London City e sua periferia ocidental. (BENEVOLO, 2015, p.542)

Dê uma olhada no Royal Exchange, em Londres, um lugar mais venerável do que muitos tribunais de justiça, onde os representantes de todas as nações se reúnem para o benefício da humanidade. Lá, o judeu, o maometano e o cristão fazem transações conjuntas, como se todos professassem a mesma religião e dessem o nome de infiel a ninguém, exceto falidos. [...] Se apenas uma religião fosse permitida na Inglaterra, o governo muito possivelmente se tornaria arbitrário; se houvesse apenas duas, as pessoas cortariam as gargantas umas das outras; mas como há tal multidão, todos eles vivem felizes e em paz. (VOLTAIRE, 1723, p.44-45, tradução nossa²⁰⁰)

Para os ingleses progressistas daquele tempo, o Royal Exchange era um símbolo da ascensão econômica do país e da união global proporcionada pelo comércio, onde a Inglaterra era o principal ator. No *The Spectator*, periódico de circulação diária, Joseph Addison (1672-1719) escreveu sobre o local como seu preferido em Londres, cuja multidão próspera e feliz fazia seu coração transbordar de prazer.

Ele me dá uma satisfação secreta e, em certa medida, satisfaz minha vaidade, como sou inglês, de ver uma assembleia de conterrâneos e estrangeiros tão rica consultando juntos os negócios privados da humanidade, e fazendo dessa metrópole uma espécie de empório para toda a terra. [...] Muitas vezes tenho o prazer de ouvir as disputas ajustadas entre um habitante do Japão e um vereador de Londres, ou ver um sujeito do Império Mongol entrar em uma aliança com um dos czares de Moscou. Sinto-me infinitamente feliz em me misturar com esses vários ministros do comércio, que se distinguem por seus diferentes jeitos de caminhar e diferentes idiomas. Às vezes, sou empurrado entre um corpo de armênios; às vezes estou perdido em uma multidão de judeus; e às vezes estou em um grupo de holandeses. Sou dinamarquês, sueco ou francês em momentos diferentes; ou melhor, me imagino como o velho filósofo que, ao ser perguntado de onde ele era, respondeu que era um cidadão do mundo. (ADDISON, 1711, tradução nossa²⁰¹)

²⁰⁰ "Take a view of the Royal Exchange in London, a place more venerable than many courts of justice, where the representatives of all nations meet for the benefit of mankind. There the Jew, the Mahometan, and the Christian transact together, as though they all professed the same religion, and give the name of infidel to none but bankrupts. [...] If one religion only were allowed in England, the Government would very possibly become arbitrary; if there were but two, the people would cut one another's throats; but as there are such a multitude, they all live happy and in peace." (VOLTAIRE, 1723, p.44-45)

²⁰¹ "It gives me a secret satisfaction, and in some measure, gratifies my vanity, as I am an Englishman, to see so rich an assembly of countrymen and foreigners consulting together upon the private business of mankind, and making this metropolis a kind of emporium for the whole earth. [...] I have often been pleased to hear disputes adjusted between an inhabitant of Japan and an alderman of London, or to see a subject of the Great Mogul entering into a league with one of the Czar of Muscovy. I am infinitely delighted in mixing with these several ministers of commerce, as they are distinguished by their different walks and different

Por meio dos textos de Addison (1711), é possível ter uma ideia do avançado espírito liberal do homem inglês:

Fico maravilhosamente feliz de ver tal corpo de homens prosperando em suas fortunas privadas e, ao mesmo tempo, promovendo o estoque público; ou, em outras palavras, levantando propriedades para suas próprias famílias, trazendo para o seu país o que quer que seja, e levando o que quer que seja supérfluo. (ADDISON, 1711, tradução nossa²⁰²)

Em janeiro de 1838, o segundo Royal Exchange também foi atingido por um incêndio que o destruiu, ocasionado provavelmente a partir das chamas do fogão de uma cafeteria vizinha. Uma terceira versão do centro comercial, vencedora de um concurso de projetos, em estilo neoclássico com fachada inspirada no Panteão de Roma, foi inaugurada em 1844, servindo com importante ponto de encontro da cidade em tempos do Império (Figura 59)²⁰³. A vedação do novo edifício fora pensada para melhor resistir a possibilidades de incêndio e seu novo relógio fora projetado com a assistência de um astrônomo real, fiel a cada segundo de tempo. Junto com o projeto do terceiro Royal Exchange, em um contexto já pós-liberal, foi executado um plano de regularização das vias estreitas e tortas da área ao entorno do mercado, que se estendiam em várias direções a partir dele. Em sua inauguração, Thomas Graham fora reverenciado por sua contribuição com o comércio do mundo e a magnificência do novo edifício, erguido com o mesmo propósito pela terceira vez, fora destacada como digna da grande nação inglesa e da importante cidade de Londres, adequada à vastidão do comércio internacional inglês,

languages. Sometimes I am jostled among a body of Armenians; sometimes I am lost in a crowd of Jews; and sometimes make one in a group of dutchmen. I am a Dane, Swede, or Frenchman at different times; or rather fancy myself like the old philosopher, who upon being asked what countryman he was, replied, that he was a citizen of the world." (ADDISON, 1711)

²⁰² *"I am wonderfully delighted to see such a body of men thriving in their own private fortunes, and at the same time promoting the public stock; or in other words, raising estates for their own families, by bringing into their country whatever is wanting, and carrying out of it whatever is superfluous."* (ADDISON, 1711)

²⁰³ Durante a construção da fundação do novo edifício, foi descoberto que seu local correspondia, de fato, ao centro da cidade romana. As escavações encontraram, dentre inúmeros objetos, moedas, louças, e ferramentas de artesãos que trabalhavam com couro, produzindo calçados para os soldados romanos. (THORNBURY, 1878a, p.494-513)

estendido à toda circunferência habitada do globo. (THORNBURY, 1878a, p.494-513)

Figura 59: Terceiro Royal Exchange, em Londres.



Fonte: THORNBURY, 1878a, p.494-513. Disponível em: <<https://www.british-history.ac.uk/old-new-london/vol1/pp494-513>> Acesso em 25 jul 2019.

A eclosão da Segunda Guerra levou à suspensão das atividades de negócios no edifício que, em 1941, foi atingido por bombardeios. Sua estrutura resistiu e, após a guerra, os comerciantes também abandonaram o local, deixando-o em desuso por décadas. Na década de 80, o Royal Exchange voltou a receber o mercado financeiro, com a instalação da Bolsa Internacional de Futuros Financeiros de Londres, passou por remodelações e restaurações e, atualmente, continua fiel às suas raízes varejistas, funcionando como um shopping de luxo, com lojas, opções gastronômicas e escritórios, e importante marco de vida social, comercial e história da cidade (Figura 60)²⁰⁴. Encontram-se em suas adjacências a sede do Bank of England e a residência oficial do prefeito de Londres (Mansion House), e sua região é ainda hoje o coração financeiro da cidade.

²⁰⁴ Os dados citados foram extraídos do Website oficial do The Royal Exchange. Disponível em: <<https://www.theroyalexchange.co.uk/heritage/>>. Acesso em 16 jul 2019.

Figura 60: Fotografia do Royal Exchange atual, em Londres.



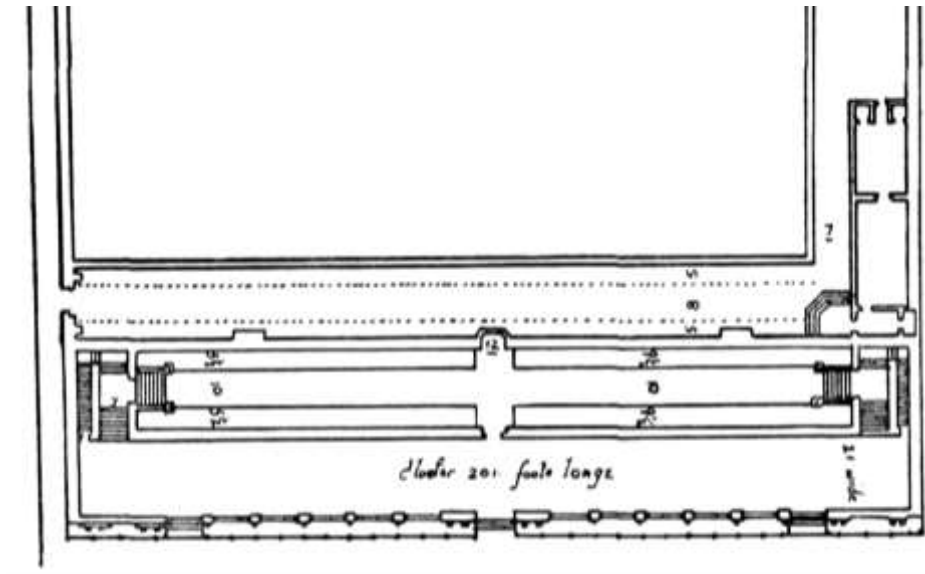
Fonte: Archdaily. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/772213/open-call-royal-exchange-design-competition-for-2015-graduates/>>. Acesso em 16 jul 2019.

Outro centro comercial do mesmo tipo foi construído em Londres, em 1606 (LEONG, 2001a, p.31), para concorrer com o Royal Exchange que adquirira evidência. Chamado de New Exchange²⁰⁵, o mercado foi construído por iniciativa do Conde de Salisbury em um trecho de terras que obteve em transações no início do século, localizado à oeste de London City, em uma área de expansão da cidade que vigoraria ao longo dos séculos XVII e XVIII – era como se previsse a ascensão da importância da nova região.

O New Exchange foi erguido na avenida conhecida como Strand, correspondente à principal rota de ligação entre London City e Westminster no período medieval. O edifício (Figura 61) tinha uma arcada em sua fachada, com três pontos de acesso a partir da paralela Strand, que levava a uma fileira dupla de lojas com um corredor central de três metros de largura. Os pavimentos superiores da edificação eram acessados por escadas construídas em suas extremidades e sua parte de trás se abria a um pátio. (GATER e WHEELER, 1937, p.84-98)

²⁰⁵ A conclusão da construção do edifício, inicialmente conhecido como Salisbury Exchange, foi em 1608 e, no ano seguinte, ao visitar e inaugurar o mercado oficialmente, o rei Jaime I sugeriu que seu nome fosse “Britain's Bourse”. Contudo, a sugestão não se popularizou e o local ficou conhecido como New Exchange. (GATER e WHEELER, 1937, p.84-98)

Figura 61: Planta do New Exchange, em Londres.



Fonte: GATER e WHEELER, 1937, p.84-98. Disponível em: <<https://www.british-history.ac.uk/survey-london/vol18/pt2/pp84-98#fnfn32>>. Acesso em 25 jul 2019.

As dezenas de lojas do New Exchange deveriam funcionar entre 6:00 às 20:00 no verão e 07:00 e 19:00 no inverno. Entre os autorizados a usar o espaço do novo edifício estavam costureiros, joalheiros, perfumistas, mercadores de seda, confeitheiros, e vendedores de roupas, porcelana, papéis, livros, mapas, fotografias e gravuras (GATER e WHEELER, 1937, p.84-98). Quando a cidade se desenvolveu em direção à sua região (com o Covent Garden e o Lincoln's Inn Fields, principalmente) e a área central de Londres foi atingida pelo Grande Incêndio que destruiu lojas e o primeiro Royal Exchange, o New Exchange se tornou um destino de compras, moda e vida social. Lá, as pessoas iam para ver e ser vistas. O público feminino, especificamente, era um importante frequentador do espaço que tinha muitas de suas lojas com mulheres trabalhando. A atmosfera do local deu-lhe a fama de estar ligado a romances e intrigas de sua época²⁰⁶.

²⁰⁶ Um dos polêmicos escritos de Henry Neville (1620-1694), originalmente publicado em 1650, se intitulava "News from the New-Exchange: or, the common-wealth of ladies: drawn to the life, in their several characters and concernments" e tratava de polêmicas amorosas e sexuais envolvendo mulheres nobres que frequentavam o ambiente do New Exchange. No livro, o autor sugere que as mulheres descritas ocupavam muito de seu tempo em atividades frívolas, como fazer compras, e também entona que muitas das mulheres daquele ambiente eram as próprias mercadorias que se colocavam à venda. Estas informações citadas foram consultadas através

Entretanto, por volta de 1737, o local passou a ser ocupado por onze residências (Strand, números 54 a 64), que continuavam a se relacionar a atividades de comércio e serviços em seus andares térreos (Figura 62). A residência de número 59, por exemplo, ocupando o imóvel central do edifício, era a maior do conjunto e funcionou como um banco (Coutts' Bank) até 1904.²⁰⁷

Figura 62: Residências número 54 a 64 (em cerca de 1852), no local onde era o New Exchange, em Strand, Londres.



Fonte: GATER e WHEELER, 1937, p.97. Disponível em: <<https://www.british-history.ac.uk/survey-london/vol18/pt2/plate-59>>. Acesso em 25 jul 2019.

Não muito distante do New Exchange, um mercado começou a funcionar no terreno da família Hungerford, por iniciativa de Edward Hungerford (1632-1711), provavelmente também inspirado no sucesso do recente Covent Garden Market. Inaugurado em 1682, o Hungerford Market obteve autorização parlamentar para funcionar três vezes por semana – segundas, quartas e sábados –, mas não alcançou prosperidade. Por volta de 1830, o ponto de localização privilegiada, entre a avenida chamada de Strand e o Rio Tâmbisa

dos trechos expostos do raro livro no website da Maggs Bros. Ltd., uma das maiores colecionadoras e vendedoras especializadas de livros antigos no mundo. Fonte: Website Maggs Bros. Ltds. Disponível em: <https://www.maggs.com/news-from-the-new-exchange-or-the-common-wealth-of-ladies-drawn-to-the-life-in-their-several-characters-and-concernments_226093.htm>. Acesso em: 25 jul 2019.

²⁰⁷ Todas as onze casas foram demolidas em 1923, e a parte da frente do local foi usada para aumentar a largura da Strand. (GATER e WHEELER, 1937, p.84-98)

(Figura 63), assim como algumas casas adjacentes, foi incorporado por uma empresa formada por um grupo de especuladores (Hungerford Market Company), que demoliu as edificações ali existentes e construiu uma nova estrutura de mercado, com projeto de Charles Fowler²⁰⁸. (GATER e WHEELER, 1937, p.40-50).

Figura 63: Hungerford Market, por volta de 1828, visto a partir do Rio Tâmis²⁰⁹.



Fonte: GATER e WHEELER, 1937, p.24. Disponível em: <<https://www.british-history.ac.uk/survey-london/vol18/pt2/plate-24>>. Acesso em 25 jul 2019.

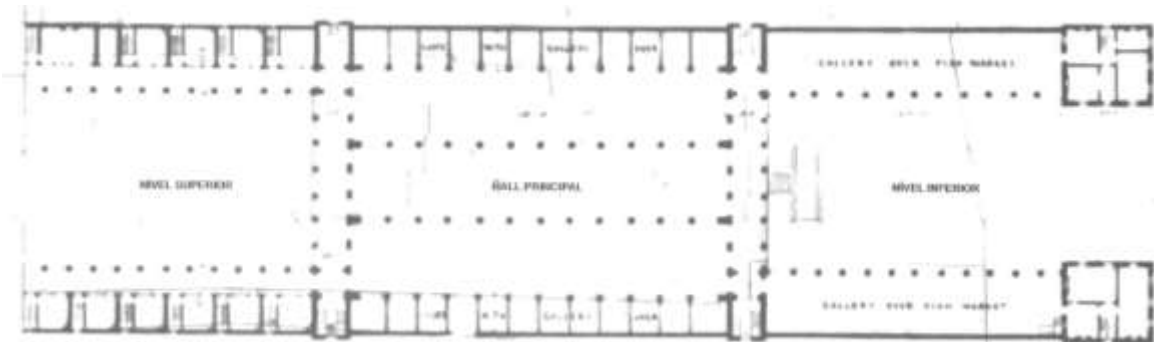
O novo Hungerford Market foi construído entre 1831 e 1833, com uma planta que se dividia em três secções (*halls*) e que acompanhava o desnível do terreno existente em direção ao Rio Tâmis. Guiando-se pela Figura 64, observa-se que o *hall* principal do edifício era localizado no centro da planta, sendo utilizado como mercado de frutas e vegetais. Com 60 metros de largura e 160 de comprimento, tinha uma cobertura em madeira que se estruturava formando galerias ocupadas por lojas, de modo que Vargas (2001, p.162) compara sua composição à de uma basílica. Em seu lado esquerdo, no mesmo nível, um outro *hall* rodeado de lojas e colunatas, porém com o centro

²⁰⁸ Charles Fowler também fora responsável pelo projeto de regularização do Covent Garden Market, existente desde 1670. O novo plano foi concluído em 1830. (SHEPPARD, 1970, p.129-150)

²⁰⁹ No andar superior do Hungerford Market, antes da reforma de Charles Fowler, funcionava uma escola de caridade e, posteriormente, uma capela. (GATER e WHEELER, 1937, p.40-50).

descoberto, abria-se para a nova rua Hungerford, que desembocava na Strand, e era ocupado por comerciantes como açougueiros. Do lado oposto, o *hall* central se conectava a outro *hall*, em um nível inferior, por meio de uma escada. Mais próximo ao rio, este *hall* inferior se aproveitava de sua localização estratégica, às margens do rio, destinando-se a funcionar como um mercado de peixes, recebendo barcos com produtos frescos diretamente em seu cais. Seu espaço central, aberto, podia ser ocupado por bancas de vendedores de peixes e suas alas circundantes eram compostas por tavernas, armazéns e lojas. (GATER e WHEELER, 1937, p.40-50).

Figura 64: Planta do Hungerford Market, projetado por Charles Fowler.



Fonte: VARGAS, 2001, p.164.

A Figura 65 traz uma gravura que retrata o *hall* inferior do Hungerford Market no dia de sua inauguração, em 2 de julho de 1833, com destaque para a concentração de pessoas em clima festivo, com bandeirolas e, inclusive, um balão em sobrevoo, inovação do fim do século XVIII que transformava os conhecimentos científicos sobre pressão atmosférica em possibilidade humana de voar – um espetáculo tecnológico e carregado de simbolismos para os homens modernos.

Figura 65: Inauguração do Hungerford Market em 1833, com vista para seu *hall* inferior.



Fonte: Website National Air and Space Museum. Disponível em: <<https://airandspace.si.edu/collection-objects/new-hungerford-market-london>>. Acesso em 25 jul 2019.

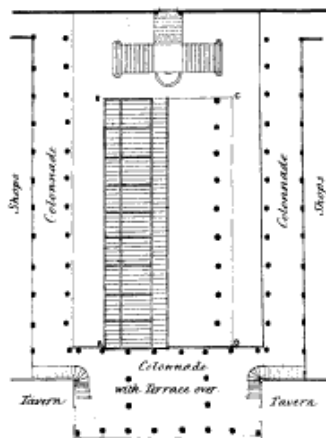
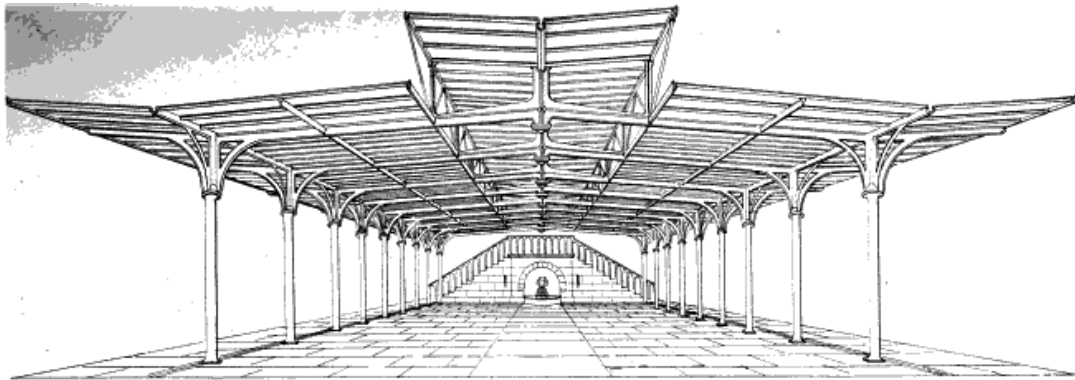
Em 1833, a revista inglesa *The New Monthly Magazine and Literary Journal* escreveu sobre a restauração, ou melhor, criação do Hungerford Market, destacando a maneira sagaz como de Charles Fowler aproveitou as dificuldades dos desníveis do terreno, tanto esteticamente quanto funcionalmente²¹⁰. Além disso, os comentários da revista reverenciam a companhia que investiu no plano do novo mercado que permitiu a chegada e a comercialização de peixe fresco no extremo oeste da cidade, tornando o produto mais acessível em termos de localização e preço²¹¹.

210 REDAÇÃO. HUGERFORD MARKET. *The New Monthly Magazine and Literary Journal*. Vol.39. Londres: Henry Colburn and Co., 1833. Monthly Comentary, p.219. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=osu.32435056336142&view=1up&seq=229>>. Acesso em 30 jul 2018.

211 Anteriormente, a venda de peixes frescos era concentrada no Billingsgate Market, na região de London City. Além de permitir que os barcos de pesca atracassem com seus produtos frescos para abastecer diretamente a região de Westminster, o Hungerford Market aumentou a concorrência na venda do produto, reduzindo seus valores não apenas na região, mas em toda a metrópole londrina.

Em meados dos anos 30, Fowler projetou uma estrutura independente para ser adicionada ao espaço central do mercado de peixes, fornecendo sombra e ventilação à área e mantendo o acesso às colunatas laterais existentes no *hall* inferior. O projeto representado na Figura 66 é um dos primeiros exemplos da aplicação de ferro fundido neste tipo de edificação, a partir das novas tecnologias que a revolução industrial estava tornando possível. As novas possibilidades construtivas com o uso do ferro fundido podiam proporcionar estruturas com vãos maiores e mais arejados, correspondentes ideais para a realização das atividades do local.

Figura 66: Cobertura para o *hall* inferior do Hungerford Market, por Charles Fowler.



Fonte: Wikipedia. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Charles_Fowler_%E2%80%93_New_Hungerford_Market.png. Acesso em 25 jul 2019.

Em 1836, foi autorizada a construção de uma ponte suspensa sobre o Rio Tâmisa, conectando a área do mercado à região ao sul do rio, concluída em 1845 (Figura 67). Porém, mais uma vez os efeitos da revolução industrial refletiram no local: a ponte teve breve existência devido à sua substituição por uma nova estrutura que atravessaria o rio com uma linha férrea e tráfego para pedestres, inaugurada em 1864.

Figura 67: Ponte sobre o Rio Tamisa conectada ao Hungerford Market, ao fundo à direita, em meados do século XIX.



Fonte: GATER e WHEELER, 1937, p.25. Disponível em: <<https://www.british-history.ac.uk/survey-london/vol18/pt2/plate-25>>. Acesso em 25 jul 2019.

Em 1851, no ano da primeira Exposição Internacional realizada em Londres²¹², um *hall* foi construído adjacente ao mercado para abrigar eventos e apresentações de diversos tipos, chamado de Hungerford Hall. No entanto, durante um evento, em 1854, este foi tomado por um incêndio proveniente do descuido de funcionários com uso de gás, que também afetou a estrutura do Hungerford Market. Em 1862, o mercado foi demolido e em sua área foi construída a estação ferroviária Charing Cross, que ainda ocupa o local atualmente. (THORNBURY, 1878b, p.123-134).

A partir dos exemplos mencionados neste subcapítulo, pode-se perceber a importância dos mercados na emergência de novas centralidades urbanas, abastecendo-as e dando-lhes vida social, e da cultura do consumo. As novas estruturas com galerias ou *halls* inteiramente cobertos, que passaram a se proliferar abrigando a realização das atividades terciárias regularmente,

²¹² Abordada no subcapítulo seguinte.

acolhiam um grande número de pessoas consumidoras do crescente quadro populacional e atraíam um público diversificado, dada a concentração e variedade de produtos, lojas e serviços oferecidos em um só local. Os mercados se tornavam os centros de atração de vida e compras diárias, substituindo a ideia do dia especial do mercado “pela condição de todo dia ser um dia de compra” (VARGAS, 2001, p.158).

Segundo Vargas (2001, p.160), os mercados cobertos tinham a vantagem de possibilitar que as barracas ou lojas fossem permanentes, com serviços voltados para atender as necessidades de melhor funcionamento de suas atividades. A partir do século XIX, o desenvolvimento das cidades industriais e a preocupação dos governos com as capitais abarrotadas de pessoas e de novas construções reforçavam a importância dessas estruturas regulares, providas de controle sanitário – como luz natural, circulação de ar e coleta de lixo – para abrigar e distribuir as atividades de abastecimento e consumo em vários pontos do território urbano.

3.2.3 Feiras modernas e Grandes Exposições Universais

Assim como as praças e mercados tiveram alterações em suas formas de organização ou significados durante a modernidade, a realização e o arranjo das **feiras**, enquanto um tipo especial e eventual de mercado, também apresentaram transformações significativas.

Com os edifícios de mercados se distribuindo em vários pontos das áreas urbanas, fornecendo mais quantidade e variedade de mercadorias para compra direta e possibilitando que as atividades terciárias de caráter primário ou supérfluo acontecessem diariamente, as feiras se reinventaram a partir das principais características que as distinguiam dos mercados comuns, adquirindo nova importância. Segundo o artigo “Market, Fair, Festival and Exposition. Preludes to the National and International Expositions Held in Paris, 1798-1937”, de Arthur Chandler [s.d.], a diferença essencial entre feiras e mercados seria a frequência de ocorrência, a grandeza do evento, as origens dos compradores e vendedores participantes, assim como dos produtos disponibilizados, e os tributos pagos pelos comerciantes para exercerem suas atividades.

As feiras da modernidade buscavam se voltar para o fornecimento de produtos vindos de outras regiões ou de mercadorias sazonais. Estas aconteciam com menor frequência do que os mercados, porém sua regularidade, com datas de início e término, era bem definida a fim de possibilitar a participação de comerciantes estrangeiros com seus produtos diversificados, bem como garantir especial atração de outros comerciantes e clientes. O que motivava o fluxo de mercadores vindos de outras regiões e países, com as novidades que traziam, era a segurança de que encontrariam bons clientes no final da jornada, de que teriam espaços favoráveis para realizar suas atividades, e de que fariam negócios vantajosos durante o evento. Do mesmo modo, o que motivava os visitantes e clientes a se deslocarem às feiras era o seu caráter eventual e com certo grau de exclusividade, com possibilidade de surpresas e contatos com produtos, pessoas, culturas, novidades e informações de naturezas diversas.

É por isso que, em alguns casos, as feiras eram programadas para acontecer em determinadas localizações nos períodos em que estes locais celebravam seus santos, o que por si só já atraía grande volume de peregrinos. As próprias feiras, por vezes, adotavam o nome do santo padroeiro que estava sendo homenageado nestes períodos e localidades. A vantagem de associar atividades de comércio e serviços a eventos religiosos já tinha sido percebida desde a Idade Média ou tempos gregos antigos.

A própria palavra feira (em inglês *fair*, ou em francês *foire*) vem do latim *feria*, que significa “dia de santo” ou “dia de festa”, em que as pessoas não trabalhavam, podiam descansar ou se dedicar a suas atividades religiosas. Entretanto, a palavra passou a ser associada aos mercados especiais que se constituíam em certos locais em seus dias de festa, passando a ser utilizada para designar tal tipo de comércio eventual. Neste clima, as celebrações de santos e as atividades de comércio e serviços atraíam também artistas, malabaristas, treinadores de ursos, engolidores de espadas, entre outros que, de certa forma, podem também ser considerados comerciantes, buscando vender suas performances, entretenimento, arte e alegria. Logo, as feiras tinham o caráter de concentrar atividades eventuais variadas que envolviam e agrupavam públicos diversificados, o que favorecia todos os seus participantes e, por vezes, constituía verdadeiros festivais²¹³.

Para favorecer a realização das feiras, atrair a vinda de negociantes de outras localidades e fortalecer a atividade de intercâmbio de produtos, serviços e capitais nestes locais e períodos determinados, os governantes podiam criar benefícios especiais, como instituir legislações específicas, reduzir os impostos cobrados nas transações feitas durante o evento, oferecer proteção para transporte e exibição das mercadorias, realizar fiscalizações

²¹³ Os festivais, para Chandler [s.d.], podiam ter ou não a participação de comerciantes, sendo eventos programados e regulares, ou conjurados espontaneamente para celebrar alguma felicidade ou triunfo inesperado, com torneios esportivos, teatros, música, fogos de artifício, exposições, marchas, entre outros. De todo modo, esses eventos eram sempre oportunidade para compras e vendas.

para que os produtos das feiras não fossem vendidos em outros mercados locais, dentre outras iniciativas.

As feiras realizadas em Paris, por exemplo, ainda que temporárias, reuniam a população da cidade e visitantes em torno das intensas atividades de compra e venda que propiciavam.

Dentre as várias feiras realizadas no território parisiense, a Feira Saint-Germain foi uma das mais importantes e duradouras da história da cidade, sendo destacada também no diagrama de Leong (2001a, p.33). Com origem no século XIII²¹⁴, floresceu por volta do fim do século XV com o apoio de Luís XI, em parte dos jardins do Hotel de Navarra e, mesmo tendo sido criada para atender a um contexto local, passou a atrair participantes de diversos países que iam desfrutar das atrações da capital francesa. Além do apoio do rei, a feira surgiu com a iniciativa de monges da abadia Saint-Germain-des-Prés, que incentivavam sua realização em períodos de exibição de relíquias sagradas e que, com o passar do tempo, passaram a construir estandes e palcos de madeira para alugar aos comerciantes e artistas, destinando parte do dinheiro obtido ao rei, em troca da reafirmação de seu apoio e de sua proteção.

As estruturas permanentes da Feira Saint-Germain (Figura 68), construídas especialmente para abrigar o evento que durava os dois meses anteriores à Páscoa, em temperaturas baixas, protegiam os participantes do clima e permitiam a venda de produtos variados, incluindo de luxo. Tais estruturas, que inicialmente foram edificadas a partir de iniciativas dos monges da abadia Saint-Germain-des-Prés e, posteriormente, foram se tornando responsabilidade de particulares, caracterizam a escala das feiras francesas e preconizam as Grandes Exposições Industriais que emergiriam séculos depois.

²¹⁴ A Feira Saint-Germain teria sido inaugurada no século XIII, porém teve sua atividade interrompida pela combinação da Guerra dos Cem Anos (1337-1453) e dos maus momentos comerciais vividos na França. A feira foi reaberta por Luís XI, no século XV – em 1462, segundo Leong (2001a, p.33) – e, desde então, floresceu continuamente.

Figura 68: Feira Saint-Germain por volta de 1670.



Fonte: Website Arthur Chandler. Disponível em: <<http://www.arthurchandler.com/market-fair-festival-and-exposition>>. Acesso em 25 jul 2019.

Enquanto em outras localidades o comércio de mercadorias era a principal atração dos participantes das feiras, na Feira Saint-Germain os espetáculos e entretenimentos parecem ter adquirido importância igualada, concentrando um grande número de pessoas que, além de buscar vender e comprar, estavam ali para se divertir. Chandler [s.d.] relata que, durante o período absolutista francês, a Saint-Germain era um centro de prazer e vaidade, onde se podia encontrar mercadorias vindas da China, tapeçarias, papéis especiais, chocolates, brinquedos, relógios, perucas, livros, dentre outros produtos. Além disso, na feira e seus arredores, multiplicavam-se o número de comerciantes, tavernas, cabarés, bordéis e cafés²¹⁵, assim como a realização de jogos, apostas, apresentações de charlatões, animais, marionetes, artistas e equilibristas, que competiam pelo público que passava com diversos truques e apresentações exóticas, vindas de terras estrangeiras.

²¹⁵ O café era considerado um produto exótico oriental e foi introduzido na corte de Luís XIV por um embaixador otomano e, em 1672, levado à cultura francesa por meio de um comerciante armênio que abriu um estande na Feira Saint-Germain. A partir da sua popularização, os estabelecimentos voltados para a venda do produto se multiplicaram pela França e pela Europa, marcando a história moderna ocidental. (WAGNER, 2001, p.23)

Outra importante contribuição da Feira Saint-Germain foi para o teatro popular, principalmente os gêneros teatro de marionetes, teatro com dançarinos de cordas e as óperas cômicas.

A Feira Saint-Germain passou por um incêndio em 1762, como retratado na Figura 69. Apesar de sua reconstrução, a feira não reestabeleceu sua magnitude característica. A partir do século XIX, com os planos de embelezamento da cidade iniciados por Napoleão I (1769-1821), novas estruturas foram edificadas no local, como o mercado projetado por Jean-Baptiste Blondel (1764-1825), construído entre 1813 e 1816 (Figura 70). Com galerias em pedra que contornavam um pátio interno, em estilo neoclássico, o novo edifício de mercado pode ter seu formato associado ao das praças medievais de mercado, rodeadas por arcadas cobertas.

Foi Napoleão III (1808-1873) que solicitou a adição de uma cobertura na área central do mercado de Blondel. Passando por fases de alterações e abandono, o Mercado Saint-Germain foi restaurado no final do século XX, funcionando até os dias de hoje. Vale destacar que, em 2016, a marca Apple viu no Mercado Saint-Germain o local ideal para sediar sua terceira loja na capital francesa (Figura 71). Pode-se imaginar que a escolha não foi ao acaso: o Mercado Saint-Germain é desses locais que evocam a história da vida parisiense em sua essência, tradição, coletividade, cultura e busca por novidades e conexão com o mundo.

Figura 69: Incêndio em uma das entradas da Feira Saint-Germain, em 1762.



Fonte: Website Bibliothèque Nationale de France. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b6949009g.item>>. Acesso em 25 jul 2019.

Figura 70: Marché Saint-Germain, em 1831.



Fonte: Website Brown University Library. Disponível em: <<https://library.brown.edu/cds/catalog/catalog.php?verb=render&colid=6&id=1093026990620125>>. Acesso em 25 jul 2019.

Figura 71: Fotografias do mercado Saint-Germain no século XX, antes e depois da implantação da loja Apple.



Fonte: Website Apple. Disponível em: <<https://www.apple.com/newsroom/2016/12/apple-marche-saint-germain-opens-in-paris/>>. Acesso em 25 jul 2019.

Além do Mercado Saint-Germain, cuja origem se deve à Feira Saint-Germain, a herança histórica das intensas atividades realizadas na região também permanece em eventos e feiras de antiguidades e livros que ainda acontecem na Praça Saint-Sulpice, próxima ao mercado.

Enquanto a Feira Saint-Germain era um evento típico do inverno parisiense no Antigo Regime, durante dois meses, a Feira Saint-Laurent era a correspondente que se destacava no verão, do outro lado do Rio Sena. A alternância das datas de realização das principais feiras da cidade permitia que o público aproveitasse continuamente tais eventos na capital francesa. Os

artistas que se apresentavam na Feira Saint-Germain durante o inverno, geralmente seguiam para a Feira Saint-Laurent no verão, criando uma espécie de continuidade em suas apresentações, como uma novela teatral.

As origens da Feira Saint-Laurent remontam ao século XII, quando foi organizada pelos monges de Saint-Lazare, com autorização do rei Luís VI (1081-1137). Posteriormente, seu direito de realização foi comprado pelo rei Filipe II (1165-1223), que a transferiu para uma região mais central da cidade, construindo estruturas permanentes para estabilizar a realização da importante feira na nova localidade, dentre elas dois edifícios de mercados. A feira foi relocada novamente, por volta do século XIV, na região norte da cidade, mas, por ser realizada em um período com temperaturas mais elevadas, não tinha as estruturas cobertas como na Feira Saint-Germain e se configurava de modo mais popular, com produtos que refletiam este caráter.

A existência da Feira Saint-Laurent, que marcou a história comercial, social, cultural e do teatro popular de Paris, pode ser recordada atualmente através do Mercado Saint-Quentin, no Boulevard Magenta²¹⁶, estrutura comercial construída em ferro fundido, em 1866, na região em que era realizada a feira norte da cidade.²¹⁷ (Figura 72)

²¹⁶ O Boulevard Magenta foi construído como parte dos planos de Haussmann para Paris, na segunda metade do século XIX.

²¹⁷ Outros exemplos de feiras que se destacaram em distintos pontos da cidade de Paris, na modernidade, foram a Feira Saint-Ovide, a Feira Saint-Clair e a Feira du Temple (HESSELN, 1711). Além delas, novos edifícios de mercados que se erguiam pela cidade distribuíam a realização das atividades de comércio e serviços em diferentes pontos do seu território.

Figura 72: Fotografia do mercado Saint-Quentin, construído em 1866, na região onde era realizada a Feira Saint-Laurent, em Paris.



Fonte: Website Paris Unplugged. Disponível em: <<https://www.paris-unplugged.fr/paris-10-le-marche-saint-quentin/>>. Acesso em 25 jul 2019.

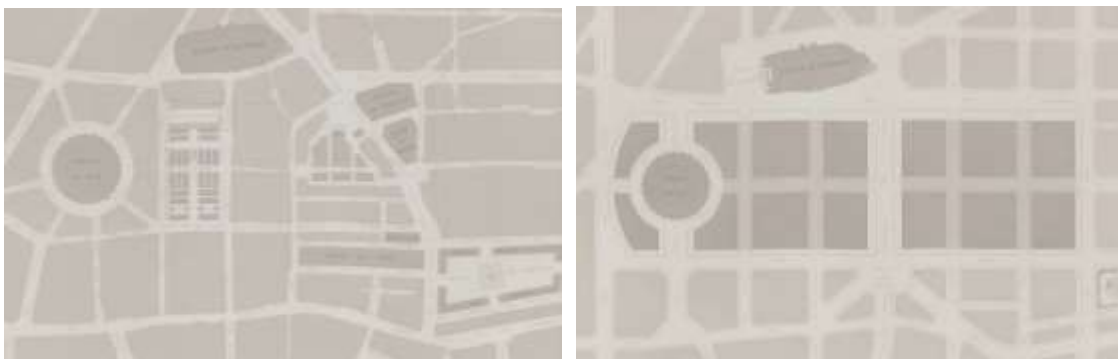
Vale destacar que o local em que Filipe II posicionou a Feira Saint-Laurent, no século XII, também permaneceu abrigando atividades comerciais, mesmo quando a feira foi transferida para o norte da cidade. Além dos dois mercados que o rei edificou, novos terrenos foram sendo anexados pelo poder público, permitindo ali a construção de estruturas adicionais voltadas à realização de atividades negócios durante os séculos seguintes. Isso fez com que mais comerciantes e oficinas fossem atraídos a se instalarem em seus arredores.

Com altos e baixos ao longo de sua história de anexações, construções e demolições, com variados fins comerciais, destacando inicialmente os gêneros têxteis e alimentícios, tal área localizada no centro da metrópole parisiense recebeu, no início da segunda metade do século XIX, uma nova proposta de transformação, com autoria de Victor Baltard (1805-1874) e Felix Callet (1791-1854), sob a direção do prefeito Georges-Eugène Haussmann (1809-1891).²¹⁸ Os chamados Halles Centrales de Paris (Figura 73 e Figura 74), também destacados no diagrama de Leong (2001a, p.34) como

²¹⁸ Neste contexto, Paris já vivenciava uma fase mais avançada da segunda revolução urbana moderna (ASCHER, 2010), com características pós-liberais, como abordado no subcapítulo 3.1.4.

Les Halles, tiveram sua construção a partir de 1854, demolindo mais de trezentas casas e incorporando apenas o Mercado de Trigo (Halle au Blé) existente na parte oeste da área, em formato circular, como guia do traçado do novo plano. (BALTARD e CALLET, 1863)

Figura 73: Situação da área dos Halles Centrales de Paris, em 1850, e a planta proposta por Baltard e Callet, incorporando o mercado circular existente.



Fonte: BALTARD e CALLET, 1863. Disponível em: <<https://www.e-rara.ch/doi/10.3931/e-rara-8952>>. Acesso em 25 jul 2019.

Figura 74: Proposta de Baltard e Callet, em perspectiva, para os Halles Centrales de Paris.



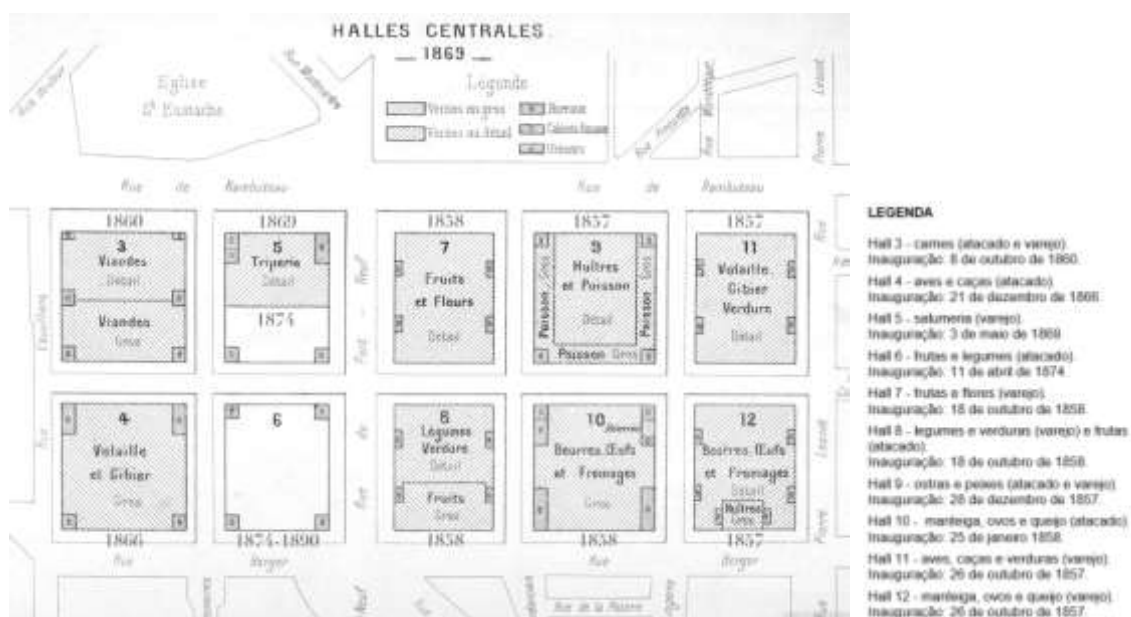
Fonte: BALTARD e CALLET, 1863. Disponível em: <<https://www.e-rara.ch/doi/10.3931/e-rara-8952>>. Acesso em 25 jul 2019.

Demonstrando materialmente os novos tempos de modernização, tanto em escala arquitetônica quanto urbana, o projeto previa a construção de doze pavilhões para servir ao histórico uso comercial do local, porém seguindo o novo senso de organização e funcionalidade moderna, com utilização de ferro fundido, ferro forjado, vidro e tijolos, marcando significativamente a era de

padronização e industrialização da arquitetura e de seus elementos. (BALTARD e CALLET, 1863)

Em direção ao edifício circular já existente, uma via coberta delineava a disposição dos doze pavilhões (*halls*), seis de cada um de seus lados. Esta via era transversalmente cortada, em seu eixo central, pela Rue du Pont-Neuf, conectando a Ponte Neuf²¹⁹ e a Igreja de Saint-Eustache, datada do século XVI. A Figura 75 mostra a situação dos Halles Centrales em 1869, em planta baixa, ainda sem a edificação dos pavilhões 1 e 2, e em sua legenda estão especificadas as datas de inauguração e os produtos vendidos em cada pavilhão. Na Figura 76 é possível observar o projeto para os interiores dos pavilhões.

Figura 75: Planta dos Halles Centrales, com a distribuição dos pavilhões 3 a 12, em 1869.



Fonte: Website Vergue. Disponível em: <<http://vergue.com/post/211/Les-halles-centrales/>>. Acesso em 25 jul 2019.

²¹⁹ A Pont Neuf foi construída entre 1578 e 1607 e, apesar do nome, que em português significa “ponte nova”, é a ponte mais antiga ainda existente em Paris. Passando estrategicamente pela parte oeste da Île de la Cité, situada no Rio Sena, permite livre circulação de pessoas entre as margens opostas do rio, em um ponto central da cidade. (CARLI, 2017, p.29)

Figura 76: Planta térrea dos Halles Centrales, com o desenho dos interiores dos pavilhões à oeste da Rue du Neuf e à leste, respectivamente.



Fonte: BALTARD e CALLET, 1863. Disponível em: <<https://www.e-rara.ch/doi/10.3931/e-rara-8952>>. Acesso em 25 jul 2019.

Além do contraste com outros edifícios públicos construídos recentemente em estilo neoclássico na cidade, os Halles Centrales traziam a aplicação projetual e técnica das primeiras leis sanitárias criadas no país. O projeto dos Halles Centrales combinou os anseios do novo planejamento urbano de Haussmann, as novas políticas sanitárias que estavam sendo discutidas e implementadas, as novas tipologias da arquitetura moderna industrial e a tradicional essência mercantil do local. Sendo assim, Christopher Mead²²⁰, em resumo que escreveu sobre sua palestra para a inauguração da exposição sobre Victor Baltard no Museu d'Orsay de Paris²²¹, em 2012, defende que a intervenção de Baltard e Callet não foi arrasadora como outras que aconteceram na cidade, no mesmo período, mas sim uma conciliação entre a forma tradicional da cidade e o movimento de industrialização do século XIX.

O professor ressalta que os Halles Centrales muito mais que abasteciam a cidade de Paris, eram como um centro de comercialização e distribuição de alimentos da metrópole em crescimento acelerado: recebiam

²²⁰ Arquiteto e professor da Universidade do Novo México, autor do livro "Making modern Paris. Victor Baltard's Central Markets and the Urban Practice of Architecture", publicado em 2012.

²²¹ Disponível em: <<https://www.musee-orsay.fr/en/events/lectures/online-lectures/victor-baltard-and-the-central-markets-of-paris.html>>. Acesso em 25 jul 2019.

uma grande quantidade de produtos em um só local central, que depois eram redistribuídos – à pé ou com auxílio de carrinhos de mão e veículos puxados à cavalo – às residências, lojas, restaurantes ou outros mercados da cidade.

Alguns registros fotográficos feitos por Charles Marville²²² (1813-1879) mostram os Halles Centrales de Paris nos tempos da inauguração do projeto de Baltard e Callet. Na Figura 77, fotografia capturada em 1867, é possível observar os pavilhões 7 e 8 já edificadas, na Rue de Pont-Neuf, o pavilhão 5 ainda em construção, em primeiro plano, e a Torre de Saint-Jacques ao fundo. Na Figura 78, a fotografia feita em 1874 retrata o interior dos Halles Centrales, com Marville posicionado sob a via central coberta do conjunto edificado, mais especificamente entre os pavilhões 7 e 8, olhando em direção leste, com o Boulevard de Sébastopol ao fundo. Uma espécie de névoa próxima ao chão é, na verdade, o intenso movimento humano no interior mercado, registrado pela captura feita em longa exposição. Na mesma imagem, vale destacar os postes de iluminação a gás em ferro fundido, projetados e instalados para permitir que as atividades do mercado também acontecessem em período noturno.

Figura 77: Fotografia dos pavilhões 7 e 8 dos Halles Centrales, em Paris, em 1867.



Fonte: Website Vergue. Disponível em: <<http://vergue.com/media/marville-33514u.jpg>>. Acesso em 25 jul 2019.

²²² Disponível em: <<http://vergue.com/category/Auteurs/Charles-Marville/Paris-Haussmann>>. Acesso em 25 jul 2019.

Figura 78: Fotografia do interior dos Halles Centrales, em Paris, em 1874.



Fonte: Website Vergue. Disponível em: <<http://vergue.com/post/211/Les-halles-centrales/>>. Acesso em 25 jul 2019.

Com base na análise do projeto dos Halles Centrales de Paris, considera-se que apesar de cada pavilhão do complexo abrigar categorias de produtos distintas, as vias existentes entre eles agregavam tudo que era ali comercializado, criando um sistema racional que se distinguia e, ao mesmo tempo, se integrava ao tecido urbano da cidade.

Sendo assim, pode-se aferir que os Halles Centrales são exemplo de local de realização de atividades de negócio que carrega a lógica conformativa dos “complexos estruturadores” da atividade terciária na antiguidade clássica e no período medieval, como as ágoras, fóruns, praças e bazares, por sua localização central, sua escala física urbana, por ser um fundamental centro de abastecimento da sua cidade, pela diversidade de produtos que disponibilizava e por ser cenário da vida característica do seu tempo, como é retratado pelo romancista Emile Zola (1840-1902) em “Le ventre de Paris” (ZOLA, 2013)²²³. Por outro lado, os Halles Centrales se distinguem

²²³ Emile Zola foi um dos principais nomes da literatura francesa moderna e publicou, em 1873 originalmente, a obra “Le Ventre de Paris” (ZOLA, 2013), cujo título se refere ao ambiente principal em que se passa o romance: os Halles Centrales da capital francesa. Segundo Vincendon (2016), mesmo antes da publicação de Zola (2013), a metáfora “le ventre de Paris” (“o ventre de paris”, em português) era já utilizada para designar tal centro de vida e dinâmica da cidade parisiense. O livro de Zola (2013), assim como de outros autores, junto a registros

dos exemplos dos períodos anteriores citados por ser fruto de um projeto que segue uma estruturação racional que é original desta fase da modernidade: utilitária, sistematizada, industrializada, valorizando a verdade dos materiais utilizados em seus edifícios, as noções de higiene, a praticidade necessária para a vida seguindo a noção de tempo moderna, e as funcionalidades principalmente econômicas das atividades de comércio e serviços.

Em relação aos formatos dos locais de realização das atividades terciárias já citados neste capítulo, como os edifícios de mercados e feiras modernos, um projeto como o dos Halles Centrales se distingue pela sua funcionalidade diária, que consegue se organizar de forma racional porém não finita, isolada, autocontida ou delimitada por uma linha de paredes ou arcadas.

Os pavilhões dos Halles Centrales, que marcaram o cotidiano de Paris na modernidade, foram demolidos na década de 1970, deixando uma enorme cratera simbólica e física no chão da cidade, que tinha os elegantes volumes desenhados por Baltard e Callet como a forma de seu ventre²²⁴ e o centro de sua vida. A demolição deu espaço à estação ferroviária Châtelet-Les Halles, um dos principais *hubs* de Paris, conectada ao sistema de metrô e trens regionais urbanos. Segundo Vincendon (2016), a superfície onde outrora estavam edificadas os pavilhões de ferro foi tida por décadas como uma questão política, dada a sua localidade central no tecido da metrópole parisiense e sua insígnia histórica. Atualmente, lá encontram-se, além do acesso à rede ferroviária, um jardim e um shopping center chamado de Forum Les Halles, um misto de local de passagem e destino de compras que, apesar do nome, pouco evoca a vida social e urbana que fora a essência dos originais fóruns romanos ou pouco supera o luto pelos verdadeiros Halles na memória da cidade (VINCENDON, 2016).

fotográficos da época, acomodou duradouramente os Halles Centrales de Baltard e Callet no imaginário coletivo (VINCEDON, 2016).

²²⁴ Referência ao romance de Zola (2013).

O único elemento do complexo moderno que ainda se encontra edificado é o que abrigava o Mercado do Trigo, já existente antes do projeto de Baltard e Callet, preservado e incorporado pelos arquitetos na composição dos Halles Centrales. Sua construção se deu no século XVIII, no local onde era a residência da rainha Catarina de Médici (1519-1589)²²⁵. De tal residência restou apenas uma torre de 31 metros (CARLI, 2017, p.27), supostamente utilizada pelo astrólogo da rainha, mantida externamente à nova edificação de planta em formato de anel, delimitada por arcadas em disposição circular, que formavam galerias cobertas por abóbadas. Para melhor proteção dos grãos, o espaço central do “edifício-anel” foi posteriormente coberto, ainda no século XVIII, por uma cúpula com estrutura de madeira. Após passar por um incêndio, no início do século XIX, a cúpula foi reconstruída com estrutura em ferro fundido e cobertura em lâminas de cobre (BALTARD e CALLET, 1863).

Em mais uma captura do fotógrafo Charles Marville, pode-se observar o salão interior do Mercado do Trigo, com suas arcadas em disposição circular, sacos de grãos dispostos pelo pavimento e destaque para um poste de iluminação a gás em ferro fundido ao centro, elemento isolado que Benjamin (2009, p.467) compara à presença de um coqueiro na paisagem natural de uma savana²²⁶ (Figura 79). Com a comercialização de seus grãos em baixa, o mercado foi fechado por volta de 1873 e destinado a outra função, porém ainda relacionada à importante e movimentada história das atividades de negócios da Paris: a Bolsa de Valores da cidade. O edifício reformado para a nova bolsa, com projeto de autoria de Henri Blondel (1821-1897), foi inaugurado em 1889, ano da Grande Exposição Internacional que edificou a Torre Eiffel.²²⁷

²²⁵ O Hôtel de la Reine era a residência da rainha Catarina de Médici, construído entre 1572 e 1578. (CARLI, 2017, p.27)

²²⁶ Na mesma publicação, Benjamin (2009, p.481) também registra a comparação de que os lampiões das ruas eram como as estrelas do homem típico moderno.

²²⁷ O edifício ocupado de modo diverso ao longo dos anos passou recentemente por uma nova fase de restaurações, com projeto do arquiteto Tadao Ando, inaugurado em 2019, reinscrevendo-se com relevância no cenário do século XXI da cidade de Paris. Chamado de

Figura 79: Fotografia do salão circular do Mercado do Trigo, por volta de 1868.



Fonte: Website Vergue. Disponível em: <<http://vergue.com/post/213/Halle-au-ble>>. Acesso em 25 jul 2019.

O espírito dos mercados efervescentes, das feiras, dos festivais, das marchas reais e dos grandes espetáculos tradicionais da corte francesa, no contexto da modernidade, inspirou gradualmente a realização de eventos maiores, como as chamadas **Grandes Exposições Universais**²²⁸. Inicialmente seus objetivos eram, sobretudo, pautados na tradição das nações sede e participantes, enaltecendo suas características e particularidades. Entretanto as grandes feiras passaram a representar uma oportunidade para cada nação exibir suas inovações, seu poder e glória atual, seus avanços e orgulhos nacionais, assim como suas visões de futuro e sua importância diante do cenário mundial moderno.

A primeira Grande Exposição Internacional aconteceu em Paris, em 1798, no Champ de Mars²²⁹, quase uma década após o marcante ano para a

Bourse de Commerce, abriga atualmente a Pinault Collection, com exposições, conferências, programas educativos, dentre outros, dedicados à arte contemporânea e ao diálogo com o patrimônio da cidade. Fonte: Website Bourse de Commerce. Disponível em: <<https://www.boursedecommerce.fr/>>. Acesso em 19 out 2019.

²²⁸ Também conhecidas como Grandes Exposições Internacionais, Grandes Exposições Industriais, ou, em abreviação, de Expo.

²²⁹ O terreno do Champ de Mars fora anteriormente ocupado por plantações e treinamentos de guerra. O primeiro grande festival realizado no local foi em 1790, com iniciativa da Assembleia Nacional, celebrando o primeiro aniversário da queda da Bastilha parisiense e a derrubada da

revolução sociopolítica do país. De certo modo, a grande feira apresentava a nova nação francesa perante seus cidadãos nacionais e o mundo, reunindo povos de diferentes países, encorajando o intercâmbio de ideias entre participantes expositores e visitantes, incentivando inovações técnicas e científicas e suas aplicações em diferentes atividades e contextos, buscando educar e elevar o refinamento do público impactado pelo evento, promovendo o comércio, fornecendo entretenimento, homenageando a paz e o progresso nacional e mundial e, claro, colocando a França como árbitro soberano internacional de bom gosto e genialidade. (CHANDLER, [s.d.]

Muitas das Grandes Exposições Internacionais do século XIX apresentavam um arco ou monumento triunfal em sua entrada, inaugurado em um ato formal processional guiado pelo imperador ou governante vigente. A isso pode-se relacionar os novos valores da modernidade, cujo progresso, representado nas grandes feiras, além das próprias guerras militares, denotavam vitória.²³⁰ O espírito competitivo entre as nações, imbuído nas Exposições Universais, fizeram-se explícitos quando os primeiros jogos olímpicos mundiais fora da Grécia foram realizados em Paris, em conjunto com a Exposição Universal de 1900. (CHANDLER, [s.d.]

Dentre as Exposições Universais, vale destacar a que aconteceu em Londres, em 1851, que conjugou a grandiosidade característica dos eventos franceses ao avanço industrial da Inglaterra, resultando em um marco do espírito, do pensamento e da técnica da modernidade.

A grande feira realizada no Hyde Park de Londres condensou as ambições da modernidade em um protótipo arquitetônico sem precedentes: o

monarquia absolutista francesa. Para o evento nacional, a regularização do terreno do Champ de Mars recebeu trabalho intenso de muitos homens. Posteriormente, o local sediou inúmeras Exposições Universais, dentre elas a de 1889, que deixou como legado a icônica construção da Torre Eiffel. Entretanto, por muitos anos o Champ de Mars representou, para os parisienses, a memória da celebração do triunfo da Revolução Francesa. (CHANDLER, [s.d.]

²³⁰ Arthur Chandler [s.d.] arrisca afirmar que somente o evento das Grandes Guerras Mundiais tiveram influência maior – e mais dramática – do que as Grandes Exposições Universais para o observador do século XX.

pavilhão Crystal Palace, projetado por Joseph Paxton (1803-1865). A arquitetura inovadora da sede da Exposição materializava o progresso inglês e sua experiência pioneira na revolução industrial, com estrutura pré-fabricada em ferro fundido, forjado e vidro (Figura 80), que abrigava e exibia, além de si própria, os produtos da nova indústria em desenvolvimento, dispostos como peças de arte entre estátuas, fontes de água, árvores e jardins ornamentais. O visitante do Crystal Palace, descrito por Wyman (2001, p.236, tradução nossa²³¹) como “um imenso espaço para reunir, sob um único teto, vastas multidões com o propósito de ver mercadorias e maquinarias”, percorria uma jornada em uma paisagem exótica de elementos naturais e industrializados – uma paisagem que permeou a imaginação de gerações europeias.

A inovação proposta por Paxton refletia também seu histórico pessoal e profissional. Tendo recebido formação de jardineiro, envolveu-se com a prática da horticultura²³², que unia seu ofício técnico, seu fascínio por biologia vegetal e seu interesse por pesquisas científicas, em um contexto em que o cultivo de coleções botânicas exóticas representavam um nobre status de conhecimento e domínio sobre a natureza. Além disso, Paxton era um entusiasta da construção de ferrovias, sendo um ativo especulador das suas possibilidades de gerar lucro e desenvolvimento. A combinação de sua personalidade e sua estima pelo progresso da modernidade, da paixão pela construção de ferrovias, dos conhecimentos que obteve em viagens fora da Europa, da experiência que desenvolveu na concepção de estufas botânicas em madeira, ferro e vidro, e da sua capacidade de integrar múltiplas disciplinas e técnicas e aplicá-las em diferentes contextos e oportunidades, rendeu-lhe o projeto que transformou os conceitos e as práticas da arquitetura a partir de seu período. “O Crystal Palace marcou a culminação dos experimentos de Paxton com estufas e avançou suas ideias de encapsular plantas ao nível de

²³¹ “*It was an immersive space in which to gather, beneath a single roof, vast crowds for the sole purpose of viewing goods and machinery.*” (WYMAN, 2001, p.236)

²³² Segundo Janick (1968), horticultura é o nome da ciência que envolve múltiplas áreas e que se ocupa do cultivo de diversos tipos de plantas para fins alimentares ou estéticos, tanto em jardins, quanto em pomares, hortas ou estufas, distinguindo-se da cultura vegetal dos campos.

conseguir conter uma paisagem inteira.” (WYMAN, 2001, p.236, tradução nossa²³³).

A composição da estrutura modular do Crystal Palace representava a nova escala produtiva mecanizada e em massa que se anunciava, inclusive no âmbito da arquitetura, ressignificando seu processo de concepção, produção, montagem, desmontagem e reutilização, colocando-a como um produto industrial. Isso chocou com os estilos edificadas e com a própria noção de arquitetura que existia até então, gerando uma espécie de perplexidade, encanto e críticas ao projeto de Paxton, descrito por vezes, na época, como uma “não-arquitetura”²³⁴ (WYMAN, 2001, p.236). Vale salientar que o Crystal Palace de Londres foi anterior aos Halles Centrales de Paris e que principalmente por ter sido realizado para a Exposição Universal de 1851, atraiu atenção mundial.

A novidade do Crystal Palace não se restringia ao âmbito estrutural da sua edificação. O pavilhão de cerca de 560 metros de comprimento, mais de 120 metros de largura, que atingia mais de 30 metros de altura, encapsulava, inclusive, árvores existentes do Hyde Park e trazia para sua escala interior a escala exterior do parque (Figura 81 e Figura 82). Com vedação transparente, em vidro, e luz interior natural difusa, produzia-se um efeito que fundia paisagem interior e exterior e tinha-se um espaço que confundia as noções de perspectiva do visitante. Para Wyman (2001, p.240), esta impossibilidade de conseguir estimar uma dimensão ou de fixar o olhar entre formas, transparências, novidades, cores, pessoas circulando, ruídos de conversa humana e de máquinas em demonstração, traduzia a realidade e a sensação de instabilidade e de imprevisibilidade daquela nascente civilização industrializada.

²³³ “*The Crystal Palace marked the culmination of Paxtons’s experiments with glasshouses and advanced his ideas of encasing plants to the level of containing an entire landscape.*” (WYMAN, 2001, p.236)

²³⁴ A ideia de uma composição baseada na multiplicação das mesmas partes componentes estruturais colocava o pavilhão como uma obra de engenharia, mas não de arquitetura, aos olhos dos críticos. (WYMAN, 2001, p.236).

Figura 80: Construção do Crystal Palace, para a Exposição Universal de 1851, em Londres.



Fonte: Website National Diet Library. Disponível em: <<https://www.ndl.go.jp/exposition/e/data/L/0251.html>>. Acesso em 25 jul 2019.

Figura 81: Representação do Crystal Palace, em 1851.



Fonte: Website Royal Parks. Disponível em: <<https://www.royalpark.org.uk/parks/hyde-park/about-hyde-park/history-and-architecture>>. Acesso em 25 jul 2019.

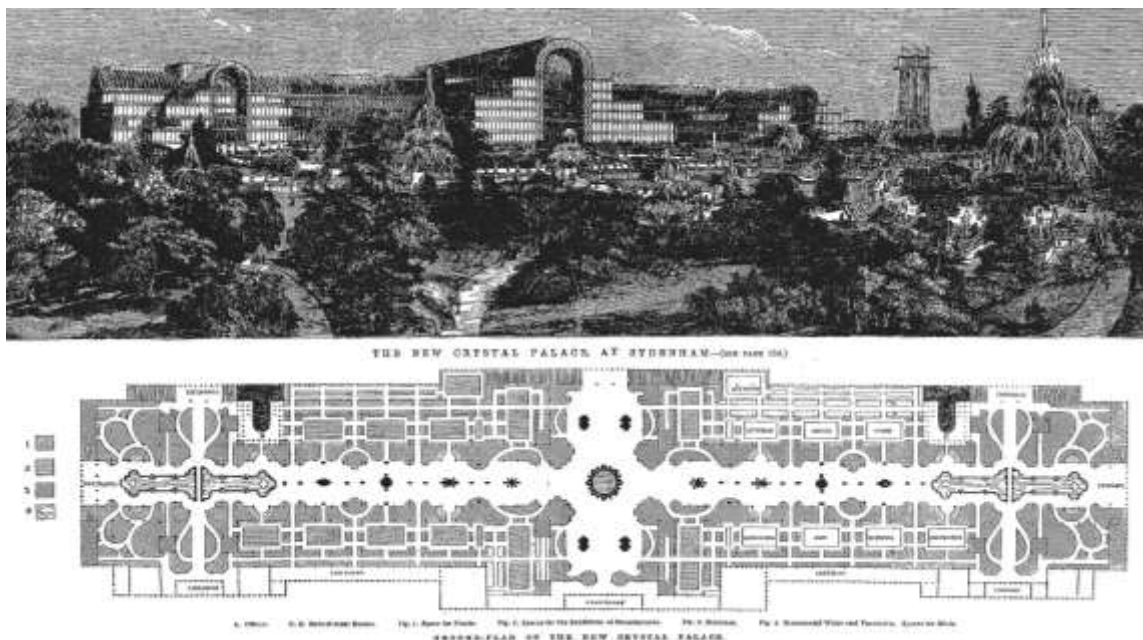
Figura 82: Representações dos Interiores do Crystal Palace, durante a Expo de 1851.



Fonte: Website Thought Co. Disponível em: <<https://www.thoughtco.com/britains-great-exhibition-of-1851-1773797>>. Acesso em 25 jul 2019.

O Crystal Palace, ao fim da Exposição Universal, foi transferido do Hyde Park²³⁵ para Sydenham, nos arredores de Londres (Figura 83). Para a reconstrução na nova localidade, Paxton revisou o projeto, aumentando o tamanho do pavilhão, adicionando novos elementos compositivos em seu interior, especificando também a configuração interna da exposição de produtos por categorias. Na seção de produtos têxteis, por exemplo, definiu a compartimentação dos tecidos separadamente por tipos, como estampados, linho e cânhamo, e rendas. (WYMAN, 2001, p.236-240).

Figura 83: Relocação do Crystal Palace em Sydenham.



Fonte: Website National Diet Library. Disponível em: <https://www.ndl.go.jp/exposition/e/data/L/054l.html>. Acesso em 25 jul 2019.

²³⁵ Atualmente, o Hyde Park de Londres, além de parque público, com restaurantes, cafés, banheiros, áreas para práticas esportivas, eventos, passeios, concertos, entre outras estruturas e atividades, é sede da Serpentine Gallery e da Serpentine Sackler Gallery, que se ocupam de exposições e eventos sobre arte, arquitetura, moda e design contemporâneos. Além disso, o Hyde Park recebe anualmente, nas proximidades de onde fora o Crystal Palace de 1851, o Serpentine Pavilion, um pavilhão temporário de verão, projetado por arquitetos de reconhecimento internacional escolhidos a cada ano, com projetos de experimentação arquitetônica marcantes tanto para os arquitetos que se encarregam de projetar o pavilhão em seis meses, quanto para o público que estabelece contato e usufrui do espaço durante três meses. Este exemplo denota a essência do Hyde Park e a sua permanência enquanto local de reuniões e exibições inovadoras de relevância internacional. Fonte: Website Serpentine Galleries. Disponível em: <https://www.serpentinegalleries.org>. Acesso em 19 out 2019.

O Crystal Palace foi considerado um dos mais importantes e sugestivos edifícios construídos do seu tempo (CARLI, 2017, p.61). O pavilhão de Paxton instigou a imaginação europeia, sugestionou novas possibilidades construtivas, organizacionais e estéticas, marcou a história da realização de eventos, da ideia de espetáculo público, com encontro de massas, turismo e negócios, apresentou a nível mundial as inovações da produção industrial, anunciando a nova maneira de consumir que dominaria a economia, a política, a cultura e o estilo de vida dos próximos séculos, e, de modo relevante para o conteúdo desta dissertação, influenciou na composição de novos tipos de espaços terciários em desenvolvimento: as arcadas, as galerias e as lojas de departamento.

3.2.4 Arcadas e galerias

Além das revoluções citadas na contextualização deste capítulo, vale destacar, a este ponto, a **Revolução Francesa**, que teve como seu marco inicial o assalto da Bastilha parisiense, em 1789.

Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas socio-econômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas ideias. (HOBSBAWM, 1998, p.71)

Segundo Murialdo (2013, p.26), no final do século XVIII, o acontecimento da Revolução Francesa, unindo-se às transformações profundas que a revolução industrial iniciada na Inglaterra desencadeara, ocasionou mudanças intensas em todos os aspectos da cultura europeia.²³⁶

Em diversos períodos da história, a França fora uma forte concorrente para a Inglaterra. Hobsbawm (1998, p.45) afirma que, apesar do relativo “atraso” em formato de governo, mesmo durante os primeiros séculos da modernidade, a França era superior em ciência e tecnologia, principalmente em ciências naturais, matemática, física e até mesmo ciências sociais.²³⁷ Com o desenrolar dos acontecimentos da Revolução Francesa, a França, que durante séculos esteve, de certo modo, “travada” pelo seu regime absolutista despótico, pode, finalmente, direcionar-se a vivenciar as transformações que a revolução industrial da Inglaterra estava propondo.

Com a Revolução Francesa, proclamou-se a liberdade do comércio e da indústria, autorizando a constituição de novas associações econômicas, sem lhes impor antiquadas regras de organização e funcionamento, introduziu-se leis de livre mercado, com a eliminação da obrigação dos lojistas serem

²³⁶ De certo modo, a revolução industrial e a Revolução Francesa são parte de um mesmo contexto histórico, que se complementam em suas causas e efeitos no mundo, de modo que Hobsbawm (1998) as chama conjuntamente também de “revolução dupla”.

²³⁷ O autor lembra que poucos refinamentos técnicos e intelectuais foram necessários para se fazer engrenar a revolução industrial na Inglaterra. (HOBSBAWM, 1998, p.46)

membros de alianças rígidas (as chamadas guildas), que até então, pelo menos oficialmente, organizavam as atividades comerciais e artesanais, concentrando-as em determinados distritos, moldando-as com limitações. A partir de então, lojistas e artífices estavam livres para escolher onde se estabelecer, experimentando diferentes tipos de colaboração, com outros comerciantes, artesãos, prestadores de serviços e empresários.

Na medida em que a Revolução Francesa destravava a política, a economia e a liberdade na França, esta nação passou a protagonizar algumas das inovações mais significativas do mundo dos negócios e das indústrias, como o empreendimento das **arcadas**.

Vários foram os fatores que propiciaram o surgimento das arcadas, em Paris, no final do século XVIII, e sua difusão na primeira metade do século XIX. Somada à questão da liberdade de associação entre mercadores, oficiais e empresários, Cabanis e Canac (2011, p.8) destacam que o confisco de terras do clero e dos nobres, com a queda do Antigo Regime na França, gerou um disponibilidade pós-revolucionária de grandes parcelas de terrenos urbanos e deu aos capitalistas investidores possibilidades de adquiri-las²³⁸. Com posse dessas terras, os novos proprietários buscavam descobrir, para elas, usos que aumentassem seus rendimentos, dando origem a novos tipos de empreendimentos urbanos, como as arcadas.

As arcadas eram empreendimentos privados e consideradas por Moncan (2018, p.11) filhas do capitalismo e da especulação. Enquanto espaços de realização de atividades de negócios e serviços, são tidas como formatos originais²³⁹ da modernidade, decorrentes, além do cenário capitalista consolidado e do fortalecimento das atividades especulativas urbanas, do

²³⁸ O ambiente da França pós-revolucionária fornecia, além da oferta de terrenos da estrutura e tecido urbano já existentes, afirmação e poder à nova burguesia, voltada para as finanças e comércio, com novos valores e necessidades.

²³⁹ Pode-se encontrar relações entre os formatos das arcadas e das *arastas* dos bazares em cidades árabes, como também foi observado por Cabanis e Canac (2011, p.8). Entretanto, embora fisicamente parecidas, são formatos que refletem contextos, significados e necessidades acentuadamente diversas.

aumento da densidade populacional nas cidades, da maior quantidade de produtos disponíveis para venda e das novas possibilidades construtivas, com uso de ferro e vidro.

De modo geral, uma arcada consistia em um espaço construído de modo linear, no interior de uma quadra, conectando, transversalmente, duas vias já existentes e preferencialmente movimentadas, como um atalho que ia de uma à outra, restrito a pedestres. O ambiente interior que criava, como um corredor, era composto por fileiras de lojas em ambos os seus lados, com suas fachadas alinhadas e com composições estéticas que evocavam simetria e regularidade. O corredor central característico das arcadas era coberto por uma estrutura que o protegia de intempéries e, ao mesmo tempo, permitia a entrada de iluminação natural no espaço. (MONCAN, 2018, p.10)

As coberturas das arcadas estão entre suas características mais marcantes, construídas geralmente em ferro e vidro²⁴⁰. Esta aplicação era possível graças às novas tecnologias de fabricação de painéis de vidro, aliadas ao desenvolvimento da indústria metalúrgica (com possibilidades de uso de ferro fundido ou forjado e, posteriormente, de aço). Pela utilização dos materiais mais eficientes e revolucionários da época, Cabanis e Canac (2011, p.12) consideram as arcadas inovações arquitetônicas e urbanas, também progressistas enquanto empreendimento.

Além protegerem contra o clima, ventos e chuvas, a cobertura das arcadas proporcionava a existência de um recinto de uso público que tinha o benefício de estar localizado em regiões centrais da cidade, mas que era isolado da sua poluição atmosférica, visual e sonora, e dos novos perigos oferecidos pelos automóveis que se proliferavam nas ruas e alcançavam maiores velocidades. (LEONG, 2001b, p.483)

²⁴⁰ Inicialmente, os sistemas de ferro e vidro eram utilizados na construção de estufas e, posteriormente, passaram também a ser aplicados em estações, mercados, arcadas, dentre outros tipos construtivos. (CABANIS e CANAC, 2011, p.12)

Passando pela arcada, o pedestre podia usufruir de um atalho coberto e seguro que encurtaria abruptamente seu percurso, em um contexto onde o tempo assumia novos significados e relevância, marcando o ritmo acelerado da vida moderna. É por isso que as arcadas são também conhecidas como “**passagens**”. E, além de serem utilizadas para alcance de novas direções e caminhos encurtados, de apresentarem novas possibilidades de conexões urbanas, distanciadas da concorrência com outras formas de tráfego (LEONG, 2001b, p.479), as arcadas podiam ser locais de fuga da agitação e das distrações dos movimentos das ruas, oferecendo um foco sem desvio aos produtos e ao consumo.

Sendo assim, as arcadas eram excelentes localidades para a realização de atividades terciárias. Eram trechos de passagem para apressados, mas, ao mesmo tempo, com atmosfera única no percurso público, podiam seduzir os passantes ao consumo. O fluxo de possíveis clientes era constante, mas a concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços de diversas finalidades nas arcadas passou a torná-las também próprias destinações de pessoas e clientes. A junção de atividades múltiplas nos interiores das arcadas fazia delas mais que um local de transeuntes ou de abreviação de caminhos. Como descreve Moncan (2018, p.10), as arcadas eram um universo paralelo inédito da modernidade, que tinha o poder de atrair e de ali manter pessoas, como um lugar de encontro, onde podia-se passar o tempo e encontrar produtos e entretenimento, sob o mesmo teto.

Os módulos comerciais das arcadas, de posse dos donos do empreendimento, eram arrendados a comerciantes ou prestadores de serviços. Ali, encontravam-se boutiques luxuosas, decoradas e ornamentadas, que atraíam observadores com suas vitrines²⁴¹ e que, com as diferentes mercadorias expostas através delas, despertavam **desejo de compra**²⁴². Nas

²⁴¹ As vitrines nas fachadas das boutiques se tornaram frequentes no século XVIII. (CABANIS e CANAC, 2011, p.16)

²⁴² O desejo de compra é considerado por Murialdo (2013) um fenômeno que surgiu na modernidade. Com a crescente oferta da quantidade e tipos de produtos, possibilitada pelos processos de revolução industrial, comprar passou a não ser apenas para abastecer

arcadas, podia-se encontrar a satisfação de distintas necessidades, desejos e sonhos: existiam chapelarias, lojas de luvas, alfaiates, sapateiros, engraxates, prestadores de serviços de imprensa, editoras, livrarias, salões de leitura, cafés, bares, restaurantes, teatros, bordéis, casas de jogos, dentre outros. Além disso, tais estruturas urbanas contavam com conveniências como banheiros públicos e até mesmo moradias, pousadas e hotéis. (CABANIS e CANAC, 2011, p.9-20).

Para Vargas (2001, p.179), o traço essencial que define as arcadas é a repetição dos módulos comerciais. Enfileirados, compunham fachadas alinhadas, caracterizadas pela utilização de recursos estéticos simétricos ou regulares, que seguiam um estilo determinado e acentuavam a marcação ritmada da passagem dos pedestres. Segundo a autora, esta repetição, ou esta tradição histórica de marcar o caminhar no espaço, ou seja, o ritmo do deslocar do caminhante, fora já empregada anteriormente na arquitetura de pátios monásticos e de naves de igrejas românicas e góticas. Nestes casos, as colunatas e arcos determinavam e colocavam ritmo na marcha dos peregrinos. Na renascença, o mesmo princípio servia aos pátios internos dos palácios. A novidade, no momento, era a cobertura envidraçada e a linha reta estabelecida, atravessando de um local da cidade a outro. Além disso, ressaltava-se também que o movimento marcado, no contexto das arcadas, seguia uma nova noção de tempo: científico, veloz, progressivo, que levava de um ponto a outro, de um presente a um futuro almejado.

De modo geral, a edificação das arcadas permitia a criação de locais de uso público no interior das quadras urbanas e expandia a quantidade de solo urbano disponível para as atividades comerciais da cidade (CARLI, 2017, p.63). As arcadas abriram o interior dos quarteirões²⁴³, criando um sistema

necessidades. Comprar, ou melhor, consumir, virou sinônimo de entretenimento e estilo de vida, o que antes era possível apenas para classes mais altas.

²⁴³ Tomando Paris como exemplo, no início do século XIX, a cidade ainda possuía estrutura de cidade do Antigo Regime. Devido às muralhas defensivas, os espaços urbanos eram limitados, fazendo com que a população explorasse as áreas internas das quadras, para seu “melhor” aproveitamento. Na mesma época, a estrutura da cidade estava longe de oferecer condições

multifuncional que recriava os espaços urbanos centrais tradicionais, encorajando, ali, em uma mesma unidade arquitetônica e urbana, a exposição social, intelectual, artística, e a vida política, que seguia também à noite, com clubes, salões de jogos, lojas, entre outros, que, conseqüentemente, atraíam também a marginalidade, como ladrões de carteiras e prostitutas. Logo, as arcadas marcaram o começo de um fenômeno até então desconhecido: a **vida noturna**²⁴⁴. Seu modelo pôs em marcha um mecanismo que criaria uma conexão duradoura entre a prática do consumo e outras atividades de entretenimento e turismo.

Segundo escreveu Walter Benjamin (2009, p.468), em seu compilado de registros sobre o movimento vagante pelas cidades modernas, protagonizado pelo *flâneur*²⁴⁵, as passagens eram os aposentos da cidade que serviam de “salão”. “Na passagem, mais do que em qualquer outro lugar, a rua se apresenta como o *intérieur* mobiliado e habitado pelas massas” (BENJAMIN, 2009, p.468).

Vale ressaltar, que as arcadas, além de banhadas pela luz natural através de suas coberturas envidraçadas, foram um dos primeiros locais públicos parisienses a ter uso de iluminação a gás²⁴⁶, o que permitia seu

favoráveis de conforto aos pedestres. Mesmo a calçada era um elemento urbano novo, que iniciou a ser construído, em Paris, somente à partir da segunda metade do século XVIII. (VARGAS, 2001, p.171)

²⁴⁴ As arcadas funcionavam durante o dia e a noite, mas suas atividades eram encerradas à noite, a partir de um certo horário estabelecido pelo proprietário do empreendimento (CABANIS e CANAC, 2011, p.20). Segundo Demetresco (2014, p.43), as fachadas das arcadas tinham grandes portões que as trancavam durante a noite. No texto de Benjamin (2009, p.474) há também registros sobre a vida noturna que, para o autor, tinha uma extensão considerável, o que é “demonstrado pelo fato de que [...] as lojas fechavam às 22 horas”.

²⁴⁵ O *flâneur* é uma figura que aparece no texto de Benjamin (2009), a partir da interpretação de autores que viveram e escreveram em tempos anteriores aos seus, representando a persona que vive no contexto urbano moderno. Segundo o autor, foi Paris que criou o tipo do *flâneur*, no século XIX (BENJAMIN, 2009, p.462). Em outro trecho do seu texto, Walter Benjamin (2009, p.471) declara que “O *flâneur* é o observador do mercado. [...] Ele é o espião que o capitalismo envia ao reino do consumidor”.

²⁴⁶ O uso de iluminação elétrica foi implantado nas arcadas apenas por volta do último quarto do século XIX. Ainda neste período, a iluminação elétrica era considerada um investimento caro. (CABANIS e CANAC, 2011, p.17)

funcionamento noturno e também fora responsável por grande parte de seu êxito²⁴⁷. Como observado por Benjamin (2009, p.462), a iluminação a gás era característica deste cenário, lançando uma luz ambígua²⁴⁸ sobre o pavimento revestido, que se apresentava como um “duplo chão”.

Leong (2001a, p.33) considera que o modelo de arcada deriva de um primeiro exemplo: as Galeries de Bois, nascidas em 1786, nos jardins do Palais-Royal²⁴⁹, em Paris.

Neste momento, o Palais-Royal pertencia ao primo de Luís XVI, Luís Filipe II (1747-1793), duque de Orleães. Com finalidades especulativas, o duque decidiu construir arcadas e lojas no entorno de seu jardim, constituindo quatro alas edificadas de imóveis. Com escassez de recursos no andamento das obras do empreendimento, a quarta ala não tinha condições de ser construída – e, na realidade, nunca foi, como planejada. Entretanto, para permitir uma ligação coberta entre as outras alas edificadas, com imóveis colocados à venda, uma estrutura em madeira foi temporariamente erguida no local da quarta ala e, para também gerar rendimentos, foi dividida em lojas a serem alugadas. (MONCAN, 2018, p.11)

O local estruturado em madeira e com vedações envidraçadas, construído sem se prever a dimensão do sucesso que teria, é considerado a invenção da passagem coberta – a “mãe das arcadas” – e foi chamado de Galeries de Bois (Figura 84 e Figura 85). Suas lojas foram alugadas

²⁴⁷ Apesar da inovação da iluminação artificial a gás, Cabanis e Canac (2011, p.17) apontam que as passagens eram mais escuras que os exteriores da cidade.

²⁴⁸ A ambiguidade, o senso de mistério, a dúvida, as suspeitas sobre o aspecto, a observação questionadora, assim como a busca da identificação da verdade racional, são características que permeiam a vida e a visão do homem moderno, o que pode ser notado repetidas vezes ao longo do texto de Benjamin (2009).

²⁴⁹ O edifício do Palais-Royal foi originalmente construído entre 1625 e 1639 para residência do Cardeal Richelieu (1585-1642), quando começou a exercer funções de Estado e, por isso, mudou-se para as proximidades do Louvre, onde vivia o rei. O local passou a ser nomeado como tal no período de regência da rainha Ana de Áustria (1601-1666), entre 1643 e 1651, quando esta passou a ali residir, com seu filho Luís XIV. O palácio foi destinado à herança do irmão de Luís XIV (1638-1715), Felipe de Orleães (1640-1701), e seus descendentes. (CARLI, 2017, p.35)

rapidamente a comerciantes e artesãos, a preços lucrativos para o dono do empreendimento²⁵⁰, e seu conceito seduziu Paris, servindo de modelo para outros projetos deste tipo na cidade e, posteriormente, em toda a Europa. (MONCAN, 2018, p.11)

Figura 84: Galeries de Bois, edificadas no Palais-Royal, em 1828, em Paris.



Fonte: Wikimedia. Disponível em:
<https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Galeries_de_bois_au_Palais-Royal,_en_1828.jpg>. Acesso em 25 jul 2019.

Figura 85: Galeries de Bois, em Paris.



Fonte: Website The Guardian. Disponível em:
<<https://www.theguardian.com/cities/2015/mar/30/galeries-de-bois-paris-history-cities-50-buildings>>. Acesso em 25 jul 2019.

Devido a este empreendimento, Luís Filipe II foi um dos primeiros capitalistas franceses a exibir sucesso financeiro. Esta posição chamava

²⁵⁰ Segundo Moncan (2018, p.11), quando, em 1792, de acordo com os desejos do duque, os aluguéis aumentaram de valor nas Galeries de Bois, nenhum inquilino pensou em deixar o local. O empreendimento era lucrativo a todos que tinham nele negócios envolvidos.

atenção e, em contraste com seu sangue real, representava uma nova França.²⁵¹ (MONCAN, 2018, p.11)

O Palais-Royal se tornou um importante ponto de encontro para membros da aristocracia e da classe média, assim como de estudantes, financistas, intelectuais, dentre outros. Entretanto, durante a noite, tornou-se um refúgio de libertinos e prostitutas.

As estruturas em madeira das Galeries de Bois foram substituídas, na virada da década de 1830, por ferro, mármore e vidro, originando a Galerie d'Orléans (Figura 86). Com cobertura abobadada, em formato de meio círculo, esta serviu de inspiração para outras passagens de maior escala e suntuosidade, que passaram a ser chamadas de **galerias**. Alguns dos exemplares deste tipo mais famosos do mundo são as galerias Saint-Hubert, em Bruxelas (Figura 87), e Vittorio Emanuele II²⁵², em Milão (Figura 88).

Figura 86: Galerie d'Orléans, por volta de 1840, em Paris.



Fonte: Wikimedia. Disponível em:
<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Galerie_d'Orl%C3%A9ans_en_1840.jpg>. Acesso em 31 out 2018.

²⁵¹ Outros importantes nomes nobres ou de relevância política contribuíram para a construção do ideal francês pós-revolucionário, livre, conquistador, de êxito obtido por meio de investimentos e méritos. O próprio Napoleão Bonaparte (1769-1821), que de “pequeno cabo” levou à glória a França, com seu talento pessoal, segundo Hobsbawm (1998, p.93), inspirou muitos homens de negócio. “Todo homem de negócios daí em diante tinha um nome para sua ambição: ser – os próprios clichês o denunciam – um ‘Napoleão das finanças’ ou da indústria” (HOBSBAWM, 1998, p.93).

²⁵² A Galeria Vittorio Emanuele II foi a primeira a ser projetada a partir de um concurso de arquitetura, segundo Vargas (2001, p.195).

Figura 87: Fotografia atual da Galerie Saint-Hubert, inaugurada em 1847, em Bruxelas.



Fonte: Blog Bruxelles Ma Ville. Disponível em: <<http://www.bruxellesmaville.be/galeries-royales-saint-hubert/>>. Acesso em 31 out 2018.

Figura 88: Fotografias atuais da Galeria Vittorio Emanuele II, inaugurada em 1867, em Milão.



Fonte: acervo pessoal, 2011.

Quando as arcadas começaram a ser construídas, em geral, possuíam cobertura com duas águas envidraçadas, como no caso das Galeries de Bois (Figura 84). Posteriormente, passaram a aparecer com coberturas abobadadas, em formato de segmento de círculo, como na Galerie d'Orléans (Figura 86), ou, mais adiante, em formatos ogivais. Em casos de galerias com mais de um corredor de lojas, em diferentes sentidos, uma cúpula em ferro e vidro podia conectar seus segmentos cobertos, como na Galeria Vittorio Emanuele II (Figura 88). Em todos os casos, estas podiam ter aberturas que permitiam a circulação de ar e ventilação natural. (CABANIS e CANAC, 2011, p.14-15)

A Galerie d'Orléans foi demolida em 1935. Entretanto, as galerias periféricas do Palais-Royal, assim como outras que foram sendo construídas ao seu redor, ainda existem, com butiques, instituições do Estado, instituições de cultura, teatro, cafés, restaurantes, dentre outros. (CABANIS e CANAC, 2011, p.26)

As experiências do Palais-Royal, exportando o modelo da arcada e das galerias, que reuniam oportunidades de negócios, encontros sociais e novos fundos imobiliários, foram o ponto de partida para muitas outras de tais tipos. Estas inovações anteciparam não apenas transformações nos formatos de negócios que se difundiram a partir do século XIX, mas também a nova cultura de consumo que simbolizaria as sociedades a partir de então. Para Leong (2001b, p.478), as arcadas são responsáveis pelo nascimento do consumidor moderno, levando as compras, ou melhor, o consumo, a fazerem parte da rede urbana diária, da vida cotidiana, social, do turismo e do entretenimento.

O aparecimento das arcadas e galerias anunciou uma mudança na tradição dos pequenos comércios, cujas oficinas eram barulhentas e, muitas vezes, expostas. Iniciava-se uma era de preocupações com o consumidor, que não era mais tido como um mero comprador que buscava adquirir apenas o que tinha como primeira necessidade. A fim de oferecer um espaço de compra convincente, um ambiente agradável e de criar um efeito cênico para atração e conquista de clientes, a decoração das lojas se tornou um cuidado essencial.

Nas arcadas e galerias, o pedestre entrava num mundo à parte, protegido do rumor das ruas e envolvido pela luz natural que entrava através dos vidros, que apagavam o limite entre interior e exterior, ou por postes de iluminação a gás, como no caso da Passage des Panoramas, construída em 1800 (Figura 89). Esta arcada, que recebe visitantes e consumidores até os dias de hoje, além de seu corredor com iluminação zenital, recebeu iluminação a gás em 1811, enquanto a maioria dos estabelecimentos da cidade ainda utilizava velas ou lamparinas a óleo. (MONCAN, 2018, p.19)

Figura 89: Fotografia atual da Passage des Panoramas, construída em 1800, em Paris.



Fonte: Blog Soundlandscapes. Disponível em: <<https://soundlandscapes.wordpress.com/tag/passage-des-panoramas/>>. Acesso em 31 out 2018.

Outro elemento que marcou o fascínio pelas arcadas no século XIX foi o espelho. As superfícies reflexivas ao longo da Galerie Vero-Dodat (Figura 90), inaugurada em 1826, ampliavam seu espaço e refletiam suas mercadorias expostas, do lado direito no lado esquerdo, e vice-versa, misturando-as com o brilho da iluminação natural vinda da cobertura envidraçada e das lâmpadas artificiais a gás. (CABANIS e CANAC, 2011, p.40)

Figura 90: Fotografia atual da Galerie Vero-Data, inaugurada em 1826.



Fonte: Huffpost. Disponível em: <http://images.huffingtonpost.com/2015-12-22-1450749148-1488700-Galerie_VeroDodat_16_May_2013.jpg>. Acesso em 25 jul 2019.

A Galerie Vero-Dodat, que leva o nome de seus fundadores, ex-açougueiros, implantou-se estrategicamente próxima ao Palais-Royal e em frente à Messageries Laffite et Caillard, local de grande movimentação, que

recebia carruagens vindas de toda a Europa. Seu interior era composto por uma fileira de lojas com fachada em mogno, vitrines emolduradas em ferro fundido e cobre, pavimento com composição quadriculada em mármore preto e branco, característica da época, e colunas pintadas com efeito imitando pedra ônix, pontuadas por luminárias a gás em formato de globo²⁵³.

Em relação aos novos tipos comerciais urbanos, Paris se encontrava bem à frente das outras capitais europeias, com exceção de Londres, que tinha contexto urbano único, de nação que vivenciou pioneiramente a revolução industrial e passou por experiências precoces de modernização, além de grandes incêndios. Em alguns textos do escritor francês Charles-Pierre Baudelaire (1821-1867), reunidos em fragmentos por Benjamin (2009), algumas de suas declarações mostram o quanto considerava Bruxelas, e na verdade toda a Bélgica, entediante, principalmente pela falta do que se ver nas ruas, como vitrines de butiques, de presença tão marcante no cenário de Paris. Para Baudelaire, o ato vagante essencial do *flâneur* era impossível de se praticar em uma cidade tão pouco atualizada, com tímida vida urbana. (BENJAMIN, 2009, p.484)

As primeiras arcadas construídas em Bruxelas foram de iniciativa do capital imobiliário e de fundos de grupos privados, com a finalidade de mudar a imagem da capital do país, revitalizando-a com um novo planejamento que incluía a construção espaços de negócios nos moldes de Paris e Londres. Segundo o discurso do arquiteto da Galerie Saint-Hubert (Figura 87), Cluysenaar, era preciso criar um monumento que representasse a modernidade na cidade, com vida noturna e entretenimento, o que tornaria Bruxelas uma verdadeira capital (VARGAS, 2001, p.190).

O desenvolvimento das arcadas e galerias, assim como das tecnologias construtivas utilizando vidro, ferro, e, posteriormente, aço,

²⁵³ Sobre estes globos, que também iluminavam a Passage Colbert, em Paris, o texto de Benjamin (2009, p.467) registra a percepção de que emanavam uma claridade viva e, ao mesmo tempo, suave, e de que a disposição repetida e em sequência linear os fazia parecer cometas em ordem de batalha, esperando sinal de partida para vagar no espaço.

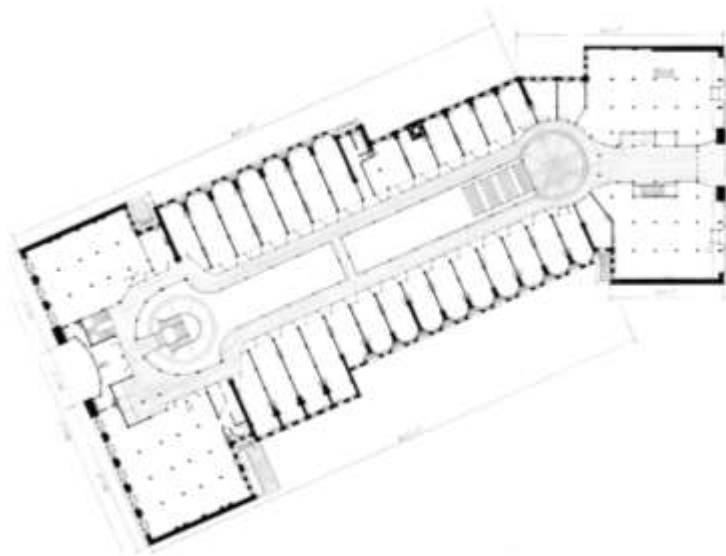
produzidas industrialmente, e o crescimento das sociedades imobiliárias, propagaram tais construções em tamanho e em quantidade pela Europa e também pelos Estados Unidos, que apontava-se como a próxima potência da industrialização. Como exemplo de arcada construída neste país, destaca-se a Cleveland Arcade, em Ohio, do final da década de 1880, com cobertura de vidro em seu *hall* central e pavimentos edificadas alcançados por proeminentes escadas de ferro fundido (Figura 91 e Figura 92).

Figura 91: Cleveland Arcade, construída a partir de 1888, em Ohio, Estados Unidos.



Fonte: Snipview. Disponível em: <<http://www.snipview.com/q/Cleveland%20Arcade>>. Acesso em 31 out 2018.

Figura 92: Planta da Cleveland Arcade, construída a partir de 1888, em Ohio, Estados Unidos.



Fonte: Website Library of Congress. Disponível em: <<http://www.loc.gov/pictures/item/oh0005.sheet.00006a/>>. Acesso em 20 jul 2019.

As construções das arcadas e galerias se tornaram símbolo de progresso, combinando a passagem de pessoas, compras, vida social, vida cultural, passeios e pausas gastronômicas, que conduziram ao sucesso das lojas de departamentos. Segundo Cabanis e Canac (2011, p.20) a vida nas arcadas era como um “ballet de pessoas indo e vindo”; era um ambiente de romances e “amores fáceis”, animado durante o dia e a noite.

A decadência do modelo das arcadas se deu devido à mudança de valores da sociedade, influenciada também pelos novos planos de Haussmann para Paris, na segunda metade do século XIX, quando grandes artérias viárias levaram o comércio a se espalhar junto com a cidade. Os boulevards de Haussmann, com calçadas dedicadas a pedestres, tornaram-se propícios à dispersão dos *flâneurs*. Segundo Leong (2001b, p.479), depois de cerca de meio século incubados nas arcadas, a construção e distribuição das calçadas em Paris, a maior rede criada desde o Império Romano, iniciada com apoio dos lojistas da cidade e propagada por Haussmann, os pedestres foram reintroduzidos nas ruas da cidade. Pelas calçadas, a cidade foi remodelada seguindo a imagem das arcadas: seguras, agradáveis, como ambientes de classe média, com fileiras de lojas (LEONG, 2001b, p.479).

De modo complementar, favoreceu esta dispersão humana a proliferação das estradas de ferro e do número de estações ferroviárias na cidade. Para Cabanis e Canac (2011, p.10), a própria inovação das lojas de departamentos também contribuiu para a diminuição da popularidade das arcadas e passagens.

As passagens, que possuíam o traçado proporcional ao quarteirão onde estavam inseridas, tornaram-se menos importantes. Algumas se transformaram em microcosmos ou especializaram-se, como a Passage du Caire (Figura 93), que hoje concentra ateliês de confecção. Tal especialização coloca distante o pedestre que não se relaciona ao seu segmento de mercado. Outras arcadas, situadas em quarteirões de negócios, passaram a ser utilizadas somente para encurtar caminho, ou na hora do almoço, caso ali fossem encontrados estabelecimentos destinados à alimentação. Em muitos

casos, as arcadas se tornaram ambientes sujos e deteriorados, um “lugar petrificado onde a forma está (quase) intacta, mas a vida social eliminada” (VARGAS, 2001, p.205).

Figura 93: Fotografia atual da Passage du Caire, de 1799.



Fonte: Wikimedia. Disponível em:
<http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Passage_du_Caire,_Paris_-_Crossing_of_Galerie_Saint-Denis_and_Galerie_du_Caire.jpg>. Acesso em 31 out 2018.

Segundo Cabanis e Canac (2011, p.10), arcadas remanescentes, que não foram destruídas precocemente, passaram a constituir o cenário de fotógrafos urbanos, como Charles Merville e Eugène Atget, e novas periferias nos interiores das cidades, acolhendo artistas surrealistas, literatos, dentre outros tipos de persona, como espaços “receptores de mitos urbanos modernos”, que também estiveram na composição de livros e filmes. Os mesmos autores também comparam estes locais persistentes a “aquários humanos com vida primitiva já extinta”.

Foi a maior passagem construída em Berlim, em 1908, a Friedrich-Strassenpassage, que marcou o fim da evolução da tipologia das arcadas, segundo Vargas (2001). Esta foi a primeira galeria a utilizar concreto protendido em estrutura e nas nervuras da sua cúpula de 28 metros de diâmetro. De acordo com a autora, ao abandonar o caráter de rua coberta local, a arcada abriu mão de sua essência.

As Arcades des Champs-Élysées (Figura 94), inauguradas em 1926, completaram a degeneração do conceito de arcada, com o desaparecimento da luz natural e a redução de seu pé-direito, com a instalação de forros com iluminação artificial embutida.

Figura 94: Arcades des Champs-Élysées, inaugurada 1926, em Paris.



Fonte: Blog Soundlandscapes. Disponível em: <
<http://soundlandscapes.wordpress.com/2013/12/07/arcades-des-champs-elysees/>>. Acesso em
31 out 2018.

Autores como Vargas (2001) e Cabanis e Canac (2011) consideram que os tipos arquitetônicos das arcadas foram anunciadores dos primeiros shopping centers, característicos da segunda metade do século XX. Vargas (2001) também destaca a contemporaneidade das arcadas enquanto conceito e modelo arquitetônico ao ressaltar que “no momento atual, a arquitetura testemunha a recuperação do uso de grandes coberturas de vidro nos museus, estações, aeroportos e dos imensos centros de compras” (VARGAS, 2001, p.206).

3.2.5 Lojas de departamentos

A “Era de Revoluções” tratadas neste capítulo, sobretudo a revolução industrial, transformou a economia rural e urbana marcou o início do varejo moderno, favorecendo o crescimento das cidades e alterando as necessidades de seus habitantes. A independência do campo, cuja população migrou majoritariamente para as cidades, criou um mercado de massa urbano que poderia – e deveria – ser atendido pela produção mecanizada industrial, mais rápida e mais barata. Neste período, nasceu também uma nova classe social, burguesa, que com o desenrolar dos processos históricos modernos se caracterizou como uma classe média, um grupo cada vez mais crescente e com novos desejos e possibilidades. Em depoimento para o documentário “O Nascimento do Shopping”, produzido na França, e dirigido por Sally Aitken, em 2011, a socióloga Joanne Finkelsten afirma que:

Antes da Revolução Industrial, as pessoas tinham pouco: algumas roupas, talvez um banco de madeira, lençóis, uma ou outra panela. Não havia como ter muita coisa. [...] De repente, o número de coisas que existiam aumentou muito, e as pessoas as viam e pensavam: ‘eu poderia ter isso.

Gil Mihaely, também sociólogo, comenta no mesmo documentário que “a cidade inteira passou a se dedicar às compras, para que as pessoas se sentissem de classe alta, para que pertencessem a um mundo em que as pessoas têm coisas, em que as pessoas têm cada vez mais coisas” (O NASCIMENTO DO SHOPPING, 2011).

As indústrias tentavam se adequar às diferentes necessidades da população, destinando-se a produções mais específicas e especializadas, e os diferentes estabelecimentos comerciais ampliaram a disputa pelo consumidor. Com a preocupação em fortalecer um nome forte, capaz de sobressair-se sobre a concorrência, cedeu-se a tendências de decoração de luxo, com uso de vidro, espelho, mármore, iluminação artificial a gás, e posteriormente elétrica, dentre outros recursos.

Vargas (2001, p.208) destaca que, por volta de 1830, a propagação das estradas de ferro promoveu maior velocidade nas distribuições e conexões

humanas, de produtos, pessoas e informação, além de intensificar processos de urbanização. O transporte urbano complementar às ferrovias, com o bonde puxado por cavalos, que surgiu em Nova Iorque em 1832 e, por volta de 1860 na Inglaterra, e o trem subterrâneo e o bonde elétrico, que, respectivamente, apareceram pela primeira vez em Londres em 1863 e em 1883, contribuíram para que os centros se tornassem mais acessíveis às massas, criando condições para o surgimento de uma nova forma de estabelecimento varejista, que Vargas (2001, p.208) classifica como grandes lojas: os *magasins de nouveautés* e, mais adiante, as lojas de departamentos²⁵⁴.

Os *magasins de nouveautés* surgiram na França revolucionária, em um cenário em que as atividades de comércio passam a ser institucionalmente livres de suas configurações medievais. Em estabelecimentos maiores que os existentes tradicionalmente na cidade, vendiam “novidades” para o público como tecidos, acessórios, sapatos e, posteriormente, vestidos prontos para usar, em preços cada vez mais associados aos custos de produção. Outra característica protagonizada por este tipo de loja foi a utilização do preço fixo, o que seria um dos princípios das futuras lojas de departamentos e uma das chaves das técnicas de vendas do futuro. Além dos preços fixos expostos, outras de suas inovações foram a possibilidade de troca das mercadorias, restituição de dinheiro e as linhas de produtos em oferta. Já na metade do século XIX, Paris possuía uma grande quantidade deste tipo de estabelecimento, que acabou desencadeando a deglutição dos menores. (VARGAS, 2001, p.212-213)

Segundo Vargas (2001), a característica principal evolutiva das grandes lojas é o seu aumento de tamanho, o que possibilitava a venda de uma maior variedade de mercadorias.

As lojas de departamentos eram menos especializadas que as *magasins de nouveautés* e tinham seções variadas de produtos expostos. O surgimento deste tipo de loja, no século XIX, fez com que comprar

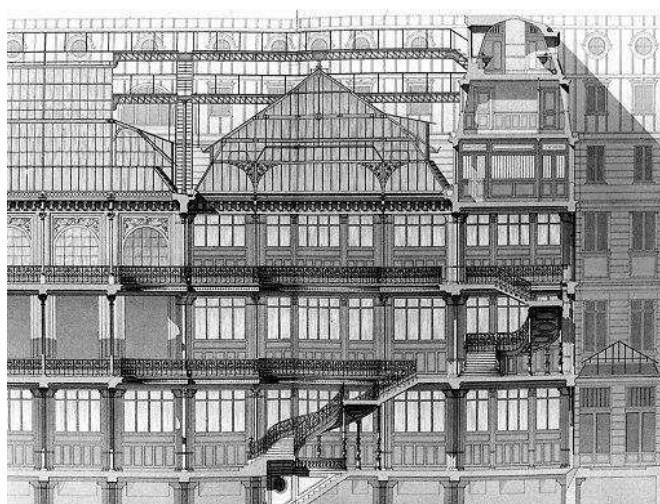
254 *Grand Magasins*, em francês.

estabelecesse-se como sinônimo de entretenimento, além de necessidade. Tais lojas vendiam um novo estilo de vida e exibiam objetos de desejo em todos os seus departamentos, solidificando o nascente conceito de **desejo de consumo**.

As lojas de departamento inauguraram o projeto da experiência relacionada ao consumo e davam combustível ao sonho do progresso social, pois as pessoas podiam ver, tocar, e experimentar o que seria a representação materiais de tal progresso. Estas lojas foram concebidas para a classe média ascendente que, pela primeira vez, começou a poder ter nas compras uma atividade de lazer, oferecida junto a serviços que, até então, eram prerrogativa de altas classes (MURIALDO, 2013, p.19-20).

A primeira loja com técnica de agrupamento de produtos em categorias foi a Bon Marché, fundada em 1852 por Aristides Boucicaut (Figura 95 e Figura 96). Segundo Vargas (2001, p.167), a inovação do empresário pode ter relação com a sua visita à Grande Exposição Universal de 1851, realizada em Londres, quando foi envolvido pelo espetáculo que a exposição de mercadorias industrializadas proporcionava e pelas surpresas que encontrava a cada volta.

Figura 95: Projeto da Le Bon Marché, em Paris, elaborado por Gustav Eiffel.



Fonte: Blog Covered Street. Disponível em: <<http://coveredstreet.wordpress.com/2010/04/25/le-bon-marche-paris/>>. Acesso em 31 out 2018.

Figura 96: Fotografias do interior da Bon Marché, na primeira metade do século XX, e em dias atuais, respectivamente.



Fonte: Blog Covered Street e Wikimedia. Disponível em:
<<http://coveredstreet.wordpress.com/2010/04/25/le-bon-marche-paris/>> e
<[http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Le_Bon_Marché_à_Paris_\(1875\).jpg](http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Le_Bon_Marché_à_Paris_(1875).jpg)>. Acesso em 31 out 2018.

O sucesso da Bon Marché foi pioneiro devido à adoção de princípios já experimentados anteriormente, como nas *magasins de nouveautés*, como a possibilidade de troca das mercadorias, preços fixos nas mercadorias, e da margem de lucro reduzida que determinou para os produtos, para assegurar seu rápido giro, maior volume de vendas e retorno dos investimentos.

A família Boucicaut acreditava que o sucesso do empreendimento dependia também do investimento em seus funcionários e, assim, passou a oferecer-lhes benefícios como seguros, fundos de aposentadoria, consultas médicas regulares, leitos em hospitais, curso de inglês e etiquetas, viagens como bônus aos melhores alunos e funcionários, dentre outros. (BURCKHARDT, 2012)

Depois da Bon Marché, que funciona até hoje, como um símbolo do comércio de luxo, de exposições de artistas contemporâneos e irradiador de tendências, muitas outras lojas de departamentos foram criadas. A cada novo

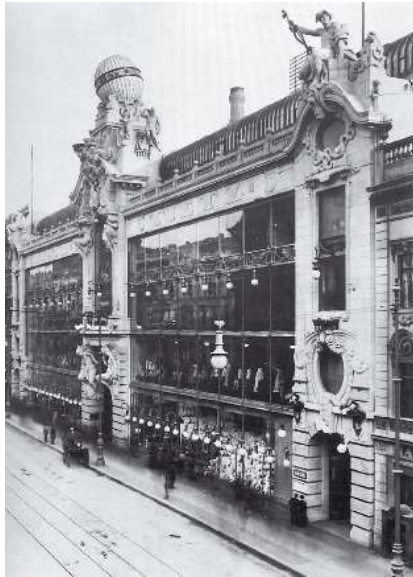
empreendimento, eram registradas novas inovações construtivas, operacionais, nas formas de expor os produtos, na elaboração de vitrines, e na própria curadoria do que era exibido.

As lojas de departamentos foram responsáveis pelo desenvolvimento da nova disciplina e atribuição profissional, o *visual merchandising*, e também deu origem a outras novas profissões como a de ascensorista, para a condução das inovações dos elevadores, e espécies de guias turísticos para o acompanhamento dos clientes nos vários andares das lojas. Socialmente, as lojas de departamentos tiveram um papel fundamental na emancipação feminina. Do ponto de vista das práticas do consumidor, pela primeira vez, tornou-se moralmente aceitável que as mulheres fossem às compras sozinhas e, do ponto de vista empregatício, a loja de departamentos oferecia às mulheres oportunidades de trabalho com um alto nível de profissionalização (MURIALDO, 2013, p.37).

As lojas de departamento estapolararam o contexto de Paris, cidade que a gestou, assim como as arcadas, e passaram a aparecer constantemente em outros países europeus e nos Estados Unidos.

John Wanamaker foi uma personalidade do mundo dos empreendimentos comerciais modernos que se destacou nos Estados Unidos, quando, em 1896, comprou a Stewart, em Nova Iorque e, em 1903, construiu, anexo a esta, um edifício de 15 andares. Outras lojas similares em Nova Iorque foram a Macy's, inaugurada em 1858 e a Bloomingdale's, em 1872, companhias existentes até hoje. Em Berlim, destaca-se a Hermann Tietz, a primeira loja do tipo construída na cidade, inaugurada em 1898, com inovações arquitetônicas como a diminuição de apoios estruturais em sua fachada de painéis de vidro, que foram colocados na parte interna do edifício e permitiram sua estética inovadora. Projetada pelos arquitetos Sehring e Lachmann, a cortina de vidro possuía cerca de 27 metros de comprimento e 17 metros de altura (Figura 97).

Figura 97: Fachada da Hermann Tietz.



Fonte: Wikimedia. Disponível em:
<http://en.wikipedia.org/wiki/Hermann_Tietz#mediaviewer/File:Warenhaus_Tietz_Leipziger_Str._1900.jpg>. Acesso em: Acesso em 31 out 2018.

Vargas (2001, p.223) afirma que “depois de colocar o *magasin* dentro da cidade era preciso colocar a cidade dentro dele” (VARGAS, 2001, p.223). Sendo assim, as lojas de departamentos assumiam, dentre suas principais filosofias que “quando uma senhora adentra o seu espaço não deve haver razão alguma para sair” (VARGAS, 2001, p.223). A L’Innovation, por exemplo, inaugurada em Bruxelas, no primeiro ano do século XX, cujo arquiteto foi Victor Horta, possuía salão de beleza, sala de leitura com jornais e revistas ilustradas à disposição, serviço de correios, restaurante, sala de chá e a novidade do oferecimento de entretenimento para crianças em um ambiente específico.

Cada nova estratégia adotada nestas grandes lojas passava a ser absorvida por outras, deste mesmo tipo ou não, o que gerava uma forte concorrência no setor e desencadeou o desenvolvimento de estratégias de publicidade e marketing, como pode-se constatar nos cartazes de propagandas de lojas de departamentos da época, expostos na Figura 98 e na Figura 99. Segundo Vargas (2001, p.224), “vender era uma ideia tão fixa quanto o preço”.

Figura 98: Informe publicitário da Le Parent & Roquencourt, localizada em Bruxelas, com destaque para o anúncio de “novidades” e “preços fixos”.



Fonte: VARGAS, 2001, p. 227.

Figura 99: Informe publicitário de venda a base de crédito e de coleções sazonais de moda, respectivamente.



Fonte: VARGAS, 2001, p.225-226.

Além das lojas de departamentos revolucionarem métodos de venda e de oferta de serviços, com organização estratégica de atrativos que seduziam o consumidor e que acentuaram a ascensão da cultura de consumo, também capturavam clientes pela qualidade arquitetônica dos seus estabelecimentos. A

arquitetura com decoração sofisticada, colorida e brilhante, atravessada por passarelas, escadas metálicas localizadas onde se pudesse ver tudo e ser visto por todos, sob a luz dos vitrais, representava a realização moderna de um palácio dos sonhos, também comparada por Vargas (2001, p.231) a uma “catedral do comércio”. A inovação do elevador¹² e, posteriormente, da escada rolante¹³, fazem parte dos elementos de fascínio que as lojas de departamentos colocaram em contato com o público pioneiramente, como registrado na Figura 100. Estas permitiram a exploração vertical dos espaços de vendas, aumentando sua área e levando a um maior desenvolvimento de seus empreendimentos.

Figura 100: Informe publicitário com elevadores da Otis e evidenciando as novas escadas rolantes, respectivamente, em Bruxelas.



Fonte: VARGAS, 2001, p.229.

¹² O primeiro elevador, da Otis, surgiu na Broadway, em Nova Iorque, colocado à disposição dos clientes do Chez Haughwout, em 1857 (VARGAS, 2001, p.231).

¹³ A escada rolante foi inventada pelo americano G. H. Wheeler, em 1892, e aperfeiçoada por Seeberger, em 1898, passando a fazer parte das grandes lojas apenas por volta de 1920 (VARGAS, 2001, p.233).

O desenvolvimento vertical foi o impulso para a intensificação em pesquisa para aperfeiçoamento dos materiais construtivos e tecnologias complementares, como aço, vidro, sistemas de aquecimento, de ar condicionado e de iluminação. Até mesmo a disposição interna dos novos espaços de varejo foi influenciada por novos estudos fluxos e comportamentos dos consumidores, a fim de aumentar a quantidade de tempo que o cliente permanecia no ponto de venda, na convicção de que isto poderia aumentar o seu desejo de comprar. (MURIALDO, 2013, p.36)

Sobre a questão da inovação, valorizada em tais lojas, ressalta-se que seus empresários tinham a consciência de que o novo atraía curiosos e fidelizava consumidores, preceito que inspirou gerações sucessivas de estabelecimentos comerciais varejistas.

Segundo Murialdo (2013), as lojas de departamentos foram casos inovadores no ramo dos negócios de varejo que tiveram seu apogeu a partir de meados do século XIX até a década de 1930, guiando a uma conjuntura em que o palco principal do consumo foi transferido para o continente norte americano.

O destino da loja de departamentos está intimamente relacionado com a vida urbana: seu sucesso está ligado ao desenvolvimento das cidade sob a ótica da modernidade e seu declínio às transferências dos habitantes da cidades americanas para os subúrbios, que determinaram a lógica de desenvolvimento de outros espaços e formatos contemporâneas de negócios, como os supermercados, shopping centers, as organizações de cadeias de lojas, entre outros, pautados em novos valores do seu tempo, como preço e conveniência.

Além disso, os serviços especiais oferecidos pelas lojas de departamentos, como crédito, entrega a domicílio, berçário, entre outros, tornaram-nas estabelecimentos de alto custo operacional, o que contribuiu com seu aspecto menos vantajoso em relação aos outros novos modelos de negócios que surgiam.

As lojas de departamentos são relevantes referências de caracterização da transição do estilo de vida moderno para o contemporâneo, apresentando novas lógicas das atividades comerciais, como a perda da espontaneidade das atividades de troca, que passavam a ser eficientemente pensadas pelas investigações científicas e pelo espírito inovador e criativo de perfis empreendedores individuais ou de novas associações corporativas.

Segundo Murialdo (2012), muitas das técnicas de venda atuais são decorrentes das experiências gestadas neste período. A atividade comercial, além de ter passado de cunho social à atividade de caráter econômico capitalista, submetida à indústria e à especulação, passou também por transformações sociais em seu espaço. A ideia do local do comércio como espaço público começou a perder força, influenciada, inclusive, pela busca de seletividade de perfis específicos e segmentados de clientes.

3.3 DISCUSSÕES SOBRE O CAPÍTULO

Uma “Era de Revoluções” fez com que a civilização europeia se distanciasse de suas características, significados e formas de organização medievais, constituindo-se segundo uma nova combinação de lógicas e objetivos. As transformações revolucionárias pelas quais passou a Europa no que se chama historicamente de Idade Moderna são a sua essência durante tal período, cuja característica fundamental é a própria condição de estar constantemente passando por mudanças.

Neste contexto de transformações revolucionárias, as atividades de negócios – assim como seu significados, finalidades e produtos e serviços que transacionavam – também passaram por alterações significativas que, por conseguinte, resultaram em mutações nos espaços físicos em que aconteciam, tanto em relação a seus formatos quanto em relação a suas localizações no contexto urbano ou no território geográfico e político do continente europeu. Ao mesmo tempo, tais espaços de negócios em remodelação também influenciaram o contexto em curso, estimulando novos hábitos na população urbana e novas formas desta se relacionar com os espaços terciários.

Alguns dos principais espaços onde eram realizadas as atividades terciárias, neste novo momento histórico, derivam de contextos anteriores, como as praças e bazares, que serviam à sociedade moderna no modo como foram articulados anteriormente ou a partir de algumas adaptações. Da mesma maneira, os edifícios de mercados cobertos e as feiras, mesmo que já existentes em períodos anteriores, também são tidos como espaços fundamentais para o acontecimento das atividades de negócios na modernidade. Estes, apesar da essência histórica, também absorveram características exclusivas modernas. Além dos exemplos citados, a modernidade compreendida no período histórico analisado²⁵⁵ apresentou as

²⁵⁵ Período histórico compreendido entre o século XV e a primeira metade do século XIX, ou então, correlato à primeira modernidade e parte da segunda, considerando a denominação de Ascher (2010). Segundo à classificação do autor, a cidade pré-industrial, a cidade industrial (liberal) e a cidade pós-industrial (pós-liberal) em seu contexto de surgimento correspondem a tal período histórico.

Grandes Exposições Universais, as arcadas, as galerias e as lojas de departamentos, que, ainda que carregando heranças de formatos de negócios predecessores, podem ser consideradas inovações originais de seu tempo.

As alterações modernas dos espaços de negócios começaram a existir de modo significativo a partir da cidade pré-industrial barroca, tornando-se mais intensas a partir das últimas décadas do século XVIII, com a guinada da revolução industrial, protagonizada pioneiramente pela Inglaterra, e com o surgimento das cidades industriais (liberais). Contudo, foi na primeira metade do século XIX – quando já cristalizado o capitalismo industrial e já passadas algumas décadas do marco da Revolução Francesa²⁵⁶, que coroou e acentuou distintivas peculiaridades da modernidade, dando origem à sociedade contemporânea²⁵⁷ – que se tornou mais visível o cenário urbano composto por espaços de negócios cujas características são reflexos das revoluções da modernidade.

Para sintetizar as análises desenvolvidas ao longo do Capítulo 3, buscou-se dispor em um quadro os principais formatos de negócios estudados, relacionando-os às suas localizações e escalas, assim como feito nos capítulos anteriores. Contudo, no período tratado neste capítulo, os movimentos de modernização desencadeados em menores espaços de tempo levaram ao surgimento de uma maior quantidade de variações nos espaços terciários – que correspondem ao nível de complexidade inaugurado pelo contexto da modernidade –, de modo que foi necessário organizar não apenas um, mas três quadros distintos (Figura 101, Figura 102 e Figura 103) para as discussões deste capítulo.

²⁵⁶ Vale destacar que a Revolução Francesa, apesar de marcar o início da Idade Contemporânea, segundo a periodização proposta pela disciplina tradicional da História, não limita a abordagem sobre a sociedade moderna feita nesta dissertação. Pelo contrário: quando a essência da modernidade se cristaliza em uma nova sociedade, suas características últimas se tornam mais evidentes, favorecendo a análise de tal contexto.

²⁵⁷ Neste momento, a revolução científica já penetrara no pensamento do homem moderno e na sua visão sobre sua vida de ambiguidades e de sobreposição de contradições, como certeza e dúvida, ordenamento e caos, solidão e coletividade tumultuada.

Figura 101: Primeiro quadro de síntese das análises feitas no Capítulo 3.

| | | | | | |
|--------------------------|--------------------------------|--------|-----------------------|--------------------|---|
| LOCALIZAÇÃO | EUROPA | | | | |
| COMPLEXO ESTRUTURADOR | TECIDO URBANO | | | | |
| ELEMENTO FIXO | RUAS E AVENIDAS | PRAÇAS | EDIFÍCIOS DE MERCADOS | ARCADAS E GALERIAS | LOJAS DE DEPARTAMENTOS |
| MÓDULO MÍNIMO FIXO | LOJAS INDIVIDUAIS | | | | SALÕES INTERNOS, ILHAS DE EXPOSIÇÃO, EQUIPAMENTOS EXPOSITORES |
| MÓDULO MÍNIMO TEMPORÁRIO | TENDAS, TABLADOS, BANCAS, ETC. | | | X | |

Fonte: da autora, 2019.

O primeiro quadro (Figura 101) mostra que nas cidades europeias modernas o **tecido urbano**, como um todo, pode ser considerado o próprio “complexo estruturador” das suas atividades de negócios.

No início do período moderno, o aumento da população, a expansão horizontal das cidades, a derrubada de muralhas medievais limitantes das cidades, as novas noções de perspectiva, as necessidades de se experimentar e materializar o tempo moderno progressivo e marchante, as inovações técnicas de mobilidade urbana, que davam praticidade, velocidade e maior alcance de conectividades, dentre outros fatores, levaram a alterações nos tecidos urbanos das cidades europeias, como a extensão e o alargamento de suas vias de circulação. As novas vias de circulação ou as avenidas, construídas a partir de demolições de trechos edificadas das cidades ou sobre caminhos já percorridos ou traçados, influenciaram nos negócios porque possibilitaram que estes fossem distribuídos pelo tecido urbano. Logo, nas cidades europeias que tiveram suas estruturas desenvolvidas na modernidade, dependia-se menos de um ponto central, como uma ágora ou praça medieval, para que a população pudesse se encontrar e realizar suas atividades de troca e abastecimento.

Então, se neste caso o tecido urbano é considerado o principal “complexo estruturador” das atividades de negócios nas cidades modernas, as **ruas**, as **avenidas**, as **praças**, os **edifícios de mercados**, e, mais tarde, também as **arcadas**, as **galerias** e as **lojas de departamentos**, podem ser

tidos como relevantes “elementos” do “complexo estruturador” principal para a realização das atividades terciárias. Em uma escala menor, os “módulos mínimos” fixos e temporários, como as lojas, tendas, bancas, dentre outras, também compõem este cenário nas cidades.

Atenta-se, no entanto, a algumas peculiaridades à respeito dos “elementos” contidos no quadro da Figura 101, que surgiram como empreendimentos imobiliários privados no final do período analisado no Capítulo 3: as arcadas, as galerias e as lojas de departamentos.

Nas arcadas e galerias, empreendimentos imobiliários construídos com participação do capital privado, compostos por lojas (“módulos mínimos” fixos) alinhadas a um corredor principal, de caráter semipúblico, não são encontrados registros de atividades terciárias em “módulos mínimos” temporários informais, como tendas e bancas, em seus interiores. Sendo assim, o espaço correspondente ao item “módulos mínimos temporários” das arcadas, no quadro da Figura 101, é marcado com um “X”, o que representa que tais manifestações não constam neste tipo de negócio.

Sobre as lojas de departamentos, ressalta-se que estas são grandes lojas de caráter privado, com interiores compostos por salões, ilhas de exposição, equipamentos expositores, dentre outros “módulos mínimos”, que articulam os setores – ou departamentos – do negócio como um todo. Com o aprimoramento deste modelo de negócio, alguns de seus ambientes interiores passaram a ser destinados a usos diversos complementares à venda de seus produtos, como restaurantes e bares, que podiam ser geridos pelo próprio dono do empreendimento ou outros empresários locatários – a depender do modelo de gestão de cada caso. De todo modo, os “módulos mínimos” das lojas de departamentos possuem o atributo de poderem se rearranjar fisicamente, de acordo com cada fase do ano ou com o planejamento de cada proprietário, garantindo alguns dos princípios fundamentais deste tipo de negócio: a realização de eventos, a promoção de novidades, surpresas e moda sazonal, e o oferecimento de atividades de entretenimento, que garantem a atração e concentração de pessoas visitantes e/ou clientes, fazendo-os permanecer o

máximo de tempo possível na loja e neles incitando desejos de consumo. Logo, no quadro da Figura 101, as categorias “módulos mínimos fixos” e “módulos mínimos temporários” aparecem mescladas para o caso das lojas de departamentos.

A partir da Figura 101, pode-se também proferir que os espaços de negócios relevantes para a modernidade são marcados pelo caráter de **permanência, adaptação** ou **inovação** em relação aos períodos anteriores.

Nem todos os espaços de negócios relevantes para o período analisado, chamado de “era de revoluções”, tem como aspecto principal um caráter revolucionário ou inovador. As análises do Capítulo 3 evidenciam, por exemplo, que algumas das praças que estruturaram contextos urbanos nos períodos anteriores²⁵⁸, assim como algumas de suas edificações, “permaneceram” como pontos importantes para realização de atividades de comércio e serviços na modernidade²⁵⁹.

Em relação ao quesito “adaptação” dos espaços de negócios dos períodos anteriores, no contexto da modernidade, destaca-se, por exemplo, a transformação das vias e traçados existentes em avenidas estendidas e alargadas, que puderam melhor atender às demandas de seu tempo e espalhar os estabelecimentos – ou “elementos” – de comércio e serviços pelo território urbano, assim como conectar a população distribuída pela cidade a localidades diversas para se abastecerem, se entreterem ou consumirem.

No quesito “inovação”, destacam-se as arcadas, galerias e lojas de departamentos, onde novas possibilidades construtivas foram testadas. Além da função comercial, estas tinham finalidade econômica especulativa e eram regidas por inovadoras estratégias visando o lucro dos investidores imobiliários.

²⁵⁸ Alguns dos espaços centrais e abertos das cidades da modernidade, em muitos casos, derivam de contextos antigos, como os fóruns planejados pelos romanos, cujos espaços centrais, ainda que comprimidos em novos perímetros mais estreitos, passaram sobreviventes pelo contexto medieval.

²⁵⁹ Apesar de permanecerem relevantes, as praças não recebem tantas intervenções para fins comerciais na modernidade e não são os únicos pontos centrais, privilegiados ou de relevância nas cidades modernas.

Neste contexto, a iniciativa privada passou a assumir intervenções de grande relevância e escala para a realização das atividades comerciais, suprindo as necessidades de abastecimento e consumo da população urbana, criando novas localizações em vários pontos das cidades e diluindo a importância e a dependência em relação a seus centros principais tradicionais. Estas iniciativas refletem-se na apropriação dos espaços urbanos pelo capital imobiliário e também na transformação do caráter aberto e público dos espaços e formatos principais dos negócios, que passam a adotar majoritariamente características privadas ou semipúblicas.

Outros espaços de realização de atividades de negócios relevantes para o período analisado neste capítulo são as feiras urbanas e as Grandes Exposições Universais. Estas são tidas como “elementos” inseridos nos contextos urbanos europeus – “complexos estruturadores” das atividades de negócios –, mas, por serem de uso eventual, foram incluídas em um segundo quadro síntese, representado na Figura 102.

Figura 102: Segundo quadro de síntese das análises feitas no Capítulo 3.

| | | |
|--|---|---------------------------|
| LOCALIZAÇÃO | EUROPA | |
| COMPLEXO ESTRUTURADOR | TECIDO URBANO | |
| ELEMENTO FIXO OU TEMPORÁRIO <small>COM FREQUÊNCIA DE USO TEMPORÁRIA</small> | FEIRAS URBANAS | GRANDES EXPOSIÇÕES |
| MÓDULO MÍNIMO FIXO OU TEMPORÁRIO <small>COM FREQUÊNCIA DE USO TEMPORÁRIA</small> | PAVILHÕES, QUIOSQUES, TENDAS, TABLADOS, BANCAS, ETC. | |

Fonte: da autora, 2019.

Apesar do uso eventual, ressalta-se que, por vezes, a estrutura física das feiras urbanas e das Grandes Exposições Universais, assim como de seus “módulos mínimos”, permanecia fixa nas cidades, ainda que se utilizadas por tempo limitado durante o ano.

Para concluir as discussões deste capítulo, um terceiro quadro (Figura 103) foi estruturado a fim de salientar que, a partir da modernidade, os espaços terciários apresentam-se com maior quantidade de variações entre si

e integram contextos mais complexos, o que os torna passíveis de interpretações e classificações sob óticas distintas.

Figura 103: Terceiro quadro de síntese das análises feitas no Capítulo 3.

| | |
|---|---|
| LOCALIZAÇÃO | TECIDO URBANO DE PARIS |
| COMPLEXO ESTRUTURADOR | HALLES CENTRALES |
| ELEMENTO FIXO | PAVILHÕES (HALLES) E VIAS |
| MÓDULO MÍNIMO FIXO OU TEMPORÁRIO | MÓDULOS INTERNOS COM DIVISÓRIAS, ILHAS DE EXPOSIÇÃO, BALCÕES, BANCADAS, TABLADOS, ETC. |

Fonte: da autora, 2019.

Considerando as mesmas categorias de enquadramento utilizadas nos quadros anteriores, este último se restringe à uma localidade específica dentro do território europeu, a cidade de Paris, no contexto do fim do período analisado nesta dissertação (metade do século XIX).

Sob a ótica presente nos quadros anteriores, o tecido urbano de Paris seria o próprio “complexo estruturador” de suas atividades terciárias, composto por “elementos” e “módulos mínimos” que concentram tais atividades em diversos pontos da cidade, distribuindo-as pelo seu território. Sendo assim, um exemplo dentre tais “elementos” pode ser os Halles Centrales de Paris.

Entretanto, sob outra ótica, ao se ter em conta que os Halles Centrales de Paris eram localizados em posição central na cidade, possuíam seu conjunto edificado com escala urbana, abrigavam elevados volumes e variedades de atividades de negócios, tinham relevância fundamental para o abastecimento da população parisiense e eram importante cenário da sua vida social, pode-se considerar categorizá-los como “complexos estruturadores” das atividades de negócios da cidade, relacionando seu papel ao desempenhado pelas ágoras, fóruns e praças medievais nas cidades gregas, romanas e medievais, respectivamente.

Se as ágoras gregas (“complexos estruturadores”) eram compostas por arquiteturas (“elementos”) como as *stoas*, ou os fóruns romanos

(“complexos estruturadores”) eram compostos por edificações (“elementos”) como as basílicas, os Halles Centrales, quando analisados como “complexos estruturadores”, tem seus pavilhões (*halles*) como os “elementos” fundamentais que compõem o seu conjunto edificado, juntos das vias existentes entre tais pavilhões.

Entretanto, enquanto as ágoras e fóruns eram compostos por espaços centrais abertos e distintos edifícios, que acolhiam diversas atividades – como religiosas, políticas, e culturais, por exemplo –, além das *stoas* e basílicas, respectivamente, os Halles Centrales eram compostos por pavilhões similares: e todos eles eram destinados a atividades de negócios. Além disso, tal complexo moderno, em sua totalidade, possuía proteção física tanto em áreas de exposição de produtos quanto em áreas de circulação de mercadorias e pessoas, de modo que as atividades de negócios não precisavam ser interrompidas ou deslocadas em condições de mau tempo.

Logo, as semelhanças entre ágoras, fóruns e os Halles Centrales de Paris são estabelecidas principalmente pelas suas características de escala urbana, posição central na cidade, fácil acesso e por serem principal ponto de abastecimento da população no contexto urbano analisado. Entretanto, enquanto as ágoras e fóruns eram “complexos estruturadores” com múltiplas funções, além da comercial, eram heterogêneos em seu aspecto físico, tinham caráter essencialmente público e área central aberta rodeada por edificações, os Halles Centrales destinavam-se fundamentalmente a atividades terciárias, tinham caráter semipúblico, e eram compostos por edificações padronizadas, construídas a partir de tecnologias e materiais fornecidos pela nascente produção industrial, cobertas, e dispostas de modo regular e ortogonal pelo terreno.

Os Halles Centrales recebiam um volume de mercadorias correspondente ao contexto da revolução agrícola moderna, que eram redistribuídas a compradores diretos ou outros mercadores da cidade, funcionando como um ponto central de atacado e varejo. Sua movimentação descrita em fotografias ou textos de seu tempo destaca sua importância e

efervescência, abrigando, porém, a presença acentuada de uma nova classe social que não existia nos contextos anteriores, a burguesia. Para organizar a quantidade e variedade de produtos transacionados nos Halles Centrales, cada pavilhão (“elemento”) correspondia a um setor do “complexo”, dividindo por categorias os produtos ali comercializados. No interior de cada um deles, divisórias, estantes, balcões, tablados, bancas, entre outros, criavam os espaços tidos como “módulos mínimos” de cada comerciante.

Além do caráter dual da categorização dos Halles Centrales – como “elemento” do tecido urbano que estrutura as atividades de negócios em Paris ou como um dos “complexos estruturadores” das atividades terciárias na cidade – estes também são exemplo que carrega conjuntamente características de permanência, adaptação e inovação – ou revolução.

O espaço onde os Halles Centrales de Paris foram edificados no século XIX destinava-se ao comércio e abastecimento da população desde o fim da Idade Média²⁶⁰. Logo, a finalidade essencial do local foi mantida e denota características de **permanência** de sua função original em sua configuração moderna e contemporânea. Seu caráter físico, entretanto, derivou da incorporação e **adaptação** de apenas um edifício medieval existente, que tinha sido recentemente reformado, e da manutenção de alguns eixos de circulação urbanos estratégicos. O restante de seu conjunto fora composto por doze novos pavilhões planejados e pela demolição de centenas de construções edificadas no local, o que se relaciona às **profundas mudanças** requeridas pela sociedade moderna.

Em termos de **inovação**, destaca-se que os Halles Centrales de Paris foram planejados e edificados sob influência da revolução industrial, com uso de tecnologias construtivas como ferro, aço e vidro, obtidos através de processos de fabricação industrializados, com produção de elementos em série, aplicados modularmente na arquitetura. A própria organização do layout

²⁶⁰ No fim da Idade Média, no local, acontecia a feira Saint-Laurent.

e fluxo da atividade comercial que abrigava foi definida pelas novas tendências de organização visando a otimização das operações que ali aconteciam.

Em síntese, tem-se que os Halles Centrales constituem-se como um exemplo derivado do contexto moderno, refletindo efeitos das revoluções científica, comercial, agrícola, industrial, urbana²⁶¹ e sociopolítica (Francesa), que marcaram e caracterizaram a modernidade.

De modo geral, em uma “Era de Revoluções”, os espaços de negócios são também revolucionados. Concomitantemente, estes formatos transformados dos negócios ricocheteiam nos contextos que o geraram, atribuindo-lhes novos sentidos, interpretações e estilos de vida, como as práticas de consumo que emergiram na modernidade e que condicionam o estilo de vida da sociedade contemporânea e seus territórios urbanos ocupados.

²⁶¹ Os Halles de Paris são exemplo de intervenção realizada no contexto da segunda revolução urbana moderna, integrando o conjunto de propostas de Haussmann para a cidade. A utilização de novas tecnologias construtivas e o próprio desenho do projeto, buscando ordenação de suas atividades, estavam alinhadas às novas políticas sanitárias do prefeito, principalmente as referentes à realização das atividades de comercialização de produtos perecíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que os homens começaram a viver em grupos e se sedentarizar, suas necessidades pessoais e coletivas passaram a ser supridas pelas suas próprias atividades produtivas, desenvolvidas por si mesmos ou pelas comunidades que integravam, e por atividades de trocas com outros seres humanos ou grupos.

Ao longo da história da humanidade, diferentes contextos sociais, políticos, econômicos e culturais – e combinações conjunturais entre estes – levaram a alterações do modo de vida e das necessidades humanas e de seus grupos sociais. Logo, as atividades de troca também assumiram características diversas em tempos e localidades distintas e, assim, os espaços de realização de tais atividades também foram afetados com essas transformações.

Tais constatações nortearam as investigações que compõem esta dissertação, sustentando o seu objetivo de estabelecer relações entre os contextos de surgimento e desenvolvimento das atividades de comércio e serviços e os espaços e formatos que tais atividades ocuparam e assumiram em tais contextos, em diferentes períodos históricos, da Idade Antiga até a Moderna, nas regiões da Europa e do Oriente próximo – os recortes temporais e geográficos definidos para esta pesquisa.

Logo, cada capítulo desta dissertação trouxe, em uma primeira seção, abordagens sobre uma conjuntura histórica e, em uma segunda, investigações e análises sobre os principais espaços onde se realizavam as atividades de comércio e serviços na determinada conjuntura. Nas considerações feitas sobre tais espaços, suas configurações e formatos, observou-se que estes são reflexos das características sociais, políticas, econômicas e culturais das sociedades que os abrigam e que, de modo concomitante, seus estabelecimentos influenciam o comportamento e o modo de vida destas sociedades.

O estudo de períodos distintos, em cada capítulo, permitiu compreender que a relação simbiótica entre contexto e espaços de negócios

persiste em diferentes tempos e espaços, determinando que esta é uma lógica que configura os espaços de negócios ao longo da história. Esta lógica é fonte de compreensão dos próprios espaços terciários em si, explicando as principais características que os distinguem na história e em diferentes localidades, assim como as que os fizeram resistir mesmo diante de alterações nos processos históricos, ser adaptados, ou até mesmo inutilizados ou extintos.

Cada capítulo desta dissertação também apresentou, por fim, uma terceira seção com uma síntese sobre as principais características dos considerados mais relevantes espaços de realização das atividades de negócios do período analisado. Como produto desta síntese, foram elaborados quadros diagramáticos relacionando o período, a localização geográfica, os exemplos de formatos considerados relevantes para a realização das atividades de negócio em tal período, e as escalas físicas destes.

No Capítulo 1, contextualizou-se o **surgimento** das civilizações, das cidades e dos primeiros locais que passaram a sediar suas atividades de trocas, pautadas em questões de luxo de uma minoria governante ou, em maior escala, no abastecimento das populações. As civilizações clássicas, gregas e romanas, foram as que receberam foco neste capítulo, pois considera-se que estas influenciaram decisivamente os contextos geográficos e temporais que delimitam o recorte de conteúdo desta dissertação.

No caso das cidades clássicas gregas, a ágora foi identificada como o principal local de realização das atividades terciárias de tal civilização. Já nas cidades romanas, esta posição é representada pelos fóruns. A partir da análise de exemplos de ágoras e fóruns, observou-se que estes têm características em comum, como a escala urbana e a centralidade física e simbólica que ocupavam nas cidades em que foram construídos. Logo, ambos foram classificados como “complexos estruturadores” de suas cidades e, de modo coincidente, das suas atividades de comércio e serviços. O motivo principal da relevância que assumiram foi a capacidade que tinham de agrupar múltiplas funções – sociais, políticas, econômicas, cívicas, esportivas, religiosas, de

entretenimento, dentre outras –, o que atraía e concentrava pessoas, habitantes e visitantes, e, conseqüentemente, favorecia as atividades terciárias.

Relacionadas às ágoras e fóruns, identificou-se também que, em escala arquitetônica, classificadas como “elementos” de seus “complexos estruturadores”, as *stoas*, no caso grego, e os edifícios de mercados e basílicas, no romano, também foram de fundamental relevância para a realização das atividades comerciais e de serviços no período, principalmente por serem alternativas cobertas. Tais edificações permitiam que as funções das ágoras e fóruns não fossem completamente interrompidas em casos de condições climáticas adversas. Além disso, as edificações destacadas anteriormente podiam ter “módulos mínimos” fixos utilizados pelos comerciantes e artesãos, como lojas, oficinas ou escritórios, e abrigar barracas e tendas temporárias.

Os “módulos mínimos” comerciais e de serviço, fixos ou temporários, pertencentes às edificações das *stoas* ou basílicas ou localizados nos espaços abertos das ágoras e fóruns, foram tidos como os espaços de menor escala que serviam às atividades terciárias na Antiguidade. A partir das pesquisas realizadas, pode-se afirmar que estes foram os que tiveram transformações mais lentas em sua configuração ao longo da história analisada nesta dissertação.

Em suma, as pesquisas apresentadas no Capítulo 1 mostraram que o caráter multifuncional, público, aberto, e possivelmente coberto, para casos de adversidades climáticas, com localização central nos contextos urbanos, de fácil acesso, e geograficamente coincidente ou próxima às principais rotas de fluxo humano²⁶², foi determinante no estabelecimento e na configuração dos espaços destinados às atividades terciárias na Antiguidade, em suas diferentes

²⁶² As principais rotas de fluxo humano da Antiguidade se relacionavam a questões de mobilidade através das águas de rios e mares, favoráveis ao transporte de mercadorias, pessoas, cultura e informações. Ao longo da história, à medida que inovações técnicas avançavam e permitiam melhorias e alternativas de mobilidade, a proximidade com as águas perdurou como um fator importante, mas não necessariamente determinante, da sobrevivência dos grupos humanos.

escalas. Contudo, os espaços terciários de escala urbana, classificados como “complexos estruturadores” pela autora, são os espaços de maior relevância para a realização das atividades de comércio e serviços deste período.

As ágoras e fóruns testemunharam a vida das civilizações grega e romana e, do mesmo modo que foram produtos destas civilizações, influenciaram suas organizações e seus estilos de vida, assim como os de civilizações que surgiram posteriormente, seus espaços e, mais especificamente, seus espaços de realização de atividades de negócios.

O senso de coletividade e heterogeneidade humana presente nas ágoras e fóruns também foram características que perduraram em contextos seguintes nos espaços terciários. Como destacado por Mumford (1998), a “paz de mercado” é uma condição fundamental para assegurar a existência e a prosperidade das atividades de troca – também de bens, de informações, culturais e sociais – realizadas fisicamente.

As ágoras e fóruns influenciaram nos formatos abertos, centrais e de escala urbana das praças, tidas como os mais relevantes locais de realização de negócios no Capítulo 2, referente ao período da queda do Império Romano, que dominava o Mar Mediterrâneo nos últimos séculos da Antiguidade, ao processo de interiorização da Europa, em uma fase inicial da Idade Média (Alta Idade Média), e também no período do seu renascimento urbano e comercial, a partir do século IX (Baixa Idade Média).

As praças medievais conservaram a essência dos exemplos predecessores gregos e romanos, porém geralmente em dimensões menores, o que correspondia às restrições físicas das cidades medievais europeias, organizadas, condensadas e compartimentadas para se protegerem de invasões de povos bárbaros, árabes e húngaros.

A lógica da **proteção** dominou as sociedades medievais no território correspondente à Europa e também condicionou suas atividades terciárias. Estas ainda tinham, neste período, a função principal de abastecimento das

populações. Entretanto, neste contexto, os grupos humanos eram reduzidos e esparsos, com exceções de algumas cidades que se mantiveram como centros principais de comercialização em pontos específicos do Mediterrâneo ou em cidades de origem romana que conseguiram manter suas atividades em escala. Sendo assim, a partir das pesquisas sobre a Alta Idade Média, concluiu-se que as atividades de troca fundamentais para a sobrevivência humana aconteciam principalmente em escala local, no máximo regional. As longas distâncias percorridas pelos mercadores e as feiras que realizavam tiveram relevância para o desenvolvimento das localidades por onde passavam e/ou se fixavam, mas não poderiam dar conta de manter o suprimento das necessidades básicas dos grupos dispersos pelo continente²⁶³.

Voltando-se às questões das praças medievais, ressalta-se que estes espaços foram classificados como “complexos estruturadores” urbanos no contexto europeu do Capítulo 2. Apesar de mais concisas, regulares, e com perímetro mais definido em relação às ágoras e fóruns romanos, as praças medievais também foram pontos de atração e concentração de pessoas dentro das cidades e, em torno delas, “elementos” que também serviam às atividades terciárias foram edificadas. Nesta escala arquitetônica, as edificações porticadas ao redor das praças medievais podem ser relacionadas às *stoas* gregas, edifícios de mercados e basílicas romanas, por proporcionarem áreas públicas cobertas nos centros das cidades, com proteção climática das atividades realizadas nestas áreas, e também por conectarem os “módulos mínimos” dos comerciantes e artesãos aos espaços abertos das praças.

Relacionadas ao complexo das praças, as sedes das corporações de mercadores e oficientes também são destacadas como edificações relevantes para a organização das atividades terciárias no período medieval, mais especificamente na Baixa Idade Média. Tais “elementos” ratificam que, em cada contexto histórico, novas formas de realização das operações de

²⁶³ Quando as invasões estrangeiras se estabilizaram, na chamada Baixa Idade Média, estes locais puderam prosperar e dar origem a novos centros urbanos.

negócios refletem nas edificações que as abrigam, no cenário urbano, e no modo de vida das sociedades.

No Capítulo 2, destacou-se também a abordagem sobre civilização árabe, uma vez que esta dominou parte do Mediterrâneo e do Oriente próximo a partir do século VII – o que corresponde ao recorte temporal e geográfico definido para esta pesquisa. Além disso, a análise do contexto árabe é relevante pois estes povos muito se dedicaram às atividades de comércio e serviços, sendo responsáveis pelo desenvolvimento do formato dos bazares, “complexos estruturadores” das atividades comerciais característicos de suas cidades. Estes se diferem dos casos análogos das civilizações ocidentais pela sua densidade única, que configurava o coração da cidade árabe ou, em outras palavras, sua coluna vertebral.

Os principais “elementos” constitutivos dos bazares, ressaltados no Capítulo 2, dentre inúmeras edificações, com distintas funções, foram as *arastas*, suas vias estreitas dedicadas a circulação de pedestres, que podiam ser cobertas ou não, e que tinham “módulos mínimos” em ambos os seus lados. Os *hans*, como praças de pequena escala, com “módulos mínimos” que se organizavam no entorno de seu espaço aberto central, também foram destacados na configuração do complexo do bazar. Enquanto uma cidade medieval ocidental possuía apenas uma praça principal central, ou poucas unidades como esta, os bazares eram um imbricado de *arastas* e *hans*.

As análises sobre os bazares árabes enfatizaram sua essência híbrida e original, que inspirou negócios modernos e contemporâneos, como é o caso das arcadas modernas, empreendimentos comerciais destacados no Capítulo 3.

Em resumo, tem-se que os espaços terciários de escala urbana, classificados como “complexos estruturadores”, são os espaços de maior relevância para a realização das atividades de comércio e serviços deste período, cuja função principal é social, de abastecimento humano – assim como no período anterior. O caráter multifuncional, público, aberto, possivelmente coberto e com localização central nos contextos urbanos

também caracterizaram os principais espaços de realização de atividades terciárias na Idade Média, em suas diferentes escalas.

A contextualização do terceiro capítulo foi guiada pela abordagem de processos históricos de continuidade em relação ao período anterior e, principalmente, de rompimento, **revolucionários** da modernidade, que levaram a grandes transformações da sociedade moderna e, conseqüentemente, de suas atividades de comércio e serviços, assim como as localidades e formas físicas que estas assumiram. A leitura de tais processos históricos proposta pela presente autora, por meio de narrativas sobre as revoluções científica, comercial, industrial e urbana moderna²⁶⁴, englobaram e sintetizaram também outros acontecimentos e características essenciais para a compreensão do período.

Logo, os identificados como os principais espaços de realização das atividades de negócios na modernidade derivam de contextos anteriores, adaptados às necessidades modernas, ou são formatos originais que surgiram frente às demandas do novo período. As praças e bazares, por exemplo, que serviram à sociedade moderna como foram articulados anteriormente, ou a partir de algumas adaptações, continuaram sendo locais importantes nos centros urbanos, desempenhando função de encontro e abastecimento. Do mesmo modo, os edifícios de mercados cobertos e as feiras, mesmo que já existentes em períodos anteriores, também são tidos como espaços relevantes para o acontecimento das atividades de negócios na Idade Moderna. Como inovações do contexto revolucionário da modernidade, destacou-se no capítulo as Grandes Exposições Universais, as arcadas, as galerias e as lojas de departamentos.

Algumas das questões que diferem os principais espaços de realização das atividades de negócios da modernidade dos que surgiram anteriormente estão ligadas às mudanças pelas quais passaram as cidades

²⁶⁴ Para esta pesquisa foram enfatizadas apenas a Primeira e Segunda Revolução Urbana Moderna tratadas por Ascher (2010), que integram o recorte temporal proposto para esta dissertação.

européias no período. As cidades, não mais necessariamente delimitadas por muros, com maior número de habitantes, e com melhorias em seus sistemas de vias, se estenderam fisicamente. E, assim, os locais de realização das atividades terciárias também se espalharam e se diversificaram pelo território urbano, deixando de se concentrar em um único ponto central principal de encontro e de abastecimento, como foram os chamados “complexos estruturadores” nos capítulos anteriores. Logo, o “complexo estruturador” principal das atividades terciárias na cidade moderna passara a ser seu próprio tecido urbano. As praças, os bazares, as feiras, foram tidas como “elementos” deste complexo, assim como as Grandes Exposições Universais, as arcadas, as galerias e as lojas de departamentos.

Outra questão essencial a ser destacada, e que difere o período em questão de seus anteriores, é ascensão do capitalismo no início da Idade Moderna, que transformou os significados e a função principal da atividade comercial: de social, ligada ao abastecimento, assumiu função principal econômica, ligada à economia capitalista comercial e, posteriormente, submetida à economia capitalista industrial. O comércio passou a ser tido como um meio de obtenção de lucros por parte dos capitalistas que investiam na atividade. Estes também se voltaram a atividades de produção e à criação de novos espaços para o acontecimento das atividades terciárias, caracterizando a maior variedade de formatos de negócios no período. Além disso, os novos empreendimentos construídos por meio de capital privado levaram o acontecimento das atividades de negócio e de encontro de pessoas para escala interior das edificações, rompendo com algumas das características fundamentais que estiveram preferencialmente presentes nos principais espaços de negócios dos períodos anteriores, como o caráter público e aberto.

Pode-se relacionar também o aumento da quantidade e da variedade de espaços de negócios na modernidade, a partir das pesquisas realizadas para o Capítulo 3, aos avanços tecnológicos e industriais do período, que permitiram desenvolvimento de novas técnicas construtivas e a produção de mais mercadorias e novidades a serem comercializadas, com

possibilidade de menores custos. Isto possibilitou que, pela primeira vez, a classe média crescente tivesse na atividade de compras e serviços uma atividade de lazer – o que era, até então, prerrogativa de altas classes. Tais transformações fizeram emergir a nova cultura de consumo que simbolizaria as sociedades contemporâneas e marcaria sua vida urbana diária, suas atividades de turismo e entretenimento, assim como a identidade humana.

Diante dos estudos realizados durante o desenvolvimento desta pesquisa, pode-se aferir que o período correspondente ao Capítulo 3 desta dissertação, dentre os analisados, é o que mais apresenta transformações nas atividades de negócios e em seus espaços de realização, em menor espaço de tempo, devido aos acontecimentos revolucionários que marcaram a sua história. A partir da modernidade, os espaços de negócios que se proliferavam passaram a ser planejados, por meio de iniciativas privadas, para serem destinados ao abastecimento e, sobretudo, à lógica do consumo ditada pela produção industrial. Independe da escala dos empreendimentos, estes se espalharam pelo tecido urbano das cidades, contribuindo com o desenvolvimento de novas centralidades e reforçando o caráter competitivo lançado pelo livre mercado.

De modo geral, as contextualizações feitas em cada capítulo trouxeram análises de processos históricos embasadas em referências bibliográficas teóricas e históricas, organizadas sob a ótica de interpretação da presente autora, visando evidenciar as principais características das sociedades que influenciariam suas atividades de negócios e, por conseguinte, seus formatos de realização. A pesquisa relacionou os contextos históricos que analisou aos formatos e espaços de negócios que tais contextos conformaram, independente das pré-delimitações históricas tradicionais. Além disso, ofereceu uma visão sobre o surgimento e desenvolvimento das atividades de negócios nos contextos que se propôs a analisar, esclareceu as principais relações entre conjunturas sociais, econômicas, políticas, culturais e os espaços e formatos terciários em que estas se rebateram ao longo da história analisada, e,

sobretudo, ofereceu uma análise que permite a compreensão da lógica que estrutura os espaços de negócios em diferentes contextos.

Esta relação lógica e simbiótica entre contexto e formato, em que um influencia o outro, pode ser utilizada também em estudos sobre espaços de negócios de outros períodos históricos e situações geográficas que aqui não couberam ser analisados – devido a restrições na duração da pesquisa, definidas pelo programa de pós-graduação ao qual é submetida.

Além de almejar-se que esta aplicação metodológica seja utilizada para investigações sobre os espaços de negócios contemporâneos, pretende-se utiliza-la para o esboço de hipóteses sobre contextos e formatos de negócios do futuro. Esta também pode ser empregada em recortes locais – regionais ou nacional. Ademais, a partir das pesquisas e discussões aqui iniciadas, planeja-se o desenvolvimento de artigos sobre alguns dos temas abordados na dissertação, como processos históricos específicos, determinados formatos de negócios, ou relacionando ambos.

REFERÊNCIAS

ADDISON, Joseph. The Royal Exchange. **The Spectator**, Londres, n.69, 19 maio 1711. Disponível em: <http://www2.scc.rutgers.edu/spectator/text/may1711/no69.html>. Acesso em: 25 jul. 2019.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **A Revolução Industrial**. 3.ed. São Paulo: Editora Ática S.A., 1994.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **A Revolução Inglesa**. 4.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

AMINI et al. Role of bazaars as a unifying factor in traditional cities of Iran: The Isfahan bazar. **Frontiers of Architectural Research**, China, v.3, Issue 1, p.10-19, 2014. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2095263513000769>. Acesso em: 30 jul. 2018.

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BALSAS, C. Espaço terciário - o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, v.13, p.186-187, 20 jun. 2003.

BALTARD, Victor; CALLET, Felix. **Monographie des Halles Centrales de Paris**. Paris: A. Morel, 1863.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUCITEC; Editora da Universidade de Brasília, 1987.

BARRENECHE, Raul. A. **New Retail**. Hong Kong: Phaidon, 2008.

BELTRÁN, Antonio. **Revolución Científica, Renacimiento e Historia de la Ciencia**. Madri: Siglo XXI de España Editores S. A., 1995.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. 6.ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BENJAMIN, Walter. O Flâneur. In:____. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. p.461-498.

BOERI et al. **Mutations**. Barcelona: Actar, 2000.

BRUNA, Paulo. Prefácio. In: VARGAS, Heliana Comin. **Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

BURCKHARDT, Monica. **Le Bon Marché Rive Gauche: the invention of the department store**. Nova Iorque: Assouline, 2012.

CABANIS, Bruno; CANAC, Sybil. **Passages couverts de Paris**. Issy-les-Moulineaux: Editora Massin, 2011.

CANÊDO, Letícia Bicalho. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Atual Editora Ltda; Campinas: Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1985.

CAPELLO, Nora. **Palladio e Vicenza: a construção de uma cidade através de seus edifícios**. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. São Carlos, 2009.

CARLI, Félicien. **Paris, a short history of architecture**. Paris: Éditions du Cardo, 2017.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. 34.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CHANDLER, Arthur. **Market, Fair, Festival and Exposition. Preludes to the National and International Expositions Held in Paris, 1798-1937**, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.arthurchandler.com/market-fair-festival-and-exposition>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

CHILDE, V. Gordon. The Urban Revolution. **The Town Planning Review**. v.21, n.1, 1950. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40102108>>. Acesso em: 31 out. 2018.

CHUNG et al. **Harvard Design School Guide to Shopping**. Nova Iorque: Taschen, 2001.

COLE, Emily. **História Ilustrada da Arquitetura**. São Paulo: Publifolha, 2011.

COSTA, Hermisten Maia Pereira da. O Protestantismo e a palavra impressa: ensaios introdutórios. **Ciências da Religião – História e Sociedade**. São Paulo, v.6, n.2, p.123-145, 2008. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cr/article/view/425/249>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

DEMETRESCO, Sylvia. **Vitrina: construção de encenações**. 6.ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2016.

DEMETRESCO, Sylvia. **Vitrinas: história, arte e consumo em São Paulo**. São Paulo: Via das Artes, 2014.

FAZIO, Michael; MOFFET, Marian; WODEHOUSE, Lawrence. **A História da Arquitetura**. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda, 2011.

FLORENTINO, Luiz Felipe; SILVA, Hudson Louback Coutinho da. Os reflexos da imprensa na Reforma Protestante e seus efeitos sobre a crítica popular europeia ao clero. **Trilhas da História**. Três Lagoas, v.8, n.15, p.321-333, jul.-dez., 2018. Disponível em: <http://www.trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/5759/pdf_150>. Acesso em: 28 mai. 2019.

GATER, G. H.; WHEELER, E. P. **Survey of London: Volume 18, St Martin-in-The-Fields II: the Strand**. Londres: London County Council, 1937. Disponível em: <<https://www.british-history.ac.uk/survey-london/vol18/pt2>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

GHARIPOUR, Mohammad. **Bazar of Isfahan**. Iran Chamber Society, 2013. Disponível em: <http://www.iranchamber.com/architecture/articles/bazaar_of_isfahan1.php> Acesso em: 30 jul. 2018.

HESSELN, Robert de. **Dictionnaire universel de la France**. v.5. Paris: Desaint, 1711. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=cEWAAAAQAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>>.

Acesso em: 19 out. 2019.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: Europa 1789 – 1848**. 11.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOBBSAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: Europa 1789 – 1848**. 40.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

ICOMOS; UNESCO. La Lonja de Valencia. World Heritage List: La Lonja de Valencia. **Advisory Body Evaluation**. 1995. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/782/documents/>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

JANICK, Jules. **A ciência da horticultura**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1968.

KHAN, Samra Mohsin. A Tale of Bazaars: The Impact of Cultural Change on Tangible and Intangible Heritage. **THAAP Journal 2014: Cultural Roots of Art & Architecture of the Punjab**, Paquistão, p.152-165, 2014. Disponível em: <<http://www.thaap.pk/assets/thaap-journal-2014.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2018.

KOYRÉ, Alexandre. **Do Mundo Fechado ao Universo Infinito**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006.

LEONG, Sze Tsung. Evolution. In: CHUNG et al. **Harvard Design School Guide to Shopping**. Nova Iorque: Taschen, 2001a. p.29-47.

LEONG, Sze Tsung. Mobility. In: CHUNG et al. **Harvard Design School Guide to Shopping**. Nova Iorque: Taschen, 2001b. p.477-503.

LIMA, Livia de Souza. A trajetória de Alexandre Koyré: o rompimento com a História da Ciência Positivista e a produção da História do Pensamento Científico em conjunto com a ideia de “homem moderno”. In: XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**. Brasília, 2017. Disponível em:

<https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502909383_ARQUIVO_liviaslima.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2019.

LONDON: ROYAL EXCHANGE. Folger Shakespeare Library. (1m49s). Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Y2WL0NzTUJ8>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

MACHADO, Hallhane. Olhares sobre Alexandre Koyré, historiador e filósofo do pensamento científico. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.24, n.3, p.845-847, set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702017000300845&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 mar. 2019.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MONCAN, Patrice de. **Les passages couverts de Paris**. Paris: Les Éditions du Mécène, 2018

MOOSAVI, Mir Saeed. **Bazaar and its role in the development of Iranian traditional cities**. Irã, 2005. Disponível em: <http://www.etsav.upc.es/personals/iphs2004/pdf/abs/moosavi_saeed.pdf> Acesso em: 30 jul. 2018.

MORES, Claudio Marengo. **Da Fiorucci ai Guerrilla Stores. Moda, Architettura, Marketing e Comunicazione**. Veneza: Marsilio, 2006.

MOTRIZ. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/motriz/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1965. v 1.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MURIALDO, Francesca. **Practice of Consumption and Spaces for Goods**. Milão: Formato Kindle, 2013.

NEJAD, Reza Masoudi. Social Bazaar and Commercial Bazaar: Comparative Study of Spatial Role of Iranian Bazaar in the Historical Cities in Different Socio-economical Context. **5th International Space Syntax Symposium Proceedings**, Delft, v.1, p.187-200, 2005.

O NASCIMENTO DO SHOPPING (The Birth Of Shopping). Direção: Sally Aitken. Produção: Sonja Armstrong. França: Essential Media & Entertainment, 2011. 2 DVD (60 min. cada).

PETERSEN, Andrew. **Dictionary of Islamic Architecture**. London: Routledge, 1976. Disponível em: <<https://archnet.org/collections/126/publications/8802>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

REDAÇÃO. HUGERFORD MARKET. **The New Monthly Magazine and Literary Journal**. v.39. Londres: Henry Colburn and Co., 1833. Monthly Comentary, p.219. Disponível em: <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=osu.32435056336142&view=1up&seq=229>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

SHAPIN, Steven. **The Scientific Revolution**. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

SHEPPARD, Francis H. W. **Survey of London: Volume 36, Covent Garden**. Londres: Athlone Press for the GLC, 1970. Disponível em: <<http://www.british-history.ac.uk/survey-london/vol36>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

SILVA, Francismary Alves. **Historiografia da revolução científica: Alexandre Koyré, Thomas Kuhn e Steven Shapin**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 2010.

SILVA, Luiz Cambraia Karat Gouvêa da. Perspectivas em História da Ciência: A Revolução Científica e sua relação com o cristianismo. **Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**, Porto Alegre, v.9, p.568-586, ago 2017.

SOMEKH, Nadia. Apresentação. In: ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010. p.11-15.

TAGHIZADEHVAHED, Niloufar. **A Comparative Study Of Covered Shopping Spaces: Covered Bazaars, Arcades, Shopping Malls**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Master of Architecture in Architecture Department) – METU (Middle East Technical University). Ankara, 2015.

THORNBURY, Walter. **Old and New London: Volume 1**. Londres: Cassell, Petter & Galpin, 1878a. Disponível em: <<http://www.british-history.ac.uk/old-new-london/vol1>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

THORNBURY, Walter. **Old and New London: Volume 3**. Londres: Cassell, Petter & Galpin, 1878b. Disponível em: <<http://www.british-history.ac.uk/old-new-london/vol3>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

TURKEY. **Inscription of Neolithic Site of Çatalhöyük (C 1405), Turkey, on the World Heritage List**. 2012. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/uploads/nominations/1405.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2018.

UNESCO. Ecole d'Architecture Paris Val de Seine EVCAU Research Team. **Inventory of Caravanserais in Central Asia**. 2004. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/culture/themes/dialogue/routes-of-dialogue/silk-road/caravanserais>>. Acesso em: 15 out. 2018.

UNESCO. La Lonja de la Seda de Valencia. **Section II: State of Conservation of World Heritage Properties in Europe**. 2006. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/list/782/documents/>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

VARGAS, Heliana Comin. **Comércio: Localização estratégica ou estratégia na Localização**. 1992. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – FAUUSP. São Paulo, 1992.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

VINCENDON, Sibylle. Les Halles à travers temps. **Libération**, Paris, 5 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.liberation.fr/apps/2016/04/les-halles-travers-temps/>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

VOLTAIRE. **Letters concerning the English nation**. Londres: Printed for C. Davis in Pater-Noster-Row, and A. Lyon in Russel-Street, Covent Garden, 1733. Disponível em: <<https://archive.org/details/lettersconcernin00vultuoft/page/44>>. Acesso em: 26 jul. 2019.

WAGNER, Regina. **The history of coffee in Guatemala**. Bogotá: Villegas Editores, 2001.

WYMAN, Louise. Crystal Palace. In: CHUNG et al. **Harvard Design School Guide to Shopping**. Nova Iorque: Taschen, 2001. p.228-241.

ZOLA, Emile. **Le ventre de Paris**. Paris: Classiques Garnier, 2013.

WEBSITES

Associazione Guide Turistiche a Verona. Disponível em: <<http://veronacityguide.altervista.org/verona-loggia-consiglio.html>>. Acesso em: 16 jul. 2019.

Bourse de Commerce. Disponível em: <<https://www.boursedecommerce.fr/>>. Acesso em: 19 out. 2019.

Maggs Bros. Ltds. Disponível em: <https://www.maggs.com/news-from-the-new-exchange-or-the-common-wealth-of-ladies-drawn-to-the-life-in-their-several-characters-and-concernments_226093.htm>. Acesso em: 25 jul. 2019.

Museu d'Orsay. Disponível em: <<https://www.musee-orsay.fr/en/events/lectures/online-lectures/victor-baltard-and-the-central-markets-of-paris.html>>. Acesso em: 25 jul. 2019.

Serpentine Galleries. Disponível em: <<https://www.serpentinegalleries.org>>. Acesso em 19 out 2019.

Vergue. Disponível em: <<http://vergue.com/category/Auteurs/Charles-Marville/Paris-Hausmann>>. Acesso em 25 jul 2019.

The Royal Exchange. Disponível em: <<https://www.theroyalexchange.co.uk/heritage/>>. Acesso em 16 jul 2019.